

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LUAN CARPES BARROS CASSAL

QUEM FICOU PARA TRÁS?
UM ESTUDO ENTRE CRIANÇAS MORTAS, GÊNERO E SEXUALIDADE

Niterói
2019

LUAN CARPES BARROS CASSAL

**QUEM FICOU PARA TRÁS?
UM ESTUDO ENTRE CRIANÇAS MORTAS, GÊNERO E SEXUALIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial para o título de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Estudos da Subjetividade.

Orientador:

Prof. Dr. Marcelo Santana Ferreira

Niterói

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Ata de Defesa de Tese de Doutorado

Aos 15 dias do mês de julho de 2019 às 14h30, na sala 510, bloco O, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, reuniu-se a Comissão Examinadora designada para arguir a Tese de Doutorado do aluno **LUAN CARPES BARROS CASSAL** sob o título "*Quem ficou para trás? Um estudo entre crianças mortas, gênero e sexualidade*", sendo a referida comissão constituída pelos professores Marcelo Santana Ferreira (UFF / Orientador), Anna Paula Uziel (UERJ), Luis Antonio dos Santos Baptista (UFF), Silvana Mendes Lima (UFF), Tatiana Lionço (UNB) e Thiago Ranniery de Oliveira (UFRJ).

A Banca Examinadora deliberou pela APROVAÇÃO do aluno de acordo com o seguinte parecer:

A BANCA DESTACA O CARÁTER INOVADOR DA RETÓRICA E DA METODOLOGIA E A RELEVÂNCIA POLÍTICA DA PESQUISA NO ATUAL MOMENTO HISTÓRICO. DESTACA, TAMBÉM, O SENTIDO TRANSDISCIPLINAR DO EXERCÍCIO TEÓRICO-METODOLÓGICO EM PSICOLOGIA. RECOMENDA A PUBLICAÇÃO DA TESE NO FORMATO DE LIVRO.

Niterói, 15 de julho de 2019.

Marcelo Santana Ferreira (UFF / Orientador)

Anna Paula Uziel (UERJ)

Luis Antonio dos Santos Baptista (UFF)

Silvana Mendes Lima (UFF)

Tatiana Lionço (UNB)

Thiago Ranniery de Oliveira (UFRJ)

Marcelo Santana Ferreira
Anna Paula Uziel
Luis Antonio dos Santos Baptista
Silvana Mendes Lima
Tatiana Lionço
Thiago Ranniery de Oliveira

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C343q Cassal, Luan Carpes Barros
Quem ficou para trás? : Um estudo entre crianças mortas,
gênero e sexualidade / Luan Carpes Barros Cassal ; Marcelo
Santana Ferreira, orientador. Niterói, 2019.
171 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGP.2019.d.10169266770>

1. Infância. 2. Violência. 3. Gênero. 4. Sexualidade. 5.
Produção intelectual. I. Ferreira, Marcelo Santana,
orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
Psicologia. III. Título.

CDD -

Para meu irmão Manoel. Sua estreia foi um lampejo de esperança.

AGRADECIMENTOS

Apoio incondicional de uma família muito amada e amorosa. Aqui, permito-me o uso de pronomes possessivos, porque eles também estabelecem uma localização, a partir da qual eu consegui construir uma referência. Destaco, em especial, minha mãe Graça Carpes, meu pai Alex Cassal, minha irmã Emile Carpes, minha madrinha Renata Azzi, minha madrastra Joana Frazão, meus sobrinhos Sofia Tyborgnes e Daniel Tyborgnes, minha tia Simone Wandscheer, meus primos Tales Wandscheer e Rafael Wandscheer, minha avó Sônia Cascaes, meus avôs Natalício Carpes (*in memoriam*) e Anibal Barros Cassal.

Orientador cuidadoso, generoso, paciente. Exigiu de mim calma, lentidão e atenção aos processos de estudo, escrita e pesquisa. Ouviu minhas reclamações e me deixou brigando sozinho. Desenvolveu minha concentração, minhas ferramentas, meu olhar crítico e arguto. Marcelo Santana Ferreira.

Uma banca de doutorado nada casual. Tatiana Lionço, Anna Paula Uziel, Thiago Ranniery, Silvana Mendes, Luis Antonio Baptista. Cada uma e cada um desses docentes teve imensa contribuição na minha formação como pesquisador. E, na condição de júri, ofereceram possibilidades, construíram condições, apresentaram importantes críticas e julgaram favoravelmente para esta pesquisa ser uma tese.

O acolhimento do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (PPGpsi-UFF). Mesmo com enormes e intensas divergências (ou justamente por causa delas), consegui construir um corpo de pesquisa também contraditório e potente. Em especial para as professoras Cecília Coimbra, Cristina Rauter, Kátia Aguiar, Luiza Oliveira e Márcia Moraes; as técnicas Rita e Aline; e a rede de parceria e afeto estudantil: Áurea Cardoso, Amanda Duarte, Catiúscia Munsberg, Cecília Souza, Cristiana de França, Danielle de Miranda, Elis Teles, Flavio Guilhon, Gabriela Oliveira, Julia Gambetta, Kléber Carvalho, Lucila Lima, Maria Alice Ramos, Mariana Silva, Maudeth Braga, Pedro Felipe de Araújo, Viviane Pereira. Sobrevivemos!

Não ando só. Estive, todo esse tempo, com o Grupo de Pesquisa ‘Poéticas e políticas da transmissibilidade em psicologia social’ do PPGpsi-UFF. Allan Menezes. Iuri Parente. Carolina Motta. Edson Furtado. Vivian Vitorino. Marina Harter. Mariana Almada. Lucas Roratto. Viviane Martinhão. Daniel Kveller. Paula Smith. Esse espaço de troca e construção coletiva da pesquisa foi fundamental para manter coerência, ética, criação e um rastro de sanidade durante o doutorado.

Estudantes que tive a alegria de contribuir na formação: Amanda Vilela. Clara Jorge. Danielle Cervino. Ester Almeida. Gabriel Figueira. Heitor Coelho. Máisa de Carvalho. Natalia Araújo. Se estão queimando carros e paradigmas, então está tudo certo.

Companheiras e companheiros de estudos *queer*, de gênero e de sexualidade, que promovem balbúrdia e possivelmente episódios de nudez nas universidades desse país. E, com isso, produzem

estudos críticos com o mais alto nível de rigor, crítica e capacidade de intervenção. Nada há de ser em vão. Bruna Irineu. Eliane Almeida. Elizabeth Lewis. Heloisa Melino. Eros Sester. Thiago Coacci. Viviane Vergueiro.

Quando achei que estaria fora do lugar, fui acolhido no BAFO! - Bando de Estudos e Pesquisas em Currículo, Ética e Diferença, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em especial, Leticia Ravanello, Lorraine Andrade, Paula Lemos, Ricardo Scofano, Renata Telha, Thaise Sancier.

Eles cuidaram da minha vida todos esses anos! Fernanda Robusti (viva a rainha!). Tiano Brasil/Melissa L'Orange (inabalável e indefectível). Elisa Brasil (artes, doces e sopas). Henrique Crespo (voa, filhote). Rafael Frosteu (melhor agricultor). Dana Ribeiro (ela é brava, ela).

Em Porto Alegre, sempre dispostos a um *buffet* livre ou a 'la minuta' no Tudo pelo Social. Marco Antônio Rosa. Heloisa Vivian. Carlos Vilela. João Rosa.

S'il vous plaît, sauvez les professeurs de français, Élvio Cotrim e Maria Clara Carneiro. O primeiro me ensinou que ser esnobe não é defeito, mas estilo de vida. Já a segunda, ensinou francês mesmo (mas já esqueci, *désolé*), e criamos uma valiosa parceria para as traduções de textos de Paul Preciado em nossos diferentes encontros pelo país.

A psicologia compartilhando alegrias e dificuldades. Amizades com anos de duração e outros por vir. Annelise Aurea. Aline Gomes. Aymara Escobar. Cris Rocha. Daniel Maribondo. Héder Bello. Karoline Ruthes. Laís Amado. Marcello Accetta. Tiago Régis. Sheila Melo.

Trabalhar como psicólogo escolar em Itaboraí foi uma imensa jornada, para sempre incompleta. Escola Municipal Auto Rodrigues de Freitas, Secretaria Municipal de Educação, Escola Municipal Roberta Maria Sodrê de Macedo: muitas vidas em cada lugar. Forjei corpos, sentidos, sentimentos, dores e principalmente cenários. Essa localização foi decisiva para o desejo de estudar, escrever e narrar. Tive a oportunidade de coordenar a equipe de psicologia mais incrível de todos os tempos graças à aposta ousada da professora Dilcelene Cordeiro. Ao longo dos anos, consegui tecer valiosas parcerias. Adriana Barbosa. Adriana Pinheiro. Ana Paula Parvena. Carolina da Silva. Cátia Lima. Danielle Werberg. Edinéa Jerônimo. Edson Carvalho. Elvira Ornelas. Fernanda Galvão. Francine Brasil. Izabel Cristina. Karla Amaral. Katia Almeida. Katiane Cavalcante. Luara Santos. Manuela Medeiros. Márcia Emerich. Maria Fernanda Alves. Natalina Rosa. Roberta Federico. Roberta Guerreiro. Simone Santos. Soraia Escovedo. Suely Lopes. Waldineia Peres. Em defesa da educação pública, gratuita, universal, crítica e de qualidade.

Apreendi sobre luto e luta com militantes, para as quais registro o imenso respeito. Bruna Benevides. Evelyn Silva. Gilmara Cunha. Indianare Siqueira. Jaqueline Gomes de Jesus. Laerte. Marjorie Marchi (*in memoriam*).

Docentes que compuseram durante esse doutorado, de inúmeras formas. Alexsandro Rodrigues. Alice de Marchi. Cristal Aragão. Maria Elvira Díaz. Pedro Paulo Bicalho. Rosa Pedro.

Acolhimento e troca no doutorado-sanduiche e na pesquisa em Portugal. O Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra definitivamente mudou minha vida. Professor João Arriscado Nunes com aulas e orientações brilhantes. Atividades memoráveis dos professores Bruno Sena e Boaventura de Sousa e da professora Ana Cristina Santos. Equipe administrativa que me produziu alegria e desejo de ser um investigador, mesmo que visitante: Alexandra Pereira, Inês Costa, Inês Lima, Maria José. Discussão valiosa de dados com professora Carla Moleiro e deputada Sandra Cunha. Companheiras de estudo e de vida, Fernanda Heilzenmann, Luciana Oliveira, Vanessa Fonseca. Parceira nas subidas e descidas pelas colinas de Coimbra e pelas minhas oscilações de humor, Débora Lomba. Os doces inigualáveis de Lena Fernandes e sua linda loja “Coisas da Lena”, parada obrigatória na cidade. O Rio Mondego é inesquecível.

Enquanto eu estava fora, contaram histórias e compartilharam experiências para que eu conseguisse me cuidar e sonhar por conta própria. Aline Neves. Ana Luiza (Nalu) Fonseca. Jean Costa. Thiago Bogossian. Túlio Rosa.

Um cadinho de equilíbrio físico e emocional veio a calhar. Psicoterapeuta Cristina Veloso e fisioterapeuta Max Gonçalves.

Pesquisa, afeto e compromisso político são indissociáveis. Aline Garcia. Vanessa (Marvel) Marinho.

Meu porto seguro. Elaine (Nany) Pereira.

Ela me apresentou o Marcelo para que eu narrasse em vez de procurar supostas verdades. Este texto será uma forma canhestra de retribuição. Beatriz Adura Martins.

Habitar. Vizinhar. Mudar. O país inteiro é nossa casa, outro mundo é possível, mas a Cantareira é o nosso quintal. Marília Silveira. Tainá Oliveira. Veridiana Chiari Gatto.

Fomento da pesquisa e produção científica durante o doutorado. Bolsas do Programa de Demanda Social (PDS) e do Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC). Que a pós-graduação não se torne privilégio.

Pelo glamour. Cher.

* * *

Histórias, assim como pessoas, borboletas, ovos de aves canoras, corações humanos e sonhos, também são coisas frágeis, feitas de nada mais forte ou duradouro do que 26 letras e um punhado de sinais de pontuação. Ou então são palavras no ar, compostas de sonhos e ideias – abstratas, invisíveis, sumindo no momento em que são pronunciadas –, e o que poderia ser mais frágil que isso? Mas algumas histórias, pequenas, simples, sobre gente embarcando em aventuras ou realizando maravilhas, contos de milagres e de monstros, perduram mais do que todas as pessoas que as contaram, e algumas perduram mais do que as próprias terras onde elas foram criadas.

Neil Gaiman

RESUMO

CASSAL, Luan Carpes Barros. *Quem ficou para trás? Um estudo entre crianças mortas, gênero e sexualidade*. Tese [Doutorado] Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal Fluminense, 2019.

A presente tese investigou tensões entre o assassinato de crianças e adolescentes por LGBTIfobia e os marcadores de gênero e sexualidade. A genealogia foucaultiana e as constelações benjaminianas serviram como inspirações metodológicas para estabelecer um texto que une diferentes elementos e planos de análise. É um estudo entre as ruínas da violência, valendo-se, como fonte, de registros escritos de memórias e produções textuais e audiovisuais: reportagens da mídia (impressa, online e televisiva), relatórios de pesquisa, documentos estatais, livros, filmes, exposições de arte. Tais elementos foram desmontados e elaborados em narrativas, que reapresentam dados e situações de forma a provocar experiências incompletas e incômodas. Percebe-se que narrar não é uma salvação, mas indica a importância de enfrentar LGBTIfobia no tempo de agora, como uma urgência nas condições estabelecidas. Dessa maneira, relatos sobre assassinatos indicaram que a violência mantém o funcionamento pretensamente linear e evolutivo da infância, da história, do gênero e da sexualidade. A ideia de progresso tem um custo: estratégias de apagamento (discursivo e/ou material) de vidas que se valem de modos divergentes de existência, em nome de um futuro que seria melhor. A ideia de proteção defende que infâncias e corpos estejam enquadrados nas normas, reforçando seu funcionamento. Estratégias valorizadas enquanto avanço ou mesmo fundadas nessa ideia estabelecem quadros excludentes para sua manutenção. Enquanto isso, os assassinatos de crianças e adolescentes continuam a acontecer – justamente porque há aquelas inadequadas, que ameaçam os sistemas. São categorias de sujeitos deixadas para trás na direção do progresso. Sua visibilidade ameaça a ideia de sucesso – de vidas, de políticas públicas e das normas. Essa perda é irreparável, e não pode esperar por dias melhores. Trata-se de um esforço para tornar mais vidas reconhecidas como dignas de existência ou, quando interrompidas, de luto e luta. Conclui-se que esse estudo é incompleto na transformação das condições de existência. Mas o tempo não retrocede, pois há um esforço de lembrar e narrar, indicando que, pelo menos, alguma coisa mudou de posição.

Palavras-chave: Infância. Gênero. Sexualidade. LGBTIfobia.

ABSTRACT

CASSAL, Luan Carpes Barros. *Who was left behind? A study among dead children, gender and sexuality*. Thesis [PhD] – Psychology Post-Graduation Program, Federal Fluminense University, 2019.

This thesis investigated tensions between LGBTIphobic murders of children and adolescents and markers of gender and sexuality. Foucaultian genealogy and Benjaminian constellations served as methodological inspiration, establishing a text that unites different elements and analytical plans. It is a study among the ruins of violence, using many sources: written records of memories, textual and audiovisual productions. More exactly, media reports (printed, online and televisioned), research reports, state's documents, books, movies, exhibitions of art. These pieces were disassembled and elaborated in narratives, which presents data and situations provoking incomplete and uncomfortable experiences. Narration is not a salvation, but it indicates the importance of urgent struggles against the LGBTIphobia considering present established conditions. Thus, reports of murders show that violence maintains the allegedly linear and evolutionary processes of childhood, history, gender, and sexuality. The idea of progress has a cost: strategies of erasure (discursive and/or material) of lives that rely on divergent ways of existence. That happens in expecting a future where everything would be better. The idea of protection states childhoods and bodies framed to norms, reinforcing their operation. Progress aimed strategies establish exclusive frameworks for recognition and maintenance of lives. Meanwhile, children and adolescents are murdered - precisely because they are threats to normative systems. They are in categories of people left behind because of progress. Their visibility threatens the idea successful lives, public policies and norms. Their loss is irreparable; that can not wait for better days. It is necessary an effort to make more existences recognized as life worthy. Or, when they are interrupted, their loss must be mourned and reclaimed. In conclusion, this study is incomplete to transform existence conditions. But time does not goes back, due to the effort remembering and narrating. Therefore, something has changed.

Keywords: Childhood. Gender. Sexuality. LGBTIphobia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PRIMEIRA PARTE	18
Um: Narrar e morrer	19
Dois: Porta de correr	24
Três: Viver e narrar	28
Quatro: Álbum de infância	34
Cinco: Garoto, Interrompido	39
Seis: A. B. C.	48
Sete: Quem defende a criança <i>queer</i>?	51
Oito: Museu de grandes novidades	55
Nove: Corpo, gênero e sexualidade	61
Dez: Um estudo entre ruínas	71
SEGUNDA PARTE	77
Dez: Saberes localizados por GPS	78
Nove: Laura	86
Oito: Bem-aventurada	90
Sete: Mickael	91
Seis: Piscina	92
Cinco: No fundo, é tão pequena a queda	97
Quatro: Quem ficou para trás?	108
Três: <i>It gets better!</i>	113
Dois: Sorriso sem dentes	127
Um: Tempo de vingança	139
ZERO!	147
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICE A – CONSTELAÇÕES	157
ANEXO A – UMA HISTÓRIA PARA ALAN	170
ANEXO B – FRESCÁH NO CÍRIO	173

INTRODUÇÃO

A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos (FOUCAULT, 1979, p. 15).

Os papéis estão amassados, sujos e engordurados, espalhados por cima da escrivaninha. Recortes de jornais e panfletos de eventos servem como marcadores de página em livros. Documentos impressos carimbados com marcas de café. Os farelos em um canto convidam a trilha de formigas. Elas são insistentes: sobreviveram às faxinas e à dedetização.

Não sei por onde começar a arrumação. A papelada está empilhada em uma desordem de usos e acessos. Materiais de movimentos sociais são arranjados conforme uma certa cronologia, não de sua elaboração, mas dos encontros que tive. Organizar e limpar essa estação de trabalho implica alguns riscos. Se começar, não poderei deixar pela metade. E, depois de tudo pronto, será necessário manter a repetição de procedimentos. Ou, talvez, não incluir mais nada. Uma ordem arbitrária será estabelecida – da ação direta e aparentemente consciente. E caso algum papel caia fora desse suposto novo sistema, terei de responsabilizar-me, pois não poderei culpar a sorte que fez com que chegassem até mim.

As profundas reflexões exigem muito. Sinto preguiça. Acendo mais um cigarro. Observo a brasa queimar. Talvez devesse parar de fumar. Li em algum lugar que cada maço reduz minha vida em quase quatro horas. As cinzas caem em uma cumbuca de metal, no canto esquerdo da mesa. Não fiz nada de interessante nas últimas quatro horas. À direita, a trilha de insetos. Um após o outro, servem-se dos restos de algo feito de farinha e açúcar, cuja identificação não é recente ou evidente. Seguem a trilha. Trago o cigarro. Calor do verão fluminense. Pelo horário, seria noite, mas a luz do crepúsculo insiste a entrar, e forma alguns belos padrões. Olho pela janela. No fundo, o dourado entre montanhas.

Dura apenas alguns instantes.

Pronto, já foi. A fumaça. O sol. Os farelos. Anoiteceu.

Acendo a luminária. Pego um livro da pilha; a capa, que começa a descolar pelo excesso de manipulação, apresenta um homem charmoso com seus óculos e bigode saliente. Abro uma página, em mais uma aposta pelo acaso, e me deparo com um discurso sobre o colecionar.

Estou desempacotando minha biblioteca. Sim, estou. Ela ainda não está, portanto, nas estantes; o suave tédio da ordem ainda não a envolve. Tampouco posso passar ao longo de suas fileiras para, na presença de ouvintes amigos, revistá-la. Nada disso vocês têm de temer. Ao contrário, devo pedir-lhes que se transfiram comigo para a desordem de caixotes abertos à força, para o ar cheio de pó de madeira, para o chão coberto de papéis rasgados, por entre as pilhas de volumes trazidos de novo à luz do dia após uma escuridão de dois

anos justamente, a fim de, desde o início, compartilhar comigo um pouco da disposição de espírito [...] que ela desperta no autêntico colecionador. [...] De fato, toda paixão faz fronteira com o caos, mas a de colecionar a faz com o das recordações (BENJAMIN, 2012b, p. 232-233).

Cansei. Coloco o *nerd* de volta na pilha dos livros acadêmicos a terminar de ler, à esquerda dos livros de romance emprestados, acima dos relatórios e noticiários que chamaram atenção, mas aguardam uma classificação. Opa. O prato azul de cerâmica não estava bem equilibrado. No chão, parte-se em grandes cacos. Por um instante, tive o lampejo de que seria acertado pelos pedaços. Lembro-me que eram da casa de meu pai e que, quando eu era um menino, costumávamos comer com ele no sofá mesmo. Acompanharam-no em algumas mudanças, numa quantidade cada vez menor, quebrados ou extraviados. Quatro chegaram até mim, quando ele não poderia mais levá-los. Nesse instante, restam dois no armário, e algumas frações no piso. Algo me atingiu: um lampejo.

Uma formiga assustada sobe pela tatuagem marcada na pele branca do meu antebraço. Eu, também assustado, esmago-a. Os cacos de louça, as cinzas de cigarro, os papéis rabiscados, os insetos, as montanhas ocultas pela noite – tudo está acessível, mas algo parece escapar. Como uma sombra no limite da visão, uma intuição de alguém atrás de mim. A escuridão é o que deve ser enxergado. Meus pelos ficam eriçados, e roçam nos restos da formiga destruída. Olho para seus pedaços, e para as outras a se espalharem. Será que tentarão vingança?

Acho que exagerei na cafeína.

Levanto, caminho até a cozinha. Sirvo-me de água do filtro de barro, mão esquerda na torneira e direita com o copo. Era mais fácil ao contrário. Vejo que esqueci a cafeteira elétrica ligada, conservando um resto. Só tem um chorinho, que sirvo em uma xícara azul. Se não morri de homofobia nas ruas das metrópoles por onde circulo, espero sinceramente que meu fim não seja por café requentado. Provo o líquido; horroroso. Enquanto beberico, recordo dos conselhos de uma grande amiga, também amante de restos e cafeína, de quem eu sigo os passos na pesquisa: “As coisas penetram o olhar, embaça-o, salvando-o da contemplação da história causal, garantindo sua porosidade. Catar, neste sentido, é *produzir rastros*” (MARTINS, 2015, p. 70, grifos nossos).

Volto com a boca amarga e uma vassoura, que fica encostada na parede. Sento-me de novo à escrivaninha. Algo está prestes a acontecer, não posso perder tempo. Um livro laranja destoa dos materiais em tons de branco, preto e cinza. Consigo desenterrá-lo sem novos acidentes. Procuo dentre as páginas com a ponta dobrada e encontro um trecho grifado com marca-texto amarelo: “A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história” (FOUCAULT, 1979, p. 22). Livros, papéis, cinzas, cacos, insetos. Uma tatuagem em um braço, uma cicatriz em outro. Mesa, computador, cadeira, roupas, óculos de grau, celular – produtos

do trabalho humano. O apartamento alugado. O calor úmido de Niterói. Universidades que são guardadas como os livros; quantos anos permanecerão encaixotadas?

Delineou-se assim o que se poderia chamar uma genealogia, ou melhor, pesquisas genealógicas múltiplas, ao mesmo tempo redescoberta exata das lutas e memória bruta dos combates. [...] Chamemos provisoriamente genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais. [...] Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (FOUCAULT, 1979, p. 171).

Fecho o livro. Talvez seja possível iniciar a arrumação. Os materiais de movimentos sociais descansam confortáveis na mistura com publicações de filosofia, psicologia e educação. Tudo parece raro e valioso. Onde está mesmo aquele livro? “Assim, a existência do colecionador é uma tensão dialética entre os polos da ordem e da desordem” (BENJAMIN, 2012b, p. 233). Os itens das pilhas mudam lentamente de posição. Reativo o computador. Trinta abas no navegador e quatro documentos de texto abertos. Café, cigarro, papéis, eletrônicos – instrumentos que marcam meu corpo com suas histórias, convidam-me para fazer parte delas. Dá para sustentar pilhas em diagonal? Coloco bilhetes em pequenos papéis por cima de textos. Os insetos fogem, atrapalhados, fora da fila linear em que chegaram. Ao revirar os documentos, destruo seu frágil equilíbrio, por ora. Como não ser uma formiga universitária? Uma rainha já tentou ensinar-me a ser subversiva, quando contou que “[...] a história é também um instrumento que deve viabilizar, do ponto de vista ético, uma nova relação com a vida e não simplesmente a constatação de uma natureza a qual se está definitivamente submetido” (FERREIRA, 2006, p. 117-118). Um exercício que, por ora, tento fazer no espaço de trabalho. Encontro os livros que podem servir. Empilho no chão, do lado esquerdo. Favorito e fecho as páginas de internet, junto os artigos e os documentos. Sigo obsessivamente.

Em uma das abas, a foto de um menino de 14 anos sorrindo.

Encaro a foto, de poucos dias antes de seu assassinato. Eu não o conheci quando vivo. Lembro que meu encontro com sua história foi pela TV, naquela época: assassinado em um município próximo ao Rio de Janeiro, quando saía de uma festa. A notícia no computador explica que a motivação presumida pela polícia e pelos movimentos sociais foi homofobia. A notícia aberta causa-me surpresa por anunciar esta morte como mais trágica do que as outras em função de sua idade. Será que eu discordava?

Contemplo a foto e saboreio mais um cigarro. Menos quatro horas. Os cacos aguardam.

O que significa trabalhar com e a partir da morte?

Jogo o nome em uma página de pesquisa. Encontro mais notícias e textos. Da morte bárbara do menino, não havia dúvidas. Jornalistas destacam todos os possíveis futuros que ele poderia ter e disputavam a história que se contaria sobre a sua vida. “É preciso narrar para que os mortos não sejam vencidos mais uma vez” (FERREIRA, 2011, p.126). Em uma narrativa, ele não era necessariamente homossexual, mas foi confundido e morto pela proximidade com amigos que o seriam. Tanto a idade quanto a identidade convocavam por uma suposta pureza, que deveria ser protegida. Ninguém deveria morrer, mas especialmente esse menino, com essa idade, com essa identidade.

Será então que os outros poderiam?

O que significa trabalhar com e a partir da morte? Por que uma criança ou adolescente não poderia morrer, e não poderia morrer disso, e por que, então, morreu?

Pela janela, a noite segue impassível. Sigo esse incômodo. Páginas institucionais registram que o adolescente foi homenageado em diversas Paradas do Orgulho LGBTI e documentos dos movimentos sociais. Seu nome, seu rosto e as notícias do homicídio estampavam as paredes do auditório de um Centro de Referência relacionado a diversidade sexual e de gênero – aquele que está em estado moribundo com o desmonte das políticas públicas do Estado do Rio de Janeiro (CASSAL, 2018). O garoto foi morto em um crime sem solução. Sua identidade foi disputada e questionada pela família. De sua vida, restaram dúvidas. Mas sua foto, sorrindo, pendurada em uma parede, não cedia passagem. Algo restou, que é transmitido.

Por que uma criança ou adolescente não poderia morrer, e não poderia morrer disso, e por que, então, morreu? O que deveria ser protegido? Uma questão; ou melhor, ‘A Questão da Tese’, maiúscula, se desenha e desdobra. Quais relações estão estabelecidas entre proteção à infância, assassinatos de crianças e adolescentes e dissidências de gênero e sexualidade?

Terei que me debruçar nesses termos. Olho para o chão, o computador, a escrivania. Acumulam-se relatórios sobre homicídios. O menino recebeu homenagens. Não basta registrar a história em monumentos, é preciso criar maneiras de vivê-la. Seu passado não está seguro. Ele morreu. Há quem fique. Ainda permaneço, falando de quem se foi. A história segue inacabada. Convidado pelas notícias de cadáveres, começo um jogo. Revisito o material. Pilhas de livros, textos, documentos. Páginas de internet e notícias. Restos de jornais. Memórias. “É um *se joga pintosa* entre pessoas e laços, entre as coisas e seus enlaces, que tornam indistintos os materiais dos quais uma pesquisa se utiliza do efeito que podem gerar” (RANNIERY, 2018, p.12, grifos do autor). Anoto as palavras-chave.

Seção um. LGBTIfobia. Judeu alemão. Veículo Leve sobre Trilhos. Passado e presente. Rodovia. Democracia. Trem. Estação. Cadáveres. Parece um começo. Salvo o documento com o

nome Primeira-Parte-Tese, mas não vou fechá-lo. Se, antes, alguma coisa parecia escapar à visão, agora percebo algo que brilha.

As ideias relacionam-se com as coisas como as constelações com as estrelas. Isto significa desde logo que elas não são nem os conceitos nem as leis das coisas. Não servem para o conhecimento dos fenômenos, e estes de nenhum modo podem servir de critério para a existência das ideias. [...] As ideias são constelações eternas, e se os elementos se podem conceber como pontos em tais constelações, os fenômenos estão nelas simultaneamente dispersos e salvos. [...] A ideia é definível como a configuração daquele nexos em que o único e extremo se encontra com o que lhe é semelhante. [...] O universal é a ideia. Já o empírico será tanto mais profundamente apreendido quanto mais claramente for visto como algo de extremo. O conceito procede de algo de extremo (BENJAMIN, 2016, p. 22-23).

Destrincho a primeira seção. Walter Benjamin. Suicídio. Comentadoras do autor. Morrer, lembrar da morte – sempre dos outros. Monumentos. Narrar. Lembram quem morreu, e que também pode me acontecer. Memória. Relatórios de assassinatos. Cemitérios. Histórias. Aos termos que não parecem conversar, buscar relações provisórias, para enxergar alguma outra coisa. A história constrói uma imagem do presente. Minhas costas doem. Copio o documento na nuvem da rede, para evitar surpresas desagradáveis, e mantenho-o aberto. É necessário ampliar o céu noturno, levar ao extremo. Digito: Dois. Faço um jogo de montagem – de elementos aparentemente isolados, desenho constelações. Uma metáfora sobre um céu que parece estático, mas é constituído por estrelas em movimento, em um universo em contínua expansão.

Como parte do exercício, cada sessão tenta fechar um ponto, mas deixa reverberações para a próxima. Os incômodos se acumulam ao chão, talvez aos pés de alguém. Histórias me acompanham, e também interrogam. Seria este um levantamento completo do tema? Até que número poderei chegar? Qual o limite do compreensível? Como não instrumentalizar os mortos? Quando a pilha de destroços se tornará insuportável? Repito compulsivamente esse processo organizativo. Procedo com cuidado, tristeza e euforia. Percebo padrões. Quais as condições estabelecidas para os assassinatos? E que instantes em que esse processo parece fracassar?

Acendo mais um cigarro. O maço está prestes a acabar. Pelos cálculos, oito reais e um dia e meio a menos. Vale a pena. Olho o relógio do celular. Vai amanhecer. Passei horas trabalhando. Mais exatamente, quatro anos. Talvez a vida toda. Ou, quem sabe, desde o surgimento da linguagem escrita. Quantos cigarros restam? Não tenho certeza; perdi a conta.

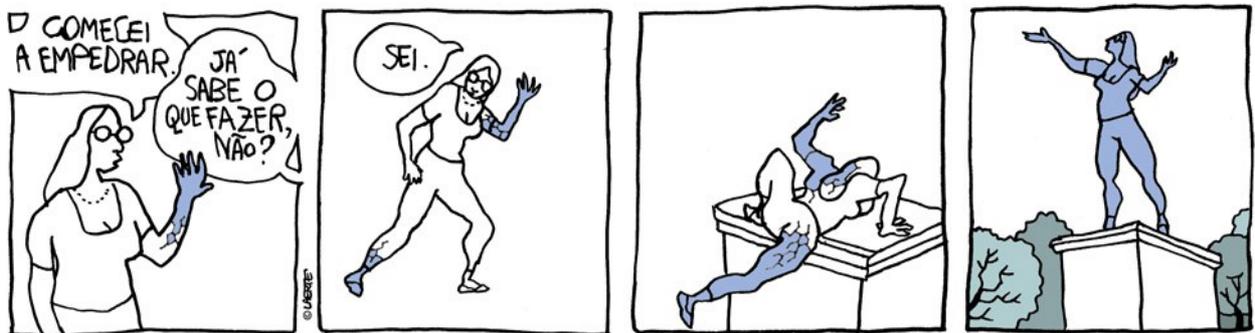
O telefone vibra. Uma amiga lembra-me do nosso encontro no dia seguinte. Pergunto se ela caiu da cama, mas ela responde que nem dormiu, pois a tese não deixou. Explico que também estou a trabalhar na pesquisa. Argutamente, ela lembra-me de não ficar apenas em meu gabinete: “Diria que meu método é o encontro. O resto é ferramenta. O encontro com textos, livros, documentos... Um mar de papéis, uma constelação de *pixels*, de encontros comigo mesma, meu eu em outrxs

[sic]” (PEREIRA, 2015, p. 15). A lista não acabou. O maço, sim. O texto continuará ali, em aberto, pelo menos mais um pouco. Com sorte, volto a tempo de continuá-la, a depender dos percursos que consigo fazer nas ruas da cidade.

Levanto apressado, ao mesmo tempo que os restos do passado me convocam: um pequeno corte no pé descalço, e o caco azul ganha uma mancha rubra. Posso sair, mas não sem marcas.

* * *

PRIMEIRA PARTE



(LAERTE, 2019, online).

Um: Narrar e morrer

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo. [...] O dom de despertar no passado as centelhas de esperança é *privilégio exclusivo* do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 2012a, p.243-244, grifos no original).

Estamos em perigo!

Faz-se evidente a ameaça da destruição física, ilustrada pelas pessoas assassinadas no Brasil por conta ou em relação a orientação sexual e/ou identidade de gênero. As interrupções da vida foram organizadas sistematicamente em relatórios anuais por movimentos sociais, com subdivisões em categorias específicas, como unidade federativa, gênero, ou idade. Os números escorrem das páginas. Ano de 2014 – 326 corpos, sendo 30 identificados como crianças ou adolescentes, até 18 anos incompletos. Ano de 2015 – 318 cadáveres, dos quais 21 não atingiram a maioridade legal. Ano de 2016 – 347 mortos, sendo 69 infantes. Quase 1000 pessoas em três anos (GRUPO GAY DA BAHIA, 2015; 2016; 2017). O tempo corre, as covas aumentam. As vidas não são garantidas; mais do que arriscadas por simplesmente existirem, parecem extirpadas com regularidade. Uma morte a cada 28 horas, anuncia o relatório sobre 2016. Há pouco tempo, não há tempo a perder. Algo precisa ser feito. “Talvez, por isso, o que fiz foi escrever como que especulando: *e se essas vidas fossem reais? E se essas vidas fossem tomadas por vivíveis?*” (RANNIERY, 2018, p.14, grifos do autor).

Vidas que já não compartilham o tempo presente. Por quê? E se fosse possível sua sobrevivência? Morte e destruição como práticas para gestão de corpos, comportamentos e circulação nos espaços públicos já foram problema de uma investigação anterior, quando agressões que mantinham os corpos vivos chamaram mais atenção do que os assassinatos (CASSAL, 2012). Regulações do ir, vir e experimentar continuam em jogo e a produzir-nos constantemente. Os incômodos nas vidas e mortes dessas pesquisas alertam que a violência opera com docilização e, talvez, impeça que acostumemos com o conforto dos territórios aparentemente privados de supostas intimidade e sociabilidade LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexos. Violência é promovida em função destas identidades (hetero-atribuídas ou auto-identificadas), pela percepção de dissidências sexuais e/ou de gênero. Essa motivação e esses atos são chamados de LGBTIfobia. Ainda que o sufixo ‘fobia’ não seja o mais preciso, posto que remete a uma condição patológica individualizada de pavor e ojeriza (CASSAL, 2014;

CASSAL, 2017), esse termo ainda tem importante função política na organização de movimentos contra a violência. Evidencia que violência e mortes não se dão por acaso. Algo foi gerado, e pode ganhar um nome. “‘*Precariedade*’ designa essa condição politicamente induzida em que certas populações sofrem por conta de redes insuficientes de apoio social e econômico mais do que outras, e se tornam diferencialmente *expostas à injúria, violência e morte*” (BUTLER, 2016, p. 33, grifos nossos). Por que contar corpos?

Mesmo com avisos, é preciso estar atento, e forte. As ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, percorridas por um jovem cartógrafo em 2011, não estão seguras. Escrever não impediu violências; textos talvez não salvem e nem protejam. Ao retornar às investigações sobre violências de anos anteriores, nada parece terminado. Cadáveres espalhados indicam assassinatos acumulados. Ninguém está seguro ou em paz. As mortes seguem inquietas. Por quê lutar, lembrar, escrever?

De um passado que parece longínquo, durante a Segunda Guerra Mundial, o escritor Walter Benjamin (2012a) lançou um alerta – apesar das afirmativas contrárias de inúmeros historiadores, a história não é uma sucessão de fatos finalizados. Pode parecer que o exercício de descrever uma linearidade, em que o passado estaria completo em si próprio e apartado do nosso tempo presente, levaria à redenção e à paz. Mas é no tempo de agora que o passado se faz notar, através de marcas, movimentos, ruínas de momentos idos, despojos das batalhas travadas e que continuam a se seguir.

O que nos é transmitido pela história remonta a batalhas intermináveis; cadáveres que insistem em retornar. “Todos os que até agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo triunfal, como de praxe. Eles são chamados de *bens culturais*” (BENJAMIN, 2012a, p. 244, grifos nossos). Aqui e ali, a história insiste em retornar, de forma desgovernada. Homenagens são feitas, mas não bastam; pelo contrário, ou o passado não está morto, ou os mortos não ficam em silêncio. Olhe pela janela. No horizonte, há uma grande cidade. O governo eleito decidiu escavar as ruas próximas ao mar e aos aterros, para implementação de novíssimos prédios empresariais e um silencioso bonde. Qual foi sua surpresa quando técnicos encontraram restos de séculos de movimentação, construção, destruição, luta. Tanto os pavimentos cobertos quanto os esqueletos esquecidos foram, em algum momento, ignorados em nome do progresso. Hoje, calçamentos e ossadas interromperam a obra por um momento, exigindo assim uma breve reorganização dos projetos urbanos. A história tomou o presente de assalto, como um tropeço que interrompe nossa caminhada e, por vezes, faz falar: “[...] o historiador materialista é um cronista da história, que inverte a lógica de estudos históricos que se preocupam somente com os grandes acontecimentos, voltando-se aos pequenos acontecimentos, ao detalhe, ao ínfimo, àquilo que não foi pensado” (FERREIRA, 2011, p. 129). Um pequeno pedaço de construção reencontrado

remonta às histórias que o levaram até ali mas, principalmente, aos embates que o fizeram ser coberto e esquecido.

Hoje, o bonde cruza silenciosamente as ruas enquanto estas palavras surgem na tela de um computador. Menos quando há manifestações ou blocos de carnaval nos trilhos, que interrompem a passagem. Aqui, não foi possível encontrar paz. Fecha-se a janela. Outra é aberta, agora de navegação. Na capital mais meridional do Brasil, longe daqui (à distância de uma memória), placas de ruas foram modificadas, com um custo de milhares de reais. Uma grande avenida com nome de presidente foi rebatizada pela Câmara dos Vereadores: a antiga Rodovia Castelo Branco agora é da Legalidade e Democracia. A lembrança ao regime militar responsável pela tortura, desaparecimento e assassinato de dissidentes passa por uma mudança para homenagear os movimentos políticos de resistência aos totalitarismos (KIELING, 2014). A história, assim como uma avenida, pode ser disputada. O novo nome foi questionado como tentativa de apagamento da história; à justiça, solicitou-se a reversão de nomenclatura, que foi concedida. Tanto faz, continua com engarrafamentos constantes. Por quê o logradouro importa tanto?

A verdadeira imagem do passado *passa voando*. O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade. [...] Pois é uma imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sinta visado por ela (BENJAMIN, 2012a, p. 243, grifos do autor).

Essa via expressa está na beira de um afluente que compõe o Rio Guaíba – por sua vez, designado há algumas décadas como Lago, o que modificou a legislação de ocupação das margens e de despejo de resíduos. Um trem urbano passa nas suas margens com horários, velocidade e procedimentos de funcionamento. Talvez esse comboio leve você pontualmente ao enterro de alguém morto pelo sistema ordeiro e ordenador, como Fernando Pessoa desenho sobre o fascismo dos anos 1920 (*apud* BARRETO, 2013). Mas acho que seria concessão demais. Não; o trem funciona mal e talvez o cadáver esteja sem identificação, em um Instituto Médico Legal. Centenas de milhares de pessoas observam o rio/lago e a rodovia/avenida de seus arranha-céus, dos vagões ou dentro dos automóveis, todos os dias. O que pensam?

Monumentos foram erguidos na tentativa de marcar uma biografia tida como digna e memorável; porém, estão sujeitos às ações do tempo, da linguagem e das forças. Mesmo os materiais mais resistentes se transformam com o passar dos dias e das eras; mais ainda, de forma inesperada, um indivíduo ou um grupo de vândalos/os, artistas, militares, revolucionárias/os, criminosas/os, governantes (etc) pode modificar, refazer, derrubar. Com mudanças de perspectiva, talvez nada dure para sempre. Estamos sempre em descompasso, prestes a perder ou já perdidos.

“Terminado o primeiro dia de combate, verificou-se que em vários bairros de Paris, independentes uns dos outros e na mesma hora, foram disparados tiros contra os relógios localizados nas torres” (BENJAMIN, 2012a, p. 250). O calendário e o tempo cronológico foram ameaçados como manutenção do funcionamento histórico. A história relaciona-se diretamente com as marcas, ruínas, restos e monumentos – como os lemos e o que deles fazemos? O nome da via expressa meridional foi modificado. O ditador falecido foi substituído por valores atualmente violentados e ameaçados de morte. Mudou, até quando? Já foi. O retorno é um retrocesso ou o tempo é outro? Haverá outros nomes por vir? Quando podemos dizer que uma disputa está perdida? O que está, de fato, em jogo?

Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar – ou talvez o teatro muito provisório – do trabalho que faço: suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. [...] isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 08-10).

O esforço de homogeneização da história tenta produzir um discurso pacífico, estável e linear do tempo. Mais ainda, apagar que haveria qualquer disputa entre projetos e poderes, com condições diferenciadas. Luta-se pelos e através dos discursos, do estabelecimento de verdades históricas como monumentos indestrutíveis. “De fato, somente a ação revolucionária pode interromper – por um tempo – o cortejo triunfal dos vencedores” (LÖWY, 2005, p. 123). Quem estaria em perigo com uma mudança de nome, Castelo Branco ou a Democracia? As disputas no legislativo seriam por um nome finalizado, ou para contar uma história? Os nomes mudariam o governo, ou o asfaltamento? Quem está atirando nos relógios?

Walter Benjamin está morto há mais de meio século. Pensador judeu alemão exilado na França durante a Segunda Guerra Mundial, cometeu suicídio enquanto fugia do regime nazi-fascista e encontrava-se na fronteira fechada para a Espanha. “Apenas naquele dia particular foi possível a catástrofe” (ARENDETT, 1988, p. 148). Seus escritos e sua morte são ruínas de um momento histórico, registros de sua obra e sua vida, inacabadas. Mas haveria algum modo de ser finalizada? Qual o despojo do cortejo triunfal, o livro ou o cadáver? Em seu legado, o escritor deixou um esforço para transmitir que mesmo os mortos não estão a salvo. Agora, suicidado, não temos como perguntar se está, de fato, em paz.

O escritor foi homenageado com seu nome em alguns espaços: uma praça em Berlim, uma estação de ônibus em Barcelona, um memorial na região de Portbou, próximo do seu local de morte. Aparentemente, não possui logradouros públicos na língua portuguesa. Seu nome não foi

sugerido para a beira do Guaíba. Ainda assim, ao andarmos pelas ruas da cidade, as letras de Benjamin podem ser encontradas nas passagens e tentam avisar-nos que a morte não o protegeu, e nem nos protegerá. Não acabou. Porque morto, ele anuncia que o passado está em risco; dirigiu um apelo sem direção, que encontramos no tempo de agora e com o qual devemos nos haver, pois “[...] somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a *inventar o presente* (GAGNEBIN, 2009, p.57, grifos nossos). Devemos questionar um presente em que as mortes são parte do cotidiano. Quase mil cadáveres a apodrecer em caixões ou valas comuns nos cemitérios do país pelas dissidências de gênero e sexualidade: são o legado de uma geração. Ou, pelo menos, com qual temos responsabilidade. Eles foram e nós ficamos, mas aqueles que partiram deixaram algo. Como sabemos? Pelos restos, ruínas, e também por uma sensação quase indescritível a nos rondar. “Pois não somos tocados por um sopro do ar que envolveu nossos antepassados? Não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos de vozes que emudeceram? [...] então existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Então, alguém esteve à nossa espera” (BENJAMIN, 2012a, p. 242). Alguém veio, alguém virá. Interrogar a linearidade do tempo não significa desarticulá-lo; pelo contrário, as conexões entre o que reconhecemos como passado, presente e futuro podem ser mais complexas do que aparentam.

O eco surdo dos amaldiçoados alerta para um passado que não está pronto, mas em disputa. Castelo Branco ou Lago? Rio ou Democracia? Quem lamenta esses falecidos? Mortos, mas objetos de fala pública (talvez pela primeira vez), ao menos nos relatórios policiais e estatísticos. Talvez uma ou outra biografia ganhe logradouros ou cartazes em prédios públicos.

A memória coletiva dos vencidos se distingue de diversos panteões estatais para a glória dos heróis da pátria, não só pela natureza dos personagens, sua mensagem e sua posição no campo do conflito social, mas também porque, aos olhos de Benjamin, ela simplesmente tem uma dimensão subversiva à medida que não é instrumentalizada a serviço de qualquer poder (LÖWY, 2005, p. 111).

Algo pode ameaçar os cadáveres? Tanto vivos quanto mortos são convocados para discutir história e memória. Hoje, aqueles que seguem pela Castelo Branco ou param nos parques à beira do Guaíba tentam entender esse som, que se assemelha a um grito de perigo. Será que nos deparamos com um problema de engenharia, sobre o tratamento das estátuas para serem mais resistentes ao tempo e às revoluções, e não perturbarem nosso pretendido descanso eterno? Garantir que avenidas, ruas e praças não mudem de nome, ou então garantir que não levem nossos nomes? Martins (2015) foi bastante precisa em ler tal aviso: o que contamos daqueles que morreram, e o que esses contam de nós? Afinal, o que significa olhar para o passado na iminência da destruição?

Estampidos de armas quebram o silêncio do navegador de internet e da janela fechada. Em uma esquina, um carro baleado deixou dois mortos. O corpo de uma vereadora e de um motorista perturbam as estatísticas – qual a causa da morte? Deveriam contar como racismo, dissidência sexual e/ou de gênero, crime político, latrocínio? Quem mandou os matar? Os cadáveres caem no chão, repetidamente. O relatório de 326 mortos já está finalizado, então esta nova disputa ficará para outro ano. Uma imensa comoção leva milhares de pessoas a atos públicos nas ruas. Retratos da morta são espalhados em cartazes nas cidades e nas redes sociais. Notícias tentam apontá-la como vinculada a grupos criminosos quando em vida. Programas de jornal contam sobre suas relações familiares. Uma biblioteca é batizada com seu nome. Podemos entrar nela sem horror? Seria este o legado devido?

Deveríamos proteger as mortes e os monumentos?

* * *

Dois:

Porta de correr

Paris é a cidade estrangeira que torna possível o acesso à cidade natal [do berlinense Walter Benjamin]. Ela opera no espaço o mesmo deslocamento que, no tempo, o olhar do adulto opera sobre sua infância; este deslocamento é essencial para um sujeito que não evoca nostalgicamente um paraíso perdido, mas reúne as imagens capazes de ‘performar no seu interior uma experiência histórica ulterior’. Um sujeito, portanto, para quem o lembrar não visa a descrição do passado ‘como de fato foi’, mas a sua retomada salvadora na história presente. Um sujeito, podemos acrescentar, que não fala de si para garantir a permanência da sua identidade, mas que, ao contar sua história, se desfaz de representações definitivas e ousa afirmar-se na incerteza (GAGNEBIN, 2013, p. 90-91).

Você consegue ouvir a balbúrdia que atravessa a janela fechada? Lá embaixo, há máquinas que constroem imensos edifícios. Trabalhadoras, trabalhadores apressados, pleiteantes de emprego, estudantes atrasados, caminhantes, vagantes distraídos. As pessoas passam nos ônibus, nos carros, nas motos, nas bicicletas ou a pé. Os barulhos do progresso tentam avisar-nos de alguma coisa. Um grito fino, estridente, como se viesse de algum lugar muito distante – seria um chamado dos mortos?

Ou é esse apito desregulado da garagem em frente. Que infelicidade. Se isso significa tecnologia e progresso, talvez preferisse ficar na pré-história.

Impossível dormir, impossível concentrar. Preciso levantar, tomar um café. Ponho os óculos. Abro a geladeira. Só tem cerveja. Serviria como café da manhã, se não fosse ‘Itaipava’. De onde isso saiu? Visto uma bermuda, pego a carteira e os acessórios, calço os chinelos, desço os dois

lances de escadas, passo pelos portões. Rua cheia. Acendo um cigarro. Trago, sentindo a vida se esvaír com a fumaça.

Caminho rápido pela calçada estreita, a desviar das pessoas, postes, bicicletas e motos. E também do lixo, das poças de água suja e das embalagens de preservativo vazias. Parece que a noite foi movimentada para as profissionais urbanas, trabalhadoras agora adormecidas. Seguem a resistir à sua retirada forçada pelas forças de segurança e de garantia da ordem, assim como às substituições dos casebres e sobrados por torres residenciais e comerciais.

Padaria. Guimba do cigarro no lixo. Café, amargo e forte, como o presente. Pão com queijo na chapa, tostado como minha vida sentimental. Balcão. Televisão exibindo o noticiário local do canal de maior audiência e, mais especificamente, a agenda dos candidatos à prefeitura da capital. Ninguém liga e ninguém se importa. Vou pro caixa. Custou dez golpinhos? Tá pela hora da morte. E só aceita dinheiro. Saco a nota de cinquenta, solitária na carteira. Que dia cai a bolsa de estudos, mesmo?

Saio da padaria, está um lindo dia cinzento na cidade sorriso, que saúda concomitantemente com maresia, garoa e fumaça o seu novo habitante. Que horror. Retorno pela rua de trás, agora sem urgência. Chegar em casa significa ter de trabalhar no texto. As lojas estão movimentadas. Pneus. Ferragens. Tintas. Essa está fechada, para alugar. Mecânica. Garagem. Prédio em construção. Outra fechada. Chaveiro. Vira a esquina. Igreja cheia – crise pra quem? Eletrônicos. Mais tintas. Mecânica. Lojinha colorida. Garagem.

Lojinha colorida?

Lojinha colorida.

Com bonecos de piratas em tamanho real na entrada e no telhado.

Que isso, caralho?

Dois avisos colados na pesada porta de vidro.

‘Porta de correr’, numa folha A4.

‘Carta aberta à população. Acreditamos, desde sempre, no valor dos brinquedos tradicionais no desenvolvimento psicomotor blablabla Estimulamos a fantasia e a criatividade blablabla Muito nos preocupa a obrigatoriedade de selo do INMETRO para comercialização de tradicionais brinquedos artesanais blablabla proteger as crianças não é apenas a segurança, mas também a cultura popular blablabla Atenciosamente, a gerência’ num cartaz A2 gigante. Sinto alguém sussurrar no meu ouvido:

O espírito do qual descendem os produtos, o processo total de sua produção, e não apenas o seu resultado, está sempre presente para a criança no brinquedo, e é natural que ela compreenda muito melhor um objeto produzido por técnicas primitivas do que um outro

que se origina de um método industrial complicado (BENJAMIN, 2009, p. 127).

Sinto um calafrio. O barulho da oficina mecânica quebra o devaneio. As peças gigantes, cinzentas, metálicas, chamam atenção como nunca. Carros sendo desmontados ou reconstruídos. A entrada é escura, suja, cheia de graxa. Pessoas em fila discutem umas com as outras. De dentro, ruídos ensurdecedores, de metal contra metal. Arranques de carro. O pirata no teto a tudo ignora. A cacofonia e o contraste daqueles dois estabelecimentos parece fazer um certo sentido, um pouco torto, já que “[...] [o] brinquedo, mesmo quando não imita os instrumentos dos adultos, é confronto, e, na verdade, não tanto da criança com os adultos, mas destes com a criança. Pois quem senão o adulto fornece primeiramente à criança os seus brinquedos?” (BENJAMIN, 2009, p. 96). O contraste seria uma estratégia de publicidade, para atrair concomitantemente os públicos das máquinas e das miniaturas? Onde posso comprar um pequeno carrinho, na loja infantil ou na automotiva? Carros artesanais também seriam perigosos e proibidos? Quais os riscos? Quem está protegido?

Não compartilho da posição de criança, no sentido dessa proteção especial que, pela lei, vai até os 18 anos incompletos. Poderia convocar a criança que há em nós e nunca está perdida, que alguns amigos falam. Mas não é sobre essa que a carta na porta trata. Não sou lido como um infante ao passar na rua. Não estou sob regulação de um conselho tutelar. Tenho garantida o direito ao voto, consumo de álcool e cigarro, habilitação à direção (ok, não completei a autoescola para essa), à prática sexual livre com outros adultos desde que consentida. E brinquedos não me ameaçam. Acho.

A chuva aumenta. Os carros continuam a passar pelo asfalto irregular da rua, com pontos de abandono e outros de recapeamento. Os imensos e novos condomínios arranham o céu, e os automóveis seguem, com tantas cores quanto o sobrado da lojinha. Ligam seus para-brisas. Água escorre pelo meu cabelo.

‘Porta de correr’ – sigo a ordem e entro na loja, na tentativa de me proteger da umidade.

O vidro bloqueia os sons externos. Um balcão de entrada, com diversas miniaturas. Estantes de madeira divididas nas mais variadas categorias, estão repletas de jogos e brinquedos. Ao lado, uma mesa de madeira com tampo de luzes de natal e bolas de gude. Ao fundo, araras com fantasias, ao lado de um imenso espelho. Próximo, mais bonecos de piratas em tamanho real. E um pedaço de navio pirata, também de gesso. Tecidos coloridos no teto. Tabuleiros de xadrez exibidos em uma vaidosa vitrine protegida.

A loja está quase vazia. Conta com uma vendedora desinteressada, um cliente embasbacado e outro, cínico.

Tudo parece estranhamente familiar. As prateleiras expõem fragmentos retirados do seu

contexto – pequenos móveis; roupas diminuídas; simulacros de tijolos, para composição de edifícios; minúsculos animais; palavras partidas em sílabas, ou letras. Metal, madeira, papel, tecido, plástico. Estão organizados por seções indicadas por pequenas placas, mas não basta para explicar as afinidades e diferenças de formas, materiais, cores, tamanhos, estilos. As embalagens e etiquetas parecem formar um gigantesco desenho; quem sabe, com a devida paciência em um jogo de palavras, poderíamos formar uma única frase tal como: “O brinquedo é uma materialização da historicidade contida nos objetos, que ele consegue extrair por meio de uma manipulação particular” (AGAMBEN, 2005, p. 87). Ou, talvez, só com as iniciais das caixas, encontraríamos ‘njjjqtrp masd’. Mas isso não seria uma palavra, e o jogo acaba.

As imagens nas caixas de jogos, brinquedos e fantasias retratam crianças sorridentes em fotos ou desenhos, manipulando os objetos de consumo, de um lado a outro das prateleiras. Olho por entre as estantes, pelo espelho. Parece que os objetos estão prestes a se mover. Giro 360° duas vezes. Aquela marionete... Ela se mexeu enquanto eu me movia, ou não? Afasto-me, disfarço, olho pelo espelho para aquele sorriso zombeteiro. Após uma volta, tudo parece ligeiramente diferente, ainda que eu não possa dizer o que mudou. Estariam os espelhos a venda, ou apenas as imagens refletidas, torcidas, imaginárias? Pode-se vender sonhos? Estátuas de gesso seriam brinquedos ou homenagens?

Um olhar sobre o mundo dos brinquedos mostra que as crianças, estes belchiores da humanidade, brincam com qualquer velharia que lhes cai nas mãos, e que o jogo conserva assim objetos e comportamentos profanos que não existem mais. Tudo aquilo que é velho, independentemente de sua origem sacra, é suscetível de virar brinquedo (AGAMBEN, 2005, p. 85).

Os piratas talvez venham de um parque de diversões, ultrapassados por novíssimos modos de entretenimento infantil. Não deve ter sido fácil confeccionar esses enormes bonecos; mesmo assim, foram abandonados da função original. Parecem estátuas e memoriais de um passado distante, escondidos para evitar sua destruição. E agora, encontram-se em um lugar seguro, sagrado, destinados àqueles que vão cultuá-los da maneira correta.

Remetem a memoriais de heróis mortos que, após outra revolução, tornaram-se inimigos do Estado. Dispararam tiros em relógios durante mudanças de calendário? Talvez bucaneiros que lutaram em nome do Rei, mas foram atacados quando perderam a utilidade. Tidos como heróis ou bárbaros. Lembram personagens que há muito estão mortos, descartados em valas comuns. Ao mesmo tempo, estranhamente, permanecem entre nós: resistem aos carros e edifícios, entre brinquedos, cores e espelhos. Não são eletrônicos, mas, mesmo assim, ouço algum barulho. Aproximo-me lentamente de um deles.

Os vidrados olhos de vidro do pirata apontam para longe. Seu sorriso zombeteiro parece rir de mim: “Onde *nós* vemos uma cadeia de acontecimentos, *ele* vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa a seus pés” (BENJAMIN, 2012a, p. 246, grifos no original). Seus olhos são de um morto, empalhado em meio aos restos de sua história, com pedaços de um navio e armas de gesso. Sinto um gosto ácido na boca – cafeína, nicotina, bile? Algo está terrivelmente fora do lugar. Mas a risada em seus lábios provoca outra coisa: “Em seus edifícios, quadros e histórias a humanidade se prepara, se necessário, para sobreviver à cultura. E o que é mais importante: ela o faz rindo. Talvez esse riso tenha aqui e ali um som bárbaro. *Perfeito*” (BENJAMIN, 2012a, p. 128, grifo nosso). Perfeito, insiste o boneco! Como aquele pedaço de massa e tinta pode falar sobre cultura e humanidade?

O pirata grita. Avisa sobre o perigo que ronda e que ninguém percebe. Não é um monumento, mas um vigia da história. Seus tesouros foram arrancados e exibidos em um cortejo triunfal interminável. Grita para proteger-nos. Tento me aproximar. Mas é um grito seco, mudo, não entendo sua mensagem. Apenas ouço a voz da atendente a repetir...

‘Senhor, por favor, não toque nos bonecos’.

* * *

Três:

Viver e narrar

Para mim, a palavra só começa após a morte, só uma vez estabelecida essa ruptura. A escrita é para mim a deriva do pós-morte, e não a marcha rumo à fonte da vida. Talvez seja isso o que torna minha forma de linguagem profundamente anticristã, provavelmente bem mais que os temas em que não paro de remexer (FOUCAULT, 2016, p. 47).

Os mortos se movimentam, mas não compreendemos o que tentam comunicar. Entre eles, já encontramos Walter Benjamin, a vereadora do Rio de Janeiro, o adolescente que talvez fosse homossexual e os quase mil assassinados por LGBTIfobia no Brasil entre 2014 e 2016. Avizinham-se dessa condição o Guaíba e a Democracia: com tantas violações, melhor não chegar muito perto, pois podem feder. Piratas de gesso não foram mortos, mas também não estão vivos. A história está incrustada nos cadáveres como chagas abertas. Os mortos lamentam a destruição, mas seu pranto é por vezes ignorado ou então silenciado – melhor que fiquem quietos e esqueçamos os que já se foram. Ao tomarmos a história como sequência sucessiva e linear de fatos, estes e muitos outros ficaram para trás.

Não é somente o futuro e o presente que permanecem abertos na interpretação benjaminiana do materialismo histórico, mas também o passado. O que quer dizer principalmente isto: *a variante histórica que triunfou não é a única possível*. Diante da história dos vencedores, da celebração do fato consumado, das rotas históricas de mão única, da inevitabilidade da vitória dos que triunfaram, é preciso retomar essa constatação essencial: cada presente abre uma multiplicidade de futuros possíveis (LÖWY, 2005, p. 157-158, grifos do autor).

Os nomes de muitos ainda retornam. A morte não é um ponto final. Em livros, notícias, relatórios, homenagens públicas, manifestações políticas e culturais, lembranças, conversas, pesadelos. Fraturam o sonho de pureza do progresso, deixando apenas cacos do que se queria perfeito. Indicam que há outras versões para a história: aquelas em que as condições que interromperam essas vidas ficam evidentes. Será que esses cadáveres estão a arrastar-nos a um tempo já perdido?

In many places, the neoliberalist project continues to reconstruct time in these ways as it “develops” new regions for profit, and additionally depends upon the idea of capital’s movement as itself an inexorable progress that will eventually accommodate select women, people of color, and queers. Neoliberalism describes the needs of everyone else, everyone it exploits, as simply, generically, deferred: the phrase “No Child Left Behind” suggests that there is, indeed, a behind in which the unlucky shall dwell. (FREEMAN, 2005, p. 58).

O projeto de tempo como desenvolvimento contínuo em direção ao futuro acompanha uma perspectiva neoliberal, deixando restos e histórias para trás. O esforço necessário é deparar-se com esse sistema tão difuso e entranhado no modo como percebemos e produzimos o mundo e nós próprios. Em tal perspectiva, a rememoração, a investigação do passado e o pranto pelo que se perdeu configuram atitudes bárbaras de retrocesso. “A relação entre hoje e ontem não é unilateral: em um processo eminentemente dialético, o presente ilumina o passado, e o passado iluminado torna-se uma força no presente” (LÖWY, 2005, p. 61). As carcaças apodrecidas dos mortos deveriam estar imóveis e silenciosas. Mas algo zumba, perturba, e impede de deixar os cadáveres para trás. O passado insiste. Mesmo que pareça irreal, é preciso considerar “[...] *como se fosse verdade, pois sendo ficção*, a questão não é se debater contra ou sobre os jogos de poder que constituem o que pode ser verdadeiro, mas usufruir desse embate” (RANNIERY, 2018, p. 10, grifos do autor). Provocações que as vidas interrompidas geram ao passarem para tal condição. À distância, não é possível compreender o que acontece. Os sons seguem, convocam-nos. Resta, portanto, enfrentar o incômodo de aproximar-se, o que parece assustador. Para além do estado de putrefação dos mortos e do passado – feio, desagradável, nojento, assustador – há um resquício ainda mais apavorante. Imagine se, de fato, os mortos estiverem a falar e pudermos ouvi-los. O que

fazer, “[...] para que chamar os mortos para conversar?” (MARTINS, 2015, p. 90). O que teriam a dizer, e como nos posicionaremos ao que nos endereçam? O que cobrarão de nós, de como vivemos e do que temos feito do mundo? Lembrar dos perdidos é um exercício arriscado mas também uma exigência ética. Isso é feito, aqui, através de constelações: um esforço para encontrar ligações entre fenômenos de diferentes planos de existência, a fim de interpretar fatos como ideias. Escrevendo, produzir narrativas, que buscam evidenciar os conceitos operantes nos processos em questão. Mais de uma centena de crianças e adolescentes mortos em três anos por LGBTIfobia. A força das normas sexuais e de gênero, que foi naturalizada em notícias de jornal sobre assassinatos, ganha foco na montagem.

Essas perdas merecem ser reconhecidas e as circunstâncias de seu desaparecimento precisam ser dadas a conhecer publicamente. Eu confio que nós todas possamos concordar nisso. E por que isso? Porque elas eram vidas que importavam, *ainda importam*, e elas mereceram viver suas vidas, merecendo agora ser lamentadas (BUTLER, 2016, p. 30, grifo nosso).

Olhe para trás e para os lados. Ruínas, destroços e cadáveres acumulam-se incessantemente. Vidas que ainda importam. Um tumulto de barulhos. Os dejetos do tempo em que vivemos são também o legado de nossa sobrevivência. Inclusive as perdas irreparáveis, sobre as quais devemos lamentar e interrogar. Em jogo, o que podemos fazer além de enterrá-los ou petrificá-los em memoriais de uma história única, finalizadas. Ainda que afônicos, os mortos não estão inertes. Legam-nos perguntas, ainda que incompreensíveis. E justamente porque essas vidas importavam e importam, precisamos exercitar a percepção. Preste atenção: é possível enxergar a nós mesmos, deformados, no reflexo do vítreo de seus olhos cegos. Algo brilha, e nos possibilita viver. O que vemos ali? Quais modos de existência e processos de subjetivação são tecidos?

Tomar a morte como evento isolado e individual indica demarcações delimitadas, normalizadas, relacionadas umas às outras por sistemas valorativos e organizações hierárquicas: a “[...] *produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção*” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 28, grifo dos autores). Nesta perspectiva, a noção (e experiência) de indivíduo é efeito, e não mais dado *a priori* da existência. Guattari e Rolnik apontam que “[...] indivíduos são o resultado de uma produção de massa. [...] Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 31). O viver é um processo coletivo; portanto, as perdas também interrompem esse ‘eu’ estabelecido. Mas essas vidas continuam a ganhar eco, pela mesma razão. O que resta? O fato de estarmos a respirar quando inúmeros não podem mais fazê-lo convoca a uma retribuição, já que “[...] foi-nos concedida, como

a cada geração anterior à nossa, uma *frágil força messiânica* para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso (BENJAMIN, 2012a, p. 242, grifos no original).

Por onde o progresso passa, indicando o futuro, encontram-se ruínas, restos, corpos. Não há como compreender plenamente o que os mortos pedem de nós, mas os escritos em vida e materialidade de seus cadáveres podem criar interrogações e incômodos. Aqueles que compartilharam do presente e foram dele arrancados são nossa responsabilidade. Algo precisa ser feito. Talvez, “[...] [u]m arquivo dessas vidas que não são nada, dessas vidas levadas a morrer. E, *gostaria de marcar, aqui, uma posição*: não se trata de um conflito cultural ou mesmo psicológico que levou a morte de Ricardo [...], porque o que está em jogo é a existência mesmo” (RANNIERY, 2017, p. 3-4, grifos nossos). Narrar porque morreram, insistir que existam, enquanto resto, no tempo presente: isso nos faz viver.

A aproximação dos mortos – perdidos e assassinados em nome, talvez, do progresso – é o risco e também a necessidade de nos perdermos do mundo como o conhecemos. Implica viver da memória e da história – e, mais especificamente, de registros escritos que foram feitos – a fim de entrar em contato com o tempo que parece perdido. “A estrutura temporal deste método do desvio deve ser ressaltada: o pensamento pára [sic], volta para trás, vem de novo, espera, hesita, toma fôlego. É o exato contrário de uma consciência segura de si mesma, do seu lado e do itinerário a seguir” (GAGNEBIN, 2013, p. 87). Não se trata de salvar o passado, mas utilizá-lo para estilizar a imagem de coesão e linearidade que o presente tenta imprimir.

Tais quais os mortos, as estrelas que hoje vemos brilhar há muito se foram ou mudaram de posição; entretanto, quem está em uma perspectiva única e singular no tempo e no espaço pode desenhá-las como constelações, ao perceber que “[...] em um momento de perigo supremo apresenta-se uma constelação salvadora que liga o presente ao passado” (LÖWY, 2005, p. 68). Escrever em conexão com batalhas perdidas, aqui, é um exercício de constelar estrelas. Assim como olhamos astros no céu em um movimento que remete ao passado, pois sua luz pode ter se apagado no ponto estimado de origem quando chega até nós. Pouco importa; o tempo de agora é o encontro com o brilho, mesmo que em um lampejo. Essa luz existe, e por nós vive. Ao olhar para a suposta origem, não podemos acessá-la instantaneamente. A origem é um lapso. É o céu de hoje que podemos contemplar e estabelecer contato; de outros, não há conhecimento.

A história apresentada nos relatos oficiais traz o interminável cortejo dos vitoriosos, e os despojos que foram arrancados do seu tempo. A barbárie não é a exceção, mas a regra do processo histórico. O jogo, então, é compor com os restos de vencidos e assassinados. Ocupar certo “[...] umbral de indistinção entre o dentro e o fora” (AGAMBEN, 2008, p. 45) do ato de narrar. Perceber

o que se passou porque isso diz algo da posição em que então estávamos, mas também de onde estamos. Indica movimento e perspectiva, não necessariamente linear; e, de fato, ao olhar para aquilo que parece estar atrás, os mortos retornam a mirada. Também estamos sob seu juízo: o que fazemos com a vida? Narrar é um procedimento temeroso, e sem garantias de sucesso.

Estrelas apagadas e corpos mortos: o contato com as marcas da história funciona como uma tentativa de ressurreição das batalhas perdidas. Os vivos podem se nutrir deste encontro, na luta contra inimigos que não cessam de vencer. Desenhar no céu noturno interfere naquilo que se vê e compreende. Lembrar é, também, transformar. “A rememoração tem por tarefa, segundo Benjamin, a construção de constelações que ligam o presente e o passado. Essas constelações, esses momentos arrancados da continuidade histórica vazia, são *mônadas*, ou seja, concentrados da totalidade histórica” (LÖWY, 2005, p. 131, grifo nosso). Após identificar um astro celeste, ou desenhar um contorno entre os brilhos, o céu já não é mais o mesmo, e nem quem o observa. Tempo, história e sujeito ficam fraturados, o reconhecimento muda. Ter acesso ao canto daqueles que partiram poderia também interromper o ‘tempo-de-agora’ e o modo como o compreendemos?

Pensar não inclui apenas o movimento dos pensamentos, mas também sua imobilização. Quando o pensamento para, bruscamente, numa constelação saturada de tensões, ele lhe comunica um choque, através do qual ela se cristaliza numa *mônada*. O materialista histórico aproxima-se de um objeto histórico somente quando ele o confronta enquanto *mônada*. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária na luta pelo passado oprimido. Ele aproveita essa oportunidade para explodir uma época determinada para fora do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele arranca à época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada. [...] O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente contém, *em seu interior*, o tempo, como uma semente preciosa, mas insípida (BENJAMIN, 2012a, p. 251, grifos no original).

A produção de uma *mônada*, um corte no tempo pelo seu excitamento, permite conexões variadas e inesperadas com o passado. O brilho de ruínas de lutas com as quais encontramos-nos permitem formar constelações variadas, por vezes inéditas, mesmo que por um instante. Olhar e lembrar para dizer: não foi bem assim, não foi só assim, poderia não ter sido assim. E, então, afirmar – não somos só isso que se retrata, se representa e se consolida. Os monumentos do passado não contam toda a história, que precisa ser produzida, e não em quaisquer condições: “[...] uma história que tenha um sentido, uma utilização, uma eficácia política, só se pode fazê-la corretamente sob a condição de que se esteja ligado, de uma maneira ou de outra, aos combates que se desenrolam neste domínio” (FOUCAULT, 1979, p. 154). Não há paz possível; então, como lutar? As mortes interrompem o tempo (supostamente linear) e o pensamento (pretensamente imaterial). A escrita e a rememoração tentam acompanhar tal percurso, fragmentado, com mudanças de direção. Lutar sabendo que pode morrer. Escrever para que algo sobreviva, ao menos mais um pouco.

Talvez, entre as ruínas, lampejem instantes revolucionários.

Nunca podemos recuperar totalmente o que foi esquecido. E talvez seja bom assim. O choque do resgate do passado seria tão destrutivo que, no exato momento, forçosamente deixariamos de compreender nossa saudade. Mas é por isso que a compreendemos, e tanto melhor, quanto mais profundamente jaz em nós o esquecido. [...] *o esquecido nos parece pesado por causa de toda a vida vivida que nos reserva*. Talvez o que o faça tão carregado e prene não seja outra coisa que o vestígio de hábitos perdidos, nos quais já não nos poderíamos encontrar. *Talvez seja a poeira de nossas moradas demolidas o segredo que o faz sobreviver* (BENJAMIN, 2012b, p. 105-106, grifos nossos).

O escritor morto perdeu sua biblioteca, mas deixou textos que ainda hoje lemos. A incompletude pode ser o que nos permite sobreviver sem ser absolutamente destruídos. O destino póstumo é um legado inesperado e inacabado, impossível de prever ou verificar. Jogos de letras cresceram para composições de palavras e constelações de ensaios. Pretérito e presente misturaram-se. Quais os alertas do passado, e como traduzi-los? Ao falarem do futuro, seria o nosso tempo por vir ou o que vivemos hoje?

Mas aponta-se para uma escrita dos restos que foi apresentada no limiar entre salvar e não deixar esquecer. Neste limiar foi possível escrever. Uma escrita limite que faz ensaiar. Habitar a realidade naquilo que ela se confundiu com a ficção. Dos restos, contar histórias e afirmar a verdade ali onde ela foi esquecida: na ilusão (MARTINS, 20015, p. 150).

A formação de constelações a partir de documentos, lembranças, notícias: restos e ruínas do tempo em que se vive. Há um risco em lembrar e escrever, mas as convocações dos mortos e perdidos avizinham-se e pedem passagem. Resta escrever para fraturar o tempo e para aproximar-se da morte. Escrever enquanto ainda há tempo, mesmo em perigo, pois o tempo de agora parece cada vez mais breve, urgente e ameaçador. “Então, ao viver minha vida como um ser reconhecível, vivo um vetor de temporalidades, uma das quais tem minha morte como término, mas a outra consiste na temporalidade social e histórica das normas pelas quais é estabelecida e mantida minha reconhecibilidade” (BUTLER, 2015, p. 50).

Mas algo permaneceu de quem se foi. Um brilho, uma memória, um texto, um lampejo. Exercitemos esses procedimentos. “Preferimos a tendência sistemática de sugerir, de evocar. Na esperança de que esta tarefa encontrará cúmplices” (SCHERER; HOCQUENGEM *apud* AMARAL E SILVA, 2016, p. 113). Os escritos de autores mortos e os relatórios sobre assassinatos são pontos de entrada e conexão com o que se foi.

Afinal, os escritos e as lembranças de um vivo serão, em algum momento, os restos parciais de um morto. E as ruínas continuam a se acumular.

* * *



(LAERTE, 2019, online).

* * *

Quatro: Álbum de infância

Longe de ser um retrato fiel da realidade, a brincadeira não apenas se apresenta como a maneira singular como a criança interpreta o mundo em que vive, mas também como a desconstrução desse mundo. O terreno do brincar é o do discurso em sua potência dialógica, aberto às disputas de sentidos, em que as crianças tecem transcrições sobre os seus mundos de vida (SALGADO; SOUZA, 2018, p. 254).

Senta-se na cadeira, a respiração mais lenta. Pés no chão e braços soltos no colo, se possível. Olhos fechados. Inspirar, expirar. Sente o pulmão expandir e esvaziar. Presta atenção nos pontos de apoio e peso do corpo no solo, no assento. A textura das roupas. Sons e cheiros ao redor. Como estão os pés, tornozelos, joelhos, coxas. Quadril, virilha. Abdômen e peito incham e esvaziam conforme a respiração segue lenta e até o limite. Ombros relaxados, braços e mãos leves. Pescoço pende levemente para a frente. Maxilar solto. A respiração começa a emitir sons. Atenção nos seios da face, nariz (sempre respirando), olhos (fechados), testa, orelhas, o topo da cabeça. Cabelos – será que estão ali?

As imagens passam, mesmo com olhos fechados. Assim como vozes, sons, pensamentos. Sente o corpo, percebe as imagens, e escuta uma pergunta: qual a sua memória mais antiga?

Se é verdade que aquilo com que brincam as crianças é a história, e se o jogo é o relacionamento com os objetos e os comportamentos humanos que capta nestes o puro caráter histórico-temporal, então não parecerá irrelevante que [...] o tempo em seu caráter originário, figure como uma 'criança que joga com os dados' (AGAMBEN, 2008, p. 88).

Pode ser apenas um breve lampejo. O que retorna? Onde você estava, o que vestia, como se sentia? Quais os cheiros, cores, gostos, toques, sons? Quem estava a volta?

Na minha, eu tinha por volta de dois anos de idade. Fazia frio, usava um agasalho azul, meio surrado. Mas, no pedaço de luz de sol que iluminava o chão da sala através da janela, sentia calor e alegria. A sala ainda tinha um pequeno sofá, velho, de madeira. Dia bonito, de algum inverno porto-alegrense. O enorme cachorro da família estava comigo. A janela tinha vista para o rio. A imagem do Guaíba, imenso como um lago, continua a me acompanhar em sonhos e memórias.

Aquela criança não percebia as situações que se aproximavam – familiares e nacionais, políticas e afetivas. “Nós *articulamos* o passado, diz Benjamin, nós não o *descrevemos*” (GAGNEBIN, 2009, p. 40, grifo no original). Fica uma certa dúvida se já estariam anunciadas nas posições, nos objetos, nos detalhes.

Lembro-me do cachorro. Às vezes, como criança, acompanhava-o como se também fosse um cão. De quatro, latia, lambia, mordida as pessoas, ignorava ordens. Mordia o próprio cachorro, que não me machucava, apenas gania e saía de perto, correndo. Às vezes, ele corria pela lama no parque próximo e ficava imundo.

Também lembro de quando mudamos de cidade; ele foi dado a outra pessoa, e nunca mais o vi. Por mais que tente, não consigo finalizar a imagem do focinho dele, vista de frente. Era um pastor alemão, tinha um focinho muito característico. Mas, quando vejo alguma foto, não parece o mesmo cachorro.

Já passaram tantos anos, o cão certamente morreu.

A beleza dessas imagens não nasce da nostalgia do adulto ou da transfiguração, tão comum, da infância. Benjamin não evoca nenhum paraíso perdido. Ao contrário, segundo suas próprias palavras, estas imagens devem ‘vacinar’ contra a saudade e a nostalgia (*Sehnsucht*), o adulto exilado da sua cidade natal. Porque as imagens da infância, muitas vezes, nos fazem correr este risco sentimental, justamente por isso elas também produzem uma vacina eficaz. Sua beleza não surge da saudade, mas da lucidez, do ‘discernimento’ que compreende ‘a impossibilidade não contingente e autobiográfica, mas sim necessária e social, da volta do passado’ (GAGNEBIN, 2013, p. 81).

Essa lembrança antiga está registrada em uma fotografia, com o cão deitado ao meu lado. Velha, desbotada, com uma anotação atrás. Não era possível compreender os inúmeros avisos do perigo que chegavam como nuvens no horizonte do Guaíba. Veja bem, não era uma época melhor ou pior, mais ou menos feliz. Mas que indícios aquela foto traz para o tempo presente? O móvel desgastado falava de uma separação? Será que a caixa na lateral já tinha adereços artísticos, ou então livros? Anunciava o menino, sentado, na beira da praia, fazendo com a mão castelo no mar?

A foto carrega em si um gérmen de tudo que há por vir: no passado, anunciava o futuro? Entretanto, só seria possível identificar isso ao olhá-la hoje, como recurso técnico de auxílio à memória, e quando toda aquela cena virou areia, se espalhando e pedindo espaço. Algo se inventa ao

[...] recolocar o texto como um espaço-tempo de experimento de imaginação, um campo de montagem. A ficção permite-me assumir a não transparência da escrita sem, entretanto, dispensar a alteridade, quer pelo risco autoencapsulamento, quer por riscar da paisagem os diversos modos pelos quais a diferença distorce, desloca, faz derivar e constitui a escrita da pesquisa (RANNIERY, 2018, p. 4).

A memória se faz no seu próprio relato, no tempo presente. Contar a história produz a cena do passado – a fotografia e a fala da família se compõem com marcas corporais. Onde acaba a realidade e começa a ficção? Afinal, lembro-me daquela tarde (ou seria uma manhã?). Rememoro a cena registrada, mas quem fotografou e produziu esse simulacro da memória, suporte para uma narração? Onde foi parar aquela foto?

E, de fato, quem é esse ‘Eu’ que tenta lembrar?

[...] o ‘eu’ e o sujeito não são nem idênticos nem intercambiáveis; não seria correto confundir o sujeito com este pronome que só faz representá-lo perante as instâncias do diálogo interpessoal [...] Mas então como compreender quem é este sujeito que, além disso, tenta contar sua vida? (GAGNEBIN, 2013, p. 74).

Na medida em que teço a memória da foto e da infância, construo paulatinamente um ‘Eu’, entre aspas porque indefinidamente provisório e incompleto. O sujeito, nessa leitura, é constituído no exercício da lembrança. Dessa maneira, um ‘Eu’ que produz-se hoje (e não antes), na relação da passagem do tempo com o corpo, com as histórias contadas, e com os encontros junto a essa fotografia. Ao contar, evoco uma memória, mas também a crio; busco um passado que escapa entre os meus dedos.

Mesmo na vida corrente, quando contamos a nossa história, seja a nós mesmos seja aos outros, nosso relato desenrola-se entre um início e um fim que não nos pertencem, pois a história da nossa concepção, do nosso nascimento e da nossa morte depende de ações e de narrações de outros que não nós mesmos; não há, portanto, nem começo nem fim absolutos possíveis nesta narração que nós fazemos de nós mesmos [...] Assim, mesmo na linguagem cotidiana dita comum, o sujeito narrativo que fala da sua história submete-se, sabendo ou não, aos mesmos mecanismos que regem as sutis narrações literárias contemporâneas – e dos quais tiram ao mesmo tempo sua vitalidade e sua fragilidade (GAGNEBIN, 2013, p. 84).

Escrevo sobre Porto Alegre na tentativa de dar alguma coerência a esse sujeito registrado em fotos, documentos, títulos e perfis online. Tendo definir um ‘Eu’ que contrasta com a possibilidade de outro. Alguém a ser memorável e passível de relato. Mais, alguém que exista e seja reconhecido

como humano. “*Pero ¿cuales son los marcos implícitos de la reconocibilidad en juego cuando ‘reconozco’ a alguien ‘como’ yo? ¿Qué orden político implícito produce y regula el ‘parecido’ en tales casos?*” (BUTLER, 2010, p. 61). Construo uma ficção de mim mesmo, de um ‘Eu’ que tenta ser linear. Mas há tantos furos na narrativa. Quem está atrás da câmera? Como é o focinho do cachorro? Em que estação do ano aquilo aconteceu? O relato está atrasado e esburacado. A história é contada por um outro que não aquela criança: alguém que nunca poderá encontrá-la. As regras do lembrar e relatar estão terrivelmente enganchadas no tempo em que a história é evocada.

Desse modo, o relato que posso fazer de mim mesma tem o potencial de se desintegrar e ser destruído de diversas maneiras. As tentativas de dar um relato de mim mesma fracassam em parte porque interpele o relato que dou, e ao interpelá-lo me exponho para o tu. [...] De certa forma, ser um corpo é o mesmo que ser privado de uma recordação completa da própria vida. Meu corpo tem uma história da qual não posso ter recordações. [...] a exposição constitui um entre os vários aborrecimentos do processo de darmos uma narração de nós mesmos. Há (1) uma *exposição* que não pode ser colocada em forma narrativa e estabelece minha singularidade, e há (2) *relações primárias*, irrecuperáveis, que formam impressões duradouras e recorrentes na minha história de vida, e por isso (3) uma história que estabelece minha *opacidade parcial* para comigo mesma. Por fim, há (4) *normas* que facilitam meu ato de contar sobre mim mesma, mas que não crio e fazem de mim substituível no momento exato em que busco estabelecer a história de minha singularidade. Essa despossessão na linguagem é intensificada pelo fato de que dou um relato de mim mesma para alguém, tanto que a estrutura narrativa desse ato de relatar é suplantada pela (5) *estrutura de interpelação* na qual acontece (BUTLER, 2015, p.54-55, grifos no original).

A história antecede e excede o sujeito que narra. A tentativa de fraturar o tempo coloca em cena um sujeito que já é partido, deslocado, estranho. Cada enunciação, falada ou escrita, apresenta-se atrasada ao pensamento que a formula – revela-se um fracasso. Ao contar sua história, emerge um sujeito opaco: no que diz respeito à sua origem corporal; na negociação com o campo normativo no qual o pensamento se formula; na impossibilidade de controle das interpelações; na história do campo social no qual emerge enquanto um ‘Eu’; no instante de inauguração da consciência de si próprio; na relação com a linguagem que permite formular enunciados (BUTLER, 2015). Por outro lado, esse fracasso ao narrar a própria história e as marcas produz mais alguma coisa. Restos de um ‘Eu’ que se espalham no tempo e no espaço por não estarmos na origem de nós mesmos e termos uma história que nos antecede, bem como um futuro que se anuncia. Contar o ‘si mesmo’ é um modo de reiterá-lo frente ao mundo que, o tempo todo, convoca sua presença.

E não é possível fazer nenhum relato de mim mesma que, em certa medida, não se conforme às normas que governam o humanamente reconhecível ou negocie esses termos de alguma maneira, com vários riscos originando-se dessa negociação. Mas, [...] [s]e dou um relato de mim mesma para alguém, sou obrigada a revelá-lo, cedê-lo, dispor-me dele no momento em que o estabeleço como meu. É impossível fazer um relato de si mesmo fora da estrutura de interpelação, mesmo que o interpelado continue implícito e sem nome, anônimo, indefinido. A interpelação é que define o relato que se faz de si mesmo, e este só

se completa quando é efetivamente extraído e expropriado do domínio daquilo que é meu. É somente na despossessão que posso fazer e faço qualquer relato de mim mesma (BUTLER, 2015, p.51-52).

A interpelação implica na construção incompleta de uma história, sem compromisso com uma suposta verdade universal. Dessa maneira, as escolhas que fazemos em torno da narração têm efeitos de intervenção naqueles que nos cercam. O ato de narrar é um exercício ficcional de resposta à interpelação: *“En todo caso y si fuera necesario llevar las cosas al extremo, una ficción autopolítica o una autoteoría. [...] No me interesa lo que de individual hay en ellos. Sino cómo son atravesados por lo que no es mío”* (PRECIADO, 2008, p. 15). Quanto mais tenta-se falar de um ‘Eu’, mais coloca-se em cena as condições para enunciação – tempo, espaço, linguagem, relações. Relatar é menos encontrar e mais estranhar a ‘si mesmo’. Quanto mais se fala, também mais se apresenta do mundo e ainda haverá por conhecer. Lembrar inventa mundos, tal qual se espera de um jogo infantil.

O fato de não haver reconstrução narrativa definitiva ou adequada da pré-história do ‘eu’ que fala não quer dizer que não possamos contá-la; significa apenas que no momento em que a narramos *nós nos tornamos filósofos especulativos ou escritores de ficção*. A pré-história nunca deixou de acontecer e, como tal, não é pré-história em sentido cronológico. Não está terminada, consumada, relegada a um passado que logo se torna parte de uma reconstrução causal narrativa do si-mesmo. Ao contrário, essa pré-história interrompe o relato que tenho de dar de mim mesma, torna cada relato que dou de mim mesma parcial e malsucedido e constitui, de certa forma, minha incapacidade de ter de responder plenamente por minhas ações (BUTLER, 2015, p.103, grifos nossos).

Ao rememorar, escrevo uma história que não tem posse, pois não há um ‘Eu’ único e coerente que possa reivindicá-la. Assim, o que se conta carrega os restos de todo o tempo histórico no qual a narrativa emerge. Recupera rastros do legado dos mortos e das expectativas sobre futuro dos corpos infantis que se quer governar. As ruínas são sistematicamente categorizadas de maneira linear e estanque, mas narrar pode bagunçar esse esforço normativo.

Mesmo na vida corrente, quando contamos a nossa história, seja a nós mesmos seja aos outros, nosso relato desenrola-se entre um início e um fim que não nos pertencem, pois a história da nossa concepção, do nosso nascimento e da nossa morte depende de ações e de narrações de outros que não nós mesmos; não há, portanto, nem começo nem fim absolutos possíveis nesta narração que nós fazemos de nós mesmos (GAGNEBIN, 2013, p. 84).

O exercício fracassa. A busca por uma memória é transformada no encontro com a instabilidade do ‘Eu’ e da história. Cada repetição e nova tentativa apenas evidencia a relação com o instante, único tempo possível de acesso para narrar. O que é essa criança buscada na rememoração? Qualquer que seja, não compartilho desse lugar, que escorre pelos meus dedos. A

história está esburacada. Afinal,

[...] há um limite ao que o ‘eu’ pode realmente recontar. [...] A única história que o ‘eu’ não pode contar é a história de seu próprio surgimento como ‘eu’ que, além de falar, relata a si mesmo. Nesse sentido, há uma história sendo contada, mas o ‘eu’ que a conta, que pode aparecer nela como narrador em primeira pessoa, constituiu um *ponto de opacidade e interrompe a sequência*, induz uma quebra ou erupção do não narrável no meio da história. Desse modo, a história que conto de mim mesma, [...] deixa de relatar a mim mesma no momento em que apareço. Com efeito, apareço como aquela de quem nenhum relato pode ou será dado. Estou fazendo um relato de mim mesma, mas não há relato a ser feito quando se trata da formação desse ‘eu’ que fala e que narraria sua vida. *Quanto mais eu narro, mais provo ser menos capaz de fazer um relato de mim mesma. O ‘eu’ arruína minha história, apesar de suas melhores intenções* (BUTLER, 2015, p. 89, grifos nossos).

A memória é insuficiente para relacionar a criança que fui com crianças de outros tempos, que existem atualmente ou não. Narrar evidencia a fragilidade do ‘eu’, contar histórias é um procedimento em uma pesquisa que tece constelações. A condição arruinada do sujeito permite deslocar a posição de narração. A tese inteira é escrita por uma pessoa, mas fracassa em registrá-la. Assim como ela sucumbe às peças da história.

As memórias da criança em um pedaço de papel, registrada pelo olhar de um outro, hoje perdido, tal qual o focinho do cão. Arruinadas. Mas algo permanece: nos buracos do esquecimento, ecoam latidos.

* * *

Cinco:

Garoto, interrompido

Estes lugares privilegiados da infância, dos quais o adulto se lembra, não são, portanto, os lugares de uma felicidade inocente e imaculada; pelo contrário, preenchem a criança de uma certa apreensão, pois são plenos dos mortos do passado, e, mais vezes ainda, plenos de um futuro desconhecido mas pressentido, pois são, como diz Benjamin, ‘cantos proféticos’ (GAGNEBIN, 2013, p. 88-89).

Um menino aguarda na cama, a noite, para que lhe contem uma história. Trovões do lado de fora espantam o seu sono. O que pode ser dito e oferecido ao pequeno?

Walter Benjamin (2015), quando vivo, decidiu recuperar a história de Berlim e da Alemanha em suas narrativas radiofônicas dirigidas aos infantes. Os brinquedos, os prédios, as ruas, as indústrias. O que as crianças de Berlim, com acesso ao rádio, no começo do século XX, podiam entender daquelas conferências? Neste momento, não sabemos. Mas o programa ficou no ar durante alguns anos – suponhamos, por ora, que houve retorno positivo.

A publicação de seu programa de um século atrás fez aparecer uma aposta nas crianças. Na sua capacidade de compreender, e no seu direito às histórias. Quase 100 anos depois, nos tempos de *vlogs* e canais de *youtube*, o exercício benjaminiano é, por vezes, percebido como recuperação do sujeito pela ação política. As memórias de infância estão a serviço político – mas, nesse caso, não de um ‘Eu’ regente e imperioso. “O si não é vestimenta, ferramenta ou posse. Ele deve ser encontrado no princípio que utiliza esses instrumentos, não um princípio do corpo, mas da alma” (FOUCAULT, 2004, p. 332). Trata-se da construção fronteiriça entre memórias pessoais e coletivas, de difícil localização; recuperar a constituição de um ‘si mesmo’ infantil através da ação revolucionária da história:

Com efeito, Benjamin insiste várias vezes na sua tentativa de captar, de reter imagens nas quais uma experiência muito maior que o vivido consciente e individual do narrador se depositou: a experiência da grande cidade tal como ela se apresenta a uma criança da classe burguesa, no início do século, e isto apesar de todas as estratégias familiares e sociais para esconder a existência dos outros, dos pobres e dos revoltados, da miséria e da morte (GAGNEBIN, 2013, p.80-81).

Benjamin contou histórias perigosas. Bandoleiros. Bruxas. Fausto e o demônio. A prisão da Bastilha e a Revolução Francesa. Histórias de dor e de terror que também constituem quem somos e onde estamos. Será que Benjamin ameaçou a segurança das crianças? Seria ele um risco social? E se encontrássemos seus ouvintes sobreviventes (que hoje teriam quase 100 anos de idade): o que lembrariam da Berlim em que viveram e, mais ainda, da capital alemã relatada? As emissões radiofônicas reconstruíam a memória de um menino, nas suas elocubrações adultas, dirigidas a outras crianças berlinenses. Que cidade ele desenhava, no então tempo presente, ao comunicar-se com as pessoas ouvintes?

Trata-se do preconceito de que as crianças são seres tão distantes e incomensuráveis que é preciso ser especialmente inventivo na produção do entretenimento delas [...] a Terra está repleta dos mais puros e infalsificáveis objetos da atenção infantil. [...] [as crianças] Sentem-se irresistivelmente atraídas pelos *detritos* que se originam da construção, do trabalho no jardim ou na marcenaria, da atividade do alfaiate ou onde quer que seja. Nesses *produtos residuais* elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e somente para elas. Neles, estão menos empenhadas e reproduzir as obras dos adultos do que em estabelecer uma relação nova e incoerente entre esses *restos e materiais residuais* (BENJAMIN, 2009, p. 57-58, grifos nossos).

No parque de diversões, na loja de brinquedos, no cinema, na escola, em casa, na praia. Ao trabalharem nas ruas, no campo, no comércio. Os corpos infantis, para serem entendidos como crianças, passam por um duplo processo. Por um lado, de nomeação e delimitação a partir da ideia de um saber verdadeiro e universal sobre origem, percurso e destino da vida humana – e de seus

possíveis desvios. Explicar o que é uma criança, como se dá o desenvolvimento e o comportamento. Prescrever regras e intervenções, estabelecer instituições e estabelecimentos diversos para seu bom funcionamento, em nome do pretense futuro (da nação).

A racionalidade capitalista despreza completamente o tempo dos homens; tempo total, integral, simultâneo; passado, presente e futuro fundidos em instantes de plenitude. A fragmentação dos homens em tempos estanques (infância – maturidade – velhice) trata o tempo humano como se este não fosse uma coisa total, unitária, simultânea (JOBIM E SOUZA, 1996, p. 47).

Ao contar histórias para crianças, Walter Benjamin exercitava o acesso a um passado para interpretar o presente junto a elas, o que poderia fraturar o processo aparentemente linear de desenvolvimento e progresso. O tempo era evocado em sua simultaneidade, mas tinha de ser disputado e negociado com um sistema de produção da infância. “Obviamente, não é preciso partir da criança, do lugar vazio que ela ocupa, e sim da rede constelada em que a infância se situa, se transmuta ou se imobiliza.” (SCHERER; HOCQUENGHEM *apud* AMARAL E SILVA, 2016, p. 155). Um projeto europeu de modernidade que, de fato, foi implementado no Brasil com a força da colonização. Entender o legado destas conferências implica compreender, também, a construção desse sistema.

A infância é apresentada recorrentemente como um processo natural. Em contraponto, Ariès (1978) realizou um estudo sobre o surgimento do conceito moderno de infância na Europa Ocidental, no qual recuperou inúmeras cenas de pouca distinção entre infantes e adultos da Idade Média europeia. Naqueles dias, a partir do momento em que os pequenos começavam a caminhar, integravam-se no mundo adulto – em seus jogos, linguagens e atividades. Assim, por exemplo, uma criança nobre que circulava nas tendas de soldados em espaços militares logo participava dos jogos de palavras e das cantorias. As distinções tratavam mais das capacidades e possibilidades físicas e cognitivas de infantes e adultos do que a compreensão de uma categoria de sujeitos absolutamente diferente (e, por isso, apartada) por conta da idade, como temos hoje. Ao mesmo tempo, a mortalidade infantil era muito maior, o que diferenciava a relação de tempo e de apego às crianças.

É com a produção de um ‘sentimento de infância’ que tal situação muda (mais uma vez, na Europa Ocidental). A melhoria das condições sanitárias, o aumento da expectativa de vida, o processo de urbanização, a disseminação da escrita através da imprensa, a industrialização e necessidade de profissionais qualificados – tudo isso produziu uma urgência de formar sujeitos através da inserção em um sistema regular e disciplinado de educação. Aumentou o interesse da Ciência, da Igreja e do Estado no funcionamento da casa e da família e foram criados, no século XVIII, os primeiros manuais pedagógicos e de cuidado do lar – a partir dos relatórios minuciosos de

cientistas e biógrafos sobre a rotina doméstica. Cada vez mais, as crianças eram descritas e estudadas como criaturas absolutamente diferentes dos adultos, que precisariam de linguagem e roupas específicas. Mais ainda, deveriam ser vigiadas para garantir um futuro saudável e evitar perigos e violações, ao mesmo tempo em que seria necessário respeitar sua privacidade com espaços próprios e com agrupamentos por faixas de idade, especialmente para a aprendizagem. Para tanto, o espaço escolar foi ampliado e universalizado – todas as crianças deveriam ingressar na escola para aprendizagem dos conhecimentos básicos entendidos como necessários para a vida comum e a compreensão do então instituído pacto social. Ora, de fato, isso também implicava na disciplinarização de seus corpos e individualização dos processos subjetivos (ARIÈS, 1978; FOUCAULT, 1988; LEAL FERREIRA, 2005).

Sintetizando essa discussão, é necessário destacar que a característica marcante das teorias do desenvolvimento, do século XIX em diante, é se constituírem como saberes que engendram conceitos universalizantes e abordagens teleológicas que demarcam a natureza e o lugar social dos sujeitos, segundo estágios ou etapas unidirecionais de desenvolvimento, ou segundo sua idade cronológica. Assim sendo, a concepção de tempo linear, cumulativo, homogêneo e vazio, apontando sempre para seu desdobramento inexorável no futuro, parece se constituir no alicerce ideológico mais importante para as concepções de desenvolvimento baseadas nos princípios ditos ontogenéticos. [...] Supõe-se, assim, que a infância deve ser vista como mero estado de passagem, precário e efêmero, que caminha para sua resolução posterior na idade adulta, por meio da acumulação de experiências e conhecimento. A linearidade do tempo cronológico autoriza uma compreensão da infância que lhe atribui uma qualidade de menoridade e, conseqüentemente, sua relativa desqualificação como estado transitório, inacabado e imperfeito (JOBIM E SOUZA, 1996, p. 44).

O filósofo Michel Foucault (1987; 1988; 1999) conta ainda mais histórias: o período em que o sentimento de infância se estabeleceu também foi marcado pela organização dos Estados-Nação na Europa, bem como pela migração da população das cidades para o campo. Os estados nacionais foram então estabelecidos com base em um território específico e no povo que o habitava. O principal bem da nação seria a sua população: essa deveria ser cada vez maior e mais saudável para, assim, aumentar a riqueza e a potência do próprio país. A população surgiu, então, como objeto científico e tornou-se um problema de governo, tendo um “[...] Sistema que criou, definiu e compartimentou a infância moderna, que para além da sujeição e da obediência, a cultivou num estado de consentimento e torpor” (SCHERER; HOCQUENGHEM apud AMARAL E SILVA, 2016, p. 112).

Para o desenvolvimento progressivo da quantidade de pessoas de um território, foi inaugurada a infância; um investimento político e econômico para o futuro do corpo individual e do corpo populacional. A partir daí se deu a universalização da ideia de humano, enquanto sujeito que produz riqueza e consome bens. Esse humano que deve ser estudado em suas leis gerais de

funcionamento e formado do modo mais eficiente possível. Essa lógica moderna, assentada em uma perspectiva progressiva do tempo e progressista da sociedade, foi importada para o Brasil colonial e, em seguida, imperial; ciências e técnicas sobre o humano foram usadas para dividir, classificar e explorar com maior precisão os povos negros escravizados e indígenas dizimados. As famílias das elites, por sua vez, foram tornadas objeto de interesse e atenção especial, para garantir a sobrevivência e expansão de sua autoridade e potência. Do sentimento de infância, fez-se necessário construir corpos infantis: aqueles com ações limitadas por “restrições situacionais” (JOBIM E SOUZA, 1996, p.50), são compreendidos como corpos que devem ser protegidos e por quem se deve falar e agir; mais ainda, a espera de um futuro que se anunciaria virtualmente em si próprios. A universalização da infância como um período (supostamente) universal significa também a marcação de um período histórico pelo qual todas e todos nós, tidos humanos, (supostamente) passamos. Esse registro temporal faz-se compulsório para a inteligibilidade do sujeito.

Desse modo, desenvolver-se significa ter que percorrer uma linha reta, cujo início marca o germe do autocontrole e da adaptação social, metas que deverão ser alcançadas gradativamente no decorrer da vida. O desenvolvimento, nesta perspectiva, requer uma finalidade, um telos, marcado pela maturidade, definida em termos biológicos, cognitivos e de socialização. A infância, nessa linha do tempo cronológico, representa o estado lacunar e inacabado do desenvolvimento, que deve caminhar progressivamente em direção ao estágio mais avançado, representado pela vida adulta (SALGADO; SOUZA, 2018, p. 248).

Crianças são fundadas com o olhar para o futuro. É enquanto etapa que elas existem, e ganham materialidade dentro de um sistema de infância. Ao fazer um registro de ruínas da modernidade, Walter Benjamin (2009; 2012a; 2012b) ficou interessado pelas reminiscências infantis no começo do século XX e as transformações que observara na paisagem, na cidade, nos objetos, nas rotinas e nos modos de contar histórias. Para além de suas crônicas radiofônicas, seus registros escritos destacaram, por exemplo, a transformação dos brinquedos e vestimentas de crianças com o processo de industrialização: de versões reduzidas (e sobras) dos objetos e roupas dos adultos, a infância passou a ganhar contornos, formatos, cores e estilos muito específicos. A introdução de novos materiais e processos de fabricação possibilitou rápidas mudanças nos objetos e no perfil de sua utilização. Reduziu-se a duração e aumentou-se a necessidade de consumo. Os brinquedos, as roupas e os jogos infantis tornaram-se absolutamente específicos e diferentes dos adultos: um mundo a parte. Nada deveria aproximar nós e eles. Pouco a pouco, os corpos infantis foram desenhados como reconhecemos hoje.

Existe um *sistema da infância*, no qual estão inseridos adultos e jovens, e que tem como forma prática a relação pedagógica e familiar por um lado, e a exclusão de qualquer outra relação, por outro lado. [...] Não existe criança, pois a criança procede do homem [*sic*], é uma criação sistemática do homem [*sic*]. Não se trata apenas de libertar a criança dos

grilhões, mas trata-se essencialmente de desmanchar um sistema no qual a criança é o suplemento ilusório do adulto e de tecer sobre os territórios e os corpos desembaraçados uma multiplicidade de relações transversais, não pedagógicas (HOCQUENGHEM, 1980, p. 108-109, grifos no original).

Crianças vivas ou mortas fazem parte do funcionamento de um complexo sistema de infância que atende, portanto, a uma lógica linear e progressiva de desenvolvimento, das pessoas e da história, centrada nos adultos. Mais exatamente, nas referências e condições da linguagem de um mundo adulto que a criança será ensinada a enunciar um ‘Eu’. “Veja-se o ser vivo singular, o infante. O que acontece nele e para ele no momento em que diz eu, em que se torna falante? O eu, a subjetividade que ele alcança é – já o vimos – uma realidade puramente discursiva, que não remete nem a um conceito nem a um indivíduo real” (AGAMBEN, 2018, p. 125). Objetos, palavras, estruturas, placas e sinais, rituais, aparelhos, equipamentos, arquiteturas. As crianças são efeito de processos que marcam-nas como diferentes; mas é em referência a um ‘mesmo’, o mundo adulto. Olhe ao redor. O carrossel, o semáforo, o ônibus, o balcão de vendas, o guarda-sol, a cama, a cadeira. A bala, o refrigerante, o biscoito, o achocolatado, a papinha, o sanduíche, o prato de arroz com feijão, a batata frita, o ovo cozido, o mingau. A camiseta, a fralda, a mochila, o chinelo, a bermuda, a saia, o short. “Não são os traços psicológicos, inerentes à natureza em si, que caracterizam de antemão a criança, mas a textura dessa rede e o jogo de forças que, desde o interior, asseguram seu equilíbrio” (SCHERER; HOCQUENGHEM apud AMARAL E SILVA, 2016, p. 156). Um universo à disposição dos corpos infantis para que estes produzam a si próprios – conforme esperado e normatizado. Ainda que inúmeros vetores de saber-poder exijam a disciplina, o controle e o governo das/dos infantes, produz-se um ‘Eu’ com a matéria no seu entorno. O sujeito emerge numa marcação corporal no choque das matérias do mundo circundante:

“Creo [...] que el sujeto es constituido a través de prácticas de sujeción, o de una manera más autónoma, a través de prácticas de liberación, de libertad, como en la antigüedad; sobre la base, por supuesto, de una cantidade de reglas, estilos, invenciones, que se pueden hallar en el entorno cultural” (FOUCAULT, 2012, p. 136).

O sinal de trânsito não impede a passagem. O vaso de flores na sala pode ser alvo de intervenção para mudar sua forma. O aparelho eletrônico, autopsiado e partido em inúmeros pedaços coloridos. Curiosos insetos com várias patas, ou nenhuma, servem de iguarias gastronômicas, itens de coleção ou armas de guerra. Gritos perturbam a ordem vigente. Podem incomodar o filósofo, o suicida, o cachorro e quem mais estiver por perto. O sistema da infância também o é como sujeição de corpos em crianças, conforme expectativas e normativas dos saberes científicos. Mas elas estão a bradar. Anunciam que não cabem no que lhes é estabelecido.

A criança não é uma entidade em si. [...] Ora, o fato de que não exista “criança em si” significa, antes de qualquer coisa, que a infância não é um estado fixo ao qual a idade adulta simplesmente sucederia, mas que há uma permanência da infância concernente não apenas aos adultos, mas à sociedade em geral. Isso também significa, e mesmo primeiramente, pois esse deve ser o ponto de partida, que a “criança” não é a criança de família, irremediavelmente identificada, que este pertencimento dito constitutivo é, ao contrário, um mero avatar (SCHERER; HOCQUENGHEM *apud* AMARAL E SILVA, 2016, p. 138).

Crianças atrevidas, fabulosas e por vezes destruidoras (RODRIGUES; FERREIRA; ZAMBRONI, 2017), esses corpos infantilizados perturbam com movimentos e barulhos inesperados. Talvez seja nessas possibilidades que as conferências radiofônicas de Benjamin apostavam. Crianças, e também adolescentes, pois são todos socialmente posicionados em uma condição especial no tempo presente e, mais exatamente, em uma situação entendida como incompleta frente ao tempo adulto, mas que a este se destina. Por isso, por ora, crianças e adolescentes (vivos e mortos) são analisados e escritos em um bloco. Isso não significa apagar a arbitrariedade dos marcadores etários, mas tão somente jogar com eles e a partir deles, do que produzem no mundo.

Crianças que interferem nas histórias oficiais que são registradas. Transtornam corpo, trajetória, cidade, verdade. Acidentalmente (ou não), derrubam conceitos e expressões que eram delicadamente mantidas em funcionamento.

A criança está sempre pronta para criar outros sentidos para os objetos que possuem significados fixados pela cultura dominante, ultrapassando o sentido único que as coisas novas tendem a adquirir. [...] A criança conhece o mundo enquanto cria, e, ao criar o mundo, ela nos revela a verdade sempre provisória da realidade em que se encontra (JOBIM E SOUZA, 1996, p. 49).

Para produzir o mundo moderno como o conhecemos, a (pós-) modernidade produz uma procissão de cacos, largados pelos cantos, sem uso aparente. Até que um corpo desavisado, que experimenta o entorno sem um objetivo formado, com ele se encontra; “[...] a infância é a arte de se manter sempre fora de alcance, de confundir a lógica adulta pela rapidez de seus deslocamentos” (SCHERER; HOCQUENGHEM *apud* AMARAL E SILVA, 2016, p. 147). Às crianças, interessam rasps e restos, que são tomados pelo mundo adulto como material inútil, a ser descartado (e desaparecer de vista) ou reciclado (e recuperar uma funcionalidade específica). Percebem riqueza nas ruínas. É a partir das condições estabelecidas, materiais e linguísticas, que esses corpos podem fazer-se crianças; não podem anteceder seu tempo histórico. E essa experimentação é assustadora para um sistema que investe em seu funcionamento por modelos.

As ruínas dos monumentos do passado e as sobras das produções do presente misturam-se. Poeira, terra, cimento, pólvora, dejetos humanos. Não se engane: os restos e o que fazemos deles dizem de nós.

As descobertas da percepção infantil aqui descritas passam por uma tríplice mediação, sendo, ela também, continuamente tematizada: a mediação do tempo, isto é, desse jogo recíproco entre o olhar cheio de expectativas da criança e o olhar posterior do adulto que sabe da realização ou da derrota destas expectativas; a mediação do espaço, pois é o escritor exilado que escreve sobre sua cidade natal, na convicção de que nunca voltará aí ou, então, voltará por pouco tempo [...]; a mediação, por fim, específica da percepção infantil enquanto tal, em particular de tudo o que a torna, aos olhares dos adultos, ingênua, sim, crédula, incompleta e canhestra. A ‘Infância Berlinense’ propõe muitos exemplos desta incompetência infantil reveladora de uma verdade que os adultos não podem nem querem ouvir. Verdade política da presença constante e subterrânea dos vencidos, humilhados, que a criança, por sua pequenez, percebe [...]. Verdade que atrapalha e que é reforçada por uma outra incapacidade infantil: a de não entender ‘certo’ as palavras, estes mal-entendidos infantis que nem sempre são engraçados (GAGNEBIN, 2013, p. 81-82).

Não brinque com a comida, dizemos. Não desperdice, pois há quem não coma, bradamos. Não mexa no lixo que é sujo, alertamos. Não perturbe a ordem vigente, das coisas que são úteis e das que não queremos lembrar. Não rompam com as regras. Por favor, imploramos, não nos apresente um retrato de nós mesmos, que está ali, tão evidente nas ruínas. As crianças perturbam o cotidiano presente da matéria, jogando-na para todos os lados.

A criança tem coisas muito melhores a fazer do que se responsabilizar pelo sistema institucional existente visando sua apropriação. Não existe um “mundo da infância” a cercar ainda mais, a opor ao mundo dos adultos, muito menos sob a forma de “classe ideológica”; mas a infância pode arrastar por toda parte sua força passional, bloqueando as engrenagens, os mecanismos, inventando para si mesma novas formas de inserção, colocando em marcha as paixões, liberando seu impulso. (SCHERER; HOCQUENGHEM *apud* AMARAL E SILVA, 2016, p. 174)

Não se trata apenas dos corpos hoje lidos como infantis. A infância é registrada como fase anterior dos corpos tidos como adultos, em uma lógica progressista de tempo. Ora, a memória baseada em uma fotografia, ou a loja de brinquedos na esquina são tecnologias que tentam estabelecer um ‘Eu’ supostamente coerente. Em contrapartida, evidenciam a artificialidade desta fabricação. Em que instante deixamos de ser crianças e tornamo-nos adultos, para além do marcador etário jurídico? Quais as condições para isso, e por que esse direito é arrancado de alguns? O que foi feito de nós, e o que fazemos das crianças?

Os corpos são invariavelmente marcados pela história, individual e coletiva. Cicatrizes do tempo que antecedem a própria existência e consciência de um ‘Eu’. As condições de possibilidade para emergência de um sujeito em um corpo necessariamente antecedem a nós mesmos. O corpo

nasce de composições prévias, inseridas em redes de linguagem. Não é possível haver um sujeito sem uma história. Mas isso não significa domínio ao dar conta de si próprio.

Afinal de contas, ninguém sobrevive sem ser interpelado; ninguém sobrevive para contar a própria história sem antes ser iniciado na linguagem quando é convocado, quando lhe são oferecidas algumas histórias e quando é inserido no mundo discursivo das histórias. É somente depois que o sujeito encontra seu caminho na linguagem, só depois que a linguagem lhe é imposta e já produziu uma rede de relações na qual a afetividade atinge alguma forma de articulação. *Entramos em um ambiente comunicativo quando somos infantes e crianças que são interpelados e aprendem determinadas maneiras de interpelar a vida.* Os padrões preestabelecidos dessa relacionalidade surgem como opacidade em todo relato que damos de nós mesmos (BUTLER, 2015, p. 85, grifos nossos).

Assumir a história como condição básica de existência e do reconhecimento de um estatuto de humanidade: isso implica em perceber o limite de criar narrativas sobre o 'Eu'. Recuperar os caminhos de construção da infância moderna a partir da perspectiva europeia-ocidental evidencia marcadores tomados como universais que compõem o que se pode ver e sentir, hoje, ao rememorar o início das nossas vidas. As evocações estão interpeladas pelo que se entende da vida infantil. "Se havia algum realismo nisso, tratava-se antes de realismo fantástico..." (HOCQUENGHEM, 1980, p. 98). Teorias do desenvolvimento e análises sociológicas compõem um quadro no qual emerge um relato. Mais ainda, a perspectiva desenvolvimentista exige uma continuidade no desenrolar da vida humana, onde a infância não deveria ser final da vida. Então, a produção de horror sobre notícias de assassinatos de crianças (e adolescentes) envolve a expectativa de que estivessem vivas, e que haveria décadas a sua frente. O potencial adulto é esperado como resultado de uma criança. Se ele não emergiu, por qualquer que seja a razão, é percebido um fracasso. A falta é identificada no número de anos da expectativa de vida, mais do que pelas conexões que aquela pessoa tinha estabelecida.

Não por acaso, as notícias do assassinato de um adolescente por andar com pessoas LGBTI (ou ser homossexual?) produziu horror pelo tempo futuro que não se desenrolou. Ora, a morte não foi um fato isolado; logo, evidencia as relações e condições de vidas que temos. Sair da lógica desenvolvimentista não significa eliminar o pranto pela perda, mas deslocar o que se lamenta. Mais do que o futuro que poderia advir, perdeu-se (a nós que aqui estamos) a oportunidade de compartilhar o mesmo instante histórico de plenitude enquanto viventes. A respeito do adolescente, só restam memórias e narrativas que podemos transmitir. Há legado, o ar que respiramos, forças que reverberam por sua história. Mas não há mais o seu viver para interferir.

Hoje, os ouvintes do narrador radiofônico possivelmente já se foram, assim como o adolescente assassinado. Os registros de suas infâncias, entretanto, tiveram destinos diversos. É possível que alguns deles foram reconhecidos como adultos para, então, posicionar-se de forma a

olhar para a infância como uma etapa anterior e superada de seu desenvolvimento, de forma privilegiada. Tiveram a chance de narrarem a si próprios, ainda que de forma opaca e parcial. Ora, os jovens com vida interrompida não puderam fazer o mesmo. E quem sabe quantos foram abreviados pela Segunda Guerra Mundial, que hoje podemos dizer que batia à porta daqueles infantes berlinenses. Para os interrompidos, a dita infância não foi finalizada a ponto de falar de sua história na posição de adultos. Essa perda é irreparável: restam os adultos a narrar suas vidas e mortes, o que foram ou deixaram de ser.

Ao contar uma história, recupera-se os elementos que marcam o tempo. Por um lado, o tempo de onde se fala, e permite enunciar; por outro, o tempo onde se escuta, e as condições para que isso aconteça. Crianças mortas e crianças vivas fazem barulho (e riem sem parar). Anunciam um perigo por vir – ou já instalado?

* * *



(LAERTE, 2019, online).

* * *

Seis:

A. B. C.

Desde o século XVIII até o presente, as técnicas de verbalização foram reinseridas em diferentes contextos pelas denominadas ciências humanas com o objetivo de utilizá-las sem a renúncia de si, mas para constituir, positivamente, um novo sujeito. Utilizar essas técnicas sem renunciar a si mesmo constitui uma ruptura decisiva (FOUCAULT, 2004, p.3 66).

Na capital mais meridional do Brasil, o idoso está incapaz de enxergar o Guaíba, que corre a certa distância da janela de seu quarto. Seus olhos foram acometidos por uma doença hereditária irreversível, um erro funcional em que células da retina funcionam de forma incorreta e se

destroem. Tal quadro pode vir a ser transmitido para seus herdeiros genéticos (ou não). Não há formas verdadeiramente eficientes de detectar a doença antes do surgimento dos primeiros sintomas. Seus descendentes não manifestaram-na; entretanto, 50% dos mesmos desenvolveram, tal qual o patriarca, um peculiar comportamento de colecionar histórias em quadrinhos. Não foi identificado o gene responsável por tal característica.

O idoso não enxerga o Guaíba, os *fanzines* sobre super-heróis de sua autoria, os parentes em recorrentes visitas. Mas vê outras coisas, particulares. Percebe mensagens digitadas a partir de um computador remoto, projetadas nas paredes do seu quarto, a relatar crimes e perversões. Encontra-se com vendas de gibis por preços exorbitantes em moedas já não mais utilizadas. Há cores que dançam à sua frente, pessoas que invadem seu quarto, perigos ao redor.

Certo dia, o idoso encontrou um jornal embaixo do travesseiro. Não conseguiu identificar o título do diário, mas a data era recente, e sua própria foto deixou-o estarecido. Vagarosamente, com dificuldade, concentrou-se para leitura do documento em mãos. Tratava-se de uma página policial sobre certa investigação.

Ficou nervoso com o conteúdo. O honroso nome da família, bastião de lutas políticas no passado, já transformado em logradouro público, será agora jogado na lama. Segue na extenuante tarefa de identificar aquelas palavras.

Completa a leitura e pensa no que fazer. Não terá como fugir ou se livrar de seu passado. Decide ir à polícia, quando for convocado – e certamente o será, conclui – para, então, confessar tudo o que fez. Antes disso, precisa de um advogado. Não pode ir até lá desprotegido. E deve advertir a família, para que se preparem aos acontecimentos. Pois, além de probabilidades de transmissão de perda da visão, instabilidade de humor e vício em quadrinhos, os descendentes também receberam o nome que se tornará maldito pelas páginas de jornais. Uma tensão, mas também um alívio, próximo do descrito por Cornejo (2011, p. 87): “[...] *no es la revelación de una verdad interna lo que más alivia, sino que al compartir un secreto (y tal vez éste en particular) se comparte también la angustia y el dolor que encarna la demanda de ocultarlo/exhibirlo*”.

Assim que recebe as visitas, o idoso relata o ocorrido em voz baixa, para que ninguém mais ouça, além dos parentes: há 40 anos, fundou um dos primeiros cursos pré-vestibulares da cidade, com um grupo de amigos. Relata a história já conhecida pelos familiares, pois esse estabelecimento cresceu e o idoso deu aulas de português e literatura por um longo período. O mesmo conto mas, agora, investigado sob uma perspectiva policial – afinal, o idoso ministrou aulas, mas nunca completou a faculdade de formação de professores. O jornal arremata, portanto, que ele seria uma fraude. Uma história que parece forçada a se desvelar:

A tomada do poder sobre o dia-a-dia da vida, o cristianismo a organizara, em sua grande maioria, em torno da confissão: obrigação de fazer passar regularmente pelo fio da linguagem o mundo minúsculo do dia-a-dia, as faltas banais, as fraquezas mesmo imperceptíveis, até o jogo perturbador dos pensamentos, das intenções e dos desejos; ritual de confissão em que aquele que fala é ao mesmo tempo aquele de quem se fala; apagamento da coisa dita por seu próprio enunciado, mas aumento igualmente da própria confissão que deve permanecer secreta, e não deixar atrás de si nenhum outro rastro senão o arrependimento e as obras de penitência (FOUCAULT, 2003, p. 209).

Fraude como profissional e como sujeito. Objeto de intervenção policial e midiática, para investigação, exposição e punição. Assim, o idoso informa aos familiares que aceitará o ritual judiciário e a prisão por vir. Ele precisa contar tudo o que aconteceu. Argumenta que se trata da sua obrigação com a história e a memória, mas também com as gerações seguintes. Precisa contar, pois não há escapatória. “Nesse sentido, a capacidade narrativa é a precondição para fazermos um relato de nós mesmos e assumirmos a responsabilidade por nossas ações através desse meio” (BUTLER, 2015, p. 24). Ele lista as tarefas por fazer. Terá de avisar todos os conhecidos sobre o que acontecerá. Talvez precise localizar alguns ex-alunos para que sirvam como testemunhas. Infelizmente, não sabe onde foi parar o jornal, para compartilhar a gravidade do acontecido.

Cabe notar, entretanto, que a preocupação com a memória, mesmo que seja tão antiga como a poesia homérica, assume hoje traços muito específicos. É justamente porque não estamos mais inseridos em uma tradição de memória viva, oral, comunitária e coletiva, [...] e temos o sentimento tão forte da caducidade das existências e obras humanas, que precisamos inventar estratégias de conservação e mecanismos de lembrança (GAGNEBIN, 2009, p. 97).

No desaparecimento da visão e do jornal, há algo mais que se anuncia. O idoso reconstrói a história – sua, da família, da instituição de ensino – a partir da obrigatoriedade de contar o passado às autoridades. A memória, nesse caso, é evocada por uma exigência de confissão, e deve submeter-se a seus termos. O fraudador surge menos como fato do jornal desaparecido, e mais como nomeação ao falar com os parentes.

[...] a confissão incita uma ‘manifestação’ do eu que não tem de corresponder a alguma suposta verdade interna e cuja aparência constitutiva *não* deve ser interpretada como mera ilusão. [...] Foucault entende a confissão como um ato de fala em que o sujeito ‘torna-se público’, entrega-se em palavras, envolve-se num ato estendido de autoverbalização – *exomologesis* – como forma de fazer o si-mesmo aparecer para o outro. Nesse contexto, a confissão pressupõe que o si-mesmo tem de aparecer para se constituir e que só pode se constituir dentro de uma dada cena de interpelação, dentro de uma relação constituída socialmente. A confissão torna-se a cena verbal e corporal da demonstração de si mesmo. Ela se fala, *mas na fala torna-se o que é* (BUTLER, 2015, p.145, grifos nossos).

Em frente a um rio que não pode mais ver, o idoso confessa aos parentes e anuncia a resignação em repetir tais palavras à autoridade policial-judiciária. Dos restos de um passado

distante, emerge a narrativa. O nome de família, um memorial a tempos idos e à descendência não está seguro, por interferência de novos processos. Torna-se ruína, tal qual uma estátua que foi derrubada em um processo revolucionário. E cria. A depender da perspectiva, pode ser um processo bonito. O acesso à memória é transformado, pois a história não para de se modificar. Será que o logradouro público será suprimido após a revelação (ou melhor, a montagem) da fraude? O jornal encontrado, lido e perdido diz respeito a contar a uma história e, mais ainda, a se relacionar com o que foi publicamente enunciado: “[...] apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais [...] Desse modo, *podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver*” (HARAWAY, 1995, p. 21, grifos nossos).

Será que houve fraude naquele curso pré-vestibular nos anos 1970? Ou só existiria materialidade após a leitura do jornal pelos olhos cegos? Que força faz confessar um crime inventado? Quem sobrevive para contar a história? Poderia um idoso cego ensinar alguém a enxergar?

* * *

Sete:

Quem defende a criança *queer*?

Não tenho a pretensão de matar os outros com minha escrita. Só escrevo sobre o fundo da morte já declarada dos outros (FOUCAULT, 2016, p.46)

Sol, calor. Rua cheia. Odeio verão. Em Porto Alegre, só não é pior do que o inverno. Barulho por todos os lados. Atravesso a praça, com o Mercado Público renovado após o incêndio. Compro um jornal na banca, e um maço de cigarros. Entro na estação do Trensurb. Mochila pesada, muitos livros. Entre empurrões e muita sorte, consigo um lugar sentado. Segue abafado. Li na internet que os trens com ar-condicionado estão parados por conta de problemas técnicos, atraso nas entregas por fornecedores e talvez alguma questão que envolva corrupção. Se está na internet, deve ser verdade.

Pensamentos repetidos quase obsessivamente me perseguem. Uma foto e um cão, de uma câmera desconhecida. Um idoso e suas invencionices. A memória fracassou e as ruínas se acumulam aos pés, mas não sei o que isso produz. A visão parcial precisa ser localizada para fazer sentido e ter força política.

Ligo os fone de ouvido sem fio, tocando uma lista aleatória de rock retrô. Essa banda dos anos 1990 ainda existe, ou é aquela da vocalista que morreu recentemente? Volume quase no máximo, para não ouvir nem a multidão, nem os sons do meu próprio pensamento. Distrair. Abro a mochila. Retiro e desdobro um jornal. O trem passa por um trecho na beira do Rio Guaíba.

Notícia de capa. Aproximadamente 500.000 manifestantes, nas ruas de Paris em 13 de janeiro de 2013, afirmam que o Estado tem o dever de proibir adoção e casamento aos casais de corpos identificados como do mesmo gênero. A principal representante de tal ato clama, em defesa das crianças e de vossa heterossexualidade, que estariam arriscadas pelos ditos casamentos e adoções por parselhas homossexuais.

Da minha mochila, um escritor espanhol grita: seria uma proteção dos corpos e desejos infantis, ou do violento sistema heterossexual em operação, que conforma corpos e processos de subjetivação? Dessa forma, quem defende a criança sapatão, bicha, transgênero, *queer*? Que vidas, com isso, deixam de existir?

As cartas dos leitores, enviadas pela internet, são mais contundentes: não existe sexo ou sexualidade na criança, e isso é coisa de comunista. Ou de fascista. A depender da autoria da mensagem. Uma dupla de escritores arrisca uma análise mais delicada: “Com o apoio das técnicas mais sofisticadas (entre as quais se destaca a psicanálise), as instituições coletivas constroem o casal a isolar-se em si mesmo, vinculado apenas aos filhos destinados à sua gaiola” (SCHERER; HOCQUENGHEM *apud* AMARAL E SILVA, 2016, p. 144).

Minhas mãos estão gosmentas. Fico em dúvida se seria de suor ou do sangue que escorre das notícias.

As reportagens do jornal marcam o contraponto à passeata. Na cidade de São Paulo, morre um adolescente que teria sido agredido por ter pais gays. No interior do Paraná, uma adolescente transexual foi torturada e morta. Parece uma epidemia. Se os apelos da marcha francesa fossem ouvidos, talvez essas crianças estivessem seguras – ou, pelo menos, vivas. Afinal, aparentemente, sempre seria melhor estar vivo, mesmo que se criem condições extremamente precárias para isso. Parece que esse é o projeto de futuro da modernidade, que articula ciência e comunicação. Sem questionar o que é viver, mas gerindo como ela deveria acontecer.

A psicanalista [em um programa de TV] afirma também que o homossexualismo [*sic*] não é uma doença, e sim um sintoma, uma parada no desenvolvimento psicosssexual, uma tentativa inconsciente de resolvê-lo. [...] A psicanalista assinala que os adolescentes não precisam temer, porque tendo uma infância saudável, um bom relacionamento com o papai e com a mamãe, o édipo será resolvido, nada acontecerá (BAPTISTA, 1999, p. 47).

As páginas parecem grudadas pelo sangue espesso, coagulado, que jorra mas já é velho. Fede a podridão. Faço força para virá-las. Diferentes vocabulários são apresentados para falar das vidas (adultas e infantis) que não conjugam designação, expressão e identificação com o gênero atribuído. De tudo que aparece, a expressão trans* parece, por ora, mais interessante. Sem recusar a força de nomeação, mas usando um termo não finalizado, quase que artesanal.

Naming, needless to say, is a powerful activity and one that has been embedded in modern productions of expertise and knowledge production. I have selected the term “trans” for this book precisely to open the term up to unfolding categories of being organized around but not confined to forms of gender variance. As we will see, the asterisk modifies the meaning of transitivity by refusing to situate transition in relation to a destination, a final form, a specific shape, or an established configuration of desire and identity (HALBERSTAM, 2018, p. 4).

Forças em nome de uma suposta proteção tentam conter as histórias que são (ou não) narradas. Por se querer única e linear, só nos resta inventar. A infância é desenhada como tão frágil que qualquer situação não normativa poderia destruí-la. E, quando a infância segue as normas, poderia ser previsível. Não há, portanto, crianças, e não há vidas – apenas uma narrativa pré-cozida a espera dos corpos por vir que serão encaixados. A interrupção aos desvios ora aparece pela morte, ora pela impossibilidade de narrar. As dissidências ficam reservadas à dimensão adulta; o sistema de infância exige isso, a promessa por um futuro em que algo aconteça. A infância seria apenas o espelho no qual as parselhas adultas projetam seus sonhos e constroem o porvir. Um casal heterossexual garantiria a reprodução da espécie, enquanto qualquer outra configuração produziria um resultado diferente.

O escritor espanhol em minha mochila insiste e não consigo silenciá-lo. Empurra para sair no vagão lotado. Conta para quem está a nossa volta. Sonhava em casar com uma colega de sala, ter filhos, cachorros e gatas. Fez um desenho retratando as duas meninas e mostrou à professora. A escola chamou a mãe e o pai e encaminhou o escritor, então criança, para um psiquiatra. “Eu tinha um pai e uma mãe, mas nenhum dos dois pôde proteger o meu direito à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade” (PRECIADO, 2013, online). O filósofo usa roupas descoladas e cultiva um bigode. Se as famílias francesas querem proteger em futuro, ele pergunta sobre o passado. Quem vai proteger aquela menina que ele foi? O que se protege, de fato – a criança ou o projeto de infância?

O autor relata sobre um menino que foi destruído pelo mesmo sistema que diz protegê-lo. Interrupção, por silêncio ou por assassinato: ainda que as implicações sejam diferentes, o mecanismo é o mesmo. Procuo a referência no celular. Um texto de jornal em francês. Consigo entender a ideia geral; peço auxílio pela internet de uma amiga sobre conectivos, tempos verbais,

expressões coloquiais. Tudo bem, a viagem é longa. Conseguimos, acho que vou deixar no final, preso por um clipe, como um anexo. O jornal de papel já está perdido enquanto busco outras notícias sobre o acontecido, agora em espanhol.

Entre as notícias, as palavras do filósofo espanhol e as memórias, organizo as informações que tive acesso. Como seria retomar isso em uma das escolas ou cidades por onde passei, criança ou adulto? O trem para no meio do caminho. Nuvens cobriram um sol; um relâmpago, luz intensa por um instante. Começa uma tempestade. Aconteceu na véspera de natal. Lá, era inverno. Mas parece que ganha um brilho agora. Cacos de relatos viram uma narrativa inconclusa. Pego um bloco de papel e uma caneta. Poderia ser aqui? Ninguém mais percebe. Veja.

Chove uma garoa fina. Um adolescente de 17 anos corre para esquecer. Agita o corpo para chocar os pensamentos. O tempo livre do recesso escolar é muito bem-vindo. Mesmo assim, ele não se sente feliz. Nada parece fazê-lo feliz. Nas duas escolas por onde passou nos últimos três anos, foi perseguido, xingado, humilhado.

Enquanto corre e pisa nas poças de água, com o rock alto em seus fones de ouvido, faz um inventário do último ano. Na escola atual, sua vida documental estava correta. Nome certo na pauta, nas declarações, nas provas. Nos papéis, a vida era boa. Mas os papéis eram um mísero recorte do que vivia.

Todos os dias, alguém o chamava de ‘sapatão nojento’. Na melhor das hipóteses. Quando não usavam seu antigo nome. Essa roupa velha e apertada que não cabe mais. Mas tentavam que vestisse a força. ‘Ele mente’, disseram, ‘vive uma mentira’. Cercavam, gritavam, batiam. Empurrado das escadas, jogado na parede. No banheiro, era um horror. Precisou descobrir os melhores horários para usar – aqueles em que estivessem vazios. Desistiu de tomar banho depois das atividades físicas. Todo mundo queria vê-lo nu; todos desejavam ver e falar sobre sua carne. Seu corpo, acesso e uso público: batido, xingado, visto, tocado. O rock estrangeiro retrô aumenta em seus ouvidos.

“You're hungry 'cause you starve

By holding back the tears

Choking on your smile

A fake behind the fear

The queerest of the queer”

Procurou a direção. Chamaram os agressores, que foram advertidos. Apareceram, então, xingamentos anônimos, pichados nos banheiros, no armário, nas mesas da sala, em murais. Na aula de biologia, a professora atenta explicou que reprodução acontece entre homem, com espermatozoide, e mulher, com óvulo. Colegas da turma anunciaram que Alan não seria nenhum

dos dois. Nos trabalhos de grupo, estava só. Preferia as provas, que eram silenciosas. Ou estudar em casa. Ou não estudar. Preferia.

Alan para, para descansar. Tira os fones. Seus cabelos, assim como suas roupas, estão ensopados.

Sua identidade não bastou para impedir a violência. Muito menos mudou os conteúdos, as aulas, a arquitetura. Tudo dizia que Alan não cabe ali, não pertence àquele lugar. No máximo, falam dele como se fosse um experimento de laboratório, ou um animal no zoológico.

Recoloca os fones, põe o volume no máximo. O som tenta abafar as memórias dos gritos, na escola e no hospital. Diagnóstico de depressão, dizem. Protocolos de tratamento, remédios, internações. Saiu da última há pouco, para passar as festas com a família.

Não pode demorar na rua ou a mãe se preocupa. Voltar para a companhia de sua gata, Nala. Para a paz e o silêncio dos dias.

Tenta aumentar o volume, mas não é possível. Nem adianta. Os gritos do último ano já não são mais som, e sim marcas no corpo. Som, silêncio, já não importam.

Nada mais importa.

Afinal, Alan ainda não sabe mas, em menos de 48 horas, estará morto.

* * *

Oito:

Museu de grandes novidades

Será necessário que o objeto da *nossa experiência* seja sempre triste, que não possamos fundar a coragem e o sentido senão naquilo que não pode ser experimentado? [...] Pois cada uma de nossas experiências possui efetivamente conteúdo (BENJAMIN, 2009, p.23, grifo no original).

Em 1968, o escritor Ferreira Gullar foi preso pela Ditadura Civil-Militar brasileira porque a polícia encontrou, em sua casa, um livro intitulado “Do cubismo à arte concreta”. Em um jogo de palavras que deixaria qualquer criança maravilhada, o movimento de arte foi entendido como uma referência à ilha do Caribe. Esta cena, hoje anedótica, forçou Gullar a viver um período de exílio após a prisão, e indica a fabricação de um inimigo ficcional por processos autoritários. Palavras assustam.

Em outro tempo, *queer* foi tornado um termo proibido.

De volta ao Trensurb, que margeia o Rio Guaíba até a capital. Em 2010, o Rio Grande do

Sul tinha mais de dez milhões de habitantes, sendo quase um milhão e meio apenas em Porto Alegre. Desça na estação Mercado. Ruas cheias, desvie das centenas de transeuntes e vendedores. Clima ameno de primavera. Suba pela Avenida Borges de Medeiros (aquela, grande, da escadaria, perto da sua antiga casa de onde contemplava o Rio) e vire a direita na Rua dos Andradas. Todos conhecem como Rua da Praia, sua antiga nomenclatura – o que, para mim, quando criança, parecia um chiste. Praia era aquele lugar com mar enorme, quilômetros de faixa de areia, céu e sol azul. Mas o Guaíba está tão longe, atrás de ruas, edifícios, muros e galpões portuários. Respondiam prontamente àquela criança que nem sempre foi assim, a cidade muda e se transforma.

Depois de alguns quarteirões, corte a Praça da Alfândega, do lado direito. Uma manifestação acontece em frente ao Santander Cultural, contra a exposição “Queermuseu – cartografias da diferença na arte brasileira” (FIDELIS, 2017a). O aglomerado reúne movimentos de jovens neoliberais e de extrema-direita, militantes religiosos fundamentalistas e outros agrupamentos que se qualificam como ‘cidadãos do bem’, que constroem violentamente quem se arriscasse a entrar. Com seus celulares, gravam e fotografam aqueles que auxiliam na promoção de tais horrores. Também ocorriam protestos virtuais em redes sociais, organizadas pelos mesmos grupos.

O Queermuseu contava com 270 obras de 85 artistas sobre questões de gênero e sexualidade, e “[...] incorpora intensamente a diversidade como plataforma política na escolha das obras. É com ela que o teste da diferença encontra sua mais acirrada prova” (FIDELIS, 2017a, p. 12). Assim, a exposição era marcante não apenas pelo conteúdo, como também pela aposta na diferença como produtora composições e tensões, com uma perspectiva de desconstrução da normatividade imposta no conhecimento, na prática artística, nos corpos e nas subjetividades (FIDELIS, 2017a). Mais ainda, fazia parte de um processo de expansão, no Brasil dos últimos anos, de obras e artistas sobre e a partir da comunidade LGBTI (TAVARES; 2017). A Praça do Mercado não foi assaltada repentinamente por marcas estéticas entendidas como Queer, que já se expressavam no cinema, teatro, literatura, música, poesia, artes performáticas e, evidentemente, artes plásticas. Isso significa que a exposição não surgiu sozinha e, ao mesmo tempo, que a revolta conservadora foi um ataque não apenas contra o Queermuseu, mas todas essas produções.

Em um domingo, 10 de setembro de 2017, imediatamente após a manifestação em praça pública, o Santander Cultural anunciou que iria suspender imediatamente a exposição, um mês antes do final previsto. Ora, como o curador da exposição, já prenunciava, “[...] os avanços conquistados são frágeis, não apresentam um caráter de permanência e podem a qualquer momento sucumbir vertiginosamente a ondas abomináveis de conservadorismo. [...] [São] Uma resistência de reconhecer a diferença como uma manifestação da vida democrática” (FIDELIS, 2017a, p.10).

Segunda-feira. O tradicional restaurante porto-alegrense Tudo Pelo Social estava lotado,

talvez a atender um público ainda maior do que a política homônima do primeiro presidente civil da República Nova. O grupo de amigos conseguiu uma mesa no canto, e discutia quantas porções de comida seriam necessárias para aplacar sua fome. Na TV, o telejornal da emissora de maior audiência do Estado, redistribuidora da programação do canal de maior audiência no país. Aguardamos a comida e assistimos atentamente. A reportagem apresenta falas tanto de um artista quanto de uma militante reacionária. Muito barulho no salão do restaurante. Entrevistam o curador da exposição e uma professora-pesquisadora, intercalando com fragmentos de notas públicas da instituição cultural e manchetes de jornais internacionais sobre o fechamento da exposição. E, além de tudo, a reportagem exibiu imagens de importantes obras da exposição.



“Baba antropofágica”, vídeo de 1973 de Lygia Clark.

A generosidade criativa é um aspecto extremamente relevante na obra de Lygia Clark, que a fez “abandonar” o território da arte e mergulhar em suas práticas psicanalíticas em benefício do outro. Tais proposições não só foram baseadas em sua experiência artística, como também atribuíram um fator cultural e artístico enorme às ações que ela realizou (FIDELIS, 2017b, p 44).



“Ataque Automático”, de Milton Kurtz, 1985

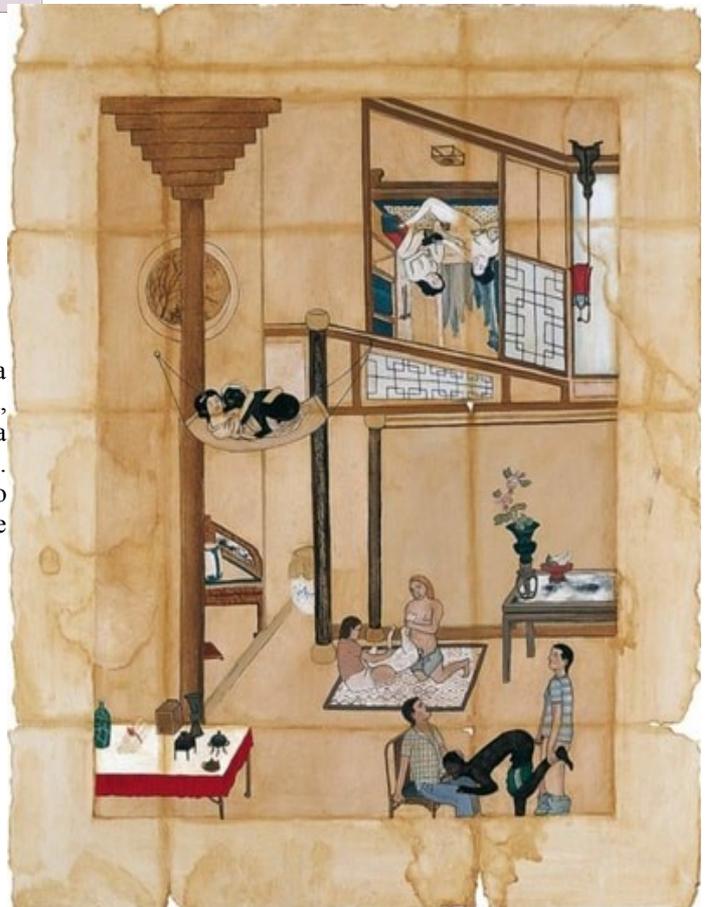
“O caráter político da obra torna-se claro através do gesto de protesto estabelecido pela gesticulação das figuras imersas em um universo turbulento que podemos conceber como ‘transgênero’, ou seja, para além da normatividade” (FIDELIS, 2017b, p. 59).

“Sem título (da série Ecléticos)”, de Marcos Chaves, 2001
 “[...] são fotografias em que artificialidade e autenticidade encontram-se em visível conflito. O artista produziu essas obras a partir de um conjunto de “intervensões” *in situ* que realizou para em [sic] 2001 para o Castelinho do Flamengo, no Rio de Janeiro (FIDELIS, 2017b, p. 71).



“Last Resort”, de Felipe Scandelari, 2016
 A pintura exhibe “[...] uma madona segurando um chimpanzé em seu colo. Outros elementos iconográficos [...] jogam a pintura para o terreno do absurdo surrealista sem recorrer aos maneirismo do estilo. Scandelari trabalha com a história das imagens. Por isso, vemos elementos de períodos diversos coexistindo em arbitrariedade cronológica” (FIDELIS, 2017b, p. 66)

“Cena de Interior II”, de Adriana Varejão, 1994
 Esta obra ficou em posição privilegiada, na entrada da exposição, pois sua “[...] intensidade histórica, conceitual e estética é exemplar da força da imagem que é possível encontrar nesta exposição. Ela mostra o avanço da pintura brasileira como manifestação crítica diante do processo de colonização do país”. (FIDELIS, 2017b, p. 40).





“Cruzando Jesus Cristo com Deusa Schiva”, de Fernando Baril, 1996

As inúmeras pernas e braços da figura reverberam pela superfície da pintura, exibindo objetos de toda ordem nas mãos e nos pés, muitos deles relacionados direta ou indiretamente à história da arte e da cultura *pop*” (FIDELIS, 2017b, p. 58).



“Travesti da lambada e deusa das águas”, de Bia Leite, 2013

Ao comentar as obras, Fidelis (2017b, p. 48) explica que “Quando vi essas obras pela primeira vez, caracterizei-as como “desconcertantes” pelo enfrentamento franco e verdadeiro do ‘falso politicamente correto’ em um movimento agora em favor da alteridade e de uma estratégia afirmativa [...]. Os títulos, autoenunciativos e afirmativos como das duas pinturas incluídas nesta exposição, são emblemáticos da radical estratégia de ‘retornar’ simbolicamente uma agressão ao universo social do agressor, transformando o preconceito em experiência de alteridade”.

A TV exibe as imagens para todo o Estado do Rio Grande do Sul. Aquele, com mais de dez milhões de habitantes, população equivalente a de Portugal. No horário do almoço. No canal de maior audiência. Quantas pessoas viram as obras pela televisão, em um alcance completamente inesperado e incontrolável?

A notícia acaba e o âncora televisivo anuncia os gols do último domingo.

Quando se leva a sério o momento trágico na visão da história de Benjamin, essa força da ação política inovadora não incita necessariamente o otimismo: ela pode perfeitamente provocar, como demonstra abundantemente a história do século XX, resultados aterrorizantes (LÖWY, 2005, p. 151).

O contra filé do almoço fica recheado de perguntas. Como um centro cultural poderia assustar? As obras apresentavam, dentre outras imagens, cenas de relações sexuais, releituras corporais de figuras religiosas e possibilidades de manifestações infantis dissidentes em termos de gênero. O imenso esforço artístico foi resumido pelos movimentos conservadores em três termos: zoofilia, sacrilégio e pedofilia. A exposição consistiria, então, em um ataque à segurança das normatividades sobre infância, família e religião. Frente a estas palavras, que ninguém estava a defender, o debate estava encerrado. “É nesse campo de conceitos [...] em que a possibilidade de viver e pensar a arte sem preconceitos e barreiras toma forma, em que a diferença é avanço (*e não uma chaga social, como o conservadorismo vem pregando*)” (FIDELIS, 2017b, p. 38, grifos nossos). Uma manifestação contra ideias e as palavras que representavam as ideias, mas pouco diziam sobre as obras de fato e a exposição em si. Em defesa da impossibilidade de sonhar, imaginar, pensar. A qualidade das obras, a escolha da curadoria, a organização do espaço, os formatos de exibição: nada interessava.

A repressão é certamente uma ação que consiste em lançarmos ao esquecimento tudo aquilo que não se almeja que seja conhecido. Guardamos o sexo dentro de casa, não para que seja livremente exercido no fórum íntimo, mas para que também este fórum possa ser espaço das assertivas morais. Reservamos às sexualidades ilegítimas, caso essas realmente precisem acontecer, lugares que não incomodem e que de preferência ajudem a regular e manter toda a hipócrita sociedade burguesa em ascensão: pontos de encontros escondidos, bordeis, casas de tolerância e claro, as casas de saúde (MARTINS, 2015, p. 28).

A TV demonstrou, portanto, que pode-se falar de gênero: desde que seja pela proibição do debate. Pode se falar de sexualidade: para anunciar os perigos que as crianças correm. Pode-se retratar aquilo qualificado como *queer*: para facilitar a perseguição. Vale todo tipo de explicitação e exibição desde que seja com o objetivo de negatizar. O quadro que representa as ditas crianças viadas foi exibido na televisão, com a exigência de o aparecer para sua desqualificação e proibição. A única fala permitida é com objetivo de produzir e reiterar interditos e, assim, alimentar relações hierarquizadas de poder; mostra-se para dizer que não. É uma vontade de saber e de uma produção regulada dos discursos e modos de existência, com efeitos de multiplicação e capilarização das estratégias de poder (FOUCAULT, 1988; 1999). Veja bem, a manifestação reacionária não pode ser lida simplesmente como falta de conhecimento sobre arte, ou sobre gênero e sexualidade. Essa saída

seria fácil demais. Pelo contrário, há uma insistência em desqualificar e rejeitar toda a produção científica e artística sobre o tema. É um esforço dirigido, intencional, estratégico.

The mechanisms involved in producing or maintaining ignorance can change over time, and once things are made unknown—by suppression or by apathy—they can often remain unknown without further effort. Once lost or destroyed, a document or a species or a culture does not spring back to life (PROCTOR, 2008, p. 08).

Há uma tensão posta com estes registros. Na porta do Santander Cultural, manifestantes pediam pela proibição do acesso às obras: o encerramento da exposição. Nas mídias sociais, as imagens são retratadas com rótulos de ofensa e desqualificação. Na televisão, um esforço informativo, onde a arte é reproduzida tecnicamente, retirada a experiência de sua aura (BENJAMIN, 2012a), mas colocando um imenso público em contato com seu conteúdo. Ainda que a narrativa hegemônica das manifestações fosse pela demonização da exposição – e a televisão, indiretamente, oferecesse essa narrativa ao dar visibilidade aos manifestantes – ainda assim, essas obras também têm uma força. A frase escrita “criança viada travesti da lambada”, por exemplo, é condenada, por juntar termos tidos como inconciliáveis: infância e dissidências sexuais, corporais e de gênero. Aquelas que não devem existir, e sim ser apagadas ou interrompidas.

Mas também evidencia que as palavras podem estar juntas. Produz uma resposta de proibição porque evidencia a possibilidade de existência. Toda vez que a normatização repete a exibição da obra, ela anuncia sua própria instabilidade. Ao reiterar a enunciação “criança viada deusa das águas”, ela produz uma figura a ser odiada. Mas deixa também rastros, cacos, restos. Essas palavras soltas podem ganhar outros sentidos, tecidos por corpos brincalhões. É um momento histórico absolutamente singular e, por isso, qualquer comparação entre as atuais crianças, a assistir o telejornal, e registros de outros tempos, deve ser analisada com precaução. Talvez nunca antes a infância gaúcha teve tanto acesso à frase “criança viada”. Sob o signo da interdição, de fato; mas desde quando as crianças são boas em seguir regras? Que jogos poderiam montar?

* * *

Nove:

Corpo, gênero, sexualidade

La confiscación del cuerpo de las mujeres se produce al mismo tiempo que se produce la confiscación del cuerpo de los hombres. Los únicos ganadores en este asunto son unos pocos dirigentes (DESPENTES, 2013, p. 27).

Houve, em certo momento do século XX, um escritor com uma vasta produção sobre a sociedade contemporânea e seus regimes de saber, poder e ética. Em vida, construiu inúmeras possibilidades para recontarmos as nossas próprias histórias. Já morto há décadas, suas questões ainda se fazem atuais: será que vivemos um processo de grande liberação sexual no século XX, em oposição às regras e repressões do século XIX? O que estaria em jogo com toda preocupação das últimas décadas por uma sexualidade livre, saudável e correta?

Como explicou Foucault (1979, 1988), na Europa Ocidental do início do século XVII, pouco segredo se fazia em torno das práticas sexuais. As proibições que vigoravam tinham o sentido de cumprimento da lei, representação ora do poder judiciário, ora do poder monárquico, ora do poder pastoral. Os séculos seguintes trazem importantes modificações nos processos de regulação do viver: são inúmeros os esforços para controle e organização dos corpos, das relações e dos prazeres.

Repressão? Mais exatamente, a produção de discursos e práticas controladas. Foram publicados inúmeros manuais pedagógicos e médicos sobre a proibição, por exemplo, da masturbação entre jovens, com a preocupação de que tal prática supostamente prejudicaria a saúde física e mental daqueles indivíduos. Ao mesmo tempo, surgiram prescrições de como os casais – heterossexuais e monogâmicos – deveriam manter suas práticas conjugais, com finalidade de uma vida feliz e reprodutiva. Talvez pela primeira vez na história, foi construída uma ciência que fundamenta o humano na sexualidade, esta tomada como essência da história individual e chave para o futuro do coletivo populacional. Relações estabelecidas através de incitação difusa de discursos, multiplicação das formas de exercício do poder, doutrinação das possibilidades de prazer:

[...] nesse mesmo fim do século XVIII [...] nascia uma tecnologia do sexo inteiramente nova [...]. Através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia do sexo não somente uma questão leiga, mas negócio de Estado; ainda melhor, uma questão em que, todo o corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância (FOUCAULT, 1988, p. 127).

Um ‘dispositivo da sexualidade’ tomou forma e enlaçou corpos, saberes, práticas, linguagens, arquiteturas, exercícios políticos, modos de gestão e subjetividades. Se, na Idade Média, a Europa Ocidental estruturou as relações sociais baseando-se na Verdade da transcendência (e sua correspondência em escrituras sagradas), o Renascimento e a Modernidade testemunharam novos problemas. Como organizar tantas pessoas nas cidades? De que forma o nascer, adoecer e morrer de

uns influenciava a outros? Como gerir a população de um território, que corresponderia a um Estado-Nação? De que maneira a produção (de bens e alimentos) pode ser aumentada exponencialmente? E quais estratégias legais, jurídicas, sociais e morais darão conta desse novo momento? Propõe-se, por fim, a explicação e solução da Verdade através da Ciência moderna, pautada por razão e racionalidade: “[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 08-09).

O que está em jogo: o estabelecimento de um regime de poder que se baseie mais no governo da vida do que na execução da lei. “É preciso fazer a história dessa vontade de verdade, dessa petição de saber que há tantos séculos faz brilhar o sexo. [...] O que é que pedimos ao sexo?” (FOUCAULT, 1988, p. 90-91). Uma economia mais qualitativa do que quantitativa dos corpos, que se organiza junto à ascensão da burguesia como classe dominante, do capitalismo como principal sistema produtivo do Ocidente e do humano como objeto de estudo e intervenção das ciências. Mais ainda, um processo que forjou o modo como as pessoas experimentam e tomam consciência de seus corpos e prazeres – prioritariamente, pelos caminhos instituídos pelo poder. As práticas sexuais e em torno do corpo foram (e ainda são) investidas e investigadas para revelação da verdade dos sujeitos. Por outro lado, os relacionamentos e encontros sexuais foram (e ainda são) explorados e controlados ao máximo, posto que implicam na continuidade da espécie.

A forma mais potente de controle da sexualidade não é, logo, a proibição de determinadas práticas, mas a produção de diferentes desejos e prazeres que parecem derivar de predisposições naturais (homem/mulher, heterossexual/homossexual etc.), e que serão finalmente reificadas e objetivadas como ‘identidades sexuais’. As técnicas disciplinadoras da sexualidade não são um mecanismo repressivo, e sim estruturas reprodutoras, assim como técnicas de desejo e de saber que geram as diferentes posições de sujeito de saber-prazer (PRECIADO, 2014, p. 156).

A sexualidade é ponto de encontro e investimento de um poder que se exerce sobre a vida, para dela extrair o máximo de potência e eficiência. Disciplinarização dos corpos e controle da procriação e transmissão de informação genética (humana por reprodução, viral e bacteriológica por contaminação). A vida como problema político, um biopoder. É a busca do corpo ideal, para hoje no indivíduo e para amanhã na população (FOUCAULT, 1979; 1987; 1988).

Essa história contada por Foucault remonta há pelo menos 300 anos. Entretanto, como o autor indica – e pesquisadoras diversas aprofundam –, este é um processo extremamente atual, posto que o regime de biopoder estabelece modos como construímos e experimentamos os corpos.

O sexo, como biologia (feminino, masculino), ainda é um registro obrigatório nas carteiras de identidade, crachás, frequências, contracheques, entre outros documentos oficiais; já o gênero (homem, mulher) é uma variável inutilizada, senão confundida com o próprio conceito de sexo (macho, fêmea). No caso prático e para o cotidiano dos homens e mulheres travestis e transexuais, isso incorre em sofrimento e negação de direitos (JESUS, 2015, p. 107).

A nomeação ‘é uma menina’ ou ‘é um menino’, portanto, transforma-se em materialidade a cada instante de interpelação de um complexo sistema de regulação. Efeito de verdade que não termina nem se estabiliza. De fato, necessita que esse discurso seja repetido até que o exercício de nomeação pareça simplesmente natural ou correto – e, mesmo assim, segue a repetir, para não perder força. Um sistema político, um dispositivo da sexualidade.

O fato de que o sexo/gênero possa ser atribuído relativamente tarde, isto é, que possa existir um lapso de tempo, entre o nascimento e a atribuição, revela suficientemente o caráter contingente das decisões e das escolhas que entram em jogo nas tecnologias de produção de verdade do sexo (PRECIADO, 2014, p. 141).

É preciso ressaltar que as manifestações do poder na produção de corpos sexualizados e generificados se fazem desde antes do nascimento. Os primeiros contatos com a imagem do bebê no exame de ultrassom (ou o acesso visual no parto) produzem expressões como ‘é uma menina’ ou ‘é um menino’ e, assim, formalizam uma trajetória esperada para cada corpo. Intencionalmente ignora-se, através de tecnologias de visibilidade e em nome de uma suposta cientificidade, que “[...] rotular alguém homem ou mulher é uma decisão social. Podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a decisão, mas só nossas crenças sobre o gênero – e não a ciência – podem definir nosso sexo” (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 3). Com isso, também, estabelecem um critério de humanidade, que sustenta discursos de direito à vida mesmo que ainda em formação (BUTLER, 2015; LOURO, 2004). No controle populacional, o Estado organiza nascimentos e mortes conforme uma ciência positivista; temos, assim, eugenia e racismo, respectivamente, desdobrado em guerras étnicas, holocaustos, mapeamentos genéticos, massacres urbanos e rurais. Uso político dirigido do risco sempre presente no viver para realizar uma gestão das vidas e mortes – situação chamada posteriormente por Judith Butler (2010; 2016) de ‘precariedade’, que deve ser objeto de análise:

[...] la política necesita comprender la precariedad [condição precária] como una condición compartida y la precariedad [precariedade] como la condición políticamente inducida que negaría una igual exposición mediante una distribución radicalmente desigual de la riqueza y unas maneras diferenciales de exponer a ciertas poblaciones, [...] a una mayor violencia (BUTLER, 2010, p. 50).

Há um Dispositivo da Sexualidade em funcionamento, que funciona com algumas estratégias a fabricar a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo das crianças, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização dos prazeres perversos (FOUCAULT, 1988). O desejo da construção de si e dos encontros com os outros tornaram-se algo como pacotes de agência de turismo: pré-programados, supostamente imunes às surpresas e tempestades. Para cada genitália, uma organização específica do corpo, dos comportamentos e dos desejos. “Uma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É em referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também aos corpos que as subvertem” (LOURO, 2004, p. 17). Bebês são designados antes de nascer, geralmente registrados juridicamente após o parto bem sucedido e, desde então, inseridos em um sistema que marca recorrentemente um gênero fixo e determinado. Mais ainda, essa normatividade passa a ser a condição para contar uma história: “[...] [as normas sociais] são, por assim dizer, a condição da minha fala, mas não posso tematizar plenamente essas condições com os termos da minha fala. [...] Nesse sentido, devo adotar uma postura crítica” (BUTLER, 2015, p. 107). Com as políticas de gênero, atreladas ao funcionamento do dispositivo da sexualidade, os corpos são divididos entre femininos e masculinos, entendidos diferentes por natureza. Outros corpos que por ventura não atendam a esses critérios não acedem ao reconhecimento como plenamente humanos, e serão ajustados, modelados, destruídos – não no sentido de um domínio absoluto, mas como um ponto de apoio do biopoder.

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2017, p. 26, grifos da autora).

Entretanto, tornar evidente o caráter processual do gênero ameaça o modo de funcionamento do dispositivo da sexualidade. O próprio termo passa a ser atacado por movimentos conservadores, especialmente fundamentalistas religiosos (JUNQUEIRA, 2017; REIS; EGGERT, 2017; CASSAL; PEREIRA, 2016) É como se a palavra guardasse, em si, a chave para desconstrução dos corpos e gêneros – e, conseqüentemente, da família, da sociedade, e até da vida na Terra (plana?), para visões mais apocalípticas. Isso porque, para guardar e proteger as novas gerações, esse sistema designou o núcleo familiar – especialmente os corpos reconhecidos como femininos – conforme as normas de funcionamento do biopoder: saúde física, psíquica, moral (NASCIMENTO, 2012). Mais ainda, ‘proteção’ tornou-se lema para as práticas de controle, em nome do suposto bem comum.

Trata-se de um projeto de modernidade que não cessa de ser produzido ao mesmo tempo em que fracassa. A identificação de corpos como masculinos e femininos, de forma binária, é articulada com a ideia de que seriam, necessariamente, opostos e atraídos um ao outro. Esse seria, em uma lógica moderna, o modo natural (mesmo que politicamente induzido) de funcionamento da vida. Em uma palavra (por ora), heteronormatividade.

A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho. (PETRY; MEYER, 2011, p. 195).

A regulação das relações, dos corpos e dos prazeres pretende organizar as possibilidades de reconhecimento e operação da vida. Se, conforme apresentado, não há produção alheia aos quadros estabelecidos, mas sim sempre em relação com a história e a linguagem, o Dispositivo da Sexualidade e o sistema de gênero tentam estabelecer um recorte extremamente limitado para a existência: “[...] o corpo, apesar de suas fronteiras evidentes, ou talvez precisamente por conta dessas mesmas fronteiras, é definido pelas relações que fazem sua própria vida e ação possíveis” (BUTLER, 2016, p. 32).

Corpo, gênero e sexualidade são produzidos conforme um mito de natureza. Como se tivessem origens, funções, percursos e destinos previamente estabelecidos. “O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico” (PRECIADO, 2014, p. 29). Colocar essa história em dúvida não significa negar que existem corpos, relações sexuais, expressões. Mas as categorias que são estabelecidas para distribuir e encaixar pessoas e, ao mesmo tempo, criar as condições para seu reconhecimento e sua existência, são produções políticas. Isso desenha, delinea e transforma as materialidades do corpo. Isso pode ser, por exemplo, através da produção de narrativas dos corpos desde antes do nascimento, reiterando performances generificadas e dicotômicas (BUTLER, 2015); da absorção de moléculas que desenharam e transformam os corpos (PRECIADO, 2016); da mensuração dos corpos para definir aqueles que devem sofrer procedimentos cirúrgicos (FAUSTO-STERLING, 2001); da inserção em instituições disciplinares, distribuídas por gênero (LOURO, 2004). E, ainda, da eliminação de corpos que indicam histórias dissidentes.

O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados (PRECIADO, 2014, p. 26).

Em jogo, então, as condições de nomear e narrar. Partes do corpo desenhadas com funções especiais, ditas sexuais, passam a ser órgãos de regulação: do prazer, da vergonha, do uso, da exposição. Um sistema sexo/gênero conforme o jogo da heteronormatividade Regras inúmeras desenhadas, e a ideia de que seriam a fundação da existência. Antes de qualquer coisa, uma pessoa seria homem ou mulher. Isso garantiria um objetivo para o viver, e as relações entre pessoas só poderiam ser estabelecidas a partir das genitálias. Se a escrita é um exercício de ficção, cabe apontar que a escritura de gênero também o é.

Os órgãos sexuais não existem em si. Os órgãos que reconhecemos como naturalmente sexuais já são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação (relações sexuais) e de que se utilizam como propriedade, de acordo com sua ‘natureza’ (relações heterossexuais). Os contextos textuais se estabelecem por meio de delimitações espaço-temporais oblíquas. A arquitetura é política. É ela que organiza as práticas e as qualifica: públicas ou privadas, institucionais ou domésticas, sociais ou íntimas (PRECIADO, 2014, p. 31).

A imposição de categorias pré-programadas para corpo, gênero e sexualidades implica em exercícios de violência, de múltiplas formas. Por um lado, a constrição da possibilidade de crítica, porque o sexo estaria sob o signo da natureza, que indicaria uma verdade absoluta, impossível de ser questionada. Restringe, pois, a amplitude do sonhar. E, mais ainda, ao produzir corpos e vidas irreconhecíveis como legítimas, estabelece as condições para as mesmas.

Veamos o mais material dos conceitos, “sexo”, que Monique Wittig chama de uma completa alegoria política e que Michel Foucault chama de “unidade fictícia” e reguladora. Para ambos os teóricos, o sexo não *descreve* uma materialidade prévia, mas produz e regula a *inteligibilidade* da *materialidade* dos corpos. Para ambos, de diferentes maneiras, a categoria sexo impõe uma dualidade e uma uniformidade sobre os corpos a fim de manter a sexualidade reprodutiva como uma ordem compulsória. [...] gostaria de sugerir que esse tipo de classificação pode ser chamado de violento, forçado e que essa ordenação e produção discursiva dos corpos de acordo com a categoria sexo é em si mesma uma violência material. A violência da letra, a violência da marca que estabelece (BUTLER, 1998, p. 26, grifos da autora).

As narrativas que rompem com a funcionalidade tida como natural de corpo, gênero e sexualidade são, obviamente, entendidas como anti-naturais, erradas e perigosas. De fato, ameaçam a estabilidade a coerência do Dispositivo da Sexualidade – a não ser que esse consiga reabsorvê-las dentro de novos parâmetros, como uma doença a ser tratada (posição oficial até muito recentemente estabelecida sobre as experiências trans*) ou uma manifestação normal a ser respeitada, dentro de certas regras estritas de funcionamento (como na exigência de respeitabilidade para casais homoafetivos). Em todo caso, há um impressionante protocolo para lidar com corpos irreduzíveis – a LGBTIfobia. Fundada na ideia de medo, traduzida como ódio e expressada como destruição,

caracteriza-se especialmente em episódios de agressão a corpos com a possível eliminação de vidas. Mais ainda, seria a qualidade de discursos que se espalham e servem para multiplicar os efeitos de controle no delineamento de modos e expressões de existência (CASSAL, 2012; 2014; 2017). A heteronormatividade não necessariamente produz correção de indivíduos às normas, mas opera na reafirmação das mesmas, tecida ao longo dos séculos.

A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade [...] Historicamente, a prescrição da heterossexualidade como modelo social pode ser dividida em dois períodos: um em que vigora a heterossexualidade compulsória pura e simples e outro em que adentramos no domínio da heteronormatividade. Entre o terço final do século XIX e meados do século seguinte, a homossexualidade foi inventada como patologia e crime e os saberes e práticas sociais normalizadores apelavam para medidas de internação, prisão e tratamento psiquiátrico dos homo-orientados. A partir da segunda metade do século XX, com a despatologização (1974) e descriminalização da homossexualidade, é visível o predomínio da heteronormatividade como marco de controle e normalização da vida de gays e lésbicas, não mais para que se ‘torquem heterossexuais’, mas com o objetivo de que vivam como eles. (MISKOLCI, 2007, p. 4-6).

As violências são usadas para reforçar o funcionamento tanto da heteronormatividade quanto da essencialização dos gêneros atribuídos aos corpos sexuados. Esses processos são articulados, mas é fundamental destacar (como é feito por diversas autoras e autores autoidentificados como trans* e/ou *queers*) que um não se esgota no outro. De fato, a heterossexualidade compulsória não explica toda a exigência de linearidade entre corpo, gênero e sexualidade.

Na linha coerente entre ‘sexo’, ‘gênero’, ‘desejo’ e ‘práticas sexuais’, portanto, a cisgeneridade se localizaria nas relações e diálogos entre os dois primeiros pontos desta linha (englobando, via cisnormatizações, possibilidades definitórias restritas para corpos e identificações, bem como regulações sobre expressões de gênero), enquanto a heterossexualidade se refere aos desejos e práticas sexuais – em diálogos, evidentemente, com os processos de generificação das pessoas. Um movimento [...] enfatizando-se a distinção entre estas duas esferas (sem que as consideremos estanques, entretanto, porém interseccionadas) como uma potencial problematização do termo ‘hetero’ para se pensarem tanto as normatividades de desejos e práticas sexuais quanto para se pensarem as regulações do sistema [sic] sexo-gênero: *cis[-]heteronormatividades, talvez?* (VERGUEIRO, 2015, p. 58, grifos nossos).

As expressões de gênero configuram questão fundamental para entender a regulação de cisgeneridade e heterossexualidade compulsórias. A ideia de uma vida pré-definida em termos de origem e destino combinam características cisgêneras (de associação jurídica, científica e subjetivamente naturalizada entre sexo atribuído e expressão de gênero) à desejos e relacionamentos heterossexuais. A ideia de origem, em especial, remete à figura da criança, na medida em que esta seria origem de um futuro adulto, presumivelmente heterossexual. Mas, mais ainda, as

características que são tomadas como exemplares dessa heterossexualidade futura e potencial são as marcas da cisnormatividade.

A cis-heteronorma crava suas garras na designação de uma infância que seria normal, e corrige ou elimina quando a suposta espontaneidade do desenvolvimento (em outras palavras, a polícia de gênero) não dá conta. *“Yo no fui el único patologizado por estos profesores, psicólogas y psiquiatras; lo fueron también mis padres, especialmente mi madre”* (CORNEJO, 2011, p. 88). De fato, a cis-heteronormatividade opera com a crença em uma continuidade entre corpo, gênero e sexualidade, e isso produz, como resíduo, expectativas de coerência e irreversibilidade de qualquer que seja a expressão. Nesse sentido, até mesmo as variações e desvios são pautadas como passíveis de identificação, explicação e, principalmente, estabilidade.

Essa associação entre cis-heteronormatividade e o sistema de infância é fundada na ideia de linearidade e desenvolvimento; esta base comum é tão forte que mesmo as discussões sobre dissidências sexuais e de gênero têm dificuldade ou se esquivam em pautar infâncias. *“Constructivist arguments have tended to keep hands off the experience of gay and proto-gay kids”* (SEDGWICK, 1991, p. 25). Desmontar a normatividade em torno de gênero e sexualidade é insuficiente ao manter uma estabilidade na ideia de progresso e desenvolvimento. Essa concessão das lutas sociais, políticas e acadêmicas tem um preço que está sendo cobrado: a força da ideia de proteção em torno da infância. De fato, o mundo como um todo pode ir às favas, seja pela catástrofe climática ou desastre nuclear. O que deve ser combatido, pois ameaçaria as crianças, seria uma exposição de arte.

De fato, disputar as ideias de infância e proteção é fundamental, e não secundário, nos debates de gênero, corpo e sexualidade. Uma criança que rompe as normas assusta não só pela expressão em si, no presente, mas por gerar expectativas de que essas manifestações vão repetir-se indefinidamente. Torna evidente o caráter ficcional da normatividade. Os sistemas entram em choque. Pacotes alternativos na viagem pré-programada de gênero e sexualidade são criados: “[...] entrevistados a respeito da primeira vez que podiam se lembrar de terem sentido que a identidade de gênero estava em desacordo com aquela designada ao nascimento [...] aumento claro na idade de 5 anos, representando a média modal, com uma média de 7,9 anos” (KENNEDY, 2010, p. 25). Isso pode servir tanto para pacificação das trajetórias como para materialização de histórias inesperadas. A partir das palavras, forma-se um jogo. A questão é quando, em vez da abertura de dúvidas, busca-se certezas sobre a origem de possíveis desvios, fechando o círculo.

A relative depressiveness about the efficacy of social-engineering techniques, a high mania about biological control: the Cartesian bipolar psychosis that always underlay the nature/nurture debates has switched its polar assignments without surrendering a bit of its

hold over the collective life. And in this unstable context, the dependence on a specified homosexual body to offer resistance to any gay-eradicating momentum is tremblingly vulnerable [...] If I had ever, in any medium, seen any researcher or popularizer refer even once to any supposed gay-producing circumstance as the proper hormone balance, or the conducive endocrine environment, for gay generation, I would be less chilled by the breezes of all this technological confidence” (SEDGWICK, 1991, p. 26, grifos no original).

Assim, a designação de gênero (anunciada durante a gestação do feto e estabelecida no nascimento) tenta unir diferentes dimensões discursivas que, não obstante, prosseguem em tensão ao longo da vida. Há um discurso jurídico-legal, registrado nos documentos de origem, disputado em cartórios e tribunais, mas com implicações no acesso ou não a cada serviço e ação burocrática. Há também um discurso médico-biológico, que cria a verdade em um corpo regular e previsível, alterado apenas pela própria maturação – ou seja, a aposta em uma natureza irredutível, evidente pela aparência corporal ou escondida nas informações invisíveis, disputada nos laboratórios, universidades e hospitais. Há ainda um discurso moral: quem fui e serei, como e com quem posso me relacionar, como devo me comportar, até onde posso ir, o que jamais serei. Os corpos, todos os corpos, dançam, duelam e tensionam essas e muitas outras linhas.

A categoria sexo funciona aqui como um princípio de produção e regulação ao mesmo tempo, a causa da violação instalada como o princípio formador do corpo e da sexualidade. Aqui sexo é uma categoria, mas não apenas uma representação; é um princípio de produção, inteligibilidade e regulação que impõe uma violência e a racionaliza após o fato. Os próprios termos pelos quais a violação é explicada *executam* a violação e reconhecem que a violação estava em andamento antes que assumisse a forma empírica de um ato criminoso. Assim, a execução retórica *mostra* que a “violência” é produzida mediante a exclusão efetuada por essa análise, mediante o apagamento e a negação que determinam o campo dos aparecimentos e da inteligibilidade de crimes de culpabilidade. Como uma categoria que produz efetivamente o sentido político do que descreve, “sexo” põe em funcionamento aqui sua “violência” silenciosa ao regular o que é e não é designável. (BUTLER, 1998, p. 27-28, grifos da autora).

A cis-heteronormatividade, em seu exercício, deixa inúmeros restos pelo caminho. Há corpos levados constantemente aos limites do viver pela regulação da precariedade. A violência está, inclusive, no veto a narrarem a si próprios, ao mesmo tempo em que se estabelece histórias de revelação de verdades finalizadas e estáveis atribuídas externamente. Morrer é uma das maneiras de exercitar esse poder de forma eficiente: o corpo deixa de falar por si e o horror de um assassinato reduz a possibilidade de disputa sobre a história. Sem narrativa, apenas informação. Vidas que podem ser ceifadas, existências que estão em um lugar de menos que humano. Vozes tornadas sussurros.

Quando uma pessoa vive enquanto um corpo que sofre reconhecimento indevido, possivelmente insultos ou assédios, discriminações culturais, marginalização econômica, violência policial ou patologização psiquiátrica levam a uma maneira desrealizada de viver

no mundo, uma forma de viver nas sombras, não enquanto um sujeito humano, mas como fantasma (BUTLER, 2016, p. 28).

Produzir uma posição fantasmagórica, como um morto que ficou para trás mas ainda insiste em assombrar, é parte do funcionamento desse sistema cis-heteronormativo. Para assassinatos acontecerem, é porque estas pessoas já foram restringidos nas condições de vida compartilhadas. Discursos de patologização, desqualificação e destruição preparam as armas para eliminação (BAPTISTA, 1999). Ao mesmo tempo, essa posição ainda é de participação no mundo em que vivemos. Mapear as perseguições do sistema cis-heteronormativo é uma forma de desnaturalizá-lo, na medida em que exhibe sua força e complexidade. Os sons de fantasmas, tais quais ruídos de mortos, continuam a ecoar. Para enfrentar esse sistema que estabelece vidas como espectrais, é preciso perceber como ela são arruinadas. E aí, quem sabe, possamos narrar.

* * *

Dez:

Um estudo entre ruínas

O caráter destrutivo não vê nada de duradouro. Mas eis precisamente por que vê caminhos por toda parte. Onde outros esbarram em muros ou montanhas, também aí ele vê um caminho. Já que o vê por toda parte, tem de desobstruí-lo também por toda parte. Nem sempre com violência brutal, às vezes com a mais refinada. Já que vê caminhos por toda parte, está sempre na encruzilhada. Nenhum momento é capaz de saber o que o próximo traz. O que existe ele converte em ruínas, não por causa das ruínas, *mas por causa do caminho que passa através delas* (BENJAMIN, 2012b, p. 243).

As famílias são convocadas em nome do futuro das crianças e da população. Cumpram seu papel com as técnicas disponíveis. Corrijam os comportamentos das infâncias transgressoras. ‘Filho gay é falta de porrada’, sugere um então deputado federal, posteriormente presidente da república, aparentemente orgulhoso da suposta consistência, honestidade e incorruptibilidade de sua prole. Para o mesmo político, ter uma filha foi uma ‘fraquejada’.

As orientações atendem a uma polícia de gênero que elimina a possibilidade de narração para, pelo menos, duas posições de sujeito. Um, da criança que apresente características que são socialmente identificadas como ligadas à homossexualidade (mas que significam quaisquer dissidências sexuais e de gênero): esta deve ser corrigida ou eliminada. Dois, da família dessas crianças, que passa a ter como função primordial garantir um futuro normativo, pretensamente saudável. Trata-se de proteger crianças a qualquer preço.

Do quê?

No calor do verão carioca, em um bairro de periferia, o pai está furioso com a desobediência do filho de oito anos. Os dois suam. Os cabelos da criança estão empapados, mas ele chora para que não corte. O pai não aguenta mais essa viadagem. O menino pega roupas das irmãs para fazer dança do ventre. Todo dia, pede para lavar a louça. O homem já gritou e já bateu, não funcionou. Agora, aperta o braço, o garoto grita e chora. O pai dá um murro, mas o menino não para; o homem, também não. A cada soco, o som fica mais alto. Nada mais sobra, apenas uma massa amorfa onde foi um corpo infantil que, mesmo assim, continua a gritar. As nuvens pesadas se acumulam.

O pai foi preso e levado ao júri popular.

Pouco importa para o grito que ainda ressoa. Os corpos estridentes são empilhados nos cemitérios pelos pais, pelo país. Com o rosto borrado nas fotos e os nomes indicados por iniciais, as breves vidas tornam-se personagens de uma narrativa muito maior. Sobre o menino, constitui-se uma história: no jornal, seja manchete ou nota de rodapé. Mais ainda, foi eternizado como número em uma estatística: uma das 326 pessoas (30 crianças) assassinadas no Brasil em 2014 por dissidências (percebida ou suposta, vivida ou imaginada) às regras hegemônicas de gênero, sexualidade e afetividade (GRUPO GAY DA BAHIA, 2015). Esse é o mais jovem do levantamento. Sem nome e sem rosto, este será o seu monumento. Dado tal perigo, faz-se necessário “[...] cuidar da memória dos mortos para os vivos de hoje” (GAGNEBIN, 2009, p.27).

No interior de São Paulo, um adolescente é surpreendido pela sua mãe. Ela grita sobre o pecado que ele comete; ele revida, pelo direito de viver sua própria vida. Essa era uma tentativa de conciliação, que parece não funcionar. A mãe sai, furiosa, enquanto o adolescente mexe em suas coisas para retornar o mais rápido possível à casa da avó, onde sempre foi acolhido. Mas a genitora logo retorna com dois homens que avançam para cima dele. Tenta fugir; não consegue desviar dos socos e pontapés. Grita, até que tudo fica escuro. A mãe tenta silenciá-lo, e corta sua garganta. Em vão – o barulho só aumenta. Acuada, ela carboniza o cadáver num canavial próximo, mas não resolve: o som se espalha, junto com as cinzas, no vento noturno. Um relâmpago rasga a noite.

A mãe foi presa e aguarda julgamento.

Divertamo-nos, se quisermos, vendo aí uma revanche: a chance que permite que essas pessoas absolutamente sem glória surjam do meio de tantos mortos, gesticulem ainda, continuem manifestando sua raiva, sua aflição ou sua invencível obstinação em divagar, compensa talvez o azar que lançara sobre elas, apesar de sua modéstia e seu anonimato, o raio do poder. Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos (FOUCAULT, 2003, p. 207).

O relatório de assassinatos por motivações ligadas à diversidade de gênero, sexualidade e afetividade sobre o ano de 2016 foi em homenagem a esse adolescente, conforme registro na capa

do documento (GRUPO GAY DA BAHIA, 2017). Com nome e com rosto, esta a ruína do adolescente: tornado figura pública postumamente, pelo seu assassinato. Talvez não o conhecêssemos sem as notícias. Mas é justamente porque sua vida foi perdida que ele precisa ser lembrado. “O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam” (FOUCAULT, 2003, p. 205).

As malhas de poder que percorreram vida e morte de tais corpos infantis agora produzem os fragmentos de relatos a que temos acesso. As pistas que recuperamos dos meninos assassinados dizem menos de uma experiência, enquanto modo de contar a história que produza incômodos e diferenças ao ampliar os contextos possíveis, e mais da informação, como um acúmulo sistemático de dados e conteúdos (BENJAMIN, 2012a). As duas maneiras indicam uma história que se constrói, mas com atitudes diferentes. Por um lado, os buracos da experiência criam possibilidades de elaboração no próprio desenrolar da narrativa: há caminhos abertos pelas ruínas, e isso exige um posicionamento da pessoa que narra e daquela que ouve, porque a história não diz apenas de seu local de origem, mas convoca aqueles que se reúnem a sua volta. São histórias inacabadas e, por isso, se repetem; por vezes, indefinidamente. A informação, por outro lado, se apresenta na tentativa da completude. Ao ser consumida, espera-se um fim nela própria, como uma fortaleza. Apaziguamento da história que ali se anuncia: o vazio convida apenas a consumir mais, vorazmente, até que a paz venha como exaustão e silêncio. Há uma meta para esse desenvolvimento.

[...] Benjamin, por sua vez, busca uma intensificação do tempo. O passado é salvo no presente porque nele o escritor descobre os rastros de um futuro que a criança pressentia sem conhecê-lo. Esta busca de um ‘futuro anterior’, segundo a feliz expressão de Szondi, acarreta um olhar sobre o passado e, em particular, sobre a infância, onde não há nada de idealizante ou de estetizante, mas que é, arrisquemos a palavra, profundamente político. Benjamin busca no passado os signos de uma promessa a respeito da qual ele hoje sabe se o futuro a cumpriu ou não, a respeito da qual ele se pergunta se cabe ainda ao presente realizá-la – ou se esta promessa está definitivamente perdida. [...] A lembrança do passado *desperta* no presente o eco de um futuro perdido do qual a ação política deve, hoje, dar conta (GAGNEBIN, 2013, p. 89, grifo no original).

As histórias que passam por este texto flertam com a possibilidade de experiência: tentam-se fugazes, incompletas, perturbadoras. Um reconhecimento de que tanto a história de um suposto ‘Eu’ quanto a descrição do mundo são fundadas na opacidade. Para fazer conexão entre as narrativas, os conceitos e o tempo presente, demanda trabalho da pessoa que as lê (ou as escuta). É um convite para o esforço de completar o texto e, ao fazer isso, interrogar o que vive-se e percebe-se no mundo, pois “[...] ao narrar, estamos apresentando um acontecimento para supostos concluídos”

(MARTINS, 2015, p. 82). Duvide da origem, mas também desconfie do destino.

Assim, mesmo as notícias de jornal podem ganhar mais dimensões ao tecer uma narrativa. Na notícia, a informação basta e pode ser repetida da mesma forma, como um papel que passa de mão em mão. Pede-se a verdade, a brevidade e a exatidão daquilo que está registrado. O posicionamento da narrativa que convoca a experiência é outro. Cada leitora e leitor (e ouvinte) pode recontar essa história de mais uma forma: as forças que compõem cada narração e o contexto onde ela emerge fazem com que permaneça atual, de novo, e de novo, e de novo, sem um esgotamento. Pois, se é importante o contexto em que o discurso emerge, então sempre faz-se novidade. E aí está a diferença da informação, que surge uma vez e, depois, torna-se velha, abandonada, morta.

Enquanto escrevo essas palavras, que serão lidas em um tempo diferente, o menino agredido continua morto. O adolescente está carbonizado. Seus retornos serão possíveis nos gritos ininteligíveis e nas carcaças deformadas que restam. Isso porque emergem sem rosto e sem nome; restos de vidas e narrativas, lembrando que está a se repetir. Muitos corpos cabem, couberam, caberão nesta história. Crianças mortas, assassinadas, destroçadas. Poderia se protestar que tais imagens aqui descritas sirvam apenas para chamar atenção ao texto. Será?

Não nos dirigimos para o limite porque queremos uma experiência emocionante, ou porque os limites são perigosos e sensuais, ou ainda, porque viver no limite nos leva a uma proximidade excitante do mal. Indagamos pelos limites dos modos de conhecimento porque nos deparamos com uma crise dentro do campo epistemológico em que vivemos. As categorias segundo as quais nossa vida social é ordenada, produzem uma certa incoerência ou domínios inteiros de inteligibilidade (BUTLER, 2013, p. 163-164).

Veja, não se trata do preenchimento dos dados que faltam para, então, chorarmos em paz. De fato, as violências presentes no texto não serão apaziguadas. O menino segue desconhecido. Se é para relatar o assassinato, talvez seja melhor manter assim. Não foi o único e nem o último. Para celebrar sua vida e suas histórias – o que também deve ser feito – seria necessário outro documento. Aqui, é o registro do lamento, pelo que se perde irremediavelmente. É uma tragédia instalada, mas se Calvino (1990) sugeriu procurar, reconhecer, preservar e abrir espaço no inferno para aquilo que não o seja, talvez também possamos fazê-lo entre as ruínas. Em parte, porque este texto trata das interrupções violentas, mas não pretende apresentar isso como destino fatídico após a celebração das vidas. Então, as repetidas mortes ao longo da tese são fragmentos isolados de um processo que se repete, mas que não se explica nem se esgota nas histórias individuais. Repetição que, ao invés de afastar o horror, tenta conviver com ele, sem acostumar-se. Por outro lado, a psicologia já cumpre, desde sua fundação, o papel de revelador de verdades, correção de indivíduos, investigador

de narrativas e fábrica de interiores (BAPTISTA, 1999; 2000; CANGUILHEM, 1973; FERREIRA LEAL, 2005; FERREIRA; NARDELLI, 2013). Seria fácil seguir mais uma vez por esse caminho.

Sustentemos mais um pouco tal incômodo com as dúvidas sobre o vazio. O que se pode produzir nesse furo entre a morte, a notícia, o cadáver, o tempo? O que, então, fazer com nosso tempo presente? Os restos nos falam do passado e anunciam o futuro. Como resistir ao ímpeto interpretativo sobre autoria e vítima?

As narrativas sobre mortes, seja do menino carioca ou do adolescente paulista, evidenciam as frágeis barreiras do sujeito. Eles representam as ruínas do que se perdeu: uma criança que lava louças, um adolescente que vive com sua avó. Também indicam que, por um instante, isso aconteceu. Foi possível. Algo foi arrancado deles, mas restam proximidades com quem sobrevive (AGAMBEN, 2008). As condições coletivas necessárias para sobrevivermos foram brutalmente torcidas. Hipoteticamente, poderia acontecer a qualquer um. Objetivamente, é dirigido a algumas pessoas. Efetivamente, lhes foi dirigido. Coletivamente, ocorre a nós. Isso porque o 'Eu' é instável, e o mesmo se dá com as posições de sujeito nas relações de violência. Tentativas de relatar a si mesmo indicam a inseparabilidade do que seria 'Eu' e nós. De fato, as narrativas de si são sempre incompletas, por conta da opacidade das memórias de origem do corpo, da negociação com o campo normativo dos discursos, da relação de interpelação para enunciar, da história do campo social em que se produz fala, da incerteza sobre o instante de inauguração da consciência do eu, das condições de linguagem (BUTLER, 2015). A morte de um outro apresenta a minha própria, porque algo se perdeu irremediavelmente.

Na linguagem que articula a oposição a um começo não narrável reside o medo de que a ausência de narrativa represente uma ameaça à vida e um risco, se não a certeza, de certo tipo de morte, *a morte de um sujeito que não pode e nunca poderá reaver de todo as condições de seu próprio surgimento*. Mas essa morte, se de fato o for, é apenas a morte de certo tipo de sujeito, um sujeito que, para começar, nunca foi possível; a morte de uma fantasia do domínio impossível, e por isso uma perda daquilo que nunca se teve. Em outras palavras, uma aflição necessária (BUTLER, 2015, p. 88, grifos nossos).

Parece impossível retornar à origem dos mortos: o mito da fundação é uma piada. Mas há muitas e infundáveis histórias a serem acessadas. Talvez sussurrem pela ameaça dos inimigos que não cessam de vencer quando relatam a história como uma sucessão de informações.

Ao contar sobre assassinatos como dados e fatos, as vidas que foram abreviadas tornar-se-iam uma série linear de dados; apaziguadas das contradições do viver e pacificadas da violência de seu extermínio. A informação nos diz que o ocorrido foi da ordem do terrível e inaceitável. E logo traz outra notícia. E outra. E outra.

Pobreza de experiência: isso não deve ser compreendido como se os homens aspirassem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza, externa e também interna, que algo de decente possa resultar disso (BENJAMIN, 2012a, p. 127).

É prudente avisar: aqui, não haverá completude da informação. As citações que emergem não se prestam a informar, mas a incomodar. O cadáver da criança e o escritor, o adolescente e o Trensurb, o pirata e a sirene da rua: uma cacofonia de sons que rompem com a sequência de eventos. Assumir que não se sabe o nome e o rosto da criança morta permitirá construir narrativas entre o corpo, e não sobre. A foto e o nome do adolescente, tornados públicos, não aparecerão aqui. Pode procurar em outros lugares, talvez nas estrelas. Os cadáveres carregam em si o gérmen de todo o tempo presente, mas precisam de vazios para florescer. Alguns já foram apresentados. O cão que não tem focinho. Um suicida atrapalhado. A vereadora virou semente. O Guaíba, observado por uma janela que ninguém mais tem acesso. A democracia (pobre dela). Crianças dos séculos XX e XXI. O idoso que sofre, assim como o leitor do jornal, mas uma não sabe do outro – será?

A experiência aqui assumida multiplica os possíveis. Algo se abriu para que as histórias possam surgir de mais formas. Ainda há muito por fazer.

* * *



(LAERTE, 2019, online).

* * *

SEGUNDA PARTE



(LAERTE, 2019, online).

Dez:
Saberes localizados por GPS

Este ensaio é um argumento em favor do *prazer* da confusão de fronteiras, bem como em favor da *responsabilidade* em sua construção (HARAWAY, 2009, p. 37, grifos no original).

Uma história precisa ser contada. Isso pode ser bom, ou sofrido, talvez ambos. Pedidos emergem para falar sobre si, por exemplo, nas redes sociais, na entrevista de emprego, na avaliação educacional, no atendimento de saúde, na reunião de família, no aplicativo de pegação, no encontro possivelmente afetivo-sexual. Mas por quê? Talvez fosse mais simples permanecer em silêncio. Não tenho nada a dizer, não quero falar do que vivi. Nem sei por onde começar. Sinto-me cercado por berros e exigências ininterruptas.

Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição. Mesmo uma pessoa gay assumida lida diariamente com interlocutores que ela não sabe se sabem ou não. É igualmente difícil adivinhar, no caso de cada interlocutor, se, sabendo, considerariam a informação importante. (SEDGWICK, 2007, p. 22).

Contar sobre o que passou, onde estudou, como escolheu a carreira, a composição da família, onde morou, porquê trabalhou. Os acidentes e as mudanças inesperadas. Cicatrizes, rugas, tatuagens, adereços, cabelos brancos – disfarçar ou deixá-los passíveis de interrogação? Recomposições, pessoas que chegam e vão. Histórias. A primeira vez. E a segunda. As relações. Qual foi a última? Por que contar, pra quem contar?

Trata-se, no fundo, de lutar contra o tempo e contra a morte através da escrita – luta que só é possível se morte e tempo forem reconhecidos, e ditos, em toda a sua força de esquecimento, em todo o seu poder de aniquilamento que ameaça o próprio empreendimento do lembrar e do escrever (GAGNEBIN, 2009, p. 146).

Ao falar da criança que fui, coloco-me em risco: de que descubram coisas que não quero, de revelar pontos de formação de mim mesmo. Desvelo os segredos tão bem protegidos. Estou muito velho pra algumas coisas. E muito novo para outras. Mais ainda, falo de tudo aquilo que não fui, que não sou, das experiências que não tive e dos papéis que não posso assumir. Reconheço privilégios enquanto revelo-me fraturado e machucado. Mas, diferente de alguns outros, estou vivo. Algo nos diferencia.

Não quero falar, não posso falar. Por que contar?

Tento começar, então, uma história de mim mesma partindo de algum lugar, delimitando um momento, tentando construir uma sequência, oferecendo, talvez, ligações causais ou pelo menos uma estrutura narrativa. Eu narro e me comprometo enquanto narro, relato a mim mesma, ofereço um relato de mim mesma a outra pessoa na forma de uma história que poderia muito bem resumir como e por que sou. Mas meu esforço de resumir a mim mesma fracassa, e fracassa necessariamente, quando o ‘eu’ apresentado na primeira frase como voz narrativa não pode fazer um relato de como se tornou um ‘eu’ que pode narrar a si mesmo ou narrar esta história em particular (BUTLER, 2015, p. 88).

A cada ato de contar a minha própria história, diferentes forças se fazem presentes e pedem passagem. O pedido por confissão, agressivo ou sutil, solicita uma linearidade em busca das causas da situação presente nos ocorridos do passado, para melhor previsão do futuro. Falo para me criar, ou para me incriminar? “Em outras palavras, mostrar como o indivíduo já se parecia com seu crime antes de o ter cometido” (FOUCAULT, 2010, p. 18). A busca de uma verdade em um ‘Eu’, com obrigação de coerência ao longo do tempo. Relações de poder estabelecidas como médicas, psiquiátricas, educacionais, judiciárias, religiosas, entre outras formas reconhecidas de autoridade, pedem para contar a história, linear, em busca de desvelar uma única verdade. Por outro lado, se há um pedido por uma história, significa que não é contada de forma solitária. Eu relato a mim mesmo para alguém – seja este um indivíduo, grupo ou instituição. Identifico um ‘Eu’ justamente porque não sou e não posso ser, a todo tempo, Outro. Interpelado sou.

Se dou um relato de mim mesma em resposta a tal questionamento, estou implicada numa relação com o outro diante de quem falo e para quem falo. Desse modo, passo a existir como sujeito reflexivo no contexto da geração de um relato narrativo de mim mesma quando alguém fala comigo e quando estou disposta a interpelar quem me interpela (BUTLER, 2015, p. 26).

A história que é contada passa a existir ao ser demandada por um outro. A construção das informações que entram ou não no discurso, o uso de palavras, a memória, as sensações – em suma, o passado a emergir no momento presente. A cada vez que a história é contada, corre o risco de mudar a si própria e o momento de seu surgimento. Mais ainda, trata-se de narrar em meio à destruição – de si e do presente. Essa é, a um só tempo, a responsabilidade e a ruína. Para tanto, é preciso aventurar-se entre esses restos, sem acreditar totalmente no que aparece.

Tal rememoração implica uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. [...] *A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente* (GAGNEBIN, 2009, p. 55, grifos nossos).

O início para a história, então, é um encontro; entre quem fala (ou escreve) e quem ouve (ou lê). Não há história antes de sua própria enunciação. Assim, também não existe ‘Eu’ antes que alguém dirija a pergunta de quem ‘Eu’ sou. Ao responder, constituo um si-mesmo provisório, que atende àquela relação estabelecida. Falar é uma tecnologia perigosa. Ao narrar, rompo o presente, crio um tempo de discurso diferente da velocidade e da finitude do corpo vivo, o qual não tenho controle. De fato, as palavras produzem personagens que traem a memória, a posição de sujeito, o passado. Alguma coisa se forma. Se a autoria não é suficiente, o que vai sobrar dessa história? Narrar é um ato que produz a si, incompleto e incoerente, mas também interfere no tempo presente.

[...] [ao narrar,] não comunico meramente algo sobre meu passado, embora não haja dúvidas de que parte do que faço consiste nisso. Eu também enceno o si-mesmo que tento descrever; o ‘eu’ narrativo reconstitui-se a cada momento que é evocado na própria narrativa. [...] Em outras palavras, estou fazendo alguma coisa com esse ‘eu’ – elaborando-o e posicionando-o em relação a uma audiência real ou imaginária (BUTLER, 2015, p. 89).

A criança narrada brinca com suas relações familiares, históricas, políticas. Aquilo aconteceu, de fato? Pouco importa. Toda vez que o adulto balança, o menino vem pra dar a mão. As memórias são como estrelas no céu, que só fazem sentido ligadas umas às outras. Estão lá, mas não enxergamos se é dia onde estamos. Depende da localização. Existem, mas a constelação que era vista perde o sentido. E mesmo de noite, depende de condições: climáticas, atmosféricas, eletrônicas. Tenho medo de contar. Tento ficar em silêncio; um equívoco, pois também é uma narrativa. “A recusa de narrar não deixa de ser uma relação com a narrativa e com a cena de interpelação. Como narrativa negada, ela recusa a relação pressuposta pelo interrogador ou a modifica, de modo que o questionado rechaça o questionador” (BUTLER, 2015, p. 23). O silêncio pode ser também uma estratégia de contenção, ou um armário identitário (SEDGWICK, 2007). Ou seja, é preciso localizar a recusa. Medo de ser tornado objeto de escrutínio pelo poder, ou pelos meus pares? Falar ou calar, de todo modo, compõem-se no relato que faço, e também naquele que se faz de mim. Talvez seja esse que tento proteger. Uma ameaça que me acompanha; mais ainda, que constitui minha própria existência. A monstruosidade que não posso negar. E, assim, o

[...] ‘eu’ descobre que, na presença de um outro, ele entra em colapso. Não conhece a si próprio; talvez jamais conhecerá. Mas sua missão é essa, conhecer a si próprio? O objetivo final é chegar a um relato narrativo adequado de uma vida? *Deveria ser?* (BUTLER, 2015, p. 92, grifos nossos).

Estou irremediavelmente perdido. Conto porque há uma força irresistível que pede passagem. E, especialmente, porque há quem ouça. É possível ter atenção às tentativas de captura da história em uma lógica de confissão. Isso não reduz a nossa responsabilidade ao narrar. Quem

vai sobrar para contar e receber a história? Quem está do outro lado do papel? Estamos juntos? “E quem é esse ‘nós’ enunciado na minha própria retórica? Quais são as identidades que fundamentam esse mito político tão potente chamado ‘nós’ e o que pode motivar o nosso envolvimento nessa comunidade?” (HARAWAY, 2009, p. 47). Quem cabe nesse ‘nós’, tão facilmente enunciável, que poderia conduzir a narração?

Tradicionalmente, a escrita de pesquisa é marcada por um sujeito que se faz indeterminado, na tentativa de transmitir um pesquisador transcendental, sem quaisquer impedimentos, como em ‘fez-se, pesquisou-se’. Por vezes, para afirmar a neutralidade do sujeito que enuncia, entram em cena ‘Eles’, ocultos ou não, que ‘realizaram um estudo...’. “Esse perspectivismo implica ir além do jogo simples de silenciamento promulgado pela normatividade ou, como resposta expurgadora, da produção de narrativas alternativas” (RANNIERY, 2018, p. 8). Com frequência, ‘nós’ tomamos a frente como um esforço de localização de autoria, que ao mesmo tempo pode trazer aquele que lê para próximo - ‘Eu’ e ‘tu’ formamos nós e cá estamos, cúmplices, a acompanhar os resultados de uma pesquisa. Mais ainda, uma marcação explícita recupera o ‘Eu’, tão relegado na academia, para afirmar que a perspectiva da posição de sujeito que produz o discurso interfere radicalmente naquilo que é estudado. ‘Nós’, que parecemos tão próximos e estamos em perigo. Se a narrativa do ‘Eu’ é dolorosa, mas é feita na interpelação um outro, o encontro seria ‘nós’? Ora, um alerta chega codificado, pois é necessário “[...] *considerar, en primer lugar, lo que ocurre a este ‘nosotros’ en tiempos de guerra. ¿Qué vidas se consideran dignas de salvarse y defenderse, y qué otras no?*” (BUTLER, 2010, p. 63). Não só quem, mas quando, como e em que condições podemos formar um ‘nós’.

Aqui, para além de um relato de pesquisa, há um esforço de contar histórias, que pedem diferentes modos de narração, conforme as relações estabelecidas. Nesse sentido, um único pronome, sozinho, não daria conta. Linearidade e completude escapam a essas narrações. Poderia, evidentemente, contar as desventuras e informações de um ‘Eu’ que digita estes escritos para, enfim, ter uma sensação de alívio, dever cumprido, exibição vaidosa, posição política pacífica, estável e definitivamente traçada. Um possível desejo de falar exaustivamente sobre um sujeito singular a uma suposta autoridade (a leitora ou o leitor), presente no mesmo momento ou não, para uma esperada salvação e pacificação. Isso faz lembrar do exercício de confissão estabelecido pelo cristianismo e exaustivamente disperso nas práticas médicas, jurídicas, pedagógicas modernas e contemporâneas (FOUCAULT, 2010), como parte de um projeto de modernidade que fabrica o humano ocidental como ser confessante (FERREIRA; NARDELLI, 2013). Mas ‘Eu’ não darei conta de relatar a ‘mim’ e o desejo por essa pesquisa, porque não ‘sou’ uma origem. E, se há interpelação, é porque há algo em comum entre a posição de quem escreve e quem lê. Afinal, ‘tu’

chegastes até aqui. Narrar é a tentativa de produzir experiência e, com isso, sustentar um encontro possível. E, ao mesmo tempo, é uma interrupção, um engasgo.

Desse modo, o relato que dou de mim mesma no discurso nunca expressa ou carrega totalmente esse si-mesmo vivente. Minhas palavras são levadas enquanto as digo, interrompidas pelo tempo de um discurso que não é o mesmo tempo da minha vida. Essa ‘interrupção’ recusa a ideia de que o relato que dou é fundamentado apenas em mim, pois as estruturas indiferentes que permitem meu viver pertencem a uma sociabilidade que me excede (BUTLER, 2015, p. 51).

O começo da história não está em ‘mim’. Ao tentar contar uma história tida como própria e pessoal, algo falha, e o tempo se fragmenta. ‘Eu’ não posso contar a minha história ou, ao menos, não completamente. Quando falo, ‘Eu’ desapareço. E alguém mais está junto. Trata-se, então, de uma responsabilidade com narrações que, por sua opacidade fundante, sempre escapam e ficam incompletos. Mesmo assim, é necessário tentar achar um ponto de conexão. “*No explorar y problematizar el lugar de enunciación propio es plantearlo como un lugar vacío. Tal pretensión es inevitablemente imperialista y colonizadora*” (CORNEJO, 2011, p. 80). Estar vivo é um privilégio a ser considerado.

Os pronomes, como ‘Eu’ e ‘nós’, terão serventia provisória, de acordo com as conexões estabelecidas a cada momento – portanto, parciais (HARAWAY, 2009). As narradoras e os narradores são personagens para construção de experiências: histórias que reverberam de forma a exigir serem recontadas, interrogadas, perturbadas, transformadas, transmitidas. Sua multiplicação não significa o abandono da responsabilidade sobre a produção do texto. Narrar tenta sair de um mero ‘Eu’, e esforça-se em uma posição que seja multiplicada. Um ‘Nós’ possível seria da pluralidade de perspectivas de narração. Uma perspectiva móvel mas com localização política e ética.

Eu falo como um ‘eu’, mas não cometo o erro de pensar que sei exatamente tudo que estou fazendo quando falo dessa maneira. Descubro que minha própria formação implica o outro em mim, que minha estranheza para comigo mesma é, paradoxalmente, a fonte de minha conexão ética com os outros (BUTLER, 2015, p. 112).

O plural também recupera laços entre quem escreve, perspectivas de narração, histórias relatadas e possíveis pessoas leitoras. Há algum interesse em comum que produz esse encontro, indicando que narrar faz (algum) sentido. Ao acompanhar o convite de Haraway (1995) para localizar os saberes, não se trata de uma descrição estática e originária. Tudo se move e modifica: o que parecia uma posição óbvia ou segura já se transformou. Contudo, há posicionamentos éticos que podemos compartilhar. A localização existe como parte da interpelação, e porque há um ‘Nós’

que dá sentido. Assim, cada salto em uma narrativa, cada contradição em um relato, trazem um universo de possíveis mistérios. Um rasgo nos textos aponta os restos de tempo, passado e presente, que exigem um esforço de conexão. “Verdade e mentira se deslocam para a lembrança, tal como ela lampeja num momento de perigo. Tudo é história. Tudo aconteceu na Presidente Vargas” (MARTINS, 2015, p. 66). Reconhecer as ruínas da história é um exercício ético, que abre para ainda mais narrativas. A opacidade do relato evidencia relações e fronteiras, que antecedem esse suposto ‘Eu’. O modo como se contam histórias – para além do conteúdo em si – é de importância estratégica. Escreve-se para poder sobreviver, mesmo depois da morte, ainda que por urros ou sussurros incompreendidos. Ficção e realidade, informática e carne, ‘Eu’ e ‘Nós’: sem vergonha das conexões e da impureza, incapaz de honrar a tradição das origens de um sistema. As narrativas são como ciborgues que não pedem desculpas por existir, não devem respeito ou obediência à origem e à progenitura e não buscam a restituição à totalidade, pois emergem das ruínas do presente. Se os mortos-vivos apresentam-se incompreensíveis, o ciborgue consegue estabelecer seu posicionamento político, devidamente manifesto em texto (HARAWAY, 2009):

A escrita-ciborgue tem a ver com o poder de sobreviver, não com base em uma inocência original, mas com base na tomada de posse dos mesmos instrumentos para marcar o mundo que as marcou como outras. Os instrumentos são, com frequência, histórias recontadas, que invertem e deslocam os dualismos hierárquicos de identidades naturalizadas (HARAWAY, 2009, p. 86).

É possível utilizar um ‘nós’, juntando os mortos, os vivos, as vivas, que falam e escrevem em línguas diferentes, e que não se conhecem. Quantas pessoas cabem numa escrita-ciborgue? Os mortos estão objetificados? Será que escrever com vários poderia tensionar a pretensão imperialista e colonizadora da palavra acadêmica?

[...] ninguém está isento, por comando histórico, de ocupar a posição do opressor ou perpetrador [...]. Existe apenas a exigência histórica de produzir uma prática política e um modo de engajamento que respeitem e institucionalizem a proteção à precariedade da própria vida (BUTLER, 2017, p. 202).

O ciborgue é esse corpo habitado por muitos. Não há um limite da história linear; o corpo não está encerrado pela pele, e os sentidos estão em conexão com diversos instrumentos. Trata-se aqui de acessar os apetrechos que utilizamos para enxergar a história que contamos. Em vez de apontar aparelhos de visão para um suposto ‘dentro’, apostar na análise da barriga do monstro (HARAWAY, 1995; 2009): inclusive com o perigo de ser devorada ou devorado. “*La utilización de cámaras, no sólo para la grabación y la distribución de imágenes de torturas, sino también como parte del aparato mismo del bombardeo, deja bien claro que las representaciones mediáticas ya se*

han convertido en modos de conducta militar” (BUTLER, 2010, p.51). Dizer que não quero narrar é um capricho por estar vivo. Os mortos aparecem involuntariamente em relatórios, notícias de jornal impressos e televisivos, artigos científicos, pesquisas de doutorado. O que comunicam? A guerra seria externa? Quais os riscos de anunciar ou não os nomes atribuídos aos cadáveres? As nomeações enterram, zumbificam, resolvem, pacificam? São visibilidades ou confissões? Onde estão os olhos do monstro em que se habita? Como se luta pela escrita?

É obviamente uma questão de um certo poder autorizador que não emana da própria posição. Minha posição é minha na medida em que “eu” – e não me esquivo do pronome – repito e volto a dar significado às posições teóricas que me constituíram, trabalhando as possibilidades de sua convergência e tentando levar em conta as possibilidades que elas excluem sistematicamente. Mas claramente não é o caso de que “eu” esteja acima das posições que me constituíram, saltando de uma para outra instrumentalmente, pondo algumas de lado, incorporando outras, embora um pouco da minha atividade possa assumir essa forma. *O “eu” que seleciona entre elas já está sempre constituído por elas.* O “eu” é o ponto de transferência daquela repetição, mas simplesmente não é uma asserção forte o suficiente para dizer que o “eu” é situado; o “eu”, esse “eu”, é constituído por essas posições e essas “posições” não são meros produtos teóricos, mas princípios organizadores totalmente embutidos de práticas materiais e arranjos institucionais, aquelas matrizes de poder e discurso que me produzem como um “sujeito” viável. Com efeito, esse “eu” não seria um “eu” pensante e falante se não fosse pelas próprias posições a que me oponho (BUTLER, 1998, p. 18, grifos nossos).

Tais quais câmeras de vídeo, as posições de narração são instrumentos de percepção. Abrem para diferentes perspectivas possíveis, na medida em que ora ‘Eu’ conto a história, e às vezes somos ‘nós’, ou ‘eles’, e até mesmo ‘ele’, ‘ela’, ‘tu’. Os pronomes são olhos, telescópios, óculos, binóculos, monóculos, lupas, microscópios, câmeras fotográficas, satélites de espionagem, o olho de Deus, o olho de um busto, o olho de um peixe no fundo do mar, o olho de um furacão, a câmera de um *drone*, um radar, um projetor de filmes, um espelho... A cada passo, importa quem conta, mas não se pressupõe uma hierarquia ou solução final. O ciborgue, como modo de escrita, faz um convite. ‘Eu’ não quero falar, mas ‘ele’ revela suas inúmeras e transitórias conexões, sua estética aberrante, e sua existência ameaçadora. Assim, fica evidente que:

[...] estamos escritas no jogo de um texto que não tem nenhuma leitura finalmente privilegiada nem qualquer história de salvação. Isso faz com que nos reconheçamos como plenamente implicadas no mundo, libertando-nos da necessidade de enraizar a política na identidade, em partidos de vanguarda, na pureza e na maternidade. [...] Toda história que começa com a inocência original e privilegia o retorno à inteireza imagina que o drama da vida é constituído de individuação, separação, nascimento do eu, tragédia da autonomia, queda na escrita, alienação; isto é, guerra, temperada pelo repouso imaginário no peito do Outro (HARAWAY, 2009, p. 89-90).

Estamos irremediavelmente perdidas. ‘Eu’ não consigo dar conta de mim mesmo; conseqüentemente, ‘nós’ nos dispersamos e ‘eles’ perdem a referência. Os pronomes utilizados são

transitórios, enquanto o ciborgue põe em xeque as dicotomias de orgânico e tecnológico, humano e inumano, natural e social, vivo e morto. Em certos momentos, os ciborgues lembram mortos-vivos, pois devoram o que se aproxima. Corpo e escrita ciborgues reescrevem o passado com as ferramentas disponíveis. São apresentados como violentos e destruidores; monstros que não ameaçam por um conflito direto, mas revelam toda a maquinaria que tenta produzir um passado único, estável, imutável. O ciborgue resiste teimosamente a ser eliminado da história; mais ainda, expõe os medos e pesadelos do presente. Faz como as crianças que brincam com o que seria proibido. “Nenhum objeto, nenhum espaço, nenhum corpo é, em si, sagrado; qualquer componente pode entrar em uma relação de interface com qualquer outro desde que se possa construir o padrão e o código apropriados, que sejam capazes de processar sinais por meio de uma linguagem comum” (HARAWAY, 2009, p. 62). Podemos juntar corpos e narrativas como se fossem as estrelas de uma constelação. Crianças e morte, infância e sexualidade, eu e tu.

O estômago da fera prepara-se para digerir alguns com mais facilidade do que outros pela gestão da precariedade. Não há salvação, lugar seguro, final feliz: “Fomos todas lesadas, profundamente. Precisamos de regeneração, não de renascimento, e as possibilidades para reconstituição incluem o sonho utópico da esperança de um mundo monstruoso” (HARAWAY, 2009, p. 98). Narrar não precisa ser uma confissão; por outro lado, pode servir como reparação às histórias apagadas. Ou para multiplicar as lesões. Justamente porque ainda vivo, com um ponto de acesso ao presente, ainda posso criar algumas narrativas, duelar sobre a história. Nesta batalha tornada texto, a identidade terá um uso estratégico e provisório. Construir um ‘Eu’ ou um ‘si-mesmo’ não como ato de confissão, mas exercício de luta política. Valer-se da identidade como uma estratégia (FOUCAULT, 1981): usar como se fosse real, sabendo que pode desfazer-se a qualquer momento. “Hoje, não existe mais nenhuma certeza de salvação, ainda menos de Paraíso. No entanto, podemos – e talvez mesmo devamos – continuar a decifrar os rastros e a recolher os restos” (GAGNEBIN, 2009, p. 118). Essa tarefa, sem um narrador único, e produzida com e pelas ruínas, para compreender onde e como crianças estão ou estavam, e que condições e mecanismos fizeram-nas viver e morrer, apagando ou não suas histórias.

O perigo continua a rondar, recolher e devorar tudo que se aproxima. Mas tudo bem.

No final, seremos apenas merda de monstro.

Basta fechar os olhos e esperar.

* * *



(LAERTE, 2019, online).

* * *

Nove:

Laura

Foi valorizando a sexualidade da criança, mais exatamente a atividade masturbatória da criança, foi valorizando o corpo da criança em perigo sexual que se deu aos pais a diretriz imperativa de reduzir o grande espaço polimorfo e perigoso da gente da casa e constituir com seus filhos, sua prole, uma espécie de corpo único, ligado pela preocupação com a sexualidade infantil, pela preocupação com o autoerotismo infantil e com a masturbação: pais, cuidem de suas filhas excitadas e das ereções de seus filhos, e é assim que vocês se tornarão verdadeira e plenamente pais! [...] Em torno da cama quentinha e duvidosa do adolescente, a família se solidifica (FOUCAULT, 2010, p. 216).

16:20.

A mãe segue sua rotina. O bebê descansa, as meninas pequenas – ou nem tanto, como passa rápido – brincam juntas. Ela lava a louça sem pressa. A mãe tem um segredo, que raramente compartilha: essa atividade doméstica, simples e rotineira, é extremamente agradável. Ajuda-lhe a pensar.

A campainha toca. Chama as crianças e pede que atendam, mas nada acontece. Paciência, a louça continuará lá. Seca levemente as mãos e vai até a porta.

Do outro lado, uma figura estranha. Não diferente do comum, mas desconhecida. Pela aparência, a idade daquela mulher é parecida com a sua própria. E, ao lado, um menino, com uma idade possivelmente próxima a de sua filha mais velha, além de um olho roxo e a boca machucada.

A mulher educadamente apresenta a si e ao menino como moradores do prédio vizinho, no mesmo condomínio. E explica que seu filho foi agredido, numa briga, pelo menino que mora nessa casa. Que alívio, é apenas um engano. A mãe explica rapidamente que não há nenhum menino ali.

O agredido aponta para dentro da casa. O que...

Laura está lá, parada, atrás da mãe.

Laura, com sua bermuda comprida e um arranhão no tornozelo à mostra. Sua camiseta regata, cinza, larga e suada. Seu cabelo curto.

Laura é apontada, interpelada, designada um menino. E só abaixa a cabeça, envergonhada. No silêncio, confirma seu ato. Enquanto isso, a vizinha explica sua preocupação, posto que “Nós somos responsáveis pelas fronteiras; nós somos essas fronteiras” (HARAWAY, 2009, p. 97).

A mãe não presta atenção no que aquela mulher diz. Apenas pede desculpas pelo ocorrido e diz que tomará as providências necessárias. A vizinha vai embora, tão inexpressiva quanto antes, puxando seu menino pela mão. A louça segue intacta, enquanto a mãe está transtornada. A pequenina está no quarto e Laura está apenas ali, imóvel como um objeto.

A menina continua parada, de cabeça baixa, enquanto a mãe esbraveja sobre como essa sua brincadeira foi longe demais: “A polícia do gênero vigia o berço dos seres vivos que estão por nascer, para transformá-los em crianças heterossexuais. A norma faz sua ronda em torno dos corpos frágeis. Se você não for heterossexual, *a morte [a] espera*” (PRECIADO, 2013, online, grifos nossos). O que, afinal, Laura queria com seu comportamento tão perigoso?

Ela responde, ainda de cabeça baixa: “Quem defende os direitos da criança diferente? [...]. Os direitos da criança à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança de crescer em um mundo sem violência, nem sexual nem de gênero?” (PRECIADO, 2013, online). A mãe ferve com a resposta malcriada. Laura recebe um tapa. Agredida, corre para seu quarto, enquanto a mãe tenta entender a cena que aconteceu.

18:15.

A mãe vai até o quarto de Laura. Já teve tempo suficiente para baixar a tensão entre as duas. Laura está na cama, finge dormir. A mãe chama uma duas três vezes, até que ela atenda. Explica que vão sair. O pai já chegou, ele ficará com a irmã mais nova e a bebê. E Laura deve trocar-se. Um vestido azul até o joelho está a sua espera. A criança veste-o, mas recusa-se a sair. Precisa ser levada a força por uma mãe já impaciente.

Quando seguem pela entrada do prédio, a mãe explica que não poderia continuar dessa forma, com uma fraude de nome e de identidade. Nas próximas semanas, iniciaria a nova escola, que “[...] é o primeiro campo de batalha dessa guerra civil: o espaço onde aprendemos a dizer nós, os meninos, não somos como elas, as meninas. O lugar onde vencedores e vencidos são mascarados por um sinal que acaba por se tornar rosto” (PRECIADO, 2016, online). Com toda essa importância e modo de funcionamento da escola, não caberia esse tipo de comportamento.

Por isso, Laura e a mãe terão que desculpar-se com os amiguinhos que foram enganados. Laura, que estava resistente mas em silêncio, tenta queixar-se. Entretanto, não consegue interromper a mãe, que explica sem parar: ‘Não estou fazendo isso para te fazer mal, ou para te dar uma lição. Sou obrigada, entende? Não me incomoda que você brinque de ser menino. E também não me aborrece. Mas isso não pode continuar’.

Laura responde rapidamente e sem respirar que “[...] a vida humana tem fragilidades, e o risco faz parte dela. O risco faz parte da vida ativa. Já que ele é inerente à vida, aboli-lo é apostar na padronização, no controle contínuo e na redução da potência do viver” (NASCIMENTO, 2012, p. 40). Mas a mãe finge não ouvir. Dois monólogos seguem caminhos em paralelo.

Na casa da mesma vizinha, a mãe pede desculpas pelo novo incômodo. Diz que precisa explicar algumas coisas, e apresenta Laura – agora, sem enganos. Deixam Laura e o menino na sala, e conversam. A vizinha continua a demonstrar poucas emoções. Mas sua voz é de surpresa; fala do quão estranha é aquela situação, e que talvez precise de uma orientação especializada. A mãe assente, envergonhada, enquanto a vizinha discursa sobre sua percepção em torno de um fracasso no cumprimento das responsabilidades maternas:

Culpabilização, por conseguinte, desse espaço mediano e malsão da casa, muito mais que da criança, mas que remete, em última instância, à culpa dos pais, pois é porque os pais não querem cuidar diretamente dos filhos que esses acidentes podem se produzir. [...] Afinal de contas, *era só os pais estarem presentes e abrirem os olhos*. Nessa medida, naturalmente, o ponto de chegada [...] é o questionamento dos pais e da relação entre pais e filhos no espaço familiar. [...] A nova família, a família substancial, a família afetiva e sexual, é ao mesmo tempo uma família medicalizada [...] O doente tem de reconhecer seu mal; tem de compreender as consequências dele; tem de aceitar o tratamento. Em suma, *tem de confessar*. [...] Medicalização interna da família e da relação pais-filhos, mas discursividade externa na relação com o médico; silêncio da sexualidade nas fronteiras da família, onde no entanto ela aparece com toda a clareza pelo sistema de vigilância, mas onde ela aparece não deve ser dita. Em compensação, deve ser dita além das fronteiras desse espaço, ao médico. Por conseguinte, estabelecimento da sexualidade infantil no cerne mesmo do vínculo familiar, na mecânica do poder familiar, mas deslocamento da enunciação dessa sexualidade para a instituição e a autoridade médicas. *A sexualidade é esse gênero de coisas que só podem ser ditas ao médico* (FOUCAULT, 2010, p. 213-218, grifos nossos).

Quando não aguenta mais ficar calada, a mãe responde que cumpre fielmente seu papel. Cuida bem da educação de todas as suas meninas, e esse comportamento de Laura não passava de uma brincadeira. A vizinha, por outro lado, preocupa-se que a mãe esteja a desviar-se da função familiar, qual seja, ter “[...] o poder de educar as crianças na norma sexual e de gênero, como se fossem presumidamente heterossexuais [...] [e] lembrar aos pais das crianças não heterossexuais que é dever deles se envergonhar disso, rejeitá-los, corrigi-los” (PRECIADO, 2013, online). Diz ainda que ela própria e seu marido, de fato, cumprem “[...] escrupulosamente sua função de

responsáveis domésticos pela ordem heterossexual” (PRECIADO, 2013, online). Somente assim podem ser mães, defender a sociedade e “[...] *conseguir a través del control y la privatización de las prácticas de producción de placer autoerótico de fabricar un nuevo sujeto sexual, individualizado y autoconsciente, que se percibe a sí mismo como el continente de una identidad sexual y que se siente como um peligro potencial para sí mismo*” (PRECIADO, 2009, p. 166). Basta ver o seu filho, que está ali na sala, a cumprir o papel designado de gênero – é a prova de seu sucesso.

Mas desse cômodo irrompe um grito, um manifesto daquela até então nomeada de Laura: “Tinha um pai e uma mãe, mas eles foram incapazes de me proteger da repressão, da exclusão, da violência. [...] nenhum dos dois podia proteger meu direito à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade” (PRECIADO, 2013, online). Em seguida, a porta do apartamento bate. A mãe e a vizinha vão até lá, onde o menino está sentado no sofá, assustado. A mãe corre atrás de Laura, mas não dá conta de descer as escadas tão rápido quanto a criança. Vê que ela está do lado de fora, correndo em direção às árvores. Segue, mas não consegue acompanhar o ritmo. Começa uma fina garoa. O pequeno parque confunde e desorienta. A mãe pensa na sua relação com seu pai e sua mãe, que já morreram. “Assim, ainda que tenha tido um pai e uma mãe, a ideologia da diferença sexual e da heteronormatividade os confiscaram de mim. Meu pai foi reduzido ao papel de representante repressivo da lei do gênero. Minha mãe foi privada de tudo o que pudesse ir além de sua função de útero, de reprodutora da norma sexual” (PRECIADO, 2013, online). Não esperava nada disso ao ter filhas. Diziam que as meninas seriam dóceis. Mas cada uma das crianças tinha se comportado de um jeito em cada idade. Nada parecia ter em comum entre as filhas. Como ela e suas irmãs também eram muito diferentes umas das outras, quando pequenas. Ou não?

A mãe procura, chama por Laura. Só consegue repetir o nome; faltam palavras para qualquer outra ação. Sabe porque a menina corre, parece até mesmo que está certa em fugir. Em que momento isso saiu do controle? Onde foi que errou?

Parece evidente que as crianças tornam-se muito rapidamente conscientes de que suas diferenças são socialmente inaceitáveis e que precisam ter cuidado em expressá-las. Isto parece levá-las a fazer o que pode ser a decisão muito lógica e inteligente para esconder suas identidades de gênero. Para algumas, essa necessidade é ainda, comprovadamente, mais clara [...]. Parece que o radar social da maioria das crianças transgênero (assim como o da maioria das outras crianças) é suficientemente bom, mesmo em idade jovem, para detectar que ser transgênero é “inaceitável.” (KENNEDY, 2010, p. 27-28).

Percebe uma mancha azulada a tremer. Aliviada e sem fôlego, aproxima-se devagar, como um predador chega perto de uma presa que pode fugir se tiver pressa. Mas logo percebe a cena: a sua filha não está ali, apenas o vestido azul, largado em um galho de uma árvore baixa. Laura não

está ali. Ou, talvez...

Será que Laura está apenas ali, naquele vestido vazio de carne, cheio de conteúdos, e em nenhum outro lugar?

Será que um vestido azul faz uma menina?

* * *

Oito:

Bem-aventurada

Aprendemos así a tener miedo de nuestro cuerpo, a olvidar que tenemos uno y a afirmar una identidad (PRECIADO, 2009, p. 166).

São duas horas da madrugada. Ela não consegue mais dormir. Noite quente. Vai até a janela. Céu sem nuvens, com uma belíssima lua cheia, refletida nas águas do Guaíba. Calor. Olha para o horizonte. Sente vontade de acender um cigarro, mas controla-se. Parou de fumar há alguns anos. Malditos vícios que tentam nos governar.

Angustiado, pensa no trabalho do dia seguinte. Psicóloga e psicanalista, vai à Câmara para combater a perigosa proposta da Secretaria de Educação. Sabe que tentarão tirá-la do sério. Por isso, basear-se-á no roteiro de argumentos técnicos.

Sua preocupação tem história. Há anos, precisa enfrentar os projetos que ameaçam a integridade de crianças e adolescentes: incitam o abuso e a exploração sexuais a violência, a proliferação de doenças, a gravidez na adolescência e os comportamentos imorais. É evidente que este é um mundo cada vez mais cruel com as crianças.

Vai à cozinha, serve-se de chá gelado.

Os adversários tentam, constantemente, desmoralizá-la. Acreditam que, por ser mulher, será frágil. Fazem campanhas na internet com suas fotos e recortes de frases, como se fosse desequilibrada. Não à toa, uma colega utiliza máscara, peruca e óculos escuros quando faz declarações públicas. Compreensível. Mas não ela. Vai resistir aos ataques, e oferecer a outra face. A história provará que está certa.

Esses homens perversos, tatuados, de cabelos raspados ou coloridos que propõem os absurdos projetos de incitar desejo sexual nas crianças só querem atender a seus próprios interesses, realizar suas próprias necessidades perversas. Pena que poucos percebem isso.

Continua com calor. Resolve tomar uma ducha para acalmar os pensamentos.

Sua preocupação tem corpos. Diversos pacientes buscam seu auxílio para tratar do

sofrimento por conta de suas práticas sexuais. Sua luta é por eles, para que outras pessoas não passem pelo que passaram, não paguem o mesmo preço.

Até a água do chuveiro está quente.

O mais ameaçador desses homens é um estrangeiro, de bigode ralo e aparência ambígua. Ele diz defender as crianças que são viadas. É um homem, mas é uma mulher de calças, apesar de usar saia às vezes e, ainda assim, tentar dizer que é homem. Como é possível levar essa pessoa a sério? Ela, ele, conta suas histórias de infância, cheias de sofrimento para si e sua família. As crianças não devem ouvir isso ou passar por tanta dor. Mas ela (ele) parece querer vingança.

Sai do banho e seca-se devagar, delicadamente. Chega de pensar nos inimigos, que tanto a fazem mal. Lembra dos pacientes, dos seus choros que se tornaram sorrisos até terem alta. Lembra de seus sobrinhos e do mundo que quer deixar para eles. Veste a camisola. O sono ainda não voltou. Decide, então, fazer o que mais acredita e dá alegria. Esquece de homens de saia, mulheres tatuadas, perversões, violências. Está apenas consigo, mas não sozinha. Seu corpo vibra com a plenitude. Após algum tempo, finalmente relaxa e pode deitar-se para dormir.

A noite segue absolutamente silenciosa. O perigo ronda, mas os mortos e as crianças são mantidas amarradas e amordaçadas. Ninguém conversa. O ar na beira do Guaíba é quente, parado, sufocante. O mormaço parece uma parede. Insuportável porquê se estabelece como único, verdadeiro e sem contraste.

* * *

Sete:

Mickael

O dildo desvia o sexo de sua origem ‘autêntica’ porque é alheio ao órgão que supostamente imita. Estranho à natureza e produto da tecnologia, comporta-se como uma máquina que não pode representar a natureza senão sob o risco de transformá-la. O dildo é o outro malvado. É a ‘morte’ que espreita o pênis vivo. Aterroriza. Relegado até agora à categoria de imitação secundária, o novo sexo-de-plástico abre uma linha de evolução da carne alternativa à do pênis (PRECIADO, 2014, p. 83).

Nova casa, novo bairro, nova cidade. Trabalhadores descarregam os móveis do caminhão no condomínio de classe média cheio de árvores em um dia de verão, não muito quente. Mickael está preocupado em carregar suas coisas – afinal, já tem 10 anos, não é mais uma criança pequena. Pai, mãe, irmã pequena e outra bebê – todos têm que se adaptar a mudança.

Os primeiros dias passam entre caixas que são desmontadas, móveis que são montados,

coisas perdidas e reencontradas. No meio da confusão, a criança vai brincar na rua, no dia de verão. Em pouco tempo (minutos, horas?), conhece vizinhos da sua idade, e todos têm coisas muito importantes a fazer. Futebol, pique bandeira, conversas e corridas. Contam sobre a escola onde todos estudarão juntos em algumas semanas.

Na casa, as embalagens estão desmontadas e as roupas, no lugar. Mickael prepara-se para o programa do dia seguinte – nadar no rio perto de casa. Água limpa e fresca, um privilégio. No armário, o menino busca por suas roupas de banho. Encontra seu maiô azul, que não parece adequado. Com uma tesoura, desfaz a roupa até torná-la uma sunga. Experimenta. A altura da cintura ainda não está boa. Ajusta. Olha bem no espelho. Agora, sim.

A superfície refletida do espelho parece pedir mais uma mudança. Além do recorte do tecido, há algo a ser confeccionado. Com um punhado de massinha, aos poucos modela um pequeno objeto cilíndrico. Faz tempo que não brinca de modelagem; mal lembrava-se da textura ao toque das mãos. Está pronto. Encaixa na pélvis, por dentro da sunga. A massa está gelada em contraste ao clima quente do corpo ansioso e do verão. Mickael nunca tinha usado uma sunga antes. De fato, nessas semanas, pela primeira vez, ele foi reconhecido como um menino. No futebol e no lago, está sem camiseta como todos os outros meninos – e diferente das meninas.

De noite, exausto, Mickael foge para seu quarto. A sunga desaparece no meio de uma pilha de roupas. Com a massinha molhada, seu primeiro dildo, o cuidado é maior. O objeto é delicadamente guardado em uma caixinha, junto aos dentes de leite. Tais restos do corpo lembram-nos como somos imperfeitos e incompletos. Acrescentamos e perdemos partes, que contam um pouco da nossa história. Lembram-nos que percorremos outros lugares. A caixinha estava esquecida há tempos, mas foi reencontrada com a mudança. A caixa possibilita reler o passado como a conservação de relíquias, colocar em análise as forças do presente. Os restos lembram-nos que nem sempre foi tudo sempre igual, e que a história do corpo apresenta divergências.

Talvez Mickael não pensasse nisso tudo. Mas estava feliz.

Em um jogo de luz e sombras, de mostrar e esconder a superfície do corpo, Mickael produziu a si próprio com as tecnologias disponíveis. O tempo muda do lado de fora; começa uma fina garoa. O barulho convida-o a deitar e cochilar.

Será que tesoura, massinha e tecido fazem um menino?

* * *

Seis:

Piscina

O bom comportamento durante a classe é a negação do corpo do aluno, a morte diária durante seis horas. [...] A cada ano, milhares de crianças são efetivamente assassinadas por aqueles que têm responsabilidade legal sobre elas. [...] a boa criança, na perversão pedagógica, é a *criança morta* (HOCQUENGHEM, 1980, p. 110, grifos nossos).

Cena 1: segunda-feira.

Meados do primeiro semestre. Aquela animação da escola para o recesso, com pressa de fechar mais um bimestre, mesmo que falte um mês inteiro. A responsabilidade é acompanhada de uma certa preguiça. Vontade de saltar o mês direto para a pausa. Mas a diretora avisa que não dá para parar sem fechar o diário e assinar a ata do conselho de classe.

A professora Rute está animada com suas aulas de educação física. A escola tem parceria com uma universidade próxima e pode usar as instalações em certos horários. Ao mesmo tempo, recebem os estagiários de lá: Rute é acompanhada por Rômulo, Davi, Suzana e Leonardo. Já conseguiram trabalhar atividades de atletismo e, agora, haverá um horário livre para piscina.

Demorou, deu trabalho. A orientação pedagógica precisou de autorizações específicas. Atestados médicos, nem todos conseguiram. Combinaram, então, com a Unidade Básica de Saúde e levaram alunas e alunos que faltavam para uma consulta rápida com o médico. ‘Para que tudo isso’, perguntava o professor de história, ‘esse 7º ano é horrível’. No meio tempo, a orientação educacional ajudou a arrecadar dinheiro para toucas e óculos de mergulho com gincanas. A professora de ciências já estava mais animada; com a demora, conseguiu começar conteúdos sobre microrganismos. Talvez consiga produzir algo para a feira de ciências – talvez.

Rute já fez uma visita à universidade com a turma. Os estagiários ajudaram na apresentação do espaço e na definição das regras. Agora, é a hora da verdade. Sai da escola com a molecada e a pasta com cópia de autorizações e atestados debaixo do braço. Leonardo, o estagiário mais assíduo, carrega materiais esportivos. De 30 alunos, 24 estão presentes. A turma está animadíssima, uma piscina só para elas e eles. E a primeira aula vai ser pra isso, experimentar o movimento na água. Alguns falam das piscinas no verão, nas suas casas ou de parentes. O papo passa por banhos de mangueira, passeios na praia que fica a 40 quilômetros. Mas algumas crianças [adolescentes!] nunca foram lá!

Caminham 5 minutos. Entram na universidade e, depois, no ginásio. Tudo certo, nenhum motivo para a diretora depois reclamar. Tudo calmo.

Davi, outro estagiário, chama a professora. Ela vai até lá.

Rafa não quer fazer a aula.

Pergunta, escuta, acalma.

Rafa não quer entrar no vestiário.

Ou melhor.

Não quer entrar no vestiário masculino.

Quer usar o vestiário feminino.

Não trouxe uniforme. Mas a Pollyana, colega de classe, trouxe uma roupa a mais.

Rafa quer usar maiô.

No que depender de Pollyana, Rafa vai usar maiô.

Chega Rômulo, o mais velho dos estagiários.

Concorda com a adolescente.

Lembra que Rafa usa batom todo dia. Todo mundo chama pelo apelido. Como é que agora vai usar sunga?

Davi ri.

Rute silencia por alguns segundos. Muita ideia e muito pensamento.

‘Por que Rômulo falou isso?’. ‘Claro que isso ia acontecer’. ‘Eu não ganho pra isso’. ‘A diretora vai ter um troço’. ‘Pior que ele tá certo’.

Barulho. Vozes. Rute está confusa. Ouve a voz de Leonardo na piscina, dando bronca em alguém.

‘Olha, tenho que ir lá fora. Resolvam vocês’.

Começa a aula.

Chega Rafa de maiô.

Kauan, um dos alunos, começa a rir. Outro menino, Jamerson, logo dá um caldo nele. Davi faz o trabalho de educador e separa todo mundo. Rute nota olhares que acha estranhos. A aula continua. Rute se incomoda toda vez que olha para Rafa. Mas não dá para parar a aula agora.

Acaba a aula, todo mundo se troca. Rafa usa o vestiário masculino depois que todo mundo saiu, acompanhado por Rômulo. A turma volta para a escola. 24 alunos inteiros. Graças a Deus!

[...]

Cena 2: Quarta-feira.

Sala da direção. Um dos poucos espaços com ar-condicionado na escola. Mesmo com uma temperatura amena, precisa estar ligado: as janelas estão sempre trancadas.

A diretora pergunta sobre a aula de natação, enquanto a orientadora pedagógica observa. Confirma se todo mundo estava com os documentos corretos, e como foi no ginásio da universidade.

Rute acha curioso. A orientadora teve essa conversa depois da primeira aula de atletismo fora da escola. Mas a diretora não estava. Algo parece diferente.

‘E como foi nos vestiários?’, pergunta a diretora.

Rute pensa em alguns palavrões.

‘Você sabe temos que cuidar da relação com a universidade’, continua a diretora. ‘E somos responsáveis pelos alunos no horário em que eles estão aqui’.

Rute concorda com a diretora, e expressa isso.

‘A gente soube do Rafael’.

A professora pergunta o que ficaram sabendo.

‘Você sabe, Rute. Você já tá aqui há bastante tempo, chega no horário. É bom ter você na equipe. Mas isso, não dá, né. Na frente dos alunos, dos estagiários, deixar o menino fazer esse papel de ridículo’.

Aham.

‘Já chamei o Rafael ontem pra conversar. Não dá pra fazer as vontades das crianças. Ele não pode fazer isso lá fora e tem que aprender desde cedo, né. Se não, cada um faz o que quer. E tem que usar o nome e o uniforme certo, nada de apelido’.

Aham.

‘Bom, o mal já tá feito, e dessa vez a gente deixa assim. Conversa com os estagiários, sei lá o que eles vão falar na faculdade. Mas toma cuidado. Você sabe que os pais caem em cima depois’.

Aham.

‘Brigada, Rute. Vai lá pro sexto ano, o sinal já tocou’.

Aham.

[...]

Cena 3: Quarta-feira (continuação).

O dia foi cheio. Durante a aula, conseguiu conversar rapidamente com os estagiários sobre Rafael (e teve que se esforçar para não dizer o apelido usado a todo tempo, mais do que um nome). Rômulo queixou-se. Davi respondeu para ele não ficar defendendo causa própria. Suzana concordou, mas Rute cortou o papo. A direção resolveu o assunto, gostando ou não. Estão ali para ensinar educação física. E precisam concentrar na aula.

[...]

Interlúdio: domingo.

Professora Rute manda mensagem de celular para a diretora e a orientadora pedagógica. Muita febre, garganta inflamada, não vai para a aula no dia seguinte. Todas desejam melhoras.

[...]

Se um sistema escolar tentasse coagir qualquer outro grupo de indivíduos a se tornarem pessoas que não são, para considerar um núcleo interno de suas identidades como ilegítimo e impedi-los de expressar livremente suas identidades, particularmente a partir de uma idade muito jovem, seria caracterizado como bárbaro. Contudo, parece que a maioria das escolas não apoia crianças trans até mesmo a ponto de, tacitamente, permitir ignorar, ou mesmo participar de intimidação que as obriga a esconder ou suprimir estas identidades. Estas coisas são admitidas de acontecer diariamente no caso de crianças transgênero, à medida que a maioria parece ter muito medo de revelar suas identidades para alguém. (KENNEDY, 2010, p. 37).

[...]

Cena 4: Sexta-feira.

O terceiro bimestre começa. É difícil retomar o ritmo depois do recesso. Dá preguiça. Na primeira semana, ainda falta muita gente. Inclusive, professores. Este dia foi de meio período, porque ainda não tinha merenda. Nem serviços gerais, cozinheiros, inspetores, porteiros. Não deu tempo de sair da escola para a quadra, foi só um bate papo com as turmas. Com as faltas, vão dispensar o oitavo ano, e Rute foi cobrir um furo no sétimo.

Entra, olha para a sala. Está com metade da turma. Dá para experimentar uma dinâmica de jogos corporais. Divide em grupos menores. Define líderes e tarefas. Consegue manter a atividade por quinze minutos. Conversa em roda sobre o que aconteceu. Falta pouco para a hora da saída. Um monte de gente conversando, ou no celular, ou conversando pelo celular. Ok, tá liberado até o fim da aula. Ela bate papo com um ou outro aluno.

‘Profe, quando a gente vai na piscina de novo?’

Mais uma vez, a explicação de que agora é hora de outras turmas. O sétimo ano vai trabalhar esportes com bola. E a turma está certíssima, hoje não teve bola. Mas, também, não é dia da aula. Nem estão com roupa. E também que não dá para só tirar a camisa e jogar bola. Não pode. A diretora não deixa. A professora também não.

Roda a sala. Vê que Pollyana está de cabeça baixa, com fones de ouvido. Aproveita o tempo, puxa conversa com a aluna. Ela não responde, olha com raiva e abaixa a cabeça. Pollyana era uma aluna com bom rendimento, nem foi citada no conselho de classe. Falta alguma coisa naquela cena.

Toca o sinal. Todo mundo começa a levantar. Rute lembra do combinado, ninguém sai sem a autorização dela! Libera em blocos, para saírem organizados. Quem correr, volta. A turma sai em ordem.

Sala vazia, carteiras fora do lugar. Volta para a sala dos professores. Pega os diários de classe do sétimo ano. Número 26, Rafa(el). Faltas desde meados de junho. Em todas as disciplinas.

Onde está Rafa?

* * *



(LAERTE, 2019, online).

* * *

Cinco:

No fundo, é tão pequena a queda

Uma operação crítica não pode acontecer sem essa dimensão reflexiva. Pôr em questão um regime de verdade, quando é o regime que governa a subjetivação, é pôr em questão a verdade de mim mesma e, com efeito, minha capacidade de dizer a verdade sobre mim mesma, de fazer um relato de mim mesma (BUTLER, 2015, p. 35).

Muito se perdeu. Para além de crianças mortas, narrativas evidenciam os confrontos dos sistemas de poder para eliminar, material e/ou narrativamente, as histórias de crianças e adolescentes em dissidências sexuais e de gênero. Nas relações com adultos, podem ser assassinadas, mas também apagadas e borradas enquanto inventam, com os materiais disponíveis, seus modos de existir.

As ruínas se acumulam. Mas ainda há muito por percorrer. Os desdobramentos até este momento podem levar a uma conclusão: que crianças são vítimas (dos assassinatos, mas também dos apagamentos), e que o são porque especialmente vulneráveis.

Mas, como já alertado, não haverá paz com as informações. Deve-se insistir no exercício da

crítica como dúvida do que foi estabelecido. Com o que poderia ser uma conclusão, uma nova pergunta se abre: será que crianças são simplesmente ameaçadas ou, de fato, ameaçadoras?

Esqueçamos o Rio Guaíba, cruzemos o Oceano Atlântico. Um levantamento junto aos relatórios da Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo (ILGA) aponta que não há registros recentes de assassinatos de crianças e adolescentes por LGBTIfobia em Portugal. Não é esse o destino desses desviados.

Entretanto, há cadáveres. Gisberta Salce foi assassinada em 2006 na cidade do Porto, em Portugal. Ela era uma mulher transexual, brasileira, imigrante ilegal em território português, usuária de drogas, prostituta, a viver com HIV e tuberculose, sem tratamento de saúde, e tinha 45 anos de idade. Encontrava-se, então, em estado bastante vulnerável e habitava um prédio em ruínas. Tinha “[l]ágrimas que como o riso/ incitam sempre a mais lágrimas/ ou seriam porventura/ gotas de água suja” (PIMENTA, 2007, p. 41). Três adolescentes começaram a fazer grafiti nesse edifício, e encontraram Gisberta.

Um deles a reconheceu, pois fora amiga de sua mãe quando ele era pequeno. De fato, ele era uma criança entre as putas. Gisberta vivia com pouco. Uma barraca plástica, algumas roupas, objetos pessoais e itens de lembrança. Os jovens conversaram, perguntaram sua história, levaram comida e cigarros. Após alguns dias, a notícia se espalhou entre colegas. Assim, catorze rapazes foram encontrá-la. Destes, 11 eram internos de uma instituição católica de acolhimento a jovens em situação de vulnerabilidade social. Os adolescentes visitaram Gisberta um dia, depois outro. Ela estava fraca por conta de sua situação de saúde, habitação e higiene. Eles espancaram, torturaram, abusaram de Gisberta. Tiraram suas roupas e exigiram que exibisse seu corpo, que foi tornado objeto de destruição pelos 14 adolescentes. Ela resistiu, pediu para que parassem, mas foi ignorada. No terceiro dia, ficou desacordada com a tortura. Seu corpo não reagia mais. Supondo que ela estava morta, dadas as condições, o grupo de jovens decidiu por arremessar Gisberta em um poço com água, dentro das ruínas (CABRAL, 2018; JESUS, 2019; PIMENTA, 2007; RODRIGUES, 2016).

O esqueleto de um conjunto habitacional nunca finalizado guardava o segredo. Os meninos eram as únicas testemunhas, mas um dos adolescentes transmitiu a história a uma professora, que notificou as autoridades policiais. O cadáver de Gisberta foi encontrado no lugar informado. A autópsia revelou a causa de sua morte: afogamento. Ela estava viva ao ser arremessada. Os adolescentes foram presos e julgados. A instituição de acolhimento foi colocada em cena: denúncias de inúmeras situações de violência, maus-tratos e negligência aos adolescentes. O advogado de defesa dos agressores argumentou que o assassinato foi causado pela água: assim, os jovens foram inocentados do assassinato e condenados pelas agressões e omissão de socorro, de punição menos

grave. “Onde a morte não pode ser chamada morte, nem mesmo os cadáveres podem ser chamados de cadáveres” (AGAMBEN, 2005, p. 77). O então diretor da instituição suicidou-se e o estabelecimento foi fechado poucos anos depois. Os adolescentes eram vítimas de violências, e também algozes da brasileira.

A decisão judicial causou indignação de movimentos sociais, que realizaram diversas manifestações ao longo dos anos. A história de Gisberta inspirou livros, filmes, peças e músicas. Seu nome e suas fotos foram estampadas em jornais, ainda que parte dos meios de comunicação, além do processo judicial, fizessem uso de seu registro masculino (JESUS 2019; RODRIGUES, 2016). Não apenas seu corpo, mas sua identidade foi recorrentemente violentada.

O desenrolar da tragédia de Gisberta rompe com linearidade e pacificação esperadas do tempo presente, a tal ponto que recupera a força de uma experiência transmissível. Nem mesmo a morte protegeu sua história e seu legado. Marcada no masculino, assassinada pela água, longe de casa. Um pedaço de carne que perde o direito à reparação de seu nome e sua história, tendendo a tornar-se menos um cadáver e mais um boneco, resíduo de um processo produtivo de mortes (AGAMBEN, 2008). A chave de compreensão da história – o ódio à Gisberta, enquanto corpo de encontro e expressão de existências indesejáveis. Gênero, sexualidade, condição de saúde, situação jurídica, poder aquisitivo – a encarnação do Outro, perigoso e indesejado e materialização do lugar de desproteção e abandono. Ela não atendeu aos critérios estabelecidos pela cis-heteronormatividade, nem para ser reconhecida como mulher, nem para ser mantida viva. Sua morte “[...] denuncia o controle atual das práticas transexuais pelas instituições públicas e privadas de caráter estatal heteronormativo, uma vez que estas impõem a mudança de sexo de acordo com modelos anatômico-políticos fixos de masculinidade e feminilidade” (PRECIADO, 2014, p. 39). Gisberta, chamada no masculino em jornais e nos processos legais, tão desumana que foi morta por um elemento da natureza, evidenciando aqueles e aquelas que eram traçados como erros ou mesmo não-existentes.

Ao mesmo tempo, os adolescentes que levaram à morte - mas juridicamente não a assassinaram - cumpriram uma pena de internação. Há um duplo movimento aí. O sistema que convocou-os como fiscais e executores de corpos e modos de vida de Gisberta em defesa da cis-heteronorma, também puniu-os, em sua condição de jovens periféricos e de origem econômica pobre. Por um lado, Gisberta foi destruída como parte de um processo de identificação para criminalização de sexualidades e gêneros dissidentes; ao mesmo tempo, a internação dos adolescentes coloca-os em uma posição desfavorável em relação à liberdade de seus corpos e, inclusive, de seus prazeres (CASSAL; LAMEIRÃO; BICALHO, 2009; CASSAL; GONZALEZ; BICALHO, 2011; GARCIA, 2019). Os jovens sobrevivem, mas desviados da expectativa progressista de desenvolvimento, que

levaria a uma vida adulta tida como plena e cidadã: marcados pela história de criminalidade, são subproduto fundamental do processo penal e da internação e aprisionamento (FOUCAULT, 1987). Experiência trans* e juventudes marginalizadas aparecem, nesta narrativa, como características de corpos diferentes mas, mesmo assim, organizados em uma grande relação. Indicam que tais condições e experiências levam à perseguição e destruição: se possível, uns pelos outros. Quando as infâncias são designadas para a destruição daqueles localizados como dissidentes de gênero, criminalizam ambos. São exemplos negativos para as juventudes que se quer produzir: não se deve ser nem como estes jovens, nem como Gisberta. Mas, para ela, não havia nem um nome.

Antes de 2011 existia em Portugal um vazio legal e incerteza jurídica face ao reconhecimento legal da identidade das pessoas trans. A mudança de sexo legal e nome próprio apenas era possível através de processos judiciais: pessoas trans tinham de colocar o estado português em tribunal e alegar um erro do estado na atribuição e registo da sua identidade. Seguiam-se processos marcados pela burocracia e lentidão, humilhação e desrespeito pela intimidade, sujeição a visões caricaturais do que devem ser os homens e as mulheres trans – resultando na exclusão de muitas pessoas no acesso ao reconhecimento legal da sua identidade. Mais: para além da exigência de padrões de gênero arbitrários, os requisitos habituais constituíam uma violação dos direitos humanos, pela exigência de tratamentos médicos (incluindo cirurgias genitais) e de esterilização obrigatória. (MOLEIRO *et al*, 2016, p. 12).

O tratamento dado à Gisberta em vida, morte e escritos foi uma força imensa e exemplar para o esforço dos movimentos LGBTI portugueses pautarem a aprovação da primeira Lei de Identidade de Gênero, nº 07/2011. À época, essa Lei foi considerada um imenso avanço, na medida em que regularia os procedimentos para reconhecimento civil sem obrigatoriedade de intervenções médicas, e beneficiou centenas de pessoas ao longo dos anos em vigor (MOLEIRO *et al*, 2016).

Quando a Lei 07/2011 foi aprovada, estava em vigor o DSM-IV. Em função disso, seu texto utiliza a ideia diagnóstica de ‘perturbação de identidade de gênero’. Porém, as mudanças de classificação incidiram no projeto de lei:

[...] it is noteworthy that in May 2013 the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-V) removed the category of transgender from its list of bodily disorders, replacing it with the term “gender dysphoria”. The movement of transgender identification from pathology to preference, from a problematic fixation to a reasonable expression of self, follows the route from problem to social identity that has described the history of homosexuality in twentieth century. As with LGB identities, trans identities now qualify as both new sites for the expression of liberal acceptance and new platforms for demands for recognition. Whether gender transitivity can also offer a critique of contemporary modes of power and empowerment remains to be seen (HALBERSTAM, 2018, p. 19).

Dessa maneira, se a referida Lei garante o acesso à alteração do registro de sexo sem obrigatoriedade de transformações físicas, ela também trazia alguns graves efeitos. Primeiro, a patologização das experiências trans, que precisavam ser identificadas dentro de um diagnóstico

psiquiátrico (deslocamento da alteração do corpo para a identificação da mente) para aceder às transformações corporais e legais que desejam. Como explica Perlongher (1987), as formas de medicalização da vida tentam oferecer respostas lineares e previsíveis para dúvidas, medos e questões da existência. Segundo, o estabelecimento dos profissionais de saúde (pelo menos dois da medicina e dois da psicologia) como guardiães dos portais (ou *gatekeepers*), a estabelecer os critérios e desafios necessários para que a pessoa recebesse um laudo que permitiria garantia de direitos. Assim, uma situação que deveria ser de rotina burocrática tornou-se, para muitas e muitos, um labirinto, uma aventura longa e perigosa. Terceiro, apesar de não previsto pela lei, o Instituto dos Registos e Notariado (IRN), órgão responsável pela identificação civil, estabeleceu uma lista de profissionais habilitados para conceder os laudos, bem como um modelo de relatório – o que restringia a possibilidade de escolhas e a multiplicidade de práticas. Para além disso, a lei não acolhia pessoas portuguesas com menos de 18 anos ou estrangeiras residentes em Portugal de qualquer idade.

Em suma, os resultados revelam práticas diversas no exercício da função de *gatekeeping* criada pela lei nº7/2011. Em alguns casos tende a haver uma separação entre os processos clínicos relacionados com o acesso a tratamentos médicos e os processos de avaliação para acesso ao reconhecimento legal do género. Contudo, noutras situações encontra-se uma sobreposição das esferas clínica e legal: pela realização de duas avaliações feitas por equipas independentes antes da subscrição do relatório necessário para o acesso à lei; pelo uso de critérios que se estendem para além do próprio diagnóstico - tal como a exigência da realização de tratamentos hormonais; e pela avaliação da identidade e expressões de género das pessoas trans. (MOLEIRO *et al*, 2016, p. 39).

Por não exigir alterações corporais compulsórias, a Lei foi considerada a mais avançada na Europa à época. Mesmo assim, muitos ficaram de fora – o relatório da equipe de Carla Moleiro (*et al*, 2016) aponta limites e mesmo violações de direitos exercidas na aplicação da Lei 07/2011. Esses resultados foram fundamentais para a elaboração de uma nova proposta legislativa que já incorporava diversos elementos da referida pesquisa, construída com a participação dos movimentos sociais. Os limites da primeira lei ficavam mais evidentes na medida em que diversos países do continente retiravam o procedimento de patologização e a função de *gatekeeping*: trata-se da ideia de autodeterminação de género.

O conceito de autodeterminação toca num ponto de tensão fundamental tanto para as esferas de construção de conhecimento, quanto para as práticas em profissões da saúde, que é justamente o questionamento sobre quem tem a autorização institucional de proferir os enunciados sobre as vivências não cisgêneras (CAVALCANTI; CARVALHO; BICALHO, 2018, p. 239).

Uma nova Lei foi construída, cujo processo de aprovação envolveu muitos embates, que

logo serão analisados. A Lei nº 38/2018, promulgada pela Presidência da República de Portugal, trata do “[d]ireito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa” (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2018). Tramitou por dois anos no legislativo, e foi celebrada como um grande avanço por possibilitar o acesso à modificação de nome e género no registro para adolescentes a partir de 16 anos (que não tinham direito), além de retirar a exigência (até então vigente) de diagnóstico psiquiátrico para o procedimento. De fato, é produto de imensa luta de movimentos de direitos humanos e, em particular, dos movimentos LGBTI portugueses, e também muito celebrada. Seria uma história de progresso?

Os documentos na página eletrônica da Assembleia da República de Portugal trazem elementos para entender o caminhar do progresso. Estão disponíveis as versões de Projetos de Lei, pareceres técnicos, transcrições de debates no plenário e, em vídeo, as audiências (ou audições) públicas realizadas durante sua aprovação. Tais registros indicam quais disputas estavam em jogo e, especialmente, que destroços ficaram pelo caminho: silêncios, desaparecimentos e omissões. Para ter sucesso, houve um custo. “A sobrevivência diz respeito ao que fica, ao que cai e ao que insiste; àquilo que na obstinação em não desaparecer, torna visível e sensível a dimensão pública do umbral entre a vida e a morte, entre as vidas vivíveis e àquelas destinadas tão-somente à morte.” (KVELLER; CASSAL, 2019, p. 44). Gisberta vivia na ilegalidade, e assim continuou após sua partida. Seu assassinato pode servir como memorial à impossibilidade de reconciliarmos com aqueles que se foram.

A Lei 38/2018 foi criada a partir de três projetos legislativos. O primeiro deles, Projeto de Lei 242, foi apresentado pelo partido Bloco de Esquerda (BE) em 17/05/2016, e propôs ‘reconhecer o direito à autodeterminação de género’. O projeto previa a autodeterminação de nome e género no lugar do procedimento de avaliação médico-psicológica para alteração do registro civil. Além disso, estendia a possibilidade para alguns grupos que não estavam autorizados na lei anterior, a saber: adolescentes a partir de 16 anos; pessoas estrangeiras com autorização de residência válida. Por fim, isentava este procedimento de custos e criava a possibilidade de menores de 16 anos reivindicarem o direito através de representantes legais (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2016a).

Como parte dos ritos protocolares, o Projeto 242 foi avaliado pela formalidade da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias – CACDLG – da Assembleia da República, que comparou com as atuais decisões e legislações internacionais. De fato, a Comissão destacou que a proposta era consonante com a Constituição Portuguesa e legislações específicas nacionais, documentos internacionais como os Princípios de Yogyakarta, estudos e recomendações da União Europeia, e ainda as legislações de Suécia, Irlanda, Dinamarca e Malta que já à época

autorizavam a autodeterminação de gênero de pessoas trans* (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2016b).

Recebeu, ainda, pareceres do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) e do Conselho Superior de Magistratura (CSM) nos meses seguintes, que afirmaram a importância da iniciativa legislativa enquanto garantia de direitos em consonância com as legislações e recomendações internacionais. O Conselho Nacional de Ética e de Ciências da Vida (CNECV), por outro lado, fez parecer contrário a Lei, avaliando-a como incapaz de garantir a segurança dos indivíduos e da sociedade, na medida em que a identidade tornaria-se objeto de uma decisão voluntária, sem controle jurídico e/ou médico. Vale destacar que o CNECV é um órgão consultivo independente, funcionando junto à Assembleia da República, formado por especialistas em diferentes áreas, para refletir sobre bioética nos projetos que envolvem o (assim chamado) progresso das ciências da vida e da saúde. Nesse sentido, frente a possibilidade de autodeterminação, o órgão defendeu a manutenção dos especialistas em saúde. Uma estratégia de essencialização e medicalização em nada original.

Em nome da oferta de um “cuidado”, diferentes campos profissionais têm se investido da autoridade de compor descrições e *modus operandi* como se lhes coubessem dizer sobre o outro o que esse outro é e deveria ser. [...] Quaisquer pressupostos contrários à autodeterminação de gênero se pautam nos discursos psiquiátricos como elementos mantenedores das ordens naturalizantes e transcendentais dos corpos. A possibilidade de eleição de critérios que garantiriam veracidade às vivências trans só se sustentam ainda hoje pelo caráter hegemônico que por décadas o discurso da psiquiatria, enquanto produção de verdade, deteve sobre pessoas travestis e transexuais. Fora da lógica patologizante, não há como eleger critérios universalizantes que definam sujeitos externamente, sem cair em meras reproduções da normatividade enquanto imperativo às vidas. (CAVALCANTI; CARVALHO; BICALHO, 2018, p. 239-240).

Em 11 de outubro de 2016, o Partido Animais e Natureza – PAN – apresentou um Projeto de Lei, de número 317, a assegurar o direito à autodeterminação de gênero. Este novo projeto não contemplava pessoas intersexuais e estabelecia as mudanças para menores através da via judicial. A CACDLG novamente faz uma nota técnica em que corroborava com as legislações atuais; o CNECV novamente faz parecer contrário e disse ser este projeto apenas uma repetição do anterior. Em 03 de maio de 2017, o Governo português apresentou a proposta de Lei 75, que trouxe várias questões de forma mais ampliada e detalhada sobre identidade de gênero e intersexualidade. Assim, além do direito à autodeterminação de gênero, também propôs garantir a proteção das características sexuais. Recebeu um número ainda maior de pareceres e contributos de instituições, inclusive de várias ONGs do movimento LGBTI. Os projetos foram reunidos para discussão conjunta no plenário em 20 de setembro de 2017. Foram solicitadas audições (audiências) públicas,

realizadas em janeiro e fevereiro de 2018.

As audiências debateram, entre outros pontos, como atender a autodeterminação. Para os movimentos sociais LGBTI, a autodeterminação não pode ser restringida por idade mínima ou relatório médico; além disso, deve garantir tanto as possibilidades de nome social e quanto ao direito à integridade física e proteção das características sexuais de todas as pessoas. A autodeterminação, assim, seria uma forma de proteger contra as violações dos corpos e das identidades, tendo a afirmação da pessoa sobre si própria enquanto interesse e direito superiores.

A definição de uma idade para autodeterminação de gênero também foi objeto de longa discussão nas audições. Os movimentos sociais de pessoas LGBTI, bem como de suas famílias, apresentaram experiências diversas de crianças e adolescentes que tiveram suas vidas limitadas por um fator etário arbitrário (até aquele momento, 18 anos) para fazer alterações no registro civil. Indicaram que o desejo pela autodeterminação precisou esperar anos para ser autorizado. Nesse sentido, mesmo a demarcação de 16 anos já seria tardia, na avaliação de movimentos sociais. As narrativas de sofrimento e os índices de suicídio entre adolescentes indicavam, assim, a necessidade de uma legislação que permitisse acesso ao direito em qualquer idade.

Especialistas de ciências humanas e sociais, inclusive da psicologia, lembraram que essas experiências trans* são diversas, podendo ou não se iniciar na infância,, mas a lei deveria mais abrir possibilidades do que encerrá-las. A demarcação de idade, mais uma vez, foi apresentada como arbitrária. Autoidentificação seria uma experiência já real na infância e, ao mesmo tempo, não haveria uma idade para um nível adequado de maturidade. O período de transformações da puberdade deveria permitir a possibilidade de construir vidas e diferenças, e não impedi-las. No caso da Lei 07/2011, então vigente, relatam sobre adolescentes que esperavam pela mudança de registro (a partir dos 18 anos) antes de aceder a procedimentos que implicariam no uso do nome e da documentação, como a carta de motorista e o ingresso na universidade. Esses pesquisadores e profissionais perguntavam o que fazer com o sofrimento da espera, e questionavam sua necessidade. Afirmavam que, com cada vez mais informações e acesso, mais jovens procuravam serviços e o direito de expressarem seus desejos. E, de fato, a quem a espera protegeria?

A defesa de uma idade mínima, especialmente pelos congressistas, baseia-se numa expectativa de irreversibilidade da decisão: afinal, os projetos de Lei prevêm e contam que a mudança de gênero e nome seja definitiva. O marcador já usado pelo direito civil no caso de emancipação para casamento, aos 16 anos, foi convocado como possível consenso. Vale destacar como, de certa maneira, a ideia de acompanhamento médico para autodeterminação de adolescentes reitera os processos de medicalização das experiências trans* e as hierarquias que envolvem a ideia de idade como processo de desenvolvimento, atravessadas ainda por questões de etnia e classe:

In contrast to transgender activism over the past fifty years, which has sought transformative ways around binary definitions and the systems of control that such binaries impose and uphold, new activism on behalf of often very young children by their parents seeks mostly to normalize the child and keep radicalization at bay. This new wave of neoliberal incorporation seeks to situate the transgender person, and often the transgender child specifically, as a victim in need of protection, a minor in need of advocacy, or a patient in need of care. The discourses, medical and psychological and otherwise, that attend to the trans child sit uneasily alongside a new suite of narratives about disability and accommodations for all kinds of forms of debilitating differences (HALBERSTAM, 2018, p. 53):*

Deputadas conservadoras perguntavam, assustadas, sobre a possibilidade de que uma lei de autodeterminação estimulasse excessivamente as crianças à solicitação de mudanças de documentação e, com isso, destruiria famílias (quando houvesse divergência na autorização a esse direito). Pesquisadoras e pesquisadores respondiam que nem todas as pessoas (inclusive crianças e adolescentes) com expressões de gênero dissidentes solicitariam mudança de documentação. A questão é se teriam, ou não, garantia do Estado para alterações, o que não modificaria o seu reconhecimento profundo. De fato, garantir uma opção não significaria obrigá-los; mais ainda, as crianças não deveriam ter seu direito ao reconhecimento da identidade de gênero diminuído, como se fossem uma categoria inferior de pessoas.

O nome social foi apresentado como alternativa para garantia e experimentação de crianças e adolescentes não atendidos pelo marcador etário dos projetos. Especialistas e movimentos sociais respondiam que isso será insuficiente quando se exigir a apresentação de documentos formais. Ter capacidade decisória não deveria ser definido por um critério arbitrário. Além disso, a alteração de documentação poderia ser reversível, caso a Lei assim previsse.

Os movimentos LGBTI destacaram ainda a importância de reconhecer os direitos das pessoas trans* migrantes, como na história (adjetivada de trágica) de Gisberta, bem como de pessoas refugiadas – especialmente aquelas e aqueles em que a LGBTIfobia, institucionalizada no Estado ou nas relações sociais, contribuiu para a saída de seu país de origem. Importância, portanto, de garantir o direito a residentes não portugueses, no que o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista manifestaram sua concordância. Algumas militantes criticaram a ausência de gêneros não-binários nos projetos, ou seja, quaisquer outras possibilidades que não se identifiquem enquanto masculino e feminino.

A Ordem dos Médicos Portugueses (OMP), em sua audiência, pediu para congressistas considerarem a segurança das crianças e das famílias. Profissionais de saúde indicados pela CNECV afirmaram que proteção mesmo, de verdade, seria uma sintonia (convergência) entre sexo legal, psicológico, social e biológico. Este outro grupo de especialistas preocupava-se que famílias

seriam influenciadas por estereótipos de gênero. Em tal perspectiva, não marcar idade seria violar o cuidado à criança e a garantia de sua maturidade.

É preciso reconhecer que forçar as expectativas inadequadas de gênero em algumas crianças pode levá-las a internalizar expectativas irreais de suas expressões de gênero próprio. [...] Crianças transgênero parecem estar lutando contra suas atribuições de gênero e, ao mesmo tempo, escondendo e/ou suprimindo sentimentos, os quais acreditam não estarem em conformidade com as expectativas sociais. (KENNEDY, 2010, p. 36).

Após as audiências, o projeto 75 foi discutido e votado com alterações na Subcomissão para Igualdade e Não-discriminação da Assembleia e na CACDLG em abril de 2018. No mesmo período, os outros dois projetos (242 e 317) foram retirados em um acordo dos partidos de esquerda. O projeto 75, agora único na temática, foi aprovado pelo plenário da assembleia no final daquele mês, com votos contrários apenas do Partido Social Democrata (PSD), e publicado como decreto 203 em 30 de abril. Bastava, assim, a aprovação pelo Presidente da República de Portugal para vigorar.

Em 09 de maio de 2018, o decreto foi vetado pelo Presidente, com a justificativa de que seria necessário relatório médico para atestar a condição de adolescentes; destaca, ainda, que sua posição era referendada pelo parecer da CNECV a defender a proteção desde sujeitos. Assim, em 11 de julho, duas propostas de alteração foram feitas pela Assembleia: do PSD, para inclusão de relatório de diagnóstico de transexualidade em todos os casos; e do PS, BE e PAN para exigência de um atestado de plena capacidade de decisão e autonomia por médico ou psicólogo – apenas no caso de adolescentes. As alterações foram votadas em 12 de julho, com aprovação da versão dos três partidos. A Lei foi promulgada a 07 de agosto de 2018. O primeiro adolescente teve acesso ao direito formal à autodeterminação poucos dias depois.

Já em exercício, a Lei 38 apresenta condições e restrições. Para acesso ao direito de autodeterminação de gênero e nome, são condições: ser de nacionalidade portuguesa; ter 16 anos ou mais (devendo apresentar relatório médico ou psicológico que garanta a capacidade de decisão autônoma e esclarecida se tiver 16 ou 17 anos); e pagar uma taxa de 200 euros. E, por outro lado, não é permitido o acesso a pessoas acometidas por anomalia psíquica ou que já tenham feito a mudança uma vez (nesse caso, somente com decisão judicial). Ora, as condições também impõem mais limites: afinal, restringe o acesso a quem tem nacionalidade outra que não portuguesa, idade inferior a 16 anos ou apresente-se incapaz de pagar a taxa.

Com isso, trata-se de expectativas que as pessoas venham a ser algo: portugueses, maiores de idade, com maior poder aquisitivo. É uma linha de corte que indica a direção para uma cidadania ideal para que, aí sim, seja possível aceder a direitos. Por um lado, não se trata de trajetórias

necessariamente lineares – não há garantias seja da sobrevivência (no caso da idade), seja da assunção a uma nacionalidade (no caso de residentes, legais ou ilegais, em Portugal).

De fato, a linha de corte produz, como aponta Judith Butler (2010; 2016), condições mais ou menos facilitadas e compartilhadas para que as vidas sejam vividas e reconhecidas. A questão da imigração e refúgio é especialmente aguda ao evidenciar os critérios de reconhecimento – ou não – da cidadania. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, as identidades trans* de pessoas migrantes não recebem o reconhecimento como ameaçadas e necessárias de acolhimento.

A transgender youth applying for asylum in the wake of Hernandez- Montiel [decisão judicial dos EUA] has a difficult decision to make. She could define her social group as “transgender people” and risk denial of her claim because no precedential decision recognizes transgender people as a particular social group under the INA [Immigration and Nationality Act]. Alternatively, if she were designated male at birth and is attracted to men, she could call herself a “gay man with a female sexual identity,” and thereby fall into a previously recognized social group. The applicant might be able to avoid deportation and persecution by making this representation on her asylum application, but it means stifling her gender identity and contributing to the erasure and invisibility of transgender people (HAZELDEAN, 2011, p. 389).

O recorte de 16 anos, por sua vez, passa a operar como limite envolvida em uma expectativa de desenvolvimento. Afinal, a quem atende uma idade? Talvez menos às pessoas trans* (que falaram diretamente ou representadas por suas famílias e parceiras e parceiros de militância) e mais a um sistema de funcionamento tanto dos gêneros (tidos como estáveis e dicotômicos) e de infância (em que há uma maturidade a ser atingida antes de uma possível autodeterminação). Ter a condição de pessoa estrangeira (seja migrante ou refugiada) como um critério que leva não à proteção, e sim à exclusão do direito, parece ignorar que “[...] *many LGBT young people experience horrific abuse from parents and other family members desperate to make them gender normative and heterosexual. Indeed, the family is a key site for the formation of traditional sex roles and the perpetuation of compulsory heterosexuality*” (HAZELDEAN, 2011, p. 430). Proponho, entretanto, outra leitura. O sistema de infância e o dispositivo de gênero e sexualidade querem manter os corpos identificados como infantis impossibilitados de decidir sobre si próprios. A produção de sofrimento não deveria ser evitada com a garantia de direitos; pelo contrário, ela é exacerbada para que as existências dissidentes sejam eliminadas. Performatizar o direito à autodeterminação é ameaçador para tais sistemas: indica o quanto são frágeis e ficcionais. A impossibilidade até os 16 anos, e a insistência em uma autorização externa de profissional de saúde, tentam assassinar um projeto de viver. Nesse sistema, a morte é o objetivo porque as crianças destroem o que está estabelecido para elas. Se uma conjunção de forças possibilitou o reconhecimento da autodeterminação pelo Estado, que esse ao menos fosse adiado e restringido, até ser moldado em

uma exceção (de quem atende a todos os critérios), ou causar a desistência (da reivindicação ao Estado pelo direito – o que não significa o fim da autodeterminação, posto que ela vai muito além do reconhecimento estatal), ou ser interrompido pela morte (infligida por outrem ou por si próprio). Isso passa a ser especialmente dirigido àquelas pessoas que combinam diversos marcadores tidos como de diferença. Morte é o que cabe às dissidências em um Sistema de Infância: nada mais poderia ser sonhado.

Nas sociedades modernas [...], a educação das crianças, a preocupação com sua saúde, com seu futuro é o mais potente freio que se pode opor à subversão da ordem social, às revoluções. [...] Diz o Estado: mantenham-se quietos, ganhem dinheiro para vossos filhos, fiquem atentos ao que eles aprendem, se assegurem de que frequentam a escola, ou eles estarão socialmente mortos. Ou, mais diretamente, quando se trata de asilos, exército, prisões, instituições que retêm sem dar nada em troca: só os resgatarão uma vez mortos, porque vossa dívida e a deles são infinitas (SCHERER; HOCQUENGHEM *apud* AMARAL E SILVA, 2016, p. 117).

O desenvolvimento e a maturação são os critérios para afirmar que uma pessoa portuguesa possa esperar até ter direito à autodeterminação legal de seu nome e seu gênero em seu país. Mas, se entendermos que o tempo não corre segundo tal linearidade; mais ainda, se o futuro for fantasioso e inesperado, é no presente que deve ser efetivado o direito. É no tempo de agora que ele (já) é performado, mesmo quando negado institucionalmente. Especialmente por aqueles definidos como, a priori, impossibilitados de acedê-lo.

Afinal, nenhuma Lei ressuscitará Gisberta. Ela está morta, assim como as histórias dos relatórios brasileiros. Mas não é por acaso: é muito pior, pois o projeto genocida é objetivo de antemão. Crianças são compulsoriamente recrutadas para essa guerra. E essa, especificamente, nem mesmo repararia seu assassinato: ela não atenderia aos critérios de acesso. Mesmo assim, ela foi (e é, para muitas pessoas), a Gisberta Salce. Seu nome e sua história indicam um esforço de recuperar a dignidade de sua vida e sua morte, arrancada tanto pelo assassinato quanto pelo processo jurídico. Então, algo é possível para além do Estado. Corpos que não se enquadram são mortos, justamente porque vivem e fazem viver. E vão continuar a fazê-lo, ficando fora do lugar esperado.

* * *

Quatro: Quem ficou para trás?

Portuguese law was sufficiently flexible to encompass social grounds and already

supported an interpretation that included LGBT persecution as ‘persecution of a specific social group’. [...] Besides the right to asylum, Article 7 of Law 27/2008 grants authorisation for living in Portugal (autorização de residência, which cannot be refused because of administrative reasons) to foreigners and stateless persons to whom Article 3 (mentioned above) is not applicable, that is to say, to whom the status of refugee cannot be given for humanitarian reasons and who are unable or feel unable to return to their State of nationality or residence because of serious insecurity owing to armed conflict or the systematic violation of human rights that occur therein. There is no explicit reference to persecution of LGBTs owing to sexual orientation; however there are explicit references to discriminatory measures and to persecutions on the grounds of gender as relevant persecution. Thus and according to a human rights safeguard persecution owing to a specific sexual orientation must be considered (PINHEIRO; FREITAS; MARINHO, 2010, p. 20).

Ela está sentada, a espera da entrevista. Uma sala pequena, poucas cadeiras, muitas pessoas de pé. Chove lá fora. Todos esperam. Choveu a maior parte do mês. O seu caminho vem de muito, muito longe. Perdeu outras amigas. Partiram porque acreditavam (e ela ainda acredita) que lá não seria possível viver. Chegaram, mas faltou alguém.

Nem todos fizeram o caminho até a fronteira. Nem todos chegaram ao país. Nem todos passaram pelos campos e pelos critérios de fronteira. Ela, sim, cá está. Agora, há alguns desafios, que circulam seu pensamento, e que dizem da sua atual condição. Precisa encontrar palavras – mas aquelas que são consideradas certas. “Todo o povo colonizado – ou seja, todo o povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade, derivado do enterrar da originalidade cultural-local – situa-se em função da linguagem da nação civilizadora, isto é da cultura metropolitana” (FANON, 1975, p. 32).

Primeiro, construir toda a história de perseguição que sofreu no país de origem. De preferência, comprovar que lá há leis a criminalizar a sua existência. Em alternativa, que existiam legislações discriminatórias em temas específicos da vida pública. Ou, como último recurso, que havia perseguição por parte de interesses privados, escusos e/ou paramilitares e, especialmente, que o Estado recusou-se ou falhou em protegê-la. Ela, que já era uma cidadã desprivilegiada nas prioridades nacionais. Fugiu justamente por isso. Se sua existência não era reconhecida pelo Estado, como ou por quê poderia ser protegida pela polícia? A quem a polícia atende? Mas essa justiça é míope, ela tem que se adaptar. “*In Portugal, one decision recognizing a Senegalese man as a refugee was based on criminalisation [da homossexualidade] per se, but a negative decision concerning another Senegalese man and a Senegalese woman did not even mention criminalization in Senegal.*” (JANSEN; SPIJKERBOER, 2011, p. 25).

Será que todas as perguntas e entrevistas serão sobre ela, ou sobre o país de onde veio, ou sobre a fantasia de um país do qual veio, para constatar o triunfo inevitável do progresso, da pretensamente pacífica Europa e do colonialismo? Percebe como olham para ela nas ruas, nos

serviços públicos, nos estabelecimentos comerciais. Como reagem a seu rosto, sua pele, seu cabelo, suas roupas, sua voz. Ela será exigida a se comunicar na língua do país que a recebe. Mas usar seus termos não é garantia – afinal, é a linguagem de quem? *“It is exactly this unsophisticated notion of Arab/Muslim/Islamic (does it matter which one?) cultural difference that military intelligence capitalized on to create what they believed to be a culturally specific “effective” matrix of torture techniques”* (PUAR, 2005, p. 123)

Se conseguir jogar com as palavras até convencer a situação de perigo, segundo passo: construir-se vítima (DESPENTES, 2013). Comprovar que ela o é e que isso define sua existência. Vítima do país de origem, salva por aquele onde chegou. Essa fantasia messiânica. Não pode deixar dúvidas sobre o que quer que chamem de mulher nesse raio de lugar que veio parar. Talvez valha a pena procurar por alguma imagem representativa. Não fala a língua de cá, mas pode ser uma revista ou programa de tv de algum país próximo. Deve ser tudo igual, é tudo Europa. Precisar atestar que é uma mulher, porque só enunciar não basta (HAZELDEAN, 2011). Produzir a mulher que se quer dela para, então, poder ficar. Aquela colega que veio junto, escondida, só falou que era mulher agora. Depois de estar aqui há tempos. Não valeu, o passado te cobra.

It matters whether, through such expulsions, the nation-state [...] establishes its border, aligning its territory with its assertion of nationality. If the expulsion takes the form of containment, and those expelled minorities are contained within the territory, this differs markedly from those expulsions in which an exterior site contains them, and it matters further whether the exterior site borders on the nation-state’s territory (BUTLER apud BUTLER; SPIVAK, 2007, p. 33-34).

Para o Estado, o tempo de agora é muito pouco. Precisa de quantidades: dias, anos, agressões, sofrimentos. A história tem de ser positiva em números, não se importa com detalhes. Quem eles pensam que são para dizer o que ela é ou deixa de ser? Às vezes, parece que não saiu de casa. *“To have the nation-state is to have statelessness. You might expect that she would counter the critique of statelessness with a call for statehood, but this does not precisely follow”* (BUTLER, apud BUTLER; SPIVAK, 2007, p. 54-55).

Terceiro passo de um pequeníssimo pedaço dessa jornada que é viver. Talvez sua chegada seja formalmente aceita e possa ficar. Sucesso do projeto ocidental do que se quer como mulher outra, que vem para cá em busca de proteção. Não precisaria desse reconhecimento para ser mulher, mas esse é o jogo para ficar por esse lado do mundo. Depois disso, ela pode ganhar um papel marcado com nomes. O país de onde veio. O nome que lá lhe foi atribuído. Mas esse não foi o nome ou a pessoa que partiu em jornada! Esse nome e essa carne que foram ameaçados e violados, não só na partida, muito mais no caminho. Esse nome e essa carne que acompanharam aquelas que

não puderam acabar a travessia, que estão nas valas ou nos assim chamados cemitérios líquidos. Foi porque esse sangue tem nome e história (BAPTISTA, 2010) que ela pode ficar e sua colega, não. Mas o papel não conta essa jornada. Sua travessia não pode nem ganhar nome, pois aí ela seria menos uma vítima do Estado de origem e mais uma sobrevivente dos ataques dos Estados no caminho até a chegada. Sua história perturbaria a ordem; seu nome e sua carne são armas que tentam arrancar dela. Ele está aqui, sombriamente, como um fantasma, e, com isso “[...] *insists that various queer social practices, especially those involving enjoyable bodily sensations, produce form(s) of time consciousness, even historical consciousness, that can intervene upon the material damage done in the name of development*”. (FREEMAN, 2005, p. 59).

Havia ameaças de morrer. Mas também estavam lá, ao seu redor, pessoas que reconheciam seu nome, não interessando qual era o papel. Aquelas que deram auxílio nos trânsitos, quando foi necessário. Os esforços em grupo. Talvez essa história não interessasse para o serviço de fronteiras; tudo bem, nem todo mundo precisa saber. Mas esses detalhes nada triviais estão ali, com ela. Se ela partiu, graças a essas alianças, foi para viver. E qual vida é essa marcada em um pedaço de papel? Não abriu mão apenas da história, mas do nome. Empurrada por um doce discurso burocrático ao umbral da não-humanidade Um país que não registra sua forma de existir. Mas ela está ali. Cada concessão tem seu preço: estar viva é sinônimo de viver?

Unbelievable. I think self-determination is a different notion from nationalism, from the nation-state. Self determination can sometimes take the form of no calling for the state but for other kinds of regional authorities that would denationalize that territory, so you get some very different kinds of proposals. Self-determination can be a strain of sovereignty; self-legislation can be a strain of sovereignty which is not the same as that operation of sovereignty that deports at will or that withholds rights at will. (BUTLER apud BUTLER; SPIVAK, 2007, p. 107-108)

Existe autodeterminação nesse país. Ela viu na TV semana passada, e uma das meninas que está há mais tempo traduziu o que estavam a falar. Era o primeiro adolescente que garantiu seu direito, com 16 anos. Mas é para quem tem esse direito. O primeiro adolescente português. Ele é um cidadão. Ela é um corpo sem nome. As fronteiras da cidadania vão muito mais além daquelas que delimitam o país.

O homem não é humano senão na medida em que quer impor-se a um outro homem [sic], a fim de se fazer reconhecer por ele. Enquanto não é reconhecido efectivamente pelo outro, é este outro que permanece o tema da sua acção. É deste outro, é do seu reconhecimento por este outro, que dependem o seu valor e a sua realidade humanos. É neste outro que se condensa o sentido da sua vida (FANON, 1975, p. 226).

Autodeterminação é um direito ou um privilégio? Quem pode falar sobre si, narrar a si

mesmo?

Insatisfeita, ela se levanta. Mas não está incomodada simplesmente com o péssimo funcionamento do serviço público português para imigração. Como um estudante em seu dia de formatura do outro lado do oceano (MENEZES, 2018), ela traz a força daqueles que foram feitos oprimidos, transformados em experimentos de laboratório ou em representações para que uma história seja contada. *“One of the most difficult tasks in such an endeavor (and there are many) is not to forsake the complexities of both how power is structured and how we might think about the coalitions we create.”* (COHEN, 1997, p. 458).

Ela está de pé e grita porque, em última instância, foi tornada o objeto de uma pesquisa na língua e nos termos do colonizador. Seu nome e sua carne denunciam não apenas o poder do Estado-Nação sobre si mas, especialmente, o fracasso da possibilidade de um outro narrar. Ela gesticula, porque está viva. E devolve algumas das perguntas que provocaram esta investigação até então.

Afinal, quem pode ser uma criança *queer*? A quem se anuncia o direito de elaborar o passado? E quem é desenhado como vítima das nações, daquele de origem, daquele ao qual chega? Somos mais que o Estado, e não estamos submetidos a ele. *“And that is the question: when we try to tell a narrative about those who have been lost to gross brutality or subtle erasure, do we do it for them or for ourselves?”* (HALBERSTAM, 2018, p. 76, grifos nossos).

Tentativas de fazer história de quem pode sobreviver e que tem legitimidade de falar por si. Talvez pareça que a autodeterminação de um adolescente tudo resolverá. Haveria, portanto, uma criança *queer*, ou um adolescente trans*, que seria reconhecido como um si mesmo dotado de decisão. Atende à cidadania estatal. E eu, e o meu corpo, que cheguei até aqui, não poderia? É possível bradar. Parece que vou me submeter a não existência por um papel? *“No. But to make the demand on freedom is already to begin its exercise and then to ask for its legitimation is to also announce the gap between its exercise and its realization and to put both into public discourse in a way so that that gap is seen, so that that gap can mobilize”* (BUTLER *apud* BUTLER; SPIVAK, 2007, p. 68-69).

Ainda estou. À revelia do Estado-Nação, à parte do direito, o corpo de uma mulher se apresenta. Dizem, cá, que sou jovem demais. Chamam de adolescente, grupo especialmente protegido. Para que e para quem? Refugiada, estrangeira, que foi generosamente acolhida. Tratam a jornada como horror a ser apagado e esquecido. Ao preço da história e daquelas pessoas com quem, pelo caminho, produziram reconhecimento. Só eu sei o que eu vivi. E não está neste papel. O reconhecimento legal faz viver, mas também há outras histórias e outras vidas. Afinal, com quantos não-cidadãos se faz uma nação? Mortes não são o fim. Ruínas são férteis e belas. Seguimos. Quem

ficou para trás está aqui comigo, e eu não serei deixada de lado.

* * *

Três:

It gets better!

A própria existência das operações de reatribuição ou mudança de sexo, assim como os regimes de regulação legal e médico que estas suscitam, são a prova de que a identidade sexual (‘normal’) é sempre e em todo caso o produto de uma tecnologia biopolítica custosa (PRECIADO, 2014, p. 128)

No Brasil, tudo vai melhorar.

O Projeto de Lei 5.002/2013, da Câmara Federal, de autoria do então deputado Jean Wyllys (Partido Socialismo e Liberdade) e da deputada Erika Kokay (Partido dos Trabalhadores) propôs regulamentar as mudanças de registro e transformações corporais no Brasil. Esse projeto atenderia todas as pessoas, inclusive para crianças e adolescentes – nesses casos, com autorização da família ou por interesse superior da criança através de processo jurídico. O projeto foi nomeado “Lei João W. Nery, Lei de Identidade de Gênero”, em uma justa homenagem ao psicólogo e professor, falecido em 2016, que foi “[...] o homem trans mais antigo que se tem notícia a se submeter a terapia hormonal e cirurgias transexualizadoras no Brasil, ainda na década de 70” (TENÓRIO, 2018, p. 215).

Diferentemente da Lei de Autodeterminação portuguesa, que trata apenas do registro civil, este projeto dá conta também dos tratamentos de saúde. A necessidade de autorização para crianças e adolescentes assemelha-se ao projeto 242 do Bloco de Esquerda em Portugal, de 2016. Ambas foram inspiradas na lei de identidade de gênero da Argentina, *Ley 26.743/2012* (LIMA E SILVA; OLIVEIRA, 2016). No caso brasileiro, as mudanças tanto jurídico-administrativas quanto médicas (por procedimentos medicamentosos ou cirúrgicos) seriam voluntárias, e a escolha entre as modificações possíveis ficariam a critério de cada sujeito. Ao mesmo tempo, a autonomia para autodeterminação e transformação dos corpos evidencia o processo de fabricação da inteligibilidade de corpos e gêneros. “A própria existência das operações de reatribuição ou mudança de sexo, assim como os regimes de regulação legal e médico que estas suscitam, são a prova de que a identidade sexual (‘normal’) é sempre e em todo caso o produto de uma tecnologia biopolítica custosa” (PRECIADO, 2014, p. 128).

As políticas públicas são de extrema importância como estratégia de reconhecimento da legitimidade das vidas e, ao mesmo tempo, materialização de estratégias para garantir o viver.

Políticas públicas para pessoas trans* falam de como entendemos nossa condição compartilhada de existência. “Nós somos todas potencialmente precárias, e este é o porquê de nos juntarmos às lutas contra políticas de austeridade. [...] A precariedade não define completamente nenhuma de nós, e ainda assim é uma possibilidade que pode afetar a todas nós em determinadas condições” (BUTLER, 2016, p. 37). Pois, se cada vida interrompida significa uma perda irremediável para todas e todos, então faz-se necessário compartilhar a reivindicação por condições de viver.

A existência do projeto produziu uma série de críticas. Alguns protestos são comuns nas discussões sobre gênero e direitos, e ecoam discursos conservadores: a inviolabilidade do corpo, de origem religiosa; a patologização das experiências trans*, devendo haver justificativas médicas e de saúde para qualquer procedimento; supostas complicações envolvendo instabilidade das decisões, do desejo, dos nomes, da vida jurídica. De fato, incômodos com a possibilidade de diversas experiências trans* (por ora, adultas) interrogarem o modo como as vidas cisgêneras funcionam, conforme o atendimento e a alimentação do sistema sexo/gênero e do dispositivo da sexualidade, com uma certa perspectiva: a cisgeneridade não suporta ser interrogada pela diferença. As intervenções de saúde “[...] parecem resolver os ‘problemas’ (as ‘discordâncias’ entre sexo, gênero e orientação sexual...). Mas, de fato, transformam-se nos cenários visíveis do trabalho da tecnologia heterossexual; evidenciam a construção tecnológica e teatral da verdade natural dos sexos” (PRECIADO, 2014, p. 129).

Mas o projeto traz um ponto que produziu embates específicos – as intervenções para crianças e adolescentes. No caso das crianças, são procedimentos para interrupção do desenvolvimento de caracteres considerados como marcadores de gênero em função das modificações hormonais da puberdade (desenvolvimento de partes do corpo como seios ou pomo de adão, mudanças na acumulação de gordura, crescimento e maturação dos órgãos com função reprodutiva, crescimento e distribuição de pelos, modificações da voz, etc.). Já com adolescentes, além das intervenções em características já definidas, seriam possíveis complementos e suplementos hormonais e procedimentos cirúrgicos em diferentes partes do corpo, além das cirurgias de transgenitalização.

Há, por vezes, argumentos que colocam em dúvida sobre quais práticas seriam mais interessantes na produção de cuidado de crianças e adolescentes. “*Nevertheless, much information about childhood gender variance and transgender identification remains unknown and experts disagree about treatment approaches*” (DRESCHER; COHEN-KETTENIS; REED, 2016, p. 297). Querem mais estudos sobre os efeitos na linearidade do desenvolvimento. De todo modo, é importante perceber que a produção de vocabulário e identificação das experiências de infâncias dissidentes às normativas de gênero poderiam criar efeitos benéficos a essas pessoas.

As implicações disso, aparentemente arbitrárias, o processo de descobrir palavras para descrever a si mesmo e a demora em fazê-lo são potencialmente importantes [...]. Parece que os efeitos da demora entre transgênero ou crianças de gêneros variantes ao tornarem-se conscientes disso e a aquisição de vocabulário podem ser particularmente significativos. Deve ser lembrado que, a partir do momento que elas adquirem este vocabulário, é possível viver mais da meta- de de suas vidas sabendo que são trans, o que não ocorre sem o conhecimento deste. (KENNEDY, 2010, p. 30).

Interessa-nos, por ora, as certezas enunciadas sobre como este projeto ameaçaria a infância, pois cimentaria futuros. No que diz respeito ao Projeto de Lei, diversos posicionamentos virtuais reconhecem a legitimidade da pauta das pessoas trans*, mas levantam problemas quanto a crianças e adolescentes, em nome de uma ideia: a proteção da integridade das crianças. Nesse sentido, elas seriam corpos frágeis, que necessitam de tutela, sem possibilidade de manifestação de um desejo sobre si. Ao argumentar numa suposta defesa dessas crianças, em uma narrativa hegemônica (e pretensamente universal) sobre a infância, afirma tais corpos como passíveis de desenvolvimento espontâneo, sem intervenções, alterações, conexões. Remetem a um tempo progressivo e linear. Como se não houvesse, a todo tempo, tecnologias de produção de gêneros e modos de existência nas crianças e adolescentes; de fato, “[...] pensar a normatividade cisgênera implica considerar como as ideias de permanência atravessam tanto noções de ‘desvio’ quanto de ‘não desvio’” (VERGUEIRO, 2016, p.66). E como se as possibilidades de viver (e desenvolver) não fossem coletiva e ativamente produzidas, em função de nossa condição precária de existência (BUTLER, 2010). Ora, não são apenas as vivências trans* que são performadas: todas as crianças e adolescentes estão em um processo de criar, reproduzir e interferir nos gêneros. Desde antes do nascimento, na designação de um nome, na utilização de roupas e acessórios, na marcação de atividades adequadas ou não. Nos corpos que não são facilmente identificados como femininos ou masculinos e sofrem procedimentos cirúrgicos. Os dispositivos sexopolíticos não aguardam que o corpo atinja 18 (ou 21) anos cronológicos.

Por que os marcadores normativos de gênero e sexualidade são fundamentais para o reconhecimento da infância? E, por outro lado, o que acontece quando são rompidos? O Projeto de Lei propõe a regulação da oferta de serviços públicos (jurídicos, cartoriais e de saúde) de forma a tentar garantir condições mais vivíveis para os corpos que se produzem de forma dissidente às regulações. Isso não significa que as dissidências já não aconteçam. Esses corpos infantis desestabilizam as possibilidades de contar a história. Onde estão essas crianças e adolescentes? “Significativamente, uma das respostas mais comuns para esta situação parece ser que, até este vocabulário ser adquirido, a criança percebe a si mesma como a única pessoa transgênero do mundo” (KENNEDY, 2010, p. 30-31). Uma parte delas vai para o registro das estatísticas de

assassinatos. Não são reconhecidas como infâncias possíveis, seus corpos são destroçados. Só ganham estatuto de criança e de lamento, o crime vira monstruoso, após a morte e a destruição. Irreconhecíveis como crianças (e como humanas, posto que as transições e ambiguidades no sistema cis-heteronormativo não permitem isso), não têm as vidas garantidas. Mortas, podem ser crianças, já não perturbam mais. Servem melhor mortas do que vivas, para que não possam contar e nem ser personagens do possível. Talvez, hoje, o único registro formal dessas vidas infames, seu breve encontro com o poder que gera registros, seja nos relatórios de assassinatos

O outro que fala comigo não se encontra em uma troca ‘recíproca’ ou uma comunicação equilibrada. Desde o começo, a situação é assimétrica, e o ‘eu’ encontra-se desarmado e passivo em relação à mensagem do outro. Nessas condições, o infante só pode realizar uma tradução e uma resposta inadequadas (BUTLER, 2015, p. 101).

Outras crianças seguem; alguns adultos lembram de ter sido crianças dissidentes. O Projeto de Lei propõe a tentativa de reconhecimento como vidas dignas de serem vividas (e não apenas reconhecidas e choradas após a morte) e a criação de condições vivíveis. Interfere, assim, nesse projeto que assassina a infância e devora seus restos. Trata-se de “[...] investir nas posições de sujeitos ‘abjetos’ (esses ‘maus sujeitos’ que são os soropositivos, as ‘sapatas’, os ‘viados’) para fazer disso lugares de resistência ao ponto de vista ‘universal’, à história branca, colonial e straight do ‘humano’” (PRECIADO, 2011, p. 15). Por que estas crianças tanto ameaçam? O esforço de proteção é dirigido a elas, em nome delas, mas atende, de fato, a garantir o projeto cis-heteronormativo. Um sistema que preventivamente ataca o que lhe ameaça. E se fosse desmembrado – qual o preço das possibilidades das crianças?

O Projeto de Lei 5.002/2013 foi arquivado na mudança de legislatura de 2019. Os clamores em defesa das crianças nem mesmo chegaram ao amplo debate público. Os limites de transformação do corpo passam, então, por uma régua obsessiva do Estado, assessorado pelas técnicas médicas e por ciências positivistas. Aos órgãos identificados desde o século XVIII como sexuais, essas alterações devem atender ao interesse geral da sociedade. De fato, a localização de funções para determinadas partes do corpo como critério do que é ou não reconhecido como humano produz duas linhas de intervenção que se alimentam. A primeira, a atuação em genitálias tidas como ambíguas no nascimento, especialmente a partir dos anos 1950 com o trabalho de John Money nos Estados Unidos da América; trata-se de intervenções que permitam desenhar um futuro para os corpos infantis dentro das categorias binárias e opostas de gênero – feminino e masculino.

Anteriormente, e em continuidade com o século XIX, as disciplinas biopolíticas funcionaram como uma máquina de naturalizar o sexo. Mas essa máquina não era

legitimada pela ‘consciência’. Ela o será por médicos como John Money, que começa a utilizar a noção de ‘gênero’ para dar conta da possibilidade de modificar cirúrgica e hormonalmente a morfologia sexual das crianças intersexos e das pessoas transexuais. Money é o Hegel da história do sexo. Essa noção de gênero constitui um primeiro momento da reflexividade (e, portanto, uma mutação irreversível em relação ao século XIX). Com as novas tecnologias médicas e jurídicas de Money, as crianças ‘intersexuais’, operadas no nascimento ou tratadas durante a puberdade, tornam-se as minorias construídas como ‘anormais’ em benefício da regulação normativa do corpo da massa straight. Essa multiplicidade de anormais é a potência que o Império Sexual se esforça em regular, controlar, normalizar (PRECIADO, 2011, p. 13).

Todos os esforços para que as crianças sejam entregues à família com intervenção e certificação médica que ofereçam uma sólida marcação de gênero na genitália. Tanto esforço para afirmar que uma criança é menina ou menino indica a necessidade de imenso investimento técnico-científico e de desejo para manutenção da cis-heteronormatividade. A inviolabilidade de corpos infantis, em nome da pureza, mantém essa maquinaria em funcionamento.

Uma análise detalhada das técnicas médicas implicadas na atribuição do sexo, isto é, relacionadas com a tomada de decisão que permite afirmar que um corpo é macho ou fêmea, revela, melhor do que qualquer outro discurso, os modelos de construção do gênero segundo os quais a tecnologia (hetero) sexual opera: o tratamento reservado pela medicina aos chamados bebês ‘intersexuais’ (descritos como corpos que apresentam ‘características’ dos dois sexos ou que eventualmente poderiam apresentar uma evolução para o sexo oposto ao sexo aparente), as tecnologias utilizadas na determinação do sexo, a etiologia pré-natal, a amniocentese, a ecografia, a citologia, a análise cromossômica, a avaliação hormonal (e a prescrição de gonadotrofina, esteroides, etc.), os exames genitais (da apalpação à radiografia), assim como o conjunto de procedimentos cirúrgicos destinados a reduzir ou a erradicar toda ambiguidade sexual (PRECIADO, 2014, p. 127).

Para ser possível a compreensão de uma vida como humana, faz-se necessário a identificação de um gênero através da atribuição de um sexo. Mais especificamente, para ser compreendido como infância, que porta em si o desenvolvimento de uma vida, precisa dessa chave básica. Sem identificação, dificulta-se o reconhecimento simbólico e jurídico-administrativo. Como chamar, como registrar, o que projetar? Esse instante de perigo, de intervenções iniciais na carne, faz perguntar sobre o que já foi feito (corpos cresceram e sobreviveram) e em especial sobre o que há por vir (corpos que são moldados e marcados para que se adaptem e, mesmo assim, necessitam de intervenção durante o resto do viver).

O Processo Transexualizador compreende um conjunto de estratégias de atenção à saúde implicadas no processo de transformação dos caracteres sexuais pelos quais passam indivíduos transexuais em determinado momento de suas vidas [...] ações necessárias à garantia do direito à saúde circunscritas à passagem para a vivência social no gênero em desacordo com o sexo de nascimento (LIONÇO, 2009, p. 44).

O século XX, com todo brilho e investimento sobre o sexo, coloca também a possibilidade

de reivindicação pela transformação no próprio corpo – em situação diferente da anterior. A reivindicação vem de um corpo falante, que afirma a necessidade de transformação. A régua do Estado responde com novos parâmetros, agora de ordem psiquiátrica e psicológica, para realização das transformações na carne. A organização formal, pelo Estado, com base na medicina, dos corpos, atende ao funcionamento, especificamente, de um Dispositivo da Transexualidade, que reforça a suposta origem e destino das vidas.

O dispositivo [da transexualidade] põe em funcionamento, provavelmente, um dos mais dramáticos exemplos de autoridade profissional contemporânea. Essa autoridade é obtida e se fundamenta em uma inversão que legitimará o funcionamento do dispositivo: supõe-se que a fonte dos conflitos está no sujeito, e não nas normas de gêneros (BENTO, 2006, p. 229).

O corpo trans*, entendido como adoecido, é transformado conforme modelos estritos do que seria normalidade. As tecnologias desenham e modelam: são até mesmo absorvidas e engolidas. Preciado (2008) narrou seu uso não autorizado de testosterona na Espanha, hormônio tido como masculino, quando seu corpo era registrado e reconhecido como feminino. As transformações corporais desenharam-no próximo daquilo que é considerado um homem, o que não era autorizado pelo Estado se não através da regulação médica. Naquele momento, o autor afirmou que seu desejo era menos de operar a transição estatal de gênero e mais levar aos limites as experiências do seu corpo. Trata-se de construir sua própria história, inclusive em seu corpo, como autodeterminação: “[...] o direito de autonomia sobre o próprio corpo de modo que a opção por alterações de características físicas e a modificação do nome e do gênero no registro civil não seja algo regulado pela medicina, mas sim uma decisão do próprio sujeito” (AMARAL, 2011, p. 95). Essa decisão, que é exercida no tempo de agora (BENJAMIN, 2012a), permite afirmar experiências que não são reconhecidas como socialmente legítimas (FREEMAN, 2005) e rompe com a linearidade esperada do tempo do viver (HALBERSTAM, 2018). Isso que deve ser garantido – e que ameaça. Esse direito é restrito, especialmente no caso de crianças e adolescentes, em nome de uma suposta proteção de sua integridade:

Most children with gender incongruence of childhood grow up to be gay and cisgender (non-transgender). They seem to be a distinct cohort that differs from individuals who first experience gender incongruence in adolescence or adulthood. Many birth-assigned male adults with gender incongruence did not have a childhood diagnosis nor did they come to clinical attention before puberty (DRESCHER; COHEN-KETTENIS; REED, 2016, p. 302).

Os debates sobre a Lei de Autodeterminação de Gênero de Portugal e o Projeto de Lei de Identidade de Gênero do Brasil clamavam em defesa das crianças e adolescentes, especialmente por

seu suposto estado de maturação e instabilidade. Gênero, nesse caso, só poderia ser transformado em uma situação irreversível. Ignora que estamos sempre em processo de fazermos corpos e gênero.

O corpo é uma situação histórica, uma maneira de ir fazendo-se, tornando-se, dramatizando e reproduzindo uma situação histórica que o gera, que o torna real, que o corporifica. A corporificação manifesta claramente um conjunto de estratégias materializadas em uma estilística da existência que nunca se auto-estiliza totalmente, pois é dada pelas condições históricas que limitam suas possibilidades (BENTO, 2006, p. 97).

A expectativa de coerência de gênero não faz sentido se considerarmos que o relato de si é sempre parcial e incompleto, nos termos de Butler (2015). Cabe perguntar a que serve esse esforço de evidenciar e localizar a instabilidade e processualidade apenas na infância, bem como seus efeitos. Alguns são evidentes, quando pesquisadores e jornalistas constroem uma narrativa de patologização em torno das experiências trans* em corpos infantis. Por vezes, são vidas nomeadas como doenças, que devem aguardar para receber tratamentos. Em outras, suas expressões seriam apenas reproduções do que vêem nos meios de comunicação, ou espaços educacionais.

Como patológicas, as experiências trans* são transformadas em ameaças de contágio. Tendo a ideia da cis-heteronormatividade como origem dos sujeitos, qualquer mudança seria decorrente de uma patologia ou, no mínimo, alteração no processo tido como natural dos corpos. Origem e destino são interligados para representar o trânsito como desvio negativo. E disso a infância deveria ser protegida. “No entanto, a aquisição deste vocabulário parece trazer com ele o reconhecimento de que existem outras pessoas como elas” (KENNEDY, 2010, p. 31). Narrativas criam possibilidades de viver. Ora, o silêncio significa, de fato, insistir na produção regulada de infâncias conforme as normatividades, eliminando dissidências e borrando todo o esforço feito para que esses corpos sejam reconhecidos em um gênero único, estável e coerente, a fim de fazer-lhes lidos como humanos.

O ideal seriam iniciativas transversais entre diferentes políticas de saúde, a fim de otimizar a implementação de ações em saúde já desencadeadas no SUS [Sistema Único de Saúde] de acordo com as especificidades de transexuais, não apenas entre os recortes de gênero, como nas políticas já mencionadas, mas incluindo também a questão da saúde no sistema penitenciário, do idoso, do adolescente e jovem, entre outras (LIONÇO, 2009, p. 58).

Crianças e adolescentes que deveriam ser protegidos, pela cis-heteronormatividade, da possibilidade de histórias. A suposta inviolabilidade dos corpos infantis corre em paralelo com uma tentativa de silenciamento de discursos sobre gênero e sexualidade com as infâncias. Há uma expectativa, atualmente enunciada como “Ideologia de Gênero” (JUNQUEIRA, 2017; CASSAL; MARINHO, 2016), de que os discursos sobre gênero e sexualidade têm efeito direto na criação de

infâncias desviantes e, mais ainda, que isso seria prejudicial. Esse discurso já provocou efeitos devastadores em políticas públicas, bem como disputas eleitorais. Uma situação especialmente conhecida e discutida nos últimos anos ganhou o apelido pejorativo de ‘kit gay’.

Esse debate tem história. Entre 2005 e 2010, o Ministério da Educação (MEC) financiou projetos para ações de enfrentamento à discriminação por gênero e sexualidade nas escolas. Mais especificamente, foram diversos editais anuais de financiamento para que universidades (e, nas primeiras edições, associações da sociedade civil) realizassem cursos de capacitação com profissionais das redes públicas de educação para enfrentamento à (então chamada) homofobia e violência de gênero. Cada ação foi realizada conforme as condições de articulação local das universidades; com isso, tiveram diversos estilos, propostas, formatos, produtos e materiais (CASSAL; MARTINS, 2016).

No ano de 2011, o Ministério da Educação centralizou suas ações nessa temática em um único projeto, chamado Escola Sem Homofobia, que incluía a produção de materiais pedagógicos para docentes e discentes, além de vídeos para utilização em aulas do ensino médio. Não houve, naquele ano, oferta de editais específicos. Seria uma ação de amplitude nacional.

Tal projeto foi financiado pelo MEC e executado em parceria entre a Pathfinder do Brasil; a Replotina - *Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva*; e a ECOS – *Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana* (São Paulo-SP); com o apoio da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); da GALE – *Global Alliance for LGBT Education*; e da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT do Congresso Nacional (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011, p. 2, grifos no original).

Vários legisladores, publicamente identificados como cristãos, questionaram na internet o conteúdo dos materiais (à época, em fase de finalização). Afirmaram que esses seriam inadequado para crianças e adolescentes, e que o conteúdo produziria certas formas compulsórias e indesejadas de configuração do corpo e do desejo – homossexualidades e transexualidades. Organizações de direitos humanos posicionaram-se de forma diametralmente oposta aos políticos; consideravam que tais “[...] materiais apresentados para o Projeto Escola Sem Homofobia estão adequados às faixas etárias e de desenvolvimento afetivo-cognitivo a que se destinam, com linguagem contemporânea e de acordo com a problemática enfrentada na escola na atualidade” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011, p. 3).

Conteúdos impróprios às crianças, que devem ser cuidadas pelas famílias: uma linhagem de proteção ao futuro. Ou, então, a adequação conforme o desenvolvimento, feito de forma tecnicamente eficiente e segura: um progresso para o máximo aproveitamento de seus corpos. De todo modo, a instauração de uma disputa, não só entre o que se pode falar para crianças e

adolescentes pela sua maturação, mas quem deve decidir: a moral ou a ciência. Seja na proteção ou na regulação, pela censura ou pelo desenvolvimento da linguagem, seguiremos a produzir os projetos de infância.

Em 25/05/2011, como desdobramento das polêmicas que vinham envolvendo setores mais conservadores da Câmara dos Deputados e o movimento LGBT, a distribuição da cartilha [do Projeto Escola Sem Homofobia] é suspensa pela presidente Dilma Rousseff[f]. [...] As polêmicas geradas pelo conteúdo do kit trouxe[ram] à tona as forças conservadoras da sociedade, materializada[s] nas reações da bancada religiosa da Câmara dos Deputados de retaliações e ameaças ao governo. Dentre as diversas alegações, diziam que o material dos vídeos induzia opções sexuais [sic]. Diante disso, a presidente alega que o governo não cessará a campanha contra a homofobia, e que o material será revisto, garantindo que ‘o governo não fará propaganda de opções sexuais’ e que ‘não deve interferir na vida privada das pessoas’ (GARCIA, 2011, p. 12).

Os parlamentares conservadores (hoje, parte do grupo de sustentação do atual Governo Federal) ameaçaram convocar um então ministro (hoje, presidiário) para depor em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, caso o Projeto Escola Sem Homofobia fosse executado. A então presidenta (hoje, derrubada) avisou publicamente na televisão: seu governo não realizaria propaganda de ‘opções sexuais’, pois este seria um assunto da família. O Projeto estava oficialmente suspenso. Há conteúdos proibidos ou inadequados? Que política pode sobreviver ao progresso?

A profusão cotidiana de informações – alarmantes para uns, apenas escandalosas para outros – molda nossa apreensão de um mundo globalmente não inteligível. Seu aspecto caótico é a névoa de guerra por trás da qual ele se torna inatacável. É por meio de seu aspecto ingovernável que ele é *realmente* governável. É aí que está a malícia. Ao adotar a gestão da crise como técnica de governo, o capital não se limitou apenas a substituir o culto do progresso pela chantagem da catástrofe, ele quis reservar para si a inteligência estratégica do presente, a visão de conjunto sobre as operações em curso. E é isso que é importante disputar com ele. [...] Não há uma ‘crise’ da qual é preciso sair, há uma guerra que precisamos ganhar (COMITÉ INVISÍVEL, 2016, p. 19, grifo no original).

Nos anos seguintes, o governo federal retomou o modelo de editais de financiamento de capacitação de profissionais da educação feitos por universidade, em 2012 e 2014, com ainda mais verba. Em seguida, iniciou-se um período de redução do gasto público entre 2014 e 2015. Em 2016, houve o impeachment da presidenta eleita por motivação política. O então vice-presidente foi tornado presidente da república (atualmente, preso preventivo). Seu governo orquestrou a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, com um teto de gastos públicos, que produziria efeitos perversos nas políticas para população LGBTI (COACCI, 2016). A capacidade de ação do Estado foi restringida e progressivamente reduzida, através de um evidente projeto de austeridade.

No início do governo seguinte, eleito em 2018 e empossado em 2019, as ações sobre

diversidade sexual e de gênero foram, de fato, encerradas. Houve a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, que era responsável pelas formações continuadas. Trata-se de um projeto específico para a política e para o público. E também de um imenso perigo. “O conformismo, que sempre esteve em seu elemento na social-democracia, impregna não apenas suas táticas políticas, mas também suas ideias econômicas. É uma das causas do seu colapso posterior” (BENJAMIN, 2012a, p. 246). A crença em um processo histórico que, por si só, produziria um estágio supostamente mais desenvolvido para humanidade, também abre espaço para quaisquer projetos destrutivos que tentam a disputa. A política LGBTI não se sustenta por si, em nome de um valor transcendente. E talvez nenhuma outra. Da mesma forma, a infância não está protegida porque seria valiosa ou importante. São peças em um jogo.

É ainda mais assombroso. “Tudo vai melhorar”, afirma uma campanha internacional dirigida a tais crianças e adolescentes, de forma a produzir uma inspiração de futuro, individual e coletivo, através do assim chamado empoderamento. Quem pode afirmar isso em tais condições? Indiretamente, a campanha também poderia enfrentar o alto índice de suicídio por jovens identificados como LGBTI a ocorrer como efeito da discriminação e preconceito (TEIXEIRA FILHO, 2012). Em tal campanha,

[...] pessoas LGBT[I] proeminentes e bem-sucedidas compartilham depoimentos para motivar adolescentes a assumir sua orientação sexual ou identidade de gênero, sair do armário e resistir ao sofrimento do assim chamado “bullying homofóbico”. A mensagem geral desses testemunhos é bastante direta: você pode ter uma orientação sexual ou identidade de gênero estranha ao modelo [cis]heteronormativo, você pode inclusive ser rejeitado em decorrência disso por sua família, colegas, conhecidos; entretanto, se você se esforçar e se identificar com o projeto de futuro alternativo contido na sigla LGBT[I], você poderá não apenas sobreviver, mas também ser bem-sucedido, deixando para trás as marcas do preconceito e da marginalização. (KVELLER; CASSAL, 2019, p. 39).

Ao longo desta jornada entre mortes, ruínas e narrativas, um lampejo de esperança, mais do que bem-vindo, parece um imperativo. Sobrevivemos por uma centena de páginas com relatos de violações e mortes. Ou seja, algo há por vir. Mas a desconfiança faz recusar essa primeira salvação, apresentada como produto.

O projeto de infância e adolescência normatizadas diz respeito a um percurso para o futuro. Aqui, trata-se menos de um juízo moral sobre esse projeto e mais de uma interrogação crítica sobre como esse sistema estabelece um corredor estreito e doloroso, com pouquíssima margem às dissidências. O mesmo desafio aparece na promessa de um futuro melhor. Afinal, ela pode, de fato, produzir esperanças e possibilidades. Mas parece que o sonho aceitável seria de adequação à normalidade. E podemos mais do que isso. “*In fact, sexual dissidents must create continuing queer lifeworlds while not being witness to this future or able to guarantee its form in advance, on the*

wager that there will be more queers to inhabit such worlds: we are “bound” to queer successors whom we might not recognize” (FREEMAN, 2005, p. 61). Há um legado com o qual temos de nos haver, com as lutas do passado silenciadas no presente. As mortes não foram à toa.

A ideia de que tudo vai melhorar remete a um modo linear e progressivo de ver a história. Hoje seria melhor do que ontem, tanto individual quanto coletivamente. O mundo de hoje seria mais inclusivo e tolerante com expressões dissidentes, poderia ser dito. Ao mesmo tempo, a pessoa adulta teria um incremento nas possibilidades de escolhas, expressões e conexões, se comparada com a sua infância. Portanto, a criança de hoje encontraria um futuro melhor amanhã e, mais ainda, poderia usufruí-lo como uma pessoa autônoma. Está difícil, mas vai passar. “Assim, podemos dizer que a campanha *It gets better* não produz apenas motivação, mas também um quadro em relação ao qual o sujeito deve se adaptar e se orientar para fazer o melhor de si, sem fracassos.” (KVELLER; CASSAL, 2019, p. 40). Autodeterminação para adolescentes negada por lei, porque as decisões naquela idade não seriam irreversíveis. Mas um projeto de melhora no futuro parece mais confortável. Tudo bem que histórias são ficções, mas há implicações em falar de um futuro que não considera as condições do presente.

Olhe as enunciações dos últimos anos. Fica querida – mas não ficou. Não vai ter golpe – mas teve. Não à Proposta de Emenda Constitucional do Fim do Mundo – mas foi aprovada. Ele, não – mas foi eleito e iniciou seu (des)governo. Quem acredita ainda que as coisas vão melhorar espontaneamente? Tomar essa posição crítica não significa desistência. Escrever produz um exercício crítico sobre o mundo, a partir das regras e quadros estabelecidos pela história. Narrar não impede a catástrofe, mas tem algum efeito.

É a abertura de mais um corredor de possibilidades. Entretanto, isso tira de cena tudo que não se passou. O legado a ser transmitido, aqui, é apenas daquelas narrativas vencedoras: um tesouro já valioso por si. O apoio à campanha por pessoas LGBTI adultas indica uma aposta no futuro daquelas vidas. Coloca, então, como critério, que garantam a própria sobrevivência. E quem ficou para trás?

Children, in other words, are dense figures of social anxiety and aspiration both. For this reason, the way that discourses on gender and sexuality circulate through them gives us much information about how normalization works. [...] This image of a child representing a child reminds us that the condition of childhood is the condition of being represented by adults – children have little control over the mode of representation but are constantly subject to it (HALBERSTAM, 2018, p. 55-57, grifos do autor).

Crianças importam; não é que sejam pouco valorizadas, descuidadas e, por isso, mortas. É justamente o contrário: assassinatos são investimentos de poder que cabem à certas crianças, corpos

indesejados. Um sistema que elimina os perigos, a qualquer preço. Tudo vai melhorar? Essa enunciação comporta, em si, o anúncio de sua ruína, pois disfarça a destruição e barbárie que são exigidas para sua implementação e manutenção, até ser também devorada. Tarde demais. De fato, para o progresso, as migalhas não são suficientes. Crianças produzidas com e pelos restos disponíveis, com o que deixamos para que criem infâncias possíveis.

E agora parem de escutar um instante. O que vou dizer agora não é para as crianças. Na próxima vez, terminarei de contar sobre esse passeio. Mas tenho um enorme receio de que nesse meio tempo uma chuva de cartas chegue perguntando-me mais ou menos assim:

O senhor enlouqueceu ou o que? O senhor não acha que já é suficiente que as crianças passem o dia choramingando, contando de não sei quantos brinquedos, dos quais até agora, elas graças a Deus não tinham ouvido falar, mas que agora todas querem ter, e além de tudo, de coisas que nem sequer existem mais!

Como eu vou responder? Eu poderia facilitar as coisas para o meu lado e pedir a vocês que não revelem nada sobre toda esta história, para que ninguém perceba, e então poderemos continuar daqui a uma semana. Mas isto seria uma maldade. Assim não me resta nada a fazer, senão dizer tranquilamente o que eu penso de verdade: Quanto mais uma pessoa entende de um assunto e quanto mais ela passa a saber da quantidade de coisas belas que existem de uma determinada categoria – sejam elas flores, livros, roupas ou brinquedos –, tanto maior será sempre a sua alegria em ver e saber mais sobre elas, e tanto menos ela se preocupará em possuir, comprar o dar de presente estas mesmas coisas. Aqueles entre vocês que me escutaram até o final, ainda que não devessem, terão que explicar isto aos seus pais (BENJAMIN, 2015, p. 65-66, grifos no original).

Sonhar o futuro tem sua importância, em vez de simplesmente desenhá-lo como sombrio. Ao mesmo tempo, é preciso enredar-se nos desafios do presente, de acordo com o lugar onde se está, em cada momento. Há alegria em estar aqui, hoje, e também medo e dor. Tratar de dissidências com crianças e adolescentes envolve tanto júbilo quanto violência. *It gets better*, ainda que não seja uma política pública, evidencia modos de compreender como a proteção opera em torno de infâncias e adolescências dissidentes. Talvez a crença na melhora seja mais um desdobramento da fé no progresso. Nesse caso, o que a história dos vencidos, destruídos, assassinados ou suicidados pode nos legar é que, por si só, as coisas não vão melhorar. Mais ainda: quem pode esperar? A infância não é e não pode ser garantia de vida adulta. Crianças e adolescentes mortos lembram-nos disso. Viver depende das condições coletivamente estabelecidas para tanto (BUTLER, 2010; 2016) e do que é reconhecido como uma vida digna de luta e de luto. Ora, se há uma condicionalidade, e se apenas no futuro que valerá a pena, isso também reduz as possibilidades de manutenção da vida. Pois, nessas condições, só restaria esperar, ou então apressar, para que enfim algo comece. Por que não pode existir nas próprias crianças? Ora, a vida é urgência, mas crianças e adolescentes são transformados simplesmente em adultos em potencial, quando, poderiam abrir o instante revolucionário no agora.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ (*Ausnahmezustand*) em

que vivemos é a regra. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a esse ensinamento. Perceberemos, assim, que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção [revolucionário]; e com isso nossa posição ficará melhor na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no séculos [sic] XX ‘ainda’ sejam possíveis, *não é um assombro filosófico*. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história em que se origina é insustentável (BENJAMIN, 2012a, p. 245, grifos no original).

Se alguma coisa melhorou, não foi por espera ou concessão. A fundação ou manutenção de um direito se dê por meio da violência, na medida em que existe, em toda violência, ainda que implicitamente, um processo de criação jurídica (BENJAMIN, 2018). É com imenso custo que as batalhas são travadas. Isso aconteceu a nós. Se o estado de exceção é imposto, não há o que esperar.

Vai ficar melhor? A perda dos que já morreram é irreparável. Não pode ficar melhor assim. É insustentável. O que é radicalmente diferente de desistir. O progresso cobra um preço cada vez mais alto para sua manutenção; o inimigo não tem cessado de vencer. O tempo, que não é evolutivo ou regressivo, mas de disputas, trouxe diferentes caminhos. A política pública para população LGBTI não vai melhorar por si; de fato, tanto ela quanto as vidas desse grupo não irão, por si, a lugar algum, posto que não há caminho ou destino. Esquecer isso em nome, por exemplo, da crença em um futuro brilhante; da educação como salvação; ou da vida como processo de crescimento; seria apagar as forças que nivelam, modelam e regulam nossas existências. Aos adolescentes, dizemos que vai melhorar, mas isso exigirá esforço: estudem e trabalhem muito para serem independentes. Tudo indica o fim da saúde gratuita e universal, do ensino público superior gratuito, da seguridade social, dos direitos trabalhistas, das restrições a posse e porte de armas. Mas tudo vai ficar bem! Enquanto isso comporte-se na escola, que talvez lhe conceda segurança, em nome de um futuro brilhante.

Seus corpos, tratados como *bons alunos*, necessitam e justificam, por isso mesmo, ações que poderiam amenizar exposição à violência. Esta interpelação, que os torna defensáveis, inscreve escolas como um lugar “positivo” para esses “meninos gays” e “inclusivo” para professores/as e gestões escolares (RANNIERY, 2017, p. 18, grifos do autor).

Como nos lembra Pereira (2015), as regulamentações do poder público exigem que as vidas, narrativas e manifestações de gênero tornem-se inteligíveis de acordo com a normatividade binária. Experiências ininteligíveis são entendidas e marcadas como monstruosas, ameaçadoras da ordem e da saúde. Mais uma vez, a história linear faz parte de um projeto de modernidade, onde tanto a sociedade humana quanto a vida individual seguiriam uma linha de desenvolvimento gradual. Assim, amanhã seria sempre mais evoluído que hoje e muito mais do que ontem. Custe o que

custar, a quem custar. De fato, a proposta evolutiva é, por si só, um projeto de barbárie.

Nossa história nos aponta não para o fim desses atos, mas para a reedição e aperfeiçoamento dessas mórbidas estratégias. [...] as ruas de São Paulo, as praias do Rio de Janeiro, são espaços que estilham os espelhos de uma burguesia que se deseja ver asséptica, segura e feliz. São espaços que estilham uma ética que se diz universal, mas que necessita da ação da polícia e das grades dos condomínios fechados para o seu bom funcionamento (BAPTISTA, 1999, p. 47).

Conferências de políticas públicas para população LGBTI, formações continuadas para profissionais da educação, conselhos de direitos, campanhas de enfrentamento à violência, editais de financiamento, centros de referência, programas de saúde especializados – essas ações falam de um momento em que sua execução era diretriz do Estado. “Como toda norma, a política é performativa – só existe em funcionamento, quando reiterada – e, como corolário, seus efeitos não são determinados” (MACEDO; RANNIERY, 2018, p. 744). Sua manutenção, entretanto, não é uma garantia a-histórica, posto que o tempo não é uma trajetória linear em um vazio homogêneo. Não melhorou, não vai simplesmente melhorar; está em disputa. O Estado teme a instauração de direitos através de lutas, mesmo que negue a naturalização da violência estatal, enquanto tenta manter para si o monopólio das violências (BENJAMIN, 2018). Discutir a história não significa dizer como deveria ter sido, ou o que seria melhor; essa seria uma mirada progressista ao passado. Em jogo, talvez, seja a recuperação das lutas que aconteceram e daqueles que pereceram no caminho. Mais ainda, enquanto as políticas aconteciam, os cadáveres que se acumulavam já indicavam que aquilo não era o bastante. Veja bem, as políticas fracassaram, não porque não atingiram a todas as pessoas (enquanto totalidade universal), mas por pretender uma fantasia de sucesso, crescimento, melhora. Meninas e meninos mortos, restringidos de acesso às políticas públicas por uma ideia de imaturidade temporária; de que se deveria esperar para chegar lá, ao direito. Isso sim pode ser considerado um fracasso. As diferenças possíveis nas infâncias ficam caracterizadas como falta, e não diferença.

Público não figuraria, ao menos não necessita por pressuposto, um nome a designar ou representar todos ou cada um, que, quer de um modo ou de outro, estariam inteiramente diferenciados [...]. Se o endereçamento performativo – a preposição *para* – que constituiria o sujeito que é endereçado nunca o constitui plenamente, e se qualquer constituição subjetiva só emerge – caso, nós aceitemos – desde uma ontologia relacional, o *todos* só existe incrustado na própria diferença diferenciante, na diferença diferenciando, com a alteridade já emaranhada na tessitura do endereçamento. Qualquer endereçamento é também enredamento [...] *Público* não simplesmente soma ou conecta muitas partes de forma integradora – o que é demais – ou constitui a representação de uma unidade amalgamada – o que é muito pouco (MACEDO; RANNIERY, 2018, p. 750, grifos dos autores).

As mortes indicam que já estávamos em perigo mesmo antes de um desmonte dos mecanismos do Estado. As interrupções arrasam com a unidade de todos; ao mesmo tempo, produzem uma realidade fraturada com a qual temos de nos haver. É o que nos resta. Estamos irremediavelmente perdidas, mas isso não significa passividade frente o mundo. Qual a responsabilidade ética frente a catástrofe que se avizinha?

Se o direito é exercido e honrado, é porque há muitas pessoas o exercendo também, havendo ou não outra delas em determinado espaço. Cada ‘eu’ traz o ‘nós’ consigo, na medida em que ele ou ela entram ou saem por aquela porta, encontrando-se em um recinto desprotegido ou expostas lá fora na rua. [...] É, certamente, uma pessoa singular quem caminha por lá, que se arrisca em caminhar por lá, mas é também a categoria social que atravessa esse jeito de andar particular, esse movimento singular no mundo; e se há um ataque, ele tem como alvo o individual e a categoria social de uma só vez (BUTLER, 2016, p. 37).

Cada pessoa assassinada põe em xeque a ideia de uma evolução, seja da tolerância da população ou do aparelho estatal. Se cada sujeito traz o nós, cada morte também irreparavelmente o ‘Eu’. Algo se perdeu, e é irremediável, o que significa exigência de trabalho, ao invés de paralisia. Não se pode confiar em um aparente progresso; por outro lado, a exacerbação do fracasso acentua precariedades: mesmo em seu período de maior funcionamento, a política pública foi insuficiente para o desafio de tornar as vidas vivíveis – e, portanto, passíveis de serem lamentadas por terem sido perdidas (BUTLER, 2010; 2016). Tal qual a perda, as respostas precisam ser coletivas.

Hoje, mais do que nunca, é preciso destacar que não estamos argumentando contra políticas públicas para a educação. Como normas, elas terão efeitos nos sujeitos a que se destinam, produzindo reconhecimento. Quando definidas em termos mais inclusivos, elas propiciam que mais vidas se pensem e sejam pensadas. Não se trata, portanto, de negar que as políticas públicas, em nome da democracia e da igualdade que elas encarnam, devam se destinar a todos. Nosso movimento teórico é pensar o *todos* como diferença em movimento (MACEDO; RANNIERY, 2018, p. 747, grifo dos autores).

A catástrofe das mortes e os desmontes produzem narrativas que tentam interromper o tempo e, com isso, gera-se um instante de oportunidade para questionar o progresso. Melhorar é ilusório e insuficiente. História e Estado devem ser disputados, mas não há segurança em confiar em sua estabilidade ou sucesso.

Será que o Estado é a salvação, ou eliminar-nos-á? Talvez, nem um, nem outro.

* * *

Dois:

Sorriso sem dentes

Prefiro a los que no pueden, por la buena y sencilla razón que yo no puedo mucho tampoco. Y que em términos generales el humor y la inventiva más bien están de nuestro lado (DESPENTES, 2013, p. 14).

‘Mas, o que você pesquisa, mesmo?’

A pergunta aterradora para doutorandas e doutorandos durante seu curso. Depois de quatro anos (ou mais), como resumir em uma resposta breve na mesa de bar, no almoço de família, na reunião de equipe, no aplicativo de pegação? Mais ainda, como devolver os resultados da pesquisa que é, por seu financiamento e institucionalidade, de caráter público?

Há respostas variadas. Quando não quero dar assunto, simplesmente ‘psicologia’, ‘psicologia social’, ‘estudos da subjetividade’. Para alguns momentos, cabem respostas mais longas, sobre percursos e impasse – em palestras, oficinas e artigos. Mas a situação padrão é simplesmente dizer ‘narrativas sobre assassinatos de crianças e adolescentes por LGBTIfobia’, o que provoca silêncios, caretas, e algum comentário como ‘que pesado, hein’.

Não tenho a pretensão de matar os outros com minha escrita. Só escrevo sobre o fundo da morte já declarada dos outros. É porque os outros estão mortos que posso escrever, como se, de certa forma, suas vidas, enquanto eles estavam ali, sorrindo, falando, tivesse me impedido de escrever. Ao mesmo tempo, a única homenagem que minha escrita pode lhes prestar é a descobrir ao mesmo tempo a verdade de suas vidas e de suas mortes, o segredo doentio que explica a passagem de suas vidas a suas mortes. Para mim, no fundo, o lugar de possibilidade da escrita é esse ponto onde a vida dos outros descambou para a morte (FOUCAULT, 2016, p. 46-47).

De fato, não é a forma mais encantadora de iniciar uma conversa.

Novas perguntas são feitas sobre procedimentos. Como fazer essa pesquisa? Quando tenho vontade e paciência, explico sobre o acompanhamento de notícias e relatórios oficiais, filmes e livros, eventos acadêmicos e políticos. Em escrever e reescrever as histórias, mescladas com trechos de memórias, conversas e conceitos, até que fiquem em um limiar entre reconhecível e impossível, assim como um cadáver assassinado é feito com a matéria viva, mas parece incapaz de mover-se. “Um tanto incomodado, decidi não negar quaisquer desconfiâncias e tomei a condição ficcional que me era imputada como um jeito impróprio de não me furtar ao debate” (RANNIERY, 2018, p. 3).

Quando acessei os relatórios do GGB, estava interessado em entender se houve uma proteção que falhou com as crianças e adolescentes. Mas os registros indicam um fracasso de partida – as suas vidas estão para além da salvação. Qualquer suposto progresso alcançado é insuficiente. A pesquisa é indigna, ao lidar com os restos sujos e indesejados do projeto de modernidade. Ela é indigna, por causar indignação.

Ninguém liga e ninguém se importa. A pergunta é sobre lidar com esse peso durante quatro anos. A dúvida não é uma desqualificação do tema. Na verdade, a anunciação de estudar essas narrativas indica a existência de algo além do horror das raras notícias catastróficas na grande mídia. Se é um tema (e não um episódio isolado), significa que há repetição de um acontecimento, que não se quer ou não se pode ver. “A ininterrupta marcha adiante não só deixa seus escombros, mas esses escombros se tornam a-históricos, quando não atemporais, em virtude dos apagamentos realizados pelo progresso” (BUTLER, 2017, p. 108). Recuperar os restos, torná-los presentes, tentando não instrumentalizar os mortos – o que poderia incorrer novamente numa produção atemporal. Aí está o desafio de narrar, no texto e na fala.

Há perguntas também sobre a escolha do material estudado – em especial, os relatórios do GGB. Se era a principal fonte de dados alguns anos atrás, atualmente há relatórios específicos produzidos sobre transfobia e lesbofobia. O ‘Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017’ foi apresentado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2018); o ‘Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais em 2018’, foi feito pela mesma instituição em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019). Por fim, o ‘Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil de 2014 a 2017’ foi realizado por um grupo de pesquisadoras com financiamento de órgãos estatais de fomento (PERES; SOARES; DIAS, 2018). Essas pesquisas pretendem ampliar o alcance dos dados e, ao mesmo tempo, dar um tratamento qualificado ao machismo e à violência de gênero sofrida, de forma especial, por pessoas trans* e mulheres bissexuais e lésbicas.

Entretanto, os relatórios do GGB foram especialmente atacados em uma página de internet que questiona a veracidade de suas informações. Seu autor recusa a interpretação das notícias veiculadas, e divulga frequentemente notícias contrárias aos direitos das pessoas LGBTI. A fim de confirmar seu ponto, ele participou de uma pesquisa de checagem e reconstituição dos dados do GGB de 2016. Vieira e seus colegas (VIEIRA et al, 2019, online), demonstram preocupação com a replicação das informações do GGB sobre “homofobia [sic]” de forma sensacionalista e equivocada por meios de comunicação, movimentos políticos e organizações internacionais como a Anistia Internacional e a Organização das Nações Unidas. Para eles, há vícios e erros no sistema de escolha, levantamento e organização das notícias pelo Grupo Gay da Bahia.

Já de início, essa checagem repudia os dados em que não há evidência de motivação LGBTIfóbica, que seriam acidentes, suicídios, causas naturais, casos de brasileiros fora do país, agressão sem morte e mortes que não dispõem de informações para averiguar crime. De um número inicial de 347 relatos, sobraram 258 casos. Ao buscar informações sobre os casos, estes foram distribuídos entre aqueles em que não houve motivação “homofóbica [sic]”, em que isso foi

evidente, e casos inconclusos. Assim, para Vieira e seus colegas (2019, online), restam apenas 31 mortes que de fato se enquadram no objetivo do relatório do GGB. Os autores ainda apresentam uma tabela com todos os casos originalmente apresentados pelo Grupo Gay da Bahia e as conclusões da checagem. Por fim, afirmam que qualquer morte por “homofobia [sic]” é preocupante e indica a necessidade de transformação social; além disso, destacam que o processo de revalidação do conhecimento é algo legítimo no ambiente acadêmico.

Detenhamo-nos um pouco mais sobre esses furos. Conforme indicam os autores, o relatório do GGB apresenta, por vezes, dados que são discrepantes à proposta, e sem explicação: seja casos no exterior ou erros no levantamento. Há, também, a dificuldade de revisão em casos que foram relatados por informações de pessoas militantes ou registros policiais, que não são de público acesso. Por outro, há uma série de pressuposições que rondam a checagem. De fato, quais os limites da LGBTIfobia? Se o GGB deixa a desejar em delimitar o quadro de mortes, Vieira e seus colegas (2019) não promovem nenhuma elaboração sobre o conceito “homofobia [sic]” que é utilizado, e suas implicações no levantamento e determinação de notícias. Utilizam este termo guarda-chuva, combinado com um uso indiscriminado da palavra “homossexuais” como se isso desse conta de todas as identidades LGBTI e expressões dissidentes de gênero e sexualidade. A única explicação que concedem é que a motivação “homofóbica [sic]” dirigiria-se também a pessoas heterossexuais (cisgêneras), quando tratasse de uma manifestação de ódio contra a homossexualidade. Para uma narrativa estável, deveria haver um ato declaradamente anti-LGBTI, autoinfligido ou provocado por outros.

A expressão LGBTIfobia é entendida, comumente, como um sentimento de ojeriza ou ódio de origem individual, que motivaria agressão e destruição contra pessoas percebidas como LGBTI. Parece ser esta a interpretação da checagem. É uma leitura possível, mas restrita e insuficiente (CASSAL, 2012; 2016). Precisamos compreender a LGBTIfobia como um processo que produz algumas vidas como menos legítimas, com condições restritas para existir; e, em contrapartida, mais facilmente executáveis. Isso trata mais de condições sociais do que sentimentos individuais. Nesse sentido, em situações de perigo e urgência, há uma resistência menor em interromper aquelas vidas. O limite para uma agressão fazer ou não sentido passa pela rede de discursos que estabelece aquela vida como dentro ou não do quadro de reconhecimento discutido por Butler (2010). Quanto maior a precariedade em que a pessoa se encontra – em atividades consideradas ora informais, ora imorais, ora ilegais, como em alguns dos casos –, menor a rede discursiva que defenda, àquela pessoa, o direito à vida.

As pessoas se reúnem não somente para expressar sua oposição a medidas políticas que tornam suas vidas invivíveis, mas também simples e enfaticamente para ficar de pé, para ficar de pé juntas, em público, mais iluminadas que antes, para chamar atenção àquelas vidas corporalmente específicas que sofrem quando não há abrigo disponível, quando fontes de alimento são desigualmente distribuídas, e quando o sustento e saúde básicos não são acessíveis ou adquiríveis. Elas ficam juntas uma e outra vez quando sua própria presença nas ruas emite uma certa onda de choque através da sociedade (BUTLER, 2016, p. 29).

Nesse sentido, quaisquer casos de violência, infligida por si próprio ou por outras pessoas, passam pelo reconhecimento de uma precariedade estabelecida às pessoas LGBTI. Seja pela produção de ódio, pela dificuldade em seu reconhecimento ou mesmo pela associação à fragilidade: são condições que facilitam assassinatos. As condições de manter vivo também são aquelas que impeçam a destruição ativa e intencional. Um crime ou uma briga podem acontecer justamente pelo pressuposto de que aquela pessoa LGBTI é menos merecedora da vida, ou mais fácil de ser atacada ou destruída. Mais ainda, a repetição desses discursos – e a percepção desses perigos – também fragiliza as condições para que as pessoas mantenham (e desejem) suas próprias existências. Logo, confrontos e suicídios estão diretamente relacionados com crimes de ódio, pois são sua contraparte.

É possível perceber isso graças ao reconhecimento dos crimes. Os relatórios podem ser monumentos do que passou mas, especialmente, agrupam as informações, o que produz um desenho: uma constelação. Os mortos são reunidos para que os vivos também se unam em torno da perda, com incômodo e luto. “Querer contar as mortes para devolver ao mundo o seu espanto” (MARTINS, 2015, p.116). Isso pode interromper e perturbar o presente, exigindo, ao menos, um reposicionamento. A importância do tema desta pesquisa não foi questionada, mas sim o sofrimento desse trabalho. Ora, dói porque fomos lesionadas, e isso é irreparável. Ao menos, é preciso dar destino.

Sólo al observar que yo asimilaba su violación como un acontecimiento muy importante después del que ya nada volvería a ser como antes, acepté escuchar, de rebote, lo que sentía por nosotras. Herida de una guerra que se debe disputar en el silencio y la oscuridad. [...] Es que mientras no lleve su nombre, la agresión pierde su especificidad, se puede confundir con otras agresiones (DESPENTES, 2013, p. 37-38).

No incômodo, embrulho do estômago e nó da garganta, a pesquisa força a passagem. Se os assassinatos produzem tamanho incômodo, como poderiam ser ignorados? E, encontrando-se com eles, como produzir sobre outra coisa? Encontrar-se com as mortes, e as mortes daqueles que, em especial, não deveriam ser mortos, posto que lhes é garantida proteção especial; trata-se de lidar com o legado deixado pelos corpos vítimas do progresso. Um progresso que pede infâncias normalizadas pelas quais se pode chorar. Proteger é tornar as crianças o objeto da infância. Às que

não se encaixam, resta a destruição física para, aí sim, caberem em uma história. De dor, sofrimento, horror, indignação.

O problema não é – simplesmente – que morreram. Mas especialmente que elas foram assassinadas. E, nesse caso, não foi por outras crianças, mas como efeito da ação de adultos, em atendimento a um sistema cis-heteronormativo. Frente ao risco de ser desviada do rumo estabelecido previamente, “[...] a morte, podendo ser prevista e cultivada pelos encarregados da criança, é muito menos temível” (SCHERER; HOCQUENGHEM *apud* AMARAL E SILVA, 2016, p. 118). As condições de possibilidade para esse extermínio estão nas instituições da linguagem formal – gênero, sexualidade, infância – que tentam tornar as vidas reconhecíveis pelas notícias da mídia, pelas políticas públicas, pelas pesquisas para produção de conhecimento. Ou então, que executam a tarefa de eliminação. Não à toa, essa tese que conversa com crianças mortas é dirigida para adultos vivos. A tarefa do texto é lidar com uma angústia insolúvel – permanecer. Ser legado daquilo que não queríamos ser, normatividade, morte, progresso, destruição. As condições em que sobrevivemos. A quem custa que sobrevivamos. Por que foram mortos?

Por primera vez, alguien valoraba la facultad de superarlo antes que hablar extensamente y con complacencia del repertorio de los traumas. Desvalorización de la violación, de su alcance, de su resonancia. No anulaba nada de lo que había pasado, no borraba nada de lo que habíamos aprendido aquella noche (DESPENTES, 2013, p. 40)

As ruínas continuam a se acumular, assim como os cadáveres. Não adianta olhar para os lados. Não basta ficar em silêncio ou estudar outra coisa. Escrevendo ou não, continuam mortos. Ao escrever, há uma tentativa de duelar pelas mortes que estão a acontecer. Morrer não é impossível; contudo, deve ser inaceitável. “Não escrevo para dar à minha existência uma solidez de monumento. Tento antes reabsorver minha própria existência na distância que a separa da morte e, provavelmente, por isso mesmo, a guia para a morte” (FOUCAULT, 2016, p. 73). As crianças não precisam ser protegidas sob a égide normativa da infância, mas talvez as histórias sobre suas mortes possam ser tema de duelo frente um sistema que insiste em exigir coerência, desenvolvimento e progresso para produzir reconhecimento. Não se trata, porém, de ampliar os critérios, alargar o índice de normalidade. Todas as possibilidades de viver precisam ser legítimas. E, como consequência, cada vida destruída é o fracasso com o qual temos que nos haver. Cada narrativa é uma sujeira nos mecanismos da locomotiva do progresso. Não foi possível frear a história tida como linear, mas alguma coisa aconteceu: um brilho, um lampejo.

Proponía pensar la violación como un riesgo que hay que tomar, inherente a nuestra condición de chicas. [...] Era la primera em sacar la violación de la pesadilla absoluta, de

lo no dicho, de lo que sobre todo no debe pasar nunca. [...] no se trataba de negar, ni de sucumbir, se trataba de vivir con (DESPENTES, 2013, p. 41).

Mas quem pode viver sem sucumbir?

Ele saiu para a balada com seu grupo de amigos. Encontram-se na estação de trem. De lá, baldeação para o metrô. O grupo cresce. Corpos em sua maioria negros, paramentados com acessórios coloridos, vozes estridentes, movimentos amplos. Chegam em uma dúzia na rua central. A noite é longa, luz, bebida, perfumes, cheiro, toque. Beijos e mãos. Troca de telefone. Fila do banheiro. Mais bebida. Balada.

Amanhecia. Onde está a carteira? Sumiu, perdeu-se lá dentro ou em algum arredor. Despede-se dos amigos com um sorriso no rosto. Retornará parte do percurso que fez durante a noite: não pode ficar sem os documentos. Rua vazia. Tudo bem, a noite foi boa, nada pode dar errado.

Após dois dias desaparecido, a família identificou seu cadáver no Instituto Médico Legal. Sem os documentos, estava registrado como indigente. A polícia indicou a hipótese de suicídio; ou seja, que o menino interrompeu a própria vida, jogando-se do Viaduto Nove de Julho, em São Paulo.

Ele teve todos os dentes arrancados. Lesões graves na cabeça e na perna. Assim que o corpo foi encontrado, a família anunciou à mídia que procuraria os autores daquele assassinato homofóbico. Negaram, portanto, a história de suicídio. Não eram os únicos: poucos dias depois, um ato aconteceu nas ruas da região da morte, reivindicando justiça ao crime e à história. A então Ministra de Direitos Humanos, deputada federal Maria do Rosário (Partido dos Trabalhadores) afirmou em nota pública que as características desse episódio indicavam semelhança com os diversos episódios de violência e assassinatos por homofobia. O militante gay e então parlamentar Jean Wyllys (Partido Socialismo e Liberdade) reforçou essa suspeita. Família, amigos, movimentos sociais, entidades públicas duelavam a narração sobre o ato de sua morte. Isso fará toda a diferença para nós, que vivemos.

Na semana seguinte, a polícia teve acesso ao diário pessoal do garoto. Informaram sobre registros de episódios de tristeza e até textos de despedida, seguidos por relatos do cotidiano sem quaisquer características especiais. Os registros banais foram interrompidos com a morte inesperada. O menino morava na casa da família de um amigo. Após o acesso ao material e entrevistas com a polícia, a família do jovem anunciou sua concordância com a hipótese de suicídio, que seria consequência de um suposto quadro depressivo grave. A patologização salva, assim, a vítima de LGBTIfobia, tornado suicida.

A mãe do menino lamentou aos jornalistas, pois não sabia como seu menino estava doente, e

afirmou que ela o aceitava como homossexual. Textos opinativos na internet questionaram as notas públicas da Ministra e do Parlamentar, posto que não aguardaram a resposta da investigação. Mais ainda, acusaram os políticos e movimentos sociais de transformarem a morte em uma bandeira, sem se preocuparem com a realidade do menino e da família. Esses comentaristas defendiam o direito à verdade de sua intimidade, que foi tornada pública e explícita pela polícia. Exigiam, por consequência, que a morte e o luto fossem vividos em silêncio e isolamento, pois o caso estava solucionado. Ora, de fato, pedem pelo fim da história que foi “[...] desenhada por meio do embrulho do seu estômago, da parada e das batidas do coração, dos poros da sua pele transformada em olho do incômodo que produz nó no estômago” (BAPTISTA; SILVA, 2017, p. 52). Os cadáveres estão acumulados, mas à sombra dos monumentos feitos de silêncio e concreto.

Sofrer de racismo, LGBTIfobia e violências de classe são indicativos de suicídio? Uma queda que parecia longa, e com a qual ninguém quer ser responsável. Para o sistema de infância e para a cis-heteronormatividade, era mais fácil e agradável afirmar que o garoto causou a própria destruição. Inclusive, isso localiza o risco: basta as famílias não serem como aquela, os jovens não serem como aquele. Esforcem-se, que tudo vai melhorar.

In fact, there is nothing natural in the end about gender as it emerges from childhood; the hetero scripts that are forced on children have nothing to do with nature and everything to do with violent enforcements of hetero-reproductive domesticity. These enforcements, even when they can accommodate some degree of bodily difference, direct children toward regular understandings of the body in time and space. But the weird set of experiences that we call childhood strands outside adult logics of time and space. The time of the child, then, like the time of the queer, is always already over and still to come (HALBERSTAM, 2018, p. 61, grifos nossos).

Quando a checagem de notícias de Vieira e seus colegas (2019) questiona que suicídios sejam LGBTIfobia, põe-se um problema. Mas o ódio produzido em discursos e práticas, e mais especificamente, a expectativa por adolescências normatizadas e que aguardem em um futuro para viver dissidências, são condições que facilitam sofrimento. Como já destacado por Teixeira Filho (2012), a ocorrência de suicídios não é um fato isolado e individual. A hipótese de um assassinato cruel é plausível – isso já é uma força a afrouxar a manutenção da vida. O que significa viver com essa ameaça e, ao mesmo tempo, tê-la diminuída, individualizada, descartada, ou então a promessa de melhora? Sobre o que precisamos falar? LGBTIfobia trata mais do que ódio ou medo, mas fala de produzir cadáveres. A responsabilidade sobre a morte não pode ser reduzida caso seja um suicídio. Desconfie da pacificação. Colocar em jogo sua história significa pensar nos modos como as vidas são tecidas e enredadas.

As normas pelas quais eu reconheço o outro ou a mim mesma não são só minhas. [...] O horizonte normativo no qual eu vejo o outro e, com efeito, no qual o outro me vê, me escuta, me conhece e me reconhece também é alvo de uma abertura crítica. [...] Às vezes a própria falta de reconhecimento do outro provoca uma crise nas normas que governam o reconhecimento (BUTLER, 2015, p. 37).

As histórias estão em disputa, em um estado de exceção já instaurado. Abra os jornais sobre violência urbana (BAPTISTA, 2010; CASSAL, 2012). Leia processos jurídicos de requerimento de asilo internacional por população LGBTI (HAZELDEAN, 2011). Não há garantia do que será percebido como um direito legítimo. Deixar que se matem uns aos outros ou a si próprios: talvez esse seja o sonho de uma modernidade conservadora – jovens pobres, travestis imigrantes, adolescentes periféricos que vão se eliminar em uma ciranda. É preciso reconhecer que as mortes acontecem e apontar não simplesmente para autorias, mas para as condições frágeis do viver. Vidas que são mantidas em uma linha frágil, à beira da destruição, com a qual têm de conviver, enfrentar, dançar e por vezes falhar. E muitas outras criam, brilham, destróem, surpreendem. Ainda assim, as histórias de fracasso importam, na medida em que possibilitam pautar as derrotas, e criar uniões contra inimigos que não têm cessado suas vitórias.

Quais autoridades podem disputar a suposta verdade sobre um acontecimento? Quem pode contar quando não se identificam testemunhas? Movimentos sociais LGBTI, colunistas de internet, políticos, família, polícia. Para ter validade, as histórias deveriam ser tecidas em qual fala, de qual lugar? A quem se quer proteger?

Much of the new conversation about gender focuses on children's bodies and gender identities and seeks to remedy social exclusion on their behalf. Indeed, the emergence of trans children in families around the United States may well be the foundation for this new national conversation. Of course, within such conversations about gender justice the trans* child in question is typically white, and the sense of wanting to protect the child and usher her/him into the gendered adolescence s/he desires does not extend to children living in poverty, many children of color, and trans* youth who are delivered into the juvenile justice system, often through what has been called the "school-to-prison" pipeline (HALBERSTAM, 2018, p. 46-47).*

O menino não pode mais falar. Veja a armadilha na qual o exercício de relato de si passa a ser a chave de interpretação de vida e morte. Por um instante, suspendamos os restos escritos para desacelerar a marcha cadenciada e militar do progresso. Como podemos reler esta disputa? Uma história que seria imutável e definitiva, e que culminaria em um suicídio: há um diário onde um 'Eu' aparentemente coeso e imutável confessa sobre sua destruição. Outra história possível seria aquela que está em risco, ao reivindicar a nomeação de um crime como assassinato inconcluso: porque o pouco que se tem de informação não basta. Com isso, uma história que, por ora, permanece aberta, mobiliza manifestações públicas, exige uma movimentação investigativa das

autoridades institucionais, estabelecendo a dúvida. Há uma diferença ética e política entre uma história fechada e uma história aberta. A inconclusão não significa silêncio, pois o menino segue conosco, desafiando a norma. Por isso, talvez não baste o que se compreende como verdade dos fatos (que parece inacessível e destruída como o sorriso sem dentes do cadáver debaixo do viaduto), mas o posicionamento político de modos de narrar. A morte não será revertida, mas quais os efeitos, as implicações; em suma, o que podemos derivar dela? O que fazer a partir da violência e da morte?

Nada podía ser peor que quedarme em mi habitación, lejos de la vida cuando pasaban tantas cosas afuera. [...] Y si nunca más fui violada, me arriesgué a serlo cien veces después, tan sólo al estar mucho afuera. [...] Fueron los mejores años de mi vida, los más instructivos y atronadores, a pesar de toda la mierda encontré em mí los recursos necesarios y sobreviví (DESPENTES, 2013, p. 42).

Podemos proteger as crianças de várias formas. Ou melhor, as famílias são exigidas a fazê-lo – afinal, eles são encarregado pelo sistema de infância. Proíba sair de casa, mantenha controle constante (visual, arquitetônico, digital), acompanhe suas redes sociais e diários pessoais. Discipline as roupas, falas e condutas. Impeça contato com assuntos e corpos indevidos, não leve ao museu, não deixe acompanhar as redes sociais do Presidente da República. Em nome do momento por vir, garanta a saúde do infante para que, com o passar do tempo, possa ter acontecimentos. Sempre depois. “Neste sentido, não há uma só infância, mas duas: uma ‘selvagem’, a outra confinada” (SCHERER; HOCQUENGHEM *apud* AMARAL E SILVA, 2016, p. 130). Um círculo se fecha: protege-se hoje, em nome de um futuro, o qual não há garantia alguma que possa se cumprir. O adulto que se enxerga porvir na criança, ele não existe. Até o corpo passar pelas transformações, os mundos ao seu redor e que lhe constituem já são outros. Como prometer que algo será melhor, ou mesmo igual? O único tempo disponível é o de agora. Projeta-se o adulto numa criança, rasgando esse presente, em nome de um mundo futuro que pode, ou não, acontecer. A proteção e a segurança são paranóicas. Mas esse fracasso garante sua manutenção e pleno funcionamento: o sistema cis-heteronormativo falha em garantir plena normalidade, mas destaca o constante perigo dos desvios. E, então, pede por mais força, investimento, desejo. Alimenta-se dos restos e dos mortos. Tudo devora – o que vai sobrar, então?

Colocar a proteção como um problema implica retirá-la do lugar no qual é compreendida como naturalmente boa, quando vista em sua forma imediata e aparente obviedade, como uma linha cujo plano de organização se sustenta na fixação. A proposta é, pois, pensar a proteção como um problema que abarca acontecimentos sociais que emergem quando diferentes forças entram em ação, produzindo efeitos que não podem ser antecipados expondo uma forte relação entre proteção e prevenção. Divergir da versão naturalizada de proteção envolve discutir a prevenção, o controle da vida, a despotencialização do cotidiano, o questionamento das chamadas políticas públicas, os investimentos econômicos feitos em seu nome, e a produção de saberes e de especialistas nesse campo. Tomar a

proteção como um problema é incluir todas essas dimensões em sua análise, privilegiando os exercícios capilares de saber-poder que geram realidades vistas e ditas sobre ela (NASCIMENTO, 2012, p. 41).

O menino morreu de racismo, LGBTIfobia, violência de classe, e foi encontrado embaixo de um viaduto. Importa (e muito) como ele foi parar lá; e, seja qual for a resposta, sua morte é trágica. Indica que não seria qualquer um que estaria por lá, a procura dos documentos ou do ônibus, longe de casa; mais ainda, um corpo estava em um lugar de grande circulação urbana e, por isso, poderia ser achado depois da morte.

Proteja as crianças, enquanto as políticas de segurança pública pregam ou executam o extermínio. Quantos desaparecem, com os rastros frequentemente apagados por forças militares ou paramilitares? De fato, quem pode manter uma criança em casa, em qual casa, o que é considerado casa? “Faça o que fizer, a criança está *dentro*. Ser criança é, inevitavelmente, “ficar dentro” e se definir a partir daí: a casa da família, a escola, toda ordem de empreendimentos destinados ao seu lazer” (SCHERER; HOCQUENGHEM *apud* AMARAL E SILVA, 2016, p. 156, grifo no original). Para que seja considerado criança ou adolescente, precisa ter um certo sistema de reconhecimento – casa, família, escola, meios de transporte. Na medida em que se produz de formas divergentes, arrisca a manutenção da integridade.

Re+conhecer [sic] que a colonização de corpos e gêneros inconformes à cisnormatividade remonta a processos genocidas e racistas nos posiciona – particularmente aquelas pessoas que, como esta autora, se situa de maneiras privilegiadas em relação à branquitude e classe dominantes – diante do desafio constante de ampliar as frentes de lutas decoloniais (VERGUEIRO, 2015, p. 34).

Em nome da proteção, a solução normativa teria o menino trancafiado em casa ou, se necessário, em uma instituição de acolhimento ou internação. E, se mesmo assim morresse, ainda haveria justificativas. A narração oficial tenta apontar para algo que difere de uma criança, que não seja reconhecível como tal – isso acompanha a notícia de sua morte. A informação transforma a criança morta em menos que humano. Quais corpos puderam ser retratados, e com que finalidade? O que se deseja produzir na exposição de sangue, carne e vísceras? Quem, de fato, transforma cadáveres em bandeiras e manchetes, capitalizando os mortos: movimentos sociais LGBTI, parlamentares e gestores, que pautam o enfrentamento à violência e o reconhecimento da tragédia como não simplesmente individual?

E por outro lado o problema não é tanto recorrer ao conjunto polícia-justiça, o que pode ocorrer a qualquer um de nós um dia. Ele surge quando sistematicamente, com obstinação e decisão, nos armamos com a repressão do Estado em nome de um princípio intangível. E eu caio na risada quando vejo bichas entusiasmadas escreverem que também elas, assim que

puderem, recorrerão à lei (HOCQUENGHEM, 1980, p. 129).

O Estado e a lei oferecem proteção, em certos termos, e com alto preço: é necessário submeter-se ao reconhecimento do direito. Há modos de viver que interessa conservar, e que são chorados. Outros, nem tanto. Talvez algumas histórias possam ser desenhadas para que a vida já interrompida, ao menos, seja reconhecida como uma perda.

Existe uma aposta no duelo para que a infância possa arriscar-se ao presente. O mundo que temos é este, e nenhum outro. Não é em nome do futuro, mas do tempo de agora que é possível agir. “O materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas no qual o tempo para e se imobiliza” (BENJAMIN, 2012a, p. 250). Afirmar um tempo de agora radicalmente em debate, com lampejos de instantes perdidos que retornam e atravessam: as mortes que estão estabelecidas. Um tempo de agora político, porque quebrado, instável, ameaçado pelos assassinatos que são irremediáveis e insuperáveis. “Sem dúvida, somente a humanidade redimida obterá seu passado completo. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimia o seu passado tornou-se citável, em cada um dos seus momentos” (BENJAMIN, 2012a, p. 242). Nenhum futuro utópico ressuscitará o menino debaixo do viaduto. Não há salvação. O que nos resta é afirmar que houve histórias, daqueles que foram derrotados e rapidamente são engolidos pela terra, pelo silêncio, pelas estatísticas, pela indignação paralisada, pela vontade de verdade. Afirmar um tempo de agora em que se viva, e não que se extermine por conta do futuro. Citá-lo é insistir em que permaneça. Trata-se de denunciar que a cis-heteronormatividade funciona como de fato objetiva, mesmo que não se anuncie assim. Esse sistema serve para eliminar, em nome do medo do futuro que faria sonhar o presente.

Esse sistema pede pelo progresso. Movimentos preocupados denunciam sua força de retrocesso. Ora, o menino morto não deixa nem avançar, nem voltar. Não voltamos, porque justamente lembramos que algo aconteceu e que vidas foram interrompidas. As lembranças servem para tentar impedir a repetição, sabendo que essa luta dura até o final dos tempos.

Talvez essa seja a tarefa aqui proposta – e legada pela sobrevivência. A criança que é morta pelo que pode vir a ser, a criança que deveria viver para vir a ser. O progresso pede por essas mortes, que parecem tão contraditórias com a ideia evolutiva mas, de fato, confirmam-na como exceção, estado de exceção. O que se pede do assassinato? “*Ser una víctima digna. O sea que sabe callarse. La palabra siempre confiscada. Peligrosa, ya lo entendemos. Perburbando el descanso de quién?*” (DESPENTES, 2013, p. 106). Não, eles não vão vencer, nada há de ser em vão. A noite ainda não acabou.

Quando perguntado sobre a tese, torno explícito um arremedo de tema e alguns fragmentos.

Considerações parciais, inacabadas, tal qual a tradição histórica que pede passagem. Mas há mais, muito mais. De noite, sozinho na cama, não consigo dormir. Zumbis atravessam meus pensamentos. Fazem barulho debaixo da cama. Tocam-me com seus corpos frios e putrefatos. Fantasmas uivam enquanto uma tempestade cai do lado de fora. Assombrações zombeteiras brincam e gargalham. Os mortos cobram o preço, conforme conseguem acessar. A proteção está dirigida mais à verdade do passado e à certeza do futuro do que à manutenção dessas vidas no presente. Enquanto tento cochilar, um novo corpo cai ao chão. Não quero paz e silêncio, tampões de ouvido, uma cama hermeticamente protegida. Proponho compartilhar o incômodo. Não há sonho utópico para nos salvar. Uma tempestade de destroços que se empilham tal qual um pesadelo. Só quero que acabe logo. Então, você, que lê, ao menos perca o sono.

* * *

Um:

Tempo de vingança

And what if we situated the trans child not as an alternative route to manhood or womanhood but as the gateway to a different understanding of generational transmission, as a symbol of inevitably eccentric versions of embodiment produced alongside traditional performances of gender stability, and as a rupture in ideological flow? (HALBERSTAM, 2018, p. 71)*

Mortes, assassinatos, interrupções. A pilha de destroços é cada vez maior. O que mais resta? Há crianças a viver e jogar com as ruínas de um sistema que tenta regular corpos, gêneros e sexualidades. Não se trata apenas de proteção ou salvação. Vidas perigosas, um instante que pode ser revolucionário, pois permite “[...] compreender os corpos e as identidades dos anormais como potências políticas e não simplesmente como efeitos dos discursos sobre o sexo” (PRECIADO, 2011, p. 12). A possibilidade de narrar, que a norma tenta constantemente apagar em seu projeto de universalismo, é também um exercício de crítica ao tempo presente.

As crianças dissidentes tensionam os dispositivos normativos. Os conceitos de gênero, sexualidade e infância não conseguem cobrir todas suas histórias. Para não deixá-las andando soltas por aí, melhor escondê-las ou eliminá-las. Perigosas, ameaçam a estabilidade das supostas identidades LGBTI e suas recentes conquistas.

Indeed, the official gay movement has never been quick to attend to issues concerning effeminate boys. There is a discreditable reason for this in the marginal or stigmatized position to which even adult men who are effeminate have often been relegated in the

movement [...] There is a danger, however, that advance may leave the effeminate boy once more in the position of the haunting object (SEDGWICK, 1991, p. 20).

Temíveis crianças ‘viadas’, ‘bichas’, ‘sapatas’, ‘trans’, ‘*queer*’. Histórias interrompidas para narrativas inacabadas: as infâncias não lhes foram suficientes. Não são relatos lineares ou formais, mas material de intervenção para confecção do e no presente, para pensar em como vivemos (e morreremos). Uma na piscina, outra no condomínio. Uma foi visitar a mãe, outra tentou brincar com o pai. Suas cenas produzem algo em nosso tempo: suspendem-o, mesmo que por um momento. Interrompem o sistema de produção histórico e científico tomado como hegemônico.

Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são ‘representáveis’ porque são ‘monstruosas’ e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos ‘normais’. Nesse sentido, as políticas das multidões queer se opõem não somente às instituições políticas tradicionais, que se querem soberanas e universalmente representativas, mas também às epistemologias sexopolíticas straight, que dominam ainda a produção da ciência (PRECIADO, 2011, p. 18).

Crianças gritam, cantam, cirandam. O tempo é fraturado por um instante; logo depois, volta a correr. Mas nada será como antes, amanhã. Da internet, aproveitando o perigo e a confusão, uma adolescente de Belém do Pará saltou nos restos de mortes e destruições. Enquanto as políticas para população LGBTI eram desmontadas e os índices de violência contra esse grupo continuavam a aumentar, ela tece narrativas. Uma sub-celebridade, que começou com vídeos caseiros, transformando-se em uma personagem que tem suas falas e cenas repetidas entre jovens pelo país. Atualmente, faz shows em diferentes cidades do Brasil, além de trabalhar com entrevistas, festas e propagandas.

Um de seus vídeos, datado de 2015 e com mais de 1 milhão de visualizações no site *youtube*, começa com a edição do discurso de um pastor (e deputado fundamentalista religioso). Frente uma imensa plateia, ele chama a polícia para impedir que duas mulheres que se beijam, naquilo que ele diz ser o ambiente de um culto. O videoclip da cantora vem em seguida, respondendo com fé, festa e fervor em Belém do Pará, sua terra natal. Entre tropeços, escorregões, passos de dança, santas cristãs, cordas, *boys*, a ‘Naza’ e muita cor e rebolado, convida-nos a ‘frescáh no Círio’, porque ‘os viados também tem fé, a gente é filha de Deus, bora ficar loka’ (YOUTUBE, 2019, online). Em seu vídeo de estreia, então criança, ela se apresentava como ‘A mulher jamais falada’, ‘a menina jamais igualada’: Leona Vingativa.



Leona, ao centro, com sua trupe, e a Santa logo atrás. Retirado do videoclip “Frescáh no Círio”. (YOUTUBE, 2019, online).

Em seus primeiros vídeos, ainda adolescente, ela transitava gênero e estilos de vídeo com artifícios domésticos: tecidos, perucas, câmeras de celular. Seu corpo colocava em questão o que era esperado para crianças e adolescentes. Leona viveu, vive, e contribui para fazer mais vidas possíveis, ainda que no instante de uma imagem. “O ponto era precisamente o de relaxar a pressão coercitiva das normas sobre a vida generificada – o que não é o mesmo que transcender todas as normas – com o propósito de viver uma vida mais vivível” (BUTLER, 2016, p. 33). Não se trata de criar um modelo, como se houvesse um percurso a seguir. Mas é, de fato, a lembrança de que as dissidências podem sobreviver e, mais ainda, produzir histórias que se multipliquem. Leona está materializada nos vídeos, e ainda responde ao conservadorismo e ao fascismo. Apresenta-se como assassina, vingativa e perigosa. Talvez seja mesmo. Afinal, uma criança pode produzir a si própria e a sua história, e de uma maneira avessa à esperada pureza infantil; o que mais esses corpos poderiam fazer?

De fato, [...] [Leona] não se faz vítima, é cúmplice, ou antes, a própria assassina da infância de Estado. ‘Onde estão os pais desta criança?’, ‘E o conselho tutelar?’, ‘E a

escola?', 'Onde aprendem tudo isso?', 'Cadê o Estado?!'. Leona ri de todas essas indagações com sua gargalhada altiva. Ela é o próprio agenciamento pelo qual uma máquina grupal dispara a fazer shows em boates gays ou festas de família, tanto faz. Em ambos, Leona escandaliza (RODRIGUES; FERREIRA; ZAMBONI, 2013, p. 312).

A repercussão de seus vídeos levou Leona a estrelar vídeos de propaganda para empresas, e shows em clubes e festas. Por outro lado, ela já foi acionada e constrangida por mecanismos normativos – como uma jovem adulta, negra, periférica e trans*, foi detida com acusação de furto em uma loja. Mesmo assim, Leona não perdeu força em estranhar regras tão estabelecidas em torno de gênero, sexualidade, raça/etnia, classe, locais de moradia, religiosidade. A Vingativa está terrivelmente viva.

Os mortos cinzentos, que tanto contrastam com o brilho de Leona, lembram-nos que a tragédia não é de hoje; a história é um acúmulo sucessivo de fracassos e destroços de batalha. O momento em que vivemos é interpretado como uma crise; de fato, assim produzido e estimulado para justificar o horror de um estado de exceção. Esse é o mundo que Rafa, Mickael e Leona herdaram e com o qual têm de viver e morrer. Essas crianças, vivas e mortas, compartilham marcadores para narrar, mesmo que não saibam uns dos outros. Dissidências sexuais e de gênero trazem um perigo de ser eliminado pelo sistema cis-heteronormativo em nome da proteção da infância idealizada. Mas elas criam percursos de vidas não esperadas. Inventam mesmo nessas ruínas (ou por causa delas). Usam tecnologias disponíveis (e que não existiam em outro tempo, evidenciando que há uma fratura histórica em comparar a criança que fui e podia ser e aquelas que hoje são). Rompem com a linearidade de tempo e trajetória. E, assim, produzem condições de sobrevivência – para si e para as narrativas. Leona não é uma fórmula, mas pode ser exemplar dessa dupla fabricação. Ela vive e faz viver; ela conta e faz contar. Os projetos de proteção e salvação não são apenas insuficientes, como também estratégias de dominação.

Escola, processo transexualizador, retificação do registro civil, segurança pública, família: por si, não salvam ninguém. Enquanto uma mãe em São Gonçalo clama justiça pelo filho assassinado, outra em São Paulo reconhece um suicídio em função dos diários do jovem. Há o pai que esmigalha o corpo de um menino, e em outro lugar a mãe convoca terceiros para fazer essa tarefa. A mãe de Laura está incerta. Rafa é e não é reconhecido pelas pessoas de sua escola. Mickael brinca com seus colegas e a massinha de modelar. A psicóloga não consegue dormir e os jornais estão cheios de sangue.

A constituição do gênero assinala como é uma regulação de poder dos corpos, mas também fornece um modo como podem habitar o mundo. A profundidade das relações que se estabelece com a escola demonstra que é possível habitar as normas e, pelo trabalho de compor tais relações, tornar-se uma vida vivível (RANNIERY, 2017, p. 7).

Localizadas, em certos instantes, as instituições podem produzir imensas possibilidades. Leona ora faz propaganda para um curso de francês, ora critica o descarte inadequado de lixo, tanto por residentes do bairro quanto pelas políticas públicas. Amaldiçoa o SUS, que tratou de sua fictícia inimiga, mas também defende o uso de preservativos para impedir ISTs. As contradições de Leona são armas com as quais pode denunciar alguns sistemas de poder estabelecidos.

Com isso, o que se propõe é uma mudança de ênfase: estimular na criança a habilidade de tolerar a ambivalência, mais do que enfatizar a habilidade para sintetizar contradições. Trabalhar na perspectiva da ambivalência como incentivo ao processo de desenvolvimento é correr o risco de se confrontar com a criação de algo inteiramente novo. É, portanto, falar de desenvolvimento como liberdade. É ousar ir ao encontro da linguagem como expressão criativa do ser, onde o sujeito não se anula e nem se desfaz (JOBIM E SOUZA, 1996, p.55).

Os vídeos de Leona exibem marcadores de poder e identidade para além das discussões de gênero e sexualidade. Ela não está sozinha. Sua trupe de artistas (atrizes e atores, dançarinas e dançarinos) recupera relações, passos, personagens, movimentos típicos e marcantes de certos bailes *queers* estadunidenses, com uma releitura local. Essas crianças artistas existem, sem ser necessariamente no registro tradicionalmente hegemônico. “*The unique formulations of children and parents and houses in the ball scene [no filme Paris Is Burning] emphasize how often we center white children’s experiences when talking about “the child” and how central children have become to contemporary narratives of freedom and tolerance*” (HALBERSTAM, 2018, p. 67). Paris está queimando. ‘Frescáh no Círio’ de Belém do Pará e sua tradicional festa para Nossa Senhora de Nazaré. As ruas sem asfalto e as e os jovens negras e negros que nelas dançam evidenciam partes de Belém com regulações específicas da precariedade – periféricas ao projeto urbano padronizado. Leona pede pela sua fé à Santa, enquanto um pastor-deputado condena a homossexualidade. A ‘aleijada hipócrita’, indefesa testemunha de um crime, foi objeto de vingança em um dos primeiros vídeos – mas retornou. Leona foi detida e acusada de furto por ser uma pessoa trans*, ou Vingativa, ou negra, ou por quantos outros motivos?



Youtube, 2019, online.

Assassina, ela será acusada de violenta e desviante. Ora, esses adjetivos tentam contê-la em sua força de evidenciar a crueldade do sistema imposto e evidenciar que há modos de existir questionando-o. Essa é sua vingança, pela qual pode ser chamada de violenta, mas é também uma crítica da violência (BENJAMIN, 2018; BUTLER, 2015). Não são quaisquer crianças que estão em cena. Leona possibilita “[...] questionar a validade da noção de identidade sexual como único fundamento da ação política e para opor uma proliferação de diferenças (de raça, de classe, de idade, de práticas sexuais não normativas, de deficientes)” (PRECIADO, 2011, p. 18). Perigosa e em perigo, e estes se acumulam como os destroços.

Leona canta, dança, desafia o pastor e, ao mesmo tempo, convida a Santa para a festa. Em seus vídeos, ela não fala sobre processo transexualizador ou mudança de registro, e apresenta seu longo nome e características. Não pede políticas LGBTI – e talvez essas não se interessem por ela. O que ela indica pedir é a passagem: de si para Paris, de sua trupe pela rua, das mulheres que se beijam no culto. Também reivindica saneamento básico, coleta de lixo e uso de preservativo. Ela pode precisar de políticas urbanas e, quem sabe, de uma câmera melhor. Ela consegue exibir sua imagem, ‘frescáh no Círio’ e pendurar-se em grades e mirantes, o que não representa os projetos hegemônicos de infância ou segurança. Pouco importa – Leona vingou-se do Sistema de Infância. Ela é perigosa, e faz isso com estilo. “E não era sem elegância que viviam lado a lado com o risco

[...] Acidez, cinismo teatral, afetação, infantilidade – é este o tom...” (HOCQUENGHEM, 1980, p.125). Piadas, encenações e erros são parte da afirmação política. Algumas pessoas transeuntes, tornadas figurantes, divertem-se ao participar dos vídeos. Outras, nem tanto: gritam ou empurram a protagonista. Ela insiste. Os inimigos não têm cessado de vencer? Que esses encarem Leona, que está ‘linda, plena e na maldade’.



Meu nome é Nati Natini Natiê Lohanny Savic de Albuquerque Pampic de La Tustuane de Bolda, mais conhecida como Danusa Deise Medly Leona Meiry Cibele de Bolda de Gasparri. A mulher jamais falada. A menina jamais igualada. Conhecidíssima como a noite de Paris. Poderosíssima como a espada de um samurai. Eu sou apertada como uma bacia. Eu sou enxuta como uma melancia. Tenho dois filhoso [sic], um zolhudinho [sic], outro barrigudinho, parto normal. Casei com o dono da Parmalat. Virei mamífera. Só mamo. Pertencço à família imperial brasileira Orleans Bragança. Penetração difícil. Eu não sou a Grazielle do corpo dourado, eu sou a Leona da Cor do Pecado (YOUTUBE, 2019, online).

Leona chama para dançar, enquanto tocam músicas de decifração não evidente. A letra e o movimento convidam a abandonar ou, pelo menos, debochar dos conceitos de infância, proteção, gênero e sexualidade. Sua visibilidade ameaça a ideia de sucesso – de vidas, de políticas públicas e das normas. Ela joga na cara o lixo que produzimos, e reafirma que a infância não é transponível ou projetável. A criança que fui não é ela, e nunca será. Ela me faz imaginar o que poderia ter sido, e isso trai a memória. As tecnologias e linguagens disponíveis são diferentes, e mostra que a existência se faz no tempo de agora. E que é exatamente brincando com nossos restos que se faz vida. A memória da criança que fui, a fantasia do que é ser criança hoje, a idealização de uma

infância essencializada que precisa se expressar livremente: as armadilhas da proteção para, justamente, apagar Leona e sua trupe. A vingança está em curso.

O tempo linear, o sistema de infância, a cis-heteronormatividade, tudo desmorona. Nas ruínas, os zumbis, cadáveres da história, tentam dançar *thriller* com Leona, como se tivessem nascido (ou morrido) para isso, enquanto ela denuncia os alagamentos. Um cenário apocalíptico com santas e mortos-vivos, enquanto começa a chover intensamente. O céu noturno está completamente coberto, impedindo de enxergar estrelas e constelações. Perigo não é mais um estado, mas uma condição fundante. Talvez haja outras coisas mais interessantes do que escrever e seria prudente, por ora, interromper. “Crianças sem família e sem escola, que mal podemos denominar ainda crianças, eis que chegou o momento de partir” (HOCQUENGHEM, 1980, p.114). Para onde, sabe-se lá.

Mas, calma, não vá embora ainda! Já chegamos tão longe. Desfrute a catástrofe. Mesmo que tudo acabe, ainda há tempo para, pelo menos, uma última história.

* * *

ZERO!

Meu sangue não tem nome. A única coisa que ele tem, além daquilo que eu como e bebo, é o que me faz insistir em viver. Vida, para certas pessoas, é *insistência* (BAPTISTA, 2011, s.p., grifo nosso).

É inverno em Porto Alegre. A temperatura está mais baixa do que o habitual, e chove incessantemente há dias. Tudo é cinza. O frio gela os ossos. O vento minuano sopra com seu som fantasmagórico. Por conta da umidade, mesmo com agasalhos, mantas e cobertores, sente-se a baixa temperatura. A respiração fica mais difícil.

O idoso sente frio. Terá que adiar sua ida à delegacia para um momento mais propício. Enquanto isso, revisa mentalmente seu depoimento e ensaia para uma audiência que não está presente em seu quarto. Na rua em frente, um grupo de amigos olha o céu cinzento, carregando água quente, erva mate e cuia para um chimarrão. O frio os perturba, mas a proximidade ajuda a combatê-lo.

Por conta da chuva, o rio sobe. No início, devagar, depois rapidamente. Em suas margens, carcaças de cachorros, corpos de suicidas e de adolescentes carbonizados. Também há outros destroços, como fotografias, material industrial, livros, jornais velhos, musgo, peixes, barcos e muito lixo. Um vestido infantil azul flutua solitário. O cadáver de Gisberta bóia na água assassina. A Avenida da Legalidade e Democracia, que não tem mais esse nome, está inundada: Rafa e Mickael brincam nas poças, que logo viram lagos e, então, parte do Guaíba. O Trensurb está parado, seus passageiros sobem nos bancos para fugir da água. Alan passa, submerso, correndo pela pista. A vereadora floresce, enquanto um menino assiste, sorridente. Leona dança na chuva, em cima do trem, com os compridos e molhados cabelos colados no rosto, enquanto canta:

“Eu vou te ensinar sua porca,
Lixo no canal não cola
Seja bicha inteligente
Mostra que também é gente”.

A água derruba os muros do porto e sobe pela Mauá. Talvez o Mercado Público não se recupere de mais uma catástrofe. Zumbis subaquáticos, cheios de limo, cruzam a Siqueira Campos. Mário Quintana retoma sua moradia, um confortável quarto de hotel. Não percebe que todo o prédio mudou, posto que o espaço de sua memória está ali, a sua espera. Senta-se e volta a escrever. Falar sobre a morte talvez seja um processo de afogamento, com poucas chances de escapar.

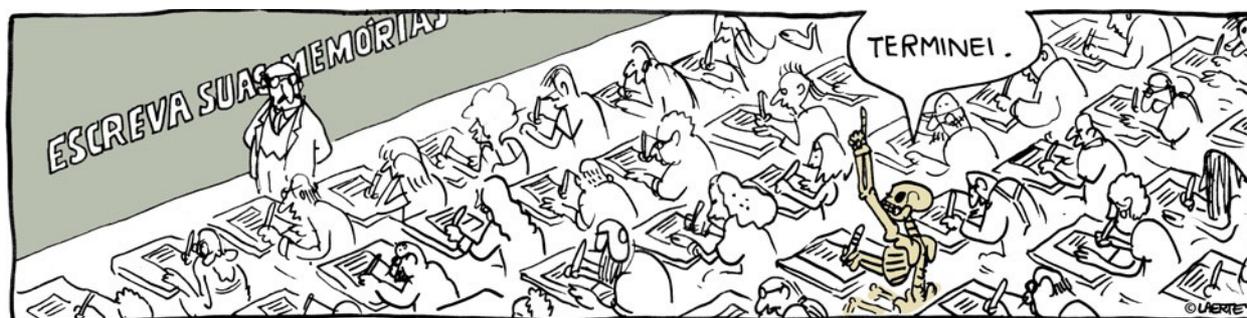
Do topo do prédio, a psicóloga salvadora a tudo observa. Mas, por conta da altura, pouco vê. Em sua torre, não conhece os mortos. Acaba a luz. Típico de tempestades. Não importa.

Agasalhada, com as janelas fechadas, inabalável, ela contempla. Seu prédio, alto, moderno, protegido, não é afetado por chuvas ou zumbis. O fogão ainda funciona. Vai à cozinha, ferve água para mais uma xícara de chá. Tem tempo, tem todo o tempo do mundo, pois nada mudará. Sem perigos. Ela restará para contar a história. Poderia ser um instante de interrupção do tempo, mas não ali em cima. Este não é o juízo final. Vencedora, campeã.

Não há eletricidade, mas luzes invadem as janelas. Relâmpagos, fogos fátuos, avisos de incêndio. Ou serão *glitter* e *spots* de luz? As batidas do vento e da chuva, os lampejos de raios, os corpos que se movem, encontram, esbarram. É o fim de tudo que conhecemos. E é uma festa.

Ainda assim, ela tudo ignora. Com as janelas fechadas, não consegue ouvir os gritos dos mortos que talvez pela primeira vez tornaram-se compreensíveis e, em sua frágil força revolucionária, diziam às próximas gerações: “Bem, olhem, eu tinha algumas coisas a dizer no âmbito geral dessas análises. Mas já está tarde demais. Então, obrigado” (FOUCAULT, 2011, p. 297).

* * *



(LAERTE, 2019, online).

* * *

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz?** São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AMARAL, Daniela Murta. **Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil.** Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

AMARAL E SILVA, Eder. **A cruzada das crianças: constelações da infância à penumbra.** Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017.** Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acessado em: 01 mar 2018.

ARENDT, Hannah. Walter Benjamin, 1892-1940. In: **Homens em tempos sombrios.** São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 133-176.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. **Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto: Direito à autodeterminação da identidade de gênero e expressão de gênero e à proteção das características sexuais de cada pessoa.** Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleDiplomaAprovado.aspx?ID=21139>>. Acesso em: 27/08/2018. Agosto, 2018.

_____. **Projeto de Lei Nº 242/XIII/1ª(BE): Reconhece o direito à autodeterminação de gênero.** Disponível em: <<http://bit.ly/2wxPruQ>>. Acessado em: 22/08/2018. Maio, 2016a.

_____. **Parecer: Projeto de Lei nº 242/XIII/1ª (BE): Reconhece o direito à autodeterminação de gênero.** Disponível em: <<http://bit.ly/2IdByHB>>. Acessado em: 22/08/2018. Maio, 2016b.

BAPTISTA, Luis Antônio. Oração de um nenhum a Nossa Senhora dos Desvalidos. **Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais RJ**, ano 25, n. 78, dez 2011, s.p.

_____. Cenas de um corpo sem dono. **Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ**, ano 24, no 74, dez/2010, s/p.

_____. **Cidade dos Sábios.** São Paulo: Summus, 1999.

_____; SILVA, Rodrigo Lages. A cidade dos anjos do improrrogável. **Rev. Polis e Psique**, n.7, v.1, 2017, p. 49-73.

BARRETO, José. O fascismo e o salazarismo vistos por Fernando Pessoa. **Estudos Italianos em**

Portugal, n. 8 (nova série), 2013, p. 99-123.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê: assassinatos contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acessado em: 20 fev 2019.

BENJAMIN, Walter. **Crítica de la violencia**. 2ª ed. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2018.

_____. **Origem do drama trágico alemão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. **A hora das crianças: narrativas radiofônicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2015.

_____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª edição revista [Obras Escolhidas v.1]. São Paulo: Brasiliense, 2012a.

_____. **Rua de mão única**. 6ª edição revista [Obras Escolhidas v.2]. São Paulo: Brasiliense, 2012b.

_____. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Corpos que ainda importam**. In: COLLING, Leandro (ORG). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016, p.19-42.

_____. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. **O que é crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault**. **Cadernos de ética e filosofia política**, n. 22, 2013, p. 159-179.

_____. **Marcos de guerra: las vidas lloradas**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

_____. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo'**. **Cadernos PAGU**, n.11, 1998, p. 11-42.

_____. SPIVAK, G. C. **Who sings the nation-state? Language, politics, belonging**. London/New York/Calcutta: Seagull Books, 2007.

CABRAL, Afonso Reis. **Pão de Açúcar**. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2018.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANGUILHEM, Georges. **O que é a psicologia?** **Tempo Brasileiro**, n. 30-31, 1973. p. 104-123.

CASSAL, Luan Carpes Barros. **Um estudo entre ruínas: o Programa Rio Sem Homofobia e a**

política LGBTI fluminense. **Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, p. 124-162, 2018.

_____. Medo de quê? Narrativas sobre homofobia e heteronormatividade na escola. In: MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. (Org.). **Currículo, sexualidade e ação docente**. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2017, p. 107-130.

_____. Psicologia e homofobia: uma cartografia de encontros, embates e políticas. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. (Org.). **Experiências em Psicologia e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: CRP 05, 2014, p. 29-42.

_____. **Tiros, lâmpadas, mapas e medo: cartografias da homofobia como dispositivo de biopoder**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

_____.; GONZALEZ, A. M. G. ; BICALHO, P. P. G. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **Revista Psico (PUC-RS)**, v. 42, 2011, p. 465-473.

_____. LAMEIRÃO, Maíra; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Juventudes rizomáticas: problematizações da sexualidade em abrigos e instituições de cumprimento de medidas socioeducativas. **Revista Contemporânea de Educação**, Revista Contemporânea de Educação, v. 7, p. 132-147, 2009.

_____.; MARTINS, Beatriz Adura. Psicologia, Diversidade Sexual e de Gênero e Políticas Públicas: performances em análise. In: SIQUEIRA, Kássia; DARÓS, Lindomar; BUENO, Marina; BATISTA, Ruth. (Org.). **Escritos sobre políticas públicas**. Curitiba: CRV, 2016, p. 155-164.

_____.; PEREIRA, Vanessa Marinho. Pequeno manual de sobrevivência à ‘Ideologia de Gênero’. **Revista Hipótese**, v. 2, 2016, p. 311-328.

CAVALCANTI, Céu; CARVALHO, Marina Wanderley Villar; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. A Estranha Liberdade de Odiar: uma análise do processo de Ação Civil Pública contra a resolução 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia. **Periódicus**, v. 1, n. 10, nov 2018, p. 231-249.

COACCI, Thiago. **A PEC 55 e as Políticas LGBT**. Disponível em: <https://www.academia.edu/30499595/A_PEC_55_e_as_Pol%C3%ADticas_LGBT>. Acessado em: 01 out 2018. 2016.

COHEN, Cathy. Punks, bulldaggers and welfare queens: The radical potential of queer politics? **GLQ: A journal of Gay and Lesbian Studies**, v. 3, 1997, p. 437-465.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos: Crise e insurreição**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Parecer: Projeto “Escola Sem Homofobia”**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/02/parecer_tecnico_projeto_escola_sem_homofobia.pdf>. Acessado em: 01 nov 2011.

CORNEJO, Giancarlo. La guerra declarada contra el niño afeminado: Una autoetnografía “queer”.

Revista de Ciências Sociais. Quito, n. 39, jan 2011, p. 79-95.

DESPENTES, Virginie. **Teoría King Kong.** Buenos Aires: Hekht Libros, 2013.

DRESCHER, Jack; COHEN-KETTENIS, Peggy T.; REED, Geoffrey M. Gender incongruence of childhood in the ICD-11: controversies, proposal, and rationale. **Lancet Psychiatry**, n. 3, 2016, p. 297-304.

FANON, Francis. **Pele negra, máscaras brancas.** Porto: Paisagem, 1975.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos PAGU**, n. 17/18, 2001/2002, p.9-79.

FERREIRA, Marcelo Santana. Walter Benjamin e a questão das narratividades. **Mnemosine**, v. 7, p. 121-133, 2011.

_____. **A cidade como texto: fragmentos da experiência homossexual masculina no Rio de Janeiro contemporâneo.** Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

_____; NARDELLI, Renata. Expertise psi sobre sexualidade: contribuições de Michel Foucault. **Clínica & Cultura**. v.II, n.I, jan-jun 2013, p. 31-43.

FIDELIS, Gaudêncio. Queermuseu: táticas queer em direção a uma curadoria não heteronormativa. In: FIDELIS, Gaudêncio (org). **Queermuseu: Cartografias da diferença na arte brasileira.** São Paulo: Santander Cultural, 2017a, p. 10-14.

_____. Cartografias da experiência museológica: uma visão transversal das obras na exposição queermuseu. In: FIDELIS, Gaudêncio (org). **Queermuseu: Cartografias da diferença na arte brasileira.** São Paulo: Santander Cultural, 2017b, p. 38-102.

FOUCAULT, Michel. **O belo perigo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. Una estética de la existencia. In: **El yo minimalista y otras conversaciones.** Buenos Aires: La Marca Editora, 2012, p. 132-137.

_____. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

_____. **Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975).** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

_____. Tecnologias de si. **Verve**, nº 6, 2004, p. 321-360.

_____. A vida dos homens infames. In: _____. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.

_____. **Em defesa da sociedade.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1999.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola edições, 1996.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. Da amizade como modo de vida (“De l’amitié comme mode de vie”). **Jornal Gai Pied**, n. 25, abr. 1981, p.38-39. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento, disponível em: <www.filoesco.unb.br/foucault>. Consultado em: 23 jun. 2011.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREEMAN, Elizabeth. Time binds, or, erotohistoriography. **Social text**, n. 84-85, v. 23, 2005, p. 57-68.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GARCIA, Aline Monteiro. **Cartografias da medida socioeducativa de internação: entradas pelo dispositivo da sexualidade**. Tese [doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal Fluminense, 2019.

_____. **O que sou? Do que gosto? Identidades em análise nas lutas em defesa da diversidade sexual**. Dissertação [mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal Fluminense, 2011.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2016**. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>. Acesso em 15 mar 2017.

_____. **Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2015**. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0046502188e8a65b8c3e2>>. Acesso em 15 ago 2016.

_____. **Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2014**. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3riohomicidios-2013.pdf>>. Acesso em 15 jan 2015.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HALBERSTAM, Jack. **Trans*: a quick and quirky account of gender variability**. Oakland: University of California Press, 2018.

HARAWAY, Donna. O Manifesto Ciborgue. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2ªed. Belo Horizonte, Autêntica, 2009. p. 33-118.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v.5. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. p. 07-41

HAZELDEAN, Susan. Confounding Identities: The Paradox of LGBT Children Under Asylum

Law. In: _____. **University of California, Davis**. 2011, p. 373-443.

HOCQUENGHEM, Guy. **A contestação homossexual**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

JANSEN, Sabine; SPIJKERBOER, Thomas. **Fleeing Homophobia: Asylum claims related to sexual orientation and gender identity in Europe**. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/4ebba7852.html>>. Acessado em: 10/12/2018. Datado de 2011.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Ensaio não-destrutivo sobre despatologização. In: SEFFNER, Fernando; CAETANO, Marcio (Orgs). **Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas**. Rio Grande: Editora FURG, 2015, p. 107-126.

JESUS, Tiago Correia. Denúncia sobre o assassinato de Gisberta Salce em Indulgência plenária de Alberto Pimenta. **Periodicus**, n. 10, v. 1, 2019, p. 85-94.

JOBIM E SOUZA, Solange. Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. (orgs.) **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papirus, 1996, p. 39-55.

JUNQUEIRA, Rogério. 'Ideologia de Gênero': a invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais" In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; ALKIN, Gabriela Campos. (orgs). **Gênero, sexualidade e direitos humanos: perspectivas multidisciplinares**. Belo Horizonte: Initia Via Editora, 2017, p.221-236.

KENNEDY, Natacha. Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico. **Chronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da UFRN**, v.11, n.2, 2010, p. 21-61.

KIELING, Camila Garcia. Avenida da Legalidade e da Democracia: Jornalismo e Memória. **Jornal Alcar**, ano 3, n.17, dez, 2014, s/p.

KVELLER, Daniel Boianovsky; CASSAL, Luan Barros. Historiografia e sexualidades dissidentes: conexões entre Walter Benjamin e os estudos *Queer*. In: SOUZA, Ricardo Timm et al. **Walter Benjamin: estética política, literatura, psicanálise**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, p. 35-48.

LAERTE. **Manual do Minotauro**. Disponível em: <<http://manualdominotauro.blogspot.com/>>. Acessado em: 01 jun 2019.

LEAL FERREIRA, Arthur Arruda. O múltiplo surgimento da psicologia. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; LEAL FERREIRA, Arthur Arruda; PORTUGAL, Francisco Teixeira. (org). **História da Psicologia: Rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau, 2005, p. 19-54.

LIMA E SILVA, Bruna Camilo de Souza; OLIVEIRA; João Felipe Zini Cavalcante de. Lei de Identidade de Gênero: Uma análise comparativa da Lei Argentina e o PL 5002/2013 do Brasil. **Libertas**, v.2, n.1, 2016, p. 225-244.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador no SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2009, p.43-63.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo

Horizonte: Autêntica, 2004.

LÖWY, Michel. **Walter Benjamin: Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. Políticas públicas de currículo: diferença e a ideia de público. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n.3, 2018, p. 739-759.

MARTINS, Beatriz Adura. **Por uma escrita dos restos (sobre assassinatos de travestis?)**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal Fluminense, 2015.

MENEZES, Allan Dayvidson de Azevedo. **Corpos ao Sol: Reflexões sobre identidades e políticas de reconhecimento**. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal Fluminense, 2018.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização**. Disponível em: <http://www.alb.com.br/cdteste/prog_pdf/prog03_01.pdf>. Consultado em: 01 set. 2011. Texto datado de 2007.

MOLEIRO, Carla; PINTO, Nuno; RATINHO, Inês; DINIS, Joana; RAMOS, Marta; PERES, Joana. **A lei de Identidade de Género: Impactos e desafios da inovação legal na área do (trans)género. Relatório Final de apresentação dos resultados**. Disponível em: http://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/LIG/Relatorio_Resultados_projeto_EEA.pdf . Acesso em: 19/09/2018. Maio, 2016.

NASCIMENTO, Maria Lívia. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Psicologia & Sociedade**, 24 (n.esp.), 2012, p. 39-44.

PEREIRA, Vanessa Marinho. **Entre corpos abjetos e zonas de monstruosidade: traçados e passeios pela legislação**. Dissertação[mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

PERLONGHER, Nestor. **O que é AIDS**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PETRY, Analydia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, jan./jul. 2011, p. 193-198.

PIMENTA, Antônio. **Indulgência plenária**. Lisboa: &ETC – Edições Culturais do Subterrâneo, 2007.

PINHEIRO, Alexandre Sousa; FREITAS, Dinamene de; MARINHO, Inês. **Legal study on Homophobia and Discrimination on Grounds of Sexual Orientation and Gender Identity**. Disponível em: http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/1371-LGBT-2010_thematic-study_PT.pdf . Acesso em 26/11/2018. 2010.

PRECIADO, Paul Beatriz. Une école pour Alan. **Libération**. Disponível em:

<http://www.liberation.fr/chroniques/2016/01/22/une-ecole-pour-alan_1428369> . T r a d u ç ã o disponível em : <https://www.academia.edu/24753140/Uma_escola_para_Alan_Paul_B_Preciado_>. Acessado em 01 mai, 2016. Original de 22 jan, 2016.

_____. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____. Qui defend l'enfant queer? **Libération**. Disponível em : <http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947> . T r a d u ç ã o disponível em: <<http://revistageni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer/>>. Acessado em 30 jan, 2015. Original de 14 jan, 2013.

_____. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, Apr, 2011, p.

_____. Terror anal. In: HOCQUENGHEM, Guy. **El deseo homosexual**. Madrid: Melusina, 2009.

_____. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

PROCTOR, Robert. Agnotology: A Missing Term to Describe the Cultural Production of Ignorance (and Its Study). In: PROCTOR, Robert; SCHIEBINGER, Londa. (org). **Agnotology: The Making and Unmaking of Ignorance**. Stanford: Stanford University Press, 2008, p. 01-33.

PUAR, Jasmine. Queer Times, Queer Assemblages. **Social Text**, n. 23, 2005, p. 121-139.

RANNIERY, Thiago. Vem cá, e se fosse ficção? **Práxis Educativa**, v. 13, n. 3, set./dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v.13i3.0020>

_____. Currículo, normatividade e políticas de reconhecimento a partir de trajetórias escolares de “meninos gays”. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 25, n.51, p. 1-32.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 138, 2017, p. 9-26.

RODRIGUES, Catarina Marques. Gisberta, 10 anos depois: a diva transexual que acabou no fundo do poço. **Observador**. Disponível em: <<http://observador.pt/especiais/gisberta-10-anos-diva-homofobia-atirou-fundo-do-poco/>>. Acessado em: 22/12/2018.

RODRIGUES, Alexsandro; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva; ZAMBONI, Jésio. A potência do precário: restos curriculares em Leona Assassina Vingativa. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 14, n. 27, jul/dez 2013, p. 304-323.

_____; ROSEIRO, Steferson Zanoni; ZAMBONI, Jésio; BRASILEIRO, Castiel Vitorino; SANTANA, Mariamma Fonseca. Crianças bichas demasiadamente fabulosas. **Revista Interinstitucional Artes do Educar**, v. 3, n. 1, 2017, p. 10-25.

SALGADO, Raquel Gonçalves; SOUZA, Leonardo Lemos de. Gêneros, sexualidades e infâncias: cenas de crianças na contramão da inocência. **Childhood & philosophy**, v. 14, n. 29, jan.-abr. 2018, pp. 241-258.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos PAGU**, n.28, jan-jun, 2007, p. 19-54.

_____. How to bring your kids up gay. **Social Text**, n. 29, 1991, p. 18-27.

TAVARES, Márcio. Cultura brasileira, cultura de massas, cultura queer. In: FIDELIS, Gaudêncio (org). **Queermuseu: Cartografias da diferença na arte brasileira**. São Paulo: Santander Cultural, 2017, p.31-33.

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Ideações e Tentativas de Suicídio em Adolescentes com Práticas Sexuais Hetero e Homoeróticas. **Saúde Soc.** São Paulo, v.21, n.3, 2012, p. 651-667.

TENÓRIO, Leonardo. Homenagem ao João W. Nery. **REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v.1, n.4, 2018, p. 215-216.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, UFBA, 2015.

VIEIRA, Eli; MANO, Camila; REYNALDO, Daniel; AGAPE, David; BIGARAN, Vanessa. Principais estatísticas brasileiras de morte por homofobia são falsas, conclui checagem independente. In: **LiHS – Liga Humanista Secular do Brasil**. Disponível em: <https://lihs.org.br/sociedade/homofobia/?fbclid=IwAR0w8YKctvjp_0i4JMiN2lpGf37Q4x30kX6Swyy5-MrgMqS6BJwNOQWILow>. Acessado em: 01/mai/2019.

Y O U T U B E . **Leona Vingativa**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UChK9fxpWVVBVjQhGJqZaJHpw>>. Acessado em: 31 mai 2019.

APÊNDICE A: CONSTELAÇÕES

De onde surgem as imagens? Dos encontros nas ruas, nas conversas, nas parcerias. Em navegações pela internet, intencionais, acidentais, por recomendação, por engano. O mundo está repleto de restos do tempo presente com os quais podemos nos ocupar, tais quais as crianças. Olhe para os lados, fale com alguém, ligue a TV, perca-se na internet, leia o jornal. Perceba o que lhe incomoda, o que falta, o que está desconfortável. Levante-se, vá atrás, em busca de algo que não se sabe bem o que é. Tropece em restos, lampejos, avisos de incêndio e alarmes de perigo

Essa curiosidade é sinal de que estamos irremediavelmente perdidas e perdidos.

Mesmo assim, esses cacos podem facilitar a circulação das histórias, abrir outros percursos para o mundo. São as ruínas que nos cercam e constituem, nosso legado. Dessa forma, sem ter a pretensão de encerrar as experiências em informações, há aqui registros virtuais e de fácil acesso de algumas imagens que podem ou não ter inspirado as cenas narradas no texto, transformadas em constelações. Contar a realidade pode ser uma ficção; talvez seus encontros com esses fragmentos serão diferentes.

Poderíamos estabelecer um jogo. Quais imagens você já se lembra, e quantas conseguiria localizar quando retornar ao texto?

INTRODUÇÃO

“Quanto de vida se perde a cada cigarro fumado?”

<http://super.abril.com.br/blog/oraculo/quanto-de-vida-se-perde-a-cada-cigarro-fumado/>

“Polícia identificou mulher que teria incentivado morte de adolescente”

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/policia-identificou-mulher-que-teria-incentivado-morte-de-adolescente/n1237681684790.html>

“Formigas: 10 curiosidades incríveis sobre estes insetos”

<http://www.hipercultura.com/curiosidades-sobre-as-formigas/>

PRIMEIRA PARTE

Um: Narrar e morrer

“Divino Maravilhoso – Gal Costa – Vagalume”

<https://www.vagalume.com.br/gal-costa/divino-maravilhoso.html>

"Quem a homotransfobia matou hoje? G. G. B. – 37 anos”

<http://homofobiamata.wordpress.com>

"Escavações para o VLT na Avenida Rio Branco revelam fragmentos do Brasil Colônia”

<http://oglobo.globo.com/rio/escavacoes-para-vlt-na-avenida-rio-branco-revelam-fragmentos-do-brasil-colonia-14983814>

“Vereadora cria projeto para Av. Da Legalidade voltar a ser Castelo Branco”

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/pelas-ruas/noticia/2016/02/vereadora-cria-projeto-para-av-da-legalidade-voltar-a-ser-castelo-branco-4982706.html>

“Guaíba: Rio ou Lago?”

<http://www.sul21.com.br/jornal/guaiba-rio-ou-lago-por-caio-lustosa/>

“Walter Benjamin – Google maps”

<http://www.google.com.br/maps/search/walter+benjamin/@38.3483191,-12.6570013,5z/data=!3m1!4b1?hl=pt-BR>

Dois: Porta de correr

“Os tesouros da terra do sempre”

<http://odia.ig.com.br/niteroi/2014-07-06/os-tesouros-da-terra-do-sempre.html>

Três: Viver e narrar

“Mortos-vivos: uma ex-conferência”

<https://alexcassal.blogspot.com.br/2016/11/mortos-vivos-uma-ex-conferencia.html>

“Michel Temer toma posse como presidente e terá mandato até 2018”

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/michel-temer-toma-posse-como-presidente-e-tera-mandato-ate-2018>

“Apontadas como suspeitas pela execução de Marielle, milícias atuam no Rio sem serem incomodadas”

http://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/politica/1521481656_961928.html

“Quem mandou matar Marielle? E por quê?”

http://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/13/opinion/1552485039_897963.html

Quatro: Álbum de infância

“Virou Areia – Lenine”

<http://www.lettras.mus.br/lenine/119267/>

“As passeadeiras – por uma infância feliz”

<http://aspasseadeiras.com.br/lugares-para-passear-no-centro-de-porto-alegre/>

“Pastor Alemão: Esse cão muito inteligente tem aptidão particular para a obediência”

<http://www.portaldodog.com.br/cachorros/racas-cachorros/pastor-alemao/>

Cinco: Garoto, interrompido

“Garota, Interrompida - Filme 1999 - AdoroCinema”

<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-22778/>

“7 fábulas para educar as crianças - Sou Mamãe”

<http://soumamae.com.br/7-fabulas-para-educar-as-criancas/>

Seis: A. B. C.

“Fanzine: O Que É e Como Fazer o Seu - Heróis no Papel”

<http://heroisnopapel.com/fanzine/>

“Retinose pigmentar – Retina Brasil”

<http://retinabrasil.org.br/site/doencas/retinose-pigmentar/>

Sete: Quem defende a criança *queer*?

“MPF responsabiliza fabricantes por atrasos em veículos novos do Trensurb”

<http://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/mpf-responsabiliza-fabricantes-por-atrasos-em-ve%C3%ADculos-novos-do-trensurb-1.235366>

“*Mariage pour tous: les manifestants satisfaits, l'Elysée reste fermé*”

http://www.lemonde.fr/societe/article/2013/01/13/les-manifestants-contre-le-mariage-gay-satisfaits-l-elysee-reste-ferme_1816382_3224.html

“*Qui défend l'enfant queer ? - Libération*”

https://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947

“Morre adolescente que teria sido agredido por ter pais gays”

<https://extra.globo.com/noticias/brasil/morre-adolescente-que-teria-sido-agredido-por-ter-pais-gays-15548894.html>

“Luana Biersack, transexual de apenas 14 anos, assassinada no Paraná”

<http://br.blastingnews.com/brasil/2016/04/luana-biersack-transexual-de-apenas-14-anos-assassinada-no-parana-00900827.html>

“*La destruction fut ma Beatriz*”

http://www.liberation.fr/debats/2016/11/25/la-destruction-fut-ma-beatriz_1531021

“*Une école pour Alan*”

http://www.liberation.fr/chroniques/2016/01/22/une-ecole-pour-alan_1428369

“*Garbage – Queer lyrics*”

<https://genius.com/Garbage-queer-lyrics>

“O tempo não para – Cazuza – Cifraclub”

<https://www.cifraclub.com.br/cazuza/o-tempo-nao-para/>

“Polêmica do cancelamento da exposição 'Queermuseu' tem repercussão internacional”

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/v/polemica-do-cancelamento-da-exposicao-queermuseu-tem-repercussao-internacional/6142778/>

“Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas”

<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia>

“Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo”

http://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html

“Ferreira Gullar relembra a infância e a ditadura militar em livro de crônicas”

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/01/1735330-ferreira-gullar-relembra-a-infancia-e-ditadura-militar-em-livro-de-cronicas.shtml>

“O mito do filé à parmegiana do Tudo Pelo Social”

<http://destemperados.clicrbs.com.br/experiencias/o-mito-do-file-a-parmegiana-do-tudo-pelo-social>

“‘Todos os programas sociais de hoje começaram comigo’, diz José Sarney”

<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-12-14/todos-os-programas-sociais-de-hoje-comecaram-comigo-diz-jose-sarney.html>

Nove: Corpo, gênero e sexualidade

“Declaração de nascido vivo é emitida após o parto”

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/06/declaracao-de-nascido-vivo-e-emitida-apos-o-parto>

“Transgênero: mudança de nome sem cirurgia de transgenitalização – Associação Juízes para a Democracia”

http://www.ajd.org.br/decisoões_ver.php?idConteudo=61

“Por que os gays são gays? Superinteressante”

<http://super.abril.com.br/ciencia/por-que-os-gays-sao-gays/>

“DNA e homossexualidade – CartaCapital”

<https://www.cartacapital.com.br/revista/872/dna-e-homossexualidade-4811.html>

“Cientistas dizem ter identificado gene ligado a transexualismo”

http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081030_transsexual_gene_mv.shtml

Dez: Um estudo entre ruínas

“Ter filho gay é falta de porrada, diz Bolsonaro”

<http://www.geledes.org.br/ter-filho-gay-e-falta-de-porrada-diz-bolsonaro/>

“Homem que matou filho no Rio por ser ‘afeminado’ vai à júri popular”

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/12/homem-que-matou-filho-no-rio-por-ser-afeminado-vai-juri-popular.html>

“G1 – Adolescente diz em depoimento que viu mãe esfaquear filho no pescoço – Notícias em Ribeirão e Franca”

<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2017/01/adolescente-diz-em-depoimento-que-viu-mae-esfaquear-filho-no-pescoco.html>

“Impeachment de Dilma é Golpe de Estado, decide Tribunal Internacional – Rede Brasil Atual”

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/07/impeachment-de-dilma-e-golpe-de-estado-decide-tribunal-internacional-2792.html>

SEGUNDA PARTE

Dez: Saberes localizados por GPS

“Bola de meia, bola de gude – Milton Nascimento”

<http://www.lettras.mus.br/milton-nascimento/102443/>

“Tenho monstros na barriga – o livro”

<http://www.toniacasarin.com.br/tenho-monstros-na-barriga/>

Nove: Laura.

“Tomboy – Filme 2011 – AdoroCinema”

<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-188840/>

Oito: Bem-aventurada

“Eu sou um risco social. Venceremos!”

<http://www.revistaforum.com.br/eu-sou-um-risco-social-venceremos/>

“VAGABUNDA. PEDÓFILA. DEPRAVADA.”

<http://www.revistaforum.com.br/digital/134/puta-vagabunda-pedofila-depravada/>

“Entrevista: Rozângela Alves Justino – Edição 2125 – Revista Veja”

<http://origin.veja.abril.com.br/120809/homossexuais-podem-mudar-p-015.shtml>

“Inclusão de gênero no PME gera polêmica”

<http://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=200491>

“Arquidiocese critica meta do Plano Municipal de Educação que trata da diversidade de gênero”

<http://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/06/arquidiocese-critica-meta-do-plano-municipal-de-educacao-que-trata-da-diversidade-de-genero-4784312.html>

Sete: Mickael

“Tomboy (2011) – IMDb”

<http://www.imdb.com/title/tt1847731/>

Seis: Piscina

“Diversidade Sexual na Escola”

<http://diversidade.pr5.ufrj.br/images/DiversidadeWeb.pdf>

Cinco: No fundo, é tão pequena a queda

“ILGA Portugal”

<http://ilga-portugal.pt/ilga/index.php>

“Morte de Gisberta chocou o país”

<http://www.dn.pt/portugal/interior/morte-de-gisberta-chocou-o-pais-1498452.html>

“Balada de Gisberta – Maria Bethânia”

<https://www.letras.mus.br/maria-bethania/1768848/>

Quatro: Quem ficou para trás?

“Gay Afghan Teenager Denied Asylum in Austria Because He Didn’t Fit Stereotype, Rights Group Says”

<http://www.nytimes.com/2018/08/16/world/europe/gay-afghanistan-man-asylum-austria.html>

“Oficina de São José fechou as portas no Verão de 2010”

<http://www.publico.pt/2012/03/17/jornal/oficina-de-sao-jose-fechou-as-portas-no-verao-de-2010-24200124>

Três: *It gets better!*

“Jean Wyllys – Deputado do Rio, deputado do Brasil. Esclarecimentos sobre o PL 5002/2013 “João Nery” no que tange ao direito a identidade de gênero de pessoas menores de 18 anos de idade”.

<http://jeanwyllys.com.br/wp/esclarecimentos-sobre-o-pl-50022013-joao-nerly-no-que-tange-ao-direito-a-identidade-de-genero-de-pessoas-menores-de-18-anos-de-idade>

“Projeto de Lei 5002/2013: ofensa aos princípios constitucionais – Jus.com.br”

<https://jus.com.br/artigos/42920/projeto-de-lei-5002-2013-ofensa-aos-principios-constitucionais>

“‘PEC DO FIM DO MUNDO’ É PROMULGADA”

<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/270711/'PEC-do-fim-do-mundo'-%C3%A9-promulgada.htm>

“Dilma manda suspender kit anti-homofobia, diz Ministro”

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>

“Cirurgia transexual: afronta ou ajustamento à dignidade da pessoa humana? – Artigos – Carta Forense”

<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/cirurgia-transexual-afronta-ou-ajustamento-a-dignidade-da-pessoa-humana/6199>

“Welcome to the... It Gets Better Project”

<http://itgetsbetter.org/>

“It Gets Better chega ao Brasil: Projeto visa inspirar e proporcionar esperança para adolescentes e jovens LGBTI*”

<http://www.clippinglgbt.com.br/it-gets-better-chega-ao-brasil/>

“Nota oficial: ABGLT repudia extinção de Conselhos de Direitos”

<https://www.abgl.org/blog/abgl-repudia-extincao-de-conselhos-de-direitos>

“Com botões de rosa, mulheres protestam a favor de Dilma: “Fica, querida”. Segundo a PM, 400 pessoas estão em frente ao Planalto, entoando cantos e palavras de ordem”

<http://noticias.r7.com/brasil/com-botoes-de-rosa-mulheres-protestam-a-favor-de-dilma-fica-querida-19042016>

“#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos”

<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>

“PEC do Teto é aprovada em votação final e congela gastos por 20 anos”

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/13/pec-que-congela-gastos-do-governo-por-20-anos-e-aprovada-em-votacao-final.htm>

“OPINIÃO: A mesóclise de Temer é um instrumento de exclusão”

<http://novaescola.org.br/conteudo/5026/a-mesoclise-de-temer-e-um-instrumento-de-exclusao>

Dois: Sorriso sem dentes

“Protesto em SP pede esclarecimento da morte de jovem gay”

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/protesto-em-sp-pede-esclarecimento-da-morte-de-jovem-gay.html>

“‘Arrancaram todos os dentes’, diz irmã de jovem gay encontrado morto. Corpo de Kaique dos Santos, de 17 anos, estava sob viaduto no Centro. Família acredita que adolescente tenha sido vítima de homofobia”

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/arrancaram-todos-os-dentes-dele-diz-irma-de-jovem-encontrado-morto.html>

“Governo federal afirma que jovem gay morto em SP foi assassinado”

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/01/17/governo-federal-ve-indicios-de-crime-de-odio-contrajovem-gay-em-sp.htm>

“Coordenador de política LGBT diz ser prematuro admitir suicídio de Kaique. Para Gustavo Bernardes (SDH), só após perícia será possível ter certeza. Corpo do jovem foi encontrado sem dentes no dia 11 no centro de SP.”

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/coordenador-de-politica-lgbt-diz-ser-prematuro-admitir-suicidio-de-kaique.html>

“Família de jovem gay encontrado morto no centro de SP agora diz que ele cometeu suicídio”

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/01/21/familia-de-jovem-gay-encontrado-morto-no-centro-de-sp-agora-acredita-que-ele-cometeu-suicidio.htm>

“Estatísticas sobre morte provocada por homofobia são infladas, conclui estudo”

<http://www.gazetadopovo.com.br/ideias/estatisticas-sobre-morte-provocada-por-homofobia-sao->

[infladas-conclui-estudo/](#)

“Após postar vídeo com pornografia, Bolsonaro pergunta o é que 'golden shower' - G1”

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/06/apos-postar-video-com-pornografia-bolsonaro-pergunta-o-que-e-golden-shower.ghtml>

“Pare o que estiver fazendo e assista ao clipe de “Flutua”, de Johnny Hooker e Liniker”

<http://www.tenhomaisdiscosqueamigos.com/2017/12/27/clipe-johnny-hooker-e-liniker/>

Um: Tempo de vingança

“É golpe, sim! - CartaCapital”

<https://www.cartacapital.com.br/revista/895/e-golpe-sim>

“Nada será como antes – Milton Nascimento”

<https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/47436/>

“Leona Vingativa – YouTube”

<https://www.youtube.com/user/LeonaOficial>

“*Paris is Burning* – 1990 – Youtube”

<https://www.youtube.com/watch?v=hedJer7I1vI>

“*Thriller* – Michael Jackson - Vagalume”

<https://www.vagalume.com.br/michael-jackson/thriller.html>

ZERO!

“Leona Vingantiva – Música Acaba com o Lixão”

<http://lyricstranslate.com/pt-br/leona-vingativa-acaba-com-o-lix%C3%A3o-lyrics.html>

“Casa de Cultura Mário Quintana”

<http://www.ccmq.com.br/>

“G1 – Incêndio atinge prédio do Mercado Público de Porto Alegre”

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/07/incendio-atinge-mercado-publico-de-porto-alegre-diz-corpo-de-bombeiros.html>

“Campeão Vencedor – música – Bruna Barbosa”

<http://www.vagalume.com.br/bruna-barbosa/campeao-vencedor.html>

* * *

ANEXO A:
UMA HISTÓRIA PARA ALAN

Por Paul B. Preciado, filósofo

*O garoto trans de 17 anos morreu por conta das intimidações sofridas em seu colégio.
Quando a escola é o primeiro espaço de aprendizagem da violência de gênero e sexualidade.*

No dia seguinte ao Natal, em Barcelona, Alan estava morto. Era um garoto trans de 17 anos. Ele foi um dos primeiros adolescentes transexuais a obter a mudança de nome na carteira de identidade espanhola. Mas o documento nada pôde fazer contra o preconceito. A legalidade do nome nada pôde fazer contra a força daqueles que se recusaram a utilizá-lo. A lei nada pôde fazer contra a norma. As situações de perseguição e intimidação que ele sofreu durante três anos nas duas instituições escolares que frequentou destruíram sua autoconfiança e crença em viver e o conduziram ao suicídio.

Poderíamos dizer que a morte de Alan é um trágico acidente. Mas não é nada disso: mais da metade dos adolescentes trans e homossexuais declaram que foram alvo de agressões físicas e psicológicas na escola. Os índices mais altos de suicídio são identificados entre esses mesmos adolescentes. Como que foi impossível para a escola proteger Alan? A resposta é simples: a escola é o primeiro espaço de aprendizagem da violência de gênero e sexualidade. A escola não só não protegeu Alan como criou as condições para o seu assassinato social.

A escola é um campo de batalha para onde são enviadas as crianças, tendo seus corpos tenros e seus futuros em branco como únicas armas, um teatro das operações em que se dá o duelo entre o passado e a esperança. A escola é uma fábrica de machistinhas e bichas, de lindas e gordas, malandros e retardados. A escola é o primeiro campo de batalha dessa guerra civil: o espaço onde aprendemos a dizer nós, os meninos, não somos como elas, as meninas. O lugar onde vencedores e vencidos são mascarados por um sinal que acaba por se tornar rosto. A escola é um ringue sobre o qual o sangue se mistura com a tinta e onde se recompensa aquele que os deixa jorrar. A única língua que se fala é da violência silenciosa e secreta da norma. Alguns entre eles, como Alan – certamente, os melhores – não sobreviverão. Eles não poderão mais participar dessa guerra. A escola não é apenas um espaço de aprendizagem de conteúdos. É uma fábrica de subjetivação: uma instituição disciplinar cujo objetivo é a normalização do gênero e da sexualidade.

Cada estudante deverá ali expressar um só gênero, definitivo: aquele que lhe é

atribuído no nascimento. Aquele que corresponda à sua anatomia. A escola encoraja e valoriza a encenação tradicional dos códigos da dominação masculina e da submissão feminina, ao mesmo tempo em que vigia os corpos e seus movimentos, pune e patologiza toda a forma de dissidência. Os colegas de Alan exigiram que ele levantasse sua blusa para provar que não tinha seios. Eles o insultavam, o chamavam de “sapatão suja”, recusavam-se a chamá-lo de Alan. Não houve acidente, mas planejamento e acordo para punir o dissidente. O dever das instituições foi cumprido, que consiste em marcar a ferro e fogo aqueles que colocam em questão sua epistemologia de gênero.

A escola moderna, como estrutura hierárquica de autoridade e de reprodução hierárquica do saber, mantém ainda uma definição patriarcal de supremacia masculina. Assim, as mulheres, os grupos minoritários de sexualidade e gênero, os sujeitos que não são lidos como brancos e as pessoas com diferenças funcionais acessam a escola há pouco tempo: cem anos, se pensarmos nas mulheres, cinquenta ou talvez vinte anos se falarmos da segregação racial, e apenas uma dezena de anos ao pensarmos nas diferenças funcionais. À tarefa primeira de fabricar a virilidade nacional, adiciona-se as de modelar a sexualidade feminina, de marcar a diferença racial, de classe, religiosa, funcional ou social. Em conjunção com a epistemologia da diferença de gênero (que hoje detém em nossas instituições o lugar ocupado pelo dogma da divindade de Cristo na Idade Média), a escola funciona segundo uma antropologia essencializante. O idiota é um idiota, a bicha é uma bicha. A escola é a mais brutal e fantoche dos espaços de ensino da heterossexualidade. Aparentemente assexuada, a instituição escolar valoriza e fomenta o desejo heterossexual e a encenação corporal e linguística dos códigos da heterossexualidade normativa. Poderiam, então, ser estes os nomes das disciplinas que nós ensinamos nas escolas: “Princípios do machismo”; “Introdução ao estupro”; “Oficina de homofobia e transfobia”. Um recente estudo feito na França mostrava que os insultos mais utilizados por alunos de escola – porque mais vexatórios – eram “viado” para os garotos e “vadia” para as garotas.

Para acabar com a escola assassina, deve-se estabelecer novos protocolos de prevenção da exclusão e da violência sexual e de gênero em TODAS as instituições escolares. Não penso em uma fantasia humanista de escola inclusiva (e o seu lema “nós toleramos a diferença, nós toleramos o doente para que se adapte”). Ao contrário, faz-se necessário des-hierarquizar e des-normalizar a escola, introduzir heterogeneidade e criatividade. O problema não é a transexualidade, mas a relação constitutiva entre pedagogia, violência e normalidade. Não é Alan que estava doente. Para salvá-lo, deveria haver uma pedagogia *queer* capaz de

trabalhar com a incerteza, com a heterogeneidade, capaz de conceber as experiências sexuais e de gênero como processos abertos e não como identidades fechadas.

Frente a escola assassina, precisamos criar uma rede de instituições de educação em movimento, uma trama de escolas trans-feministas-*queer* que acolham as crianças e adolescentes em situação de assédio e exclusão em seus colégios, assim como todos os que preferam a experimentação à norma. Esses espaços, ainda que sempre insuficientes, tornar-se-ão reservas reparadoras, onde poderão ficar protegidos da violência institucional. Em Nova York, por exemplo, o Colégio Harvey Milk (em homenagem ao ativista gay assassinado em São Francisco em 1978) está aberto desde 2002. Acolhe 110 estudantes *queer* ou trans que foram vítimas de assédio e exclusão nas escolas que frequentaram anteriormente. Eu quero imaginar uma instituição educacional mais atenta à singularidade do aluno do que à preservação da norma. Uma escola microrrevolucionária onde será possível favorecer processos de subjetivação singulares. Eu quero imaginar uma escola na qual Alan poderia ainda estar vivo.

* * *

Tradução: Luan Cassal (UFF)

Revisão: Maria Clara Carneiro (UFMS)

* * *

Tradução livre do texto “Une école pour Alan”, originalmente publicado em http://www.liberation.fr/chroniques/2016/01/22/une-ecole-pour-alan_1428369 dia 22 de janeiro de 2016. Maiores informações sobre o suicídio de Alan: <http://www.elmundo.es/sociedad/2015/12/30/5682ca5322601d8c0f8b4632.html>

Agradecemos reproduzir e circular o texto e citar a fonte. A tradução foi realizada para ampliar o acesso, sem fins lucrativos.

* * *

ANEXO B:
FRESCÁH NO CÍRIO

Por Leona Vingativa

Todas vão frescar no círio
Vai dar bicha de quilo, vai
Só tem viado bonito
Esperando a Nazinha passar

Bora, mana, ficar louca
Que a gente é filha dela
A festa é dela, viado
Ela é a rainha!

Bi, larga os boy
Vai rezar, se salvar
Senão vou chamar
Feliciano pra te curar

Meu amor, só não pode querer
Brilhar mais que a santa, viado
Mas te rasga!
Aaaaah!

Ela se esfrega nos boy
Ela dá água pros boy
E vai na corda com os boy
E cora o look da naza

E quer o look da naza
E cora o look da naza
E quer o look da naza
E cora o look da naza

Não deita, mana, pula na corda
Os viado também têm fé, a gente é filha de
Deus
Bora ficar louca, se joga na corda, viado
Faz promessa, fica doida, querida!